



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JULIANA CÉZAR NUNES

COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA:

Em busca do tipo ideal a partir da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas

BRASÍLIA

2024

JULIANA CÉZAR NUNES

COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA:

Em busca do tipo ideal a partir da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de Exame de Defesa de Tese como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Comunicação.

Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais, sob orientação da Professora Titular Dione Oliveira Moura.

BRASÍLIA

2024

JULIANA CÉZAR NUNES

COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA:

Em busca do tipo ideal a partir da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Comunicação.

Aprovada em 29 / 02 /2024.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Titular Dione Oliveira Moura – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB)

Orientadora – Presidenta da Banca

Professora Doutora Maria Albanize Farias Malcher - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)

Avaliadora Titular

Professor Doutor Paulo Victor Purificação Melo –Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA FCSH)

Avaliador Titular

Professora Doutora Maria Abádia da Silva – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB)

Avaliadora Titular

Professora Doutora Edileuza Penha de Souza - Instituto Federal de Brasília (IFB)

Avaliadora Suplente

Para minhas avós, Nair Mendes Nunes e Therezinha da Glória Cézar, referências de sabedoria, coragem e fé.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de uma jornada coletiva, construída em família, na universidade, nos quilombos, nos terreiros e nos espaços de coletividade/irmandade negra do qual faço parte. À professora doutora Dione Oliveira Moura, minha orientadora, meu agradecimento imenso. Sem seu acolhimento, sabedoria e incentivo, não teria chegado até aqui. Salve sua força e luminosidade!

Agradeço também aos meus familiares e amigas/os que tornaram possível estas páginas. Aos meus pais, Elizabeth e Adauri, pelo amor, confiança e sabedoria. À Yalorixá Railda D’Osun, por cuidar e fortalecer meu Ori. Ao meu companheiro, Amílcar Paré de Oliveira, pelo chamego e serenidade, que me abraçam em samba e verso.

Aos meus filhos, Bento e Odara, e às minhas enteadas Iná e Yvy, por serem presente e futuro bordado a ouro. Ao meu irmão, Felipe, pelo suporte e incentivo. À Ana Paula Ribeiro, pelo trabalho, apoio e amizade.

Às mulheres quilombolas, em nome de Givânia Maria da Silva, Sandra Maria da Silva Andrade e Selma dos Santos Dealdina, que abriram caminhos com arco, flecha e fogo. Obrigada pela generosidade e confiança nessas duas décadas de estudos e pautas.

Aos mestres e mestras Edson Cardoso, Jacira da Silva, Jurema Werneck, Lúcia Xavier, Nilza Iraci e Abdias Nascimento (em memória), que semearam no meu coração e mente a consciência negra.

Às/aos amigas/os e familiares, à irmandade Pretas Candangas e à Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) do Distrito Federal e dos demais estados, por motivarem a busca por outro pensar e agir em comunicação.

Às/aos colegas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e do Programa de Pós- graduação em Comunicação da Universidade de Brasília , pelo apoio e compreensão.

Na esperança de contribuir com a luta quilombola e negra, agradeço a quem até aqui chegou e busca nas águas da ancestralidade e da comunicação a força para a conquista da liberdade.

“Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por essa terra. A diferença é que agora sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo.”

Rose Meire dos Santos Silva, liderança
quilombola de Rio dos Macacos, Bahia.

“Quando você faz comunicação com uma faca no seu pescoço, você consegue fazer uma comunicação com gosto, né? Com gosto, não? Com gosto do desespero, com choro, com lágrima, com sangue.”

Nathália Fernandes Purificação, comunicadora
quilombola de Lagoa das Piranhas,
Território Velho Chico, Bahia.

“Todos precisam saber da força do negro, o negro não ajudou, fez este lugar, meus antepassados não podiam falar, mas eu posso... nós podemos então tem que falar da luta, do sofrimento e da dor.”

Dona Tiana, liderança quilombola de
Carrapatos da Tabatinga, Minas Gerais.

Guerra Preta Estratégia Quilombola

*A batalha do preto
ontem hoje outrora
agora*

*Guerra Preta Estratégia Quilombola
Guerra Preta Estratégia Quilombola*

*A força do quilombo
não se mede
na escola*

*Guerra Preta Estratégia Quilombola
Guerra Preta Estratégia Quilombola*

*A nossa Guerra Preta
não se apaga
na memória*

*Guerra Preta Estratégia Quilombola
Guerra Preta Estratégia Quilombola*

*O sangue
do quilombo
movimenta nossa história*

*Guerra Preta Estratégia Quilombola
Guerra Preta Estratégia Quilombola*

*A vitória
do povo preto
além do palco além da bola*

*Guerra Preta Estratégia Quilombola
Guerra Preta Estratégia Quilombola*

*O pulso
do quilombo
nunca pára revigora*

Guerra Preta Estratégia Quilombola

(Nelson Maca)¹

¹ Disponível em: <https://gramaticadaira.blogspot.com/2008/04/2008-o-ano-da-gramtica-da-ira.html>.

RESUMO

A presente tese de doutorado tem como objetivo definir o tipo ideal “Comunicação Quilombola” a partir de uma análise da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas. Dentre os objetivos específicos estão: i) elencar as características que compõem a comunicação quilombola; ii) identificar quais iniciativas, na visão de comunicadores e comunicadoras quilombolas, caracterizam-se como comunicação quilombola; iii) analisar o quadro teórico sobre o tema; e iv) oferecer um modelo de análise de outras experiências de comunicação quilombola. Para alcançar esses objetivos, a tese traz uma contextualização sócio-histórica das comunidades quilombolas no Brasil, seguida da descrição das bases de análise do tipo ideal aplicado à comunicação. O embasamento teórico ancora-se nos princípios desenvolvidos por Max Weber (Weber, 2015) no contexto de uma sociologia da mídia, além de estudiosos que se basearam em suas teorias para examinar processos comunicacionais. A pesquisa mantém, ainda, um diálogo com o pensamento negro contemporâneo e aborda as contribuições da comunicação e da cultura na promoção dos direitos da população negra (Nascimento, 1985; Moura, 1990; Moura, 1987; Cabral, 2010; Pinto, A., 2010; Silva, G., 2022; Gomes, R., 2022). Além disso, o texto estabelece conexões com acadêmicos dos campos dos estudos decoloniais, estudos culturais, teorias do jornalismo, antropologia e geografia (Anjos, 1999; Adghirni, 2002; Hall, 2003; Ruellan, 2011; Melo, 2015; Andrade, 2018; Torrico, 2018). Após a abordagem do referencial teórico, na segunda parte da tese, realizamos uma investigação qualitativa em duas etapas. Na Etapa 1, a revisão bibliográfica de teses e dissertações trata, de forma direta ou indireta, da comunicação quilombola. Na Etapa 2, estão inseridas a pesquisa de campo e a análise das entrevistas realizadas com seis comunicadores quilombolas de diferentes regiões do país. Por meio da pesquisa e da análise de conteúdo (Bardin, 1977), foram identificadas quatro categorias temáticas, que se relacionam entre si: protagonismo, memória, estratégias e objetivos. Nas considerações finais, o acúmulo teórico está articulado com vivências experimentadas ao longo da pesquisa e conteúdo extraído das entrevistas para proposição do tipo ideal “Comunicação Quilombola” enquanto “conjunto de processos e ações de comunicação desenvolvidas a partir do protagonismo de comunicadores/as quilombolas, com base em memórias ancestrais, saberes, práticas de resistência, linguagens e tecnologias capazes de promover o fluxo de informações dentro da comunidade e de influenciar no debate público por meio de pautas e publicações em diversas plataformas e mídias”.

Palavras-chave: Comunicação Quilombola; Tipo Ideal; Racismo; Comunicação Negra; Pensamento Negro Contemporâneo.

ABSTRACT

This doctoral thesis aims to define the ideal type “quilombola communication” based on an analysis of the praxis of quilombola communicators. The specific objectives include: i) listing the characteristics that make up quilombola communication; ii) identify which initiatives, in the view of quilombola communicators, are characterized as quilombola communication; iii) analyze the theoretical framework on the topic; and iv) offer a model for analyzing other quilombola communication experiences. To achieve these objectives, we begin the thesis with a socio-historical contextualization of quilombola communities in Brazil, followed by a description of the bases of analysis of the ideal type applied to communication. The theoretical basis is anchored in the principles developed by Max Weber (Weber, 2015) in the context of media sociology, in addition to scholars who based themselves on his theories to examine communication processes. The research still maintains a dialogue with contemporary black thought and addresses the contributions of communication and culture in promoting the rights of the black population (Nascimento, 1985; Moura, D., 1990; Moura, C., 1987; Cabral, 2010; Pinto, A., 2010; Gomes, R., 2022). Furthermore, the text establishes connections with academics in the fields of decolonial studies, cultural studies, theories of journalism, anthropology, and geography (Anjos, 1999; Adghirni, 2002; Hall, 2003; Ruellan, 2011; Melo, P., 2015; Andrade, N., 2018; Torrico, 2018). After approaching the theoretical framework, in the second part of the thesis, we present a systematic review of theses and dissertations that directly or indirectly dealt with quilombola communication. The third part of the text includes field research and analysis of interviews carried out with six quilombola communicators from different regions of the country. Through content analysis, four thematic categories were identified, which are related to each other: protagonism, memory, strategies, and objectives. In the final considerations, we articulate all the theoretical accumulation, experiences experienced throughout the research and content extracted from the interviews to propose the ideal type “quilombola communication” as a set of “communication processes and actions developed from the protagonism of quilombola communicators, based on ancestral memories, knowledge, resistance practices, languages and technologies capable of promoting the flow of information within community and influence the public debate through agendas and publications on various platforms and media”.

Keywords: Quilombola Communication; Ideal Type; Racism; Black Communication; Contemporary Black Thought.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

- Figura 1** Exemplares do jornal *Crioulas: a Voz da Resistência*
- Figura 2** *Palmares*, de Gaspar Barléu
- Figura 3** Cartaz do filme *Quilombo*, de Cacá Diegues
- Figura 4** Busto de Zumbi na Praça Central do Conic em Brasília
- Figura 5** Fotografia de Januário Garcia, extraída de *25 anos de Movimento Negro no Brasil*
- Figura 6** Capa de *Racismo e violência contra quilombos no Brasil* (2018, 1ª edição)
- Figura 7** Página de apresentação de *Racismo e violência contra quilombos no Brasil* (2018)
- Figura 8** Capa de *Racismo e violência contra quilombos no Brasil* (2023, 2ª edição)
- Figura 9** Material de divulgação de *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*
- Figura 10** Material de divulgação de *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*
- Figura 11** *Navio negreiro*, de Johann Moritz Rugendas (1830)
- Figura 12** *Oficial da corte dirigindo-se ao palácio*, de Debret (1822)
- Figura 13** *Uma senhora brasileira em seu lar*, de Debret (1823)
- Figura 14** Manuscrito de búzios ou boletins sediciosos número 2
- Figura 15** Jornal do MNU, A Roqueira e informativo Encontro Raízes Negras
- Figura 16** Visita do rapper Emicida à comunidade quilombola de Rio dos Macacos
- Figura 17** Cartaz do espetáculo Candaces
- Gráfico 1** População quilombola no Brasil (Censo 2022)
- Gráfico 2** Número de estudos da BDTD extraídos a partir da busca pela expressão comunicação quilombola (2005-2022)
- Gráfico 3** Número de universidades x número de pesquisas que tratam da interface entre comunicação e quilombolas.

Gráfico 4 Macrogrupos temáticos *versus* número de pesquisas.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 Dados de entrevista subscritos à categoria “protagonismo”

Quadro 2 Dados de entrevista subscritos à categoria “memória”

Quadro 3 Dados de entrevista subscritos à categoria “estratégias”

Quadro 4 Dados de entrevista subscritos à categoria “objetivos”

Tabela 1 Territórios quilombolas delimitados (em hectares)

Tabela 2 Tipos ideais de jornalismo

Tabela 3 Categorias de análise das entrevistas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Problema de pesquisa	13
Hipótese de trabalho	16
Objetivos	26
PARTE I – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	28
1 Contexto sócio-histórico	28
2 Comunicação e tipos ideais	45
3 Procedimentos metodológicos	71
PARTE II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (ETAPA 1)	73
1 Linha do tempo e distribuição por universidades	73
2 Principais áreas de estudo	75
2.1 Processos Comunicacionais	76
2.2 Educação e cultura	84
2.3 Política	90
2.4 Sociologia	93
2.5 Agronomia e meio ambiente	96
2.6 Psicologia e saúde	96
PARTE III – PESQUISA DE CAMPO (ETAPA 2)	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	130
ANEXO A – QUESTIONÁRIO	140
ANEXO B – ENTREVISTAS	147
APÊNDICE A – Mojubá: contribuições teóricas de Muniz Sodré	182
APÊNDICE B - Comunicação Quilombola: resistência e luta	198
APÊNDICE C - Diálogos com Paulo Freire: contribuições para pesquisa sobre comunicação quilombola	201

INTRODUÇÃO

“Existe uma consciência crescente entre as mulheres negras de que os processos relacionados à globalização e à nova ordem mundial requerem novas formas de ação e, nesse sentido, tratar a comunicação como um nexo de empoderamento tem sido fundamental para garantir-lhes uma representação positiva bem como a visibilização do processo de mobilização e de lutas.”

(Carneiro, 2003, p.125)

Problema de pesquisa

Esta pesquisa de doutoramento procura verificar as especificidades da comunicação quilombola como um processo de comunicação a partir da construção de um tipo ideal “Comunicação Quilombola” baseado na práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas. A comunicação quilombola é investigada como processo de comunicação que possui histórico e estratégias políticas, econômicas e culturais específicas inseridas nas comunidades formadas por descendentes de africanos e africanas no Brasil. O referencial teórico reside nos conceitos formulados por Max Weber (2015) para uma sociologia da imprensa e em autores que partiram de suas formulações para analisar processos comunicacionais (Freund, 1987; Moreira, 2015; Weber, 2015; Charron e Bonville, 2016; Seibt, 2016).

Ademais, a investigação dialoga com o pensamento negro contemporâneo e se debruça sobre o papel da comunicação e da cultura para a agenda de direitos da população negra (Nascimento, B., 1985; Moura, C., 1990; Moura, D, 1987; Cabral, 2010; Pinto, 2010). Também estabelece diálogos com autores do campo dos estudos decoloniais, estudos culturais, teorias do jornalismo, antropologia e geografia dos territórios quilombolas (Anjos, 1999; Adghirni, 2002; Hall, 2003; Ruellan, 2011; Melo, P., 2015; Andrade, N., 2018; Torrico, 2018).

O estudo insere-se, em um plano mais imediato, em um desdobramento de três décadas de pesquisas conduzidas pela orientadora professora titular Dione Oliveira Moura, junto à promoção de pesquisas, criação e expansão de uma epistemologia negra no contexto do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB).

O trabalho fundador é a dissertação de mestrado da própria professora Dione, defendida em 1990 e intitulada *A construção da memória e da identidade em filmes de cineastas negros brasileiros*. Na pesquisa, ela descreve e contextualiza filmes de cineastas negros tais como Zózimo Bulbul e Joaquim Teodoro como “espaços de construção de identidade” por inserirem “as memórias individuais no contexto da memória coletiva da raça negra no Brasil” (Moura, D., 1990).

A partir dos anos 2000, uma série de estudos orientados e promovidos pela professora Dione no âmbito do PPG buscaram construir uma epistemologia negra para a mirada dos processos comunicacionais. Entre eles, a tese de doutorado de Kelly Tatiane Martins Quirino, defendida em 2017 e intitulada *Enquadramentos e advocacy sobre o genocídio de jovens negros: análise da cobertura da Folha de S. Paulo* (Quirino, 2017), a dissertação de Isabel Cristina Clavelin da Rosa, de 2011, intitulada *Racismo em pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na primeira década de 2000* (Clavelin, 2011), a dissertação de mestrado de Rachel Pereira de Mello, defendida em 2009 e intitulada *O Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo* (Mello, 2009).

Em um segundo plano, a presente pesquisa insere-se no âmbito do esforço acadêmico de pesquisadores negros da área de comunicação e de outras áreas correlatas, externos ao nosso Programa de Pós-Graduação, com destaque para aqueles e aquelas interessados/das em compreender a movimentação negra nesse campo, em estudos sobre representação, recepção ou protagonismo nos processos comunicacionais.

Como referências para nosso trabalho, destacamos as teses de doutorado de: André Ricardo Nunes Martins, de 2004, intitulada *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros* (Martins, 2004); Joelzito Almeida de Araújo, de 1998, intitulada *A negação do Brasil: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira*; Jurema Pinto Werneck, intitulada *O samba segundo as lalodês: mulheres negras e a cultura midiática* (Werneck, 2007); Paula Balduino de Melo, defendida em 2015 e intitulada *Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências: gênero, etnia e raça na Colômbia e no Equador* (Melo, 2015); e Wesley Pereira Grijó, intitulada *Mediações quilombolas: apropriações étnicas na recepção de telenovelas* (Grijó, 2014).

Também encontramos inspiração nas dissertações de mestrado de: Givânia Maria da Silva (pesquisadora quilombola), defendida em 2012 e intitulada *Educação como processo de luta política: a experiência de educação diferenciado do Território Quilombola de Conceição das Crioulas* (Silva, G., 2012); Ana Flávia Magalhães Pinto, defendida em 2006 e intitulada

De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899) (Pinto, 2006) ; Edson Lopes Cardoso, defendida em 1988 e intitulada *A celebração conflituosa do mito* (Cardoso, E., 1988); e Nelson Fernando Inocêncio da Silva, intitulada *Consciência negra em cartaz*, de 1993 (Silva, N.F, 1993).

Retomando o tema em estudo, importante ressaltar que a autora desta pesquisa acompanha a mobilização das comunidades quilombolas desde 2007, quando participou da criação da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-DF) e, por meio dessa representação, teve as primeiras reuniões sobre comunicação com lideranças quilombolas, entre elas Givânia Maria da Silva, de Conceição das Crioulas. A comunicação quilombola é objeto de estudo da autora desde o mestrado, realizado entre 2011 e 2013 sob a orientação da pesquisadora Dione Oliveira Moura, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB, linha de pesquisa Poder e Processos Comunicacionais (anteriormente denominada Jornalismo e Sociedade). Ou seja, a presente pesquisa de doutoramento está inserida nesse longo percurso de pesquisa e construção de uma epistemologia afrocentrada e em curso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, como acima referenciado.

A dissertação apresentada em 2013 e intitulada *Comunicação quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento* (Nunes, 2013) analisa os processos comunicacionais desenvolvidos pelas lideranças do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, e sua rede de parceiros. Também tivemos oportunidade de apresentar a síntese da pesquisa em um dossiê especial da revista Matrizes (Nunes; Moura, 2016).

Os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica, o estudo exploratório, a pesquisa de campo e a Análise de Conteúdo. A comunicação em defesa de Rio dos Macacos envolveu, por exemplo, a realização de campanhas de mobilização (*Somos Todos Rio dos Macacos*), publicação de conteúdo em redes sociais e contra-agendamento dos veículos de comunicação, além de atos culturais e políticos com a participação de artistas e influenciadores.

Os resultados daquela investigação de mestrado mostraram que as comunidades quilombolas e os seus parceiros constituem redes (Scherer-Warren, 2006) para a mobilização e sensibilização da sociedade, desenvolvendo ações e processos comunicacionais inovadores no “bios midiático” (Cabral, 2010), que, ao mesmo tempo, remetem a uma trajetória diaspórica de luta e resistência (Moura, D., 1987; Hall, 2003; Pinto, 2010; Anjos, 2011).

A conclusão da pesquisa já destacava que as tecnologias digitais confirmam seu potencial de minorar o déficit de participação política que afeta, em toda parte, as democracias liberais contemporâneas (Maia; Gomes, 2011). As comunidades quilombolas se

fortalecem a partir do momento em que elas, por meio de processos de mobilização, articulação e comunicação, conquistam a suspensão de ações de despejo e passam a ser consideradas politicamente, a ponto de o Estado abrir uma negociação para tentar uma solução mediada, como no caso do Quilombo Rio dos Macacos (Nunes, 2013, p. 99).

Referência para a luta quilombola, o Quilombo de Palmares, por sua vez, foi tema de um especial produzido em 2017 pela autora desta pesquisa para o programa *Caminhos da Reportagem*, da TV Brasil (EBC)². O especial partiu da concessão do título de Patrimônio Cultural do Mercosul para o Parque Memorial Quilombo dos Palmares para abordar os 100 anos de resistência da República Palmarina, que ocupou a Serra da Barriga, em Alagoas, no século XVII. Africanos e seus descendentes, indígenas e aliados enfrentaram tropas holandesas e portuguesas, tornando-se referência de luta pela liberdade e pelo território. A produção do especial motivou o reingresso no Programa de Pós-Graduação para a continuidade da pesquisa da temática quilombola no doutorado.

Hipótese de trabalho

Nos dois anos iniciais do curso, cumpri as disciplinas obrigatórias, participei de encontros e realizei monitoria. Revisitei as teorias e metodologias de comunicação. Refletimos sobre o pensamento de Muniz Sodré por meio de uma revisão bibliográfica dos seus estudos a partir dos anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), que resultou em um artigo (Apêndice A) feito em parceria com a professora doutora Dione Oliveira Moura e as mestrandas Mara Karina Silva e Cleymenne Cerqueira (Moura; Barbosa; Nunes; Silva, 2019).

Nessa caminhada, transbordei os limites geográficos e físicos da academia, acompanhando, como observadora participante, a articulação de comunicadores e comunicadoras negras com sua rede de parceiros (notadamente o movimento negro, as organizações indígenas, as organizações e os organismos internacionais). Desde 2018, de forma autorizada e consentida pelos membros, integro um grupo de *WhatsApp* (*Somos Todos Quilombolas*), no qual são compartilhadas experiências e planejadas ações.

Entre os temas tratados no grupo, ainda em 2018, estiveram o discurso racista do então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro e a votação no Supremo Tribunal Federal (STF) de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 4.887/2003, que questionava normas de regularização de territórios quilombolas. Ao longo do tempo, observei no grupo um

² O especial *Caminhos da Reportagem* foi veiculado pela TV Brasil em 21 de novembro de 2017. Disponível em: tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2017/11/palmares-vive. Acesso em: 27 nov. 2020.

aumento da ação comunicacional quilombola, assim como uma percepção cada vez maior das próprias comunidades e do movimento negro sobre a importância dessa estratégia.

A experiência acadêmica e profissional com o assunto foi aplicada no primeiro semestre de 2019, durante monitoria da disciplina *Geografia africana e afro-brasileira*, ministrada pelo professor doutor Rafael Sanzio Araújo dos Anjos na graduação em Geografia da UnB. Nesse período, foi possível estabelecer uma frutífera troca de conhecimentos e experiência com o docente, bem como com seus orientandos de pós-graduação e estudantes de graduação, que trouxeram elementos fundamentais para esta pesquisa.

Com a intenção de ampliar o olhar para uma perspectiva latino-americana, também participamos em 2019 da *VI Escola de Verão: Investigação Crítica da Comunicação na América Latina* da Associação Latinoamericana de Pesquisadores da Comunicação (Alaic), em La Paz, na Bolívia. Como resultado dessa participação, produzi o artigo *Entre Palmares e San Basilio. Referenciais teóricos para uma pesquisa em comunicação de base negra e decolonial na América Latina*, publicado no livro *Vienen llegando... Los jóvenes investigadores de la comunicación* (Kaplun; Oliveira Paulino, 2022).

Todos esses acúmulos foram descritos no projeto de qualificação, apresentado e defendido em 2020. Após a qualificação, observando as contribuições da banca examinadora, publiquei artigo no jornal Correio Braziliense em agosto de 2020 (Apêndice B). O texto, intitulado *Comunicação quilombola: resistência e luta*, rememora a trajetória do Quilombo Rio dos Macacos sob a perspectiva da comunicação e atualiza o papel das ações adotadas para a conquista da titulação das terras, em um processo de abolição inacabada, tendo em vista que o acesso ao rio que dá nome à comunidade permanece negado.

Em 2021, a investigação do tema de pesquisa prosseguiu à luz de novos olhares, como as perspectivas trazidas pelo professor Eduardo Meditsch na disciplina *Paulo Freire e a comunicação*, cursada no formato *on-line* em 2021, em meio à pandemia de covid-19 e à licença-maternidade. Fruto da disciplina, redigi o artigo *Diálogos com Paulo Freire: contribuições para pesquisa sobre comunicação quilombola* (Apêndice C), publicado no livro *Comunicação e pedagogia emancipatória* (Meditsch; Nogueira; Guimarães, 2022). O texto coloca em diálogo os conceitos e as práticas comunicativas desenvolvidas por comunidades quilombolas no Brasil com o pensamento freiriano. São abordados aspectos tratados pelo autor em obras como *Pedagogia do oprimido*, *Extensão ou comunicação?* e *Pedagogia da autonomia*. O artigo também faz uma síntese de estudos desenvolvidos pelo pesquisador Venício A. de Lima e aponta como os conceitos de Paulo Freire dialogam diretamente com o pensar e com a prática comunicacional quilombola no passado e no presente.

Ainda no período da pandemia, acompanhei uma série de iniciativas que impulsionaram a comunicação quilombola, compreendida rapidamente por organizações e lideranças como essencial para a divulgação de informações preventivas, bem como para a denúncia do descaso do Poder Público. Vale destacar as ações de comunicação realizadas pela Conaq com rede de parceiros e pela Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N’Golo). Em parceria com a Fiocruz Minas e a Universidade Federal de Itajubá, a N’Golo chegou a promover, no âmbito do projeto *Fala Quilombo*, um curso *on-line* para jovens comunicadores quilombolas. O curso teve a duração de dois meses (agosto a outubro de 2021) e foi dividido em dois eixos: *Comunicação social como ferramenta de luta* e *Os reflexos da pandemia no contexto da saúde quilombola*.

Outra iniciativa importante no período da pandemia foi o podcast *Ondas da Resistência*, produzido e veiculado a partir de julho de 2020 por uma equipe composta, em sua maioria, por mulheres não-brancas e com uma articulação de 12 organizações do movimento rural, de povos e comunidades tradicionais e da comunicação popular. A locução foi realizada pelas jornalistas Maryellen Crisóstomo, da Coordenação Nacional de articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), e Tâmara Terso do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

A equipe de produção envolveu as organizações COMRÁDIO, Intervozes, produtora Criola Criô, Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Articulação do Semiárido (ASA) e o Coletivo Carrapicho Virtual. Para que o podcast chegasse ao maior número de comunidades, o formato da produção foi adaptado para que áudios menores pudessem ser compartilhados por meio de aplicativos de mensagens, os quais são mais acessíveis em dispositivos com internet de baixo custo. As entrevistas e pautas buscaram garantir a pluralidade de vozes, especialmente quilombolas (Melo, P. V; Terso, T.; Crisóstomo, M., 2022, p.29).

A missão do podcast foi ampliar as vozes das populações atingidas pelas desigualdades socioambientais aprofundadas na pandemia, em especial das mulheres negras. Neste momento crítico, digno de mais um fim do mundo, mulheres ribeirinhas, quilombolas, indígenas, dos povos de terreiros, assentadas, agricultoras familiares e cientistas, compartilhando experiências comuns de mulheres negras e ameríndias contra projetos coloniais de exploração das suas vidas, intensificaram iniciativas territoriais para prevenção e cuidado das suas comunidades e denunciaram o racismo. São mulheres amefricanas, categoria criada pela historiadora e antropóloga Lélia Gonzalez para denominar relações de vivência e resistência articuladas por povos negros da diáspora e povos ameríndios na América, ressignificada

pela autora como Améfrica, diante das violências coloniais de apagamento da história, saberes e identidade destes povos.

Em 2022, dei continuidade ao trabalho de pesquisa teórica e também realizei análises de experiências em comunicação quilombola. Identifiquei comunicadores quilombolas e desenvolvi, sob a orientação da professora Dione Oliveira Moura, um questionário com o objetivo de fazer emergir do diálogo horizontal a conceituação sobre como se configura a comunicação quilombola. Esse questionário foi experimentado em pré-teste, que se mostrou eficaz.

No primeiro semestre de 2023, realizei seis entrevistas qualitativas com comunicadores e comunicadoras quilombolas de quatro regiões diferentes do país. Dos seis entrevistados, quatro são mulheres, dentre as quais uma com atuação nacional junto à Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). As vivências e percepções expressas por elas permitiram um avanço significativo no estudo. Também comprovaram o quanto importante foi o período da pandemia para que as iniciativas de comunicação quilombola se intensificassem, recebessem mais apoio e passassem a ser entendidas como estratégicas para a luta política.

A covid-19 gerou grande apreensão nas comunidades. O livro *Retratos da Pandemia: perspectivas das mulheres quilombolas*, publicado em 2021, traz o relato de mulheres quilombolas de diferentes gerações e comunidades de Óbidos e Oriximiná, no Pará. Os depoimentos evidenciam o impacto da pandemia em suas vivências e o papel dos meios de comunicação nesse contexto (Bellinger, C.; Andrade, L., 2021).

“A primeira notícia dessa doença que vimos foi na televisão, uma pessoa da China tinha pego a doença e falecido. A notícia falava também que esse vírus era muito difícil de chegar até nós porque ele gostava mais de frio. Mas no decorrer ele foi andando, e, de repente, quando a gente soube que já tinha a doença em Oriximiná, a gente ficou muito agoniada.”

Nilza Nira Melo de Souza, Quilombo Jauari (Oriximiná)

“No momento que começou a pandemia, abalou a nossa família e todas da comunidade, principalmente minha mãe, que ficou horrorizada, com muito medo mesmo. Foi desesperador para ela. Na cabeça dela, se ela pegasse a doença ia morrer, não tinha cura. No começo a gente não tinha uma orientação de um tratamento, na televisão mostravam mais as pessoas que morriam do que as que se recuperaram.”

Edivane Franco da Silva, Quilombo Arapucu (Óbidos)

Diante da ausência do Estado e da invisibilidade perante a mídia privada, as lideranças quilombolas criaram uma plataforma para o monitoramento de dados sobre os casos de

covid-19 e enfrentaram as condições precárias de infraestrutura nas comunidades (muitas delas sem acesso à energia elétrica e telefonia), distribuindo informações por meio de aplicativos de mensagem (especialmente *WhatsApp*), rádios comunitárias e até mesmo alto-falantes (Lopes, Caetano; Cardoso, 2022).

Ainda em 2023, acompanhei o 2º *Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas da Conaq*, em especial o grupo de trabalho de comunicação, no qual as mulheres expuseram os desafios que encontram para criar e manter iniciativas de comunicação, notadamente as rádios comunitárias. O lema geral desse encontro, *Resistir para existir*, inspira a busca por traçar um paralelo da luta quilombola com o paradigma comunicacional.

Para que esses esforços estejam no horizonte da pesquisa em comunicação, esta tese pretende se somar a outros trabalhos que sistematizam a experiência quilombola nessa área. Em um artigo publicado em 2016 na revista *Comunicologia*, da Universidade Católica de Brasília (UCB), o pesquisador Wesley Grijó (2016), um dos pioneiros nos estudos das comunidades quilombolas no contexto da comunicação, também apontou a necessidade de mais pesquisas nesse campo. Em sua coleta de dados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o autor encontrou doze dissertações e cinco teses publicadas sobre o tema entre 2000 e 2014.

Na análise das 17 pesquisas, Grijó verificou que a maior parte dos estudos abordou a comunicação no contexto de comunidades quilombolas de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Isso indicaria maior envolvimento com o tema nos programas de pesquisa em comunicação desses dois estados, apesar de o Maranhão e a Bahia concentrarem o maior número de comunidades e, em princípio, serem os estados com maior relação com esse objeto de estudo.

Ainda de acordo com o levantamento, a relação das famílias quilombolas com a mídia televisiva foi um dos principais temas abordados nas pesquisas. Os trabalhos, do ponto de vista teórico, se basearam em grande parte nos estudos de recepção midiática e nos estudos culturais, com diversas referências a autores como Stuart Hall, Jesus Martín-Barbero e Guillermo Orozco Gómez. Os pesquisadores também recorreram aos seguintes campos de estudo: Folkcomunicação, Teoria Crítica, Semiótica, Representações Sociais e Teoria do Conhecimento.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, o levantamento revela que praticamente todas as pesquisas utilizaram o trabalho de campo, tendo algumas delas recorrido a etnografia, entrevistas e observação participante (Grijó, 2016). Duas investigações também utilizaram a pesquisa-ação, com produção de conteúdo no âmbito das comunidades

(Calheiros, 2009; Silva, 2010). Apenas uma das teses (Amaral Filho, 2006) se dedicou à análise da cobertura sobre a questão quilombola em jornais e revistas.

Para Grijó (2016), a investigação demonstrou que se trata de uma área de estudo emergente e que a motivação de pesquisadores da comunicação para a temática quilombola teria sido “incentivada por conta da significativa visibilidade da discussão étnico-racial na sociedade brasileira na década de 2000 e seu espraiamento para as representações presentes nas produções midiáticas no mesmo período, como foi o caso da televisão” (Grijó, 2016, p. 47).

O pesquisador Wesley Grijó, que lecionou na Universidade Federal de Santa Maria (RS) até seu falecimento precoce em 2017, destacou ainda a ausência, entre os estudos averiguados, de abordagem da temática do racismo e/ou preconceito como foco principal de análise. Apesar dessa lacuna, as pesquisas demonstraram ter como referência um entendimento mais atual sobre as comunidades quilombolas, uma vez que não se restringiram às comunidades quilombolas rurais, trazendo também para o campo de análise as comunidades urbanas.

Essa abordagem está presente no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Tanize Mocellin Ferreira, orientado por Grijó e apresentado em 2013 à banca examinadora de conclusão do curso de Relações Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No estudo, intitulado *Comunicação quilombola: aproximações e distanciamentos entre as organizações sociais e as organizações tradicionais*, Ferreira, T. (2013) investiga quais são e como ocorrem os processos comunicacionais nas comunidades remanescentes de quilombo, especificamente Quilombo do Areal e Família Fidélis, ambas situadas em Porto Alegre (RS).

A autora também analisou como esses processos se aproximam ou se distanciam da teoria da comunicação organizacional. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica sobre comunicação organizacional, observação participante e entrevistas em profundidade. A pesquisadora constatou que as comunidades quilombolas desenvolvem fluxos comunicacionais a partir de suas associações, para fortalecer a auto-organização e buscar visibilidade, tendo como objetivo principal a obtenção de seus títulos de propriedade (Ferreira, T., 2013, p. 77).

Os estudos de Ferreira, T. (2013) e Grijó (2016), além de inspiração, motivaram o desenvolver uma pesquisa de doutoramento a partir de marcos teóricos e metodológicos ainda pouco explorados no que diz respeito ao objeto de estudo em questão. Configura-se, desde as primeiras comunidades quilombolas brasileiras, em uma relação de tensionamento e produção

ativa, capaz de amplificar as vozes desse grupo social. O desafio para a pesquisa em comunicação seria pensar como as mídias, baseadas na “interação em tempo real e na possibilidade de criação de espaços artificiais ou virtuais”, influenciam a construção da realidade social como “moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos” (Cabral, 2010, p. 26), capazes de dar visibilidade a comunidades negras.

Um dos instrumentos de enfrentamento aos senhores do poder na modernidade tem sido a comunicação. Em que pese ser também esta uma esfera de reprodução de perversidades e poderes, subsiste o potencial para uma apropriação a “serviço de uma comunicação imaginosa e emocionada, atribuindo-se, assim, um papel diametralmente oposto ao que lhe é hoje conferido” (Santos, M., 2001, p. 167).

Em *Por uma outra globalização*, o geógrafo Milton Santos (2001) classifica os sistemas de informação como fundamento de um mundo globalizado que prima pela produção de um discurso único, mas que, ao mesmo tempo, possui tecnologias, técnicas, linguagens, fluidez e velocidade disponíveis para a produção de um “novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato”, que possibilitam escrever uma nova história (Santos, M., 2001, p. 21).

Entre os desafios principais a serem enfrentados pelos quilombos contemporâneos, na visão de Anjos (2009), dois deles se relacionam com a comunicação, o que reforça a importância de tomarmos a comunicação quilombola como objeto de estudo. Na opinião de Anjos (2009, p. 148), urge uma alteração da imagem da África no Brasil, que deve passar por uma política de desconstrução dos estereótipos veiculados pela televisão brasileira.

O segundo desafio relacionado à comunicação, na visão do autor, seria a produção e recepção de informações advindas dos meios de comunicação, especialmente televisão e internet. O geógrafo chama a atenção para o fato de um volume muito grande de informações, imagens e programas ter chegado às comunidades tradicionais com o aumento no acesso à energia elétrica, antena parabólica e, em menor escala, internet. A comunidade, portanto, necessitaria de dialogar com esse fluxo informativo mantendo tempo e espaço para as conversas e a transmissão de saber oral, até para que as famílias possam interagir criticamente com as informações recebidas e, a partir delas, construir seus próprios processos comunicacionais.

A geógrafa quilombola Maria Malcher, em sua tese de doutoramento, também destaca o impacto dos meios de comunicação nas relações familiares, tendo como ponto de observação a juventude das comunidades quilombolas do município de São Miguel do Guamá, no Pará (Malcher, 2017, p.109)

Em uma sociedade onde não se vivencia uma situação de escassez de empregos, a estratégia de prolongamento da juventude pode ser vista como estratégia para que os jovens, estando ainda em fase transitória e de preparação, não venham a competir com adultos por um posto de trabalho. Ao tomar para base esse tipo de entendimento, é possível sintetizar que no caso da juventude quilombola, que não pode ser homogeneizada nem dentro das próprias comunidades, os avanços das fronteiras agro-extrativistas (minerais, monocultivo, pecuária, etc.), aliado à ampliação diversificada dos meios de comunicação (para ficar só nesses dois fatores), sinalizam que as relações internas e externas nas comunidades quilombolas ficam cada vez mais complexas. Ideias de que juventude significa época de rebeldia, de conflitos afetivos e, ao mesmo tempo, com responsabilidade na preservação da cultura da geração mais antiga, podem implicar em algum nível de confronto, entre os jovens e as lideranças adultas ou mais antigas.

Em seus estudos, Moura, G. (2012) observa a importância da terra para as comunidades quilombolas, uma vez que, nela, reproduzem o modo africano de viver, por meio do cultivo, da criação de animais, do artesanato e das demais práticas culturais. No entanto, ainda na década de 1990, a pesquisadora constatou a importância, cada vez maior, dos meios de comunicação na vida comunitária. Em visita à comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, a autora observou, em 1991, o escasso abastecimento de energia elétrica.

No entanto, na casa de uma das lideranças, instalara-se um aparelho de televisão que se tornou referência para a comunidade, relata a autora. Com base na observação dessa prática, a pesquisadora aponta o contínuo diálogo entre o ancestral e o contemporâneo no mesmo contexto de resistência. Ela afirma que é na “valorização da cultura ancestral africana que os negros guardam, sem isolar-se da sociedade inclusiva, nem da vida moderna, cujos instrumentos são capazes de manipular na defesa de seus interesses” (Moura, G., 2012, p. 107).

Liderança quilombola, professora e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, Givânia Maria da Silva escreve sobre o papel das mulheres na luta das comunidades e também aborda o papel da comunicação nesse processo. Desde a comunicação interpessoal, passando pelas articulações para o agendamento midiático até a produção de mídias próprias. Em sua tese de doutorado, intitulada *O Quilombo de Conceição das Crioulas: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola*, ela discorre sobre a importância da troca de cartas como elo com quilombolas que tentarão a vida fora da comunidade (Silva, G.M., 2022, pp. 257-258).

Eu, por exemplo, professora da comunidade, fui convidada por muitas famílias para ler e escrever cartas para os parentes que estavam em São Paulo. Quando as pessoas precisavam dessa comunicação e não tinham ninguém em casa para fazê-la, recorriam a uma pessoa que pudesse escrever uma carta com as informações que gostariam de repassar. Nada de extraordinário nesse fato certamente corriqueiro também em muitas outras comunidades quilombolas. Esse fato revela a negação de um direito fundamental aos quilombolas e outros coletivos residentes no campo ou periferia, que é o direito à educação. Por isso a escrita não é só escrever o que se deseja, quando se deseja. Para determinados grupos, a escrita é um ato político.

Uma das principais articuladoras e porta-vozes da Conaq, Givânia relata em seus escritos os processos que levaram o movimento a priorizar a comunicação como estratégia de luta, o que resultou inclusive na criação da Comissão de Comunicação da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC), bem como na ativação de *sites* e redes sociais da organização. Parte dessa experiência multiplicada tem como inspiração processos comunicacionais desenvolvidos na comunidade da qual a pesquisadora faz parte.

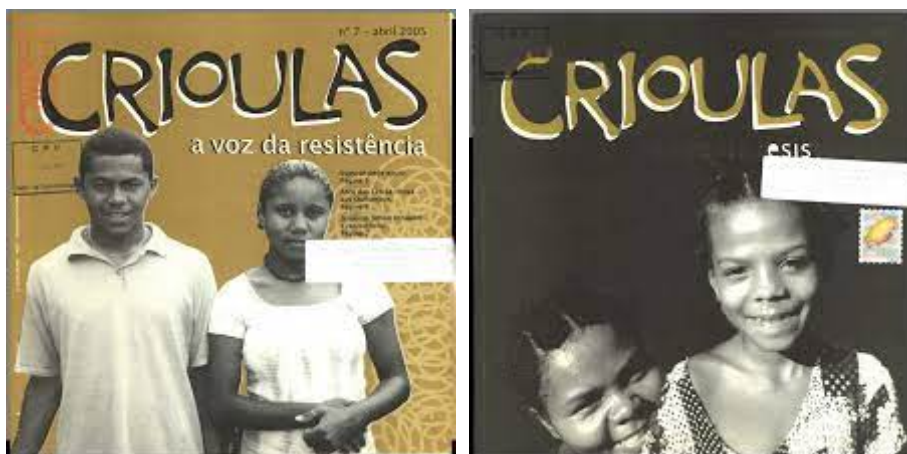
As mulheres e os jovens quilombolas de Conceição das Crioulas já estiveram à frente de produções audiovisuais por meio da produtora Crioulas Vídeo e até mesmo do jornal Crioulas: a voz da resistência (Silva, G., 2012), utilizado como material didático nas escolas da comunidade. Givânia, em seu processo de pesquisa no mestrado, encontrou o editorial do jornal, ano 1, n. I (Silva, G., 2012, p. 137), publicado em 2003:

“Crioulas: a Voz da Resistência” é fruto do trabalho da Comissão de Comunicação da AQCC articulada com o povo de Conceição. Todo o processo de construção foi feito a partir da construção coletiva, das seções, pautas, desenhos, diagramação. Os textos assinados são de autoria das pessoas da comunidade. O Crioulas tem como objetivo estimular a comunicação interna em Conceição; promover o encontro entre gerações; articular as comunidades quilombolas; e dar visibilidade às suas lutas (Crioulas: a Voz da Resistência, editorial).

Na dissertação, a pesquisadora e liderança quilombola destaca que o jornal serviu também para aproximar as pessoas que se encontram fora do território e para informar os mais jovens por meio de histórias em quadrinhos, com linguagem leve e de fácil compreensão. A publicação também aborda a culinária crioula, a medicina alternativa, as formas de organização da comunidade, poesias, educação ambiental, o respeito às pessoas mais velhas, educação como um direito de todos(as) e direitos dos idosos. Na seção de cartas, Givânia constatou “um nítido sentimento de pertença ao território, mesmo dos que se encontram

distantes – o sonho da liberdade e autonomia da comunidade se mantêm vivos” (Silva, G., 2012, 140).

Figura 1: Exemplares do Jornal Crioulas, a Voz da Resistência.



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro.³

Levando em conta experiências como essa, o problema de pesquisa desta tese se baseia na conceituação da comunicação quilombola de uma forma que essa categoria possa ser considerada dentro da história e dos estudos de comunicação. Para isso, optou-se pelo modelo weberiano de tipo ideal, amplamente usado no campo das teorias da comunicação, e colocado em diálogo do pensamento negro contemporâneo.

O ponto de partida é o entendimento histórico de quilombos como núcleos organizados de resistência ao sistema escravista, baseados na “vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo” (Nascimento, B., 1985, p. 32), dispostos em formas associativas, geralmente em locais de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica e política próprias, que garantiam a sustentação da continuidade africana por meio de genuínos grupos de luta política e cultural.

Essa investigação baseia-se em autoras e autores que também entendem as comunidades quilombolas como aquelas formadas a partir desses movimentos de resistência à escravatura ou como terras de afrodescendentes ocupadas por meio de doação de ex-senhores ou igreja, mas cuja origem e centralidade de luta residem na questão do acesso e apropriação da terra (Nascimento, B., 1985; Moura, C., 1987; Anjos, 1999; Silva, G.M., 2022).

³ Disponível em <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PCRIOPE112003003.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

São grupos que se reivindicam como comunidades por conta de uma perspectiva comum de passado, presente e futuro (Hall, 2003, p. 65), capaz de deixar marcas nos modos de viver e comunicar.

O termo ‘comunidade’ (como em comunidades de minorias étnicas) reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos. [...] Esse modelo é uma idealização dos relacionamentos pessoais dos povoados compostos por uma mesma classe, significando grupos homogêneos que possuem fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas que os separam do mundo exterior. As chamadas minorias étnicas de fato têm formado comunidades culturais fortemente marcadas e mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico.

Objetivos

Assim exposto, o **objetivo geral** da pesquisa é definir o tipo ideal “Comunicação Quilombola” a partir de uma análise da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas.

E a pesquisa tem como **objetivos específicos**:

- elencar as características que compõem a comunicação quilombola;
- identificar quais iniciativas, na visão de comunicadores e comunicadoras quilombolas, caracterizam-se como comunicação quilombola;
- analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, o quadro teórico sobre o tema; e
- oferecer um modelo de análise de outras experiências de comunicação quilombola.

Para alcançar esses objetivos, a primeira parte desta tese traz o percurso teórico-metodológico percorrido pela autora. Esse percurso inclui uma contextualização sócio-histórica, seguida da descrição das bases de análise do tipo ideal aplicado à comunicação e, por fim, os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo.

A segunda parte desta tese é constituída por uma revisão bibliográfica de teses e dissertações que trataram, de forma direta ou indireta, da comunicação quilombola. A pesquisa de campo e a análise das entrevistas com comunicadores quilombolas estão inseridas na terceira parte desta tese. Nas considerações finais, insere-se todo o acúmulo teórico com o conteúdo extraído das entrevistas para propor o tipo ideal “Comunicação Quilombola”.

PARTE I – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

*“Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.*

*Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.*

*Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.*

*Fogo!... Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que
os vão cansar se continuarem queimando.*

*Porque mesmo que queimam a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesque que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.”*

Nego Bispo
Antônio Bispo dos Santos
Quilombo Saco-curtume em São João do Piauí/PI
(Santos, 2015)

1 Contexto sócio-histórico

Os versos que abrem os caminhos para essa contextualização são do quilombola, poeta, escritor, professor e ativista político piauiense Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nego Bispo. Em seus escritos, ele nos oferece diversas chaves de leitura sobre como a colonização e o capitalismo tentaram “coisificar” os povos de origem africana e indígena para justificar a dominação como um “processo civilizatório” (Santos, A.B., 2015).

A América Latina começou a ser colonizada por países europeus no século XV, a partir da chegada da frota liderada pelo italiano Cristóvão Colombo, em 1492, nas ilhas das Bahamas. Os povos originários foram praticamente dizimados nas décadas seguintes. As comunidades indígenas resistiram e, mesmo aquelas confinadas, não eram consideradas suficientes para levar adiante o projeto de colonização e exploração das riquezas naturais em prol de coroas como a portuguesa e espanhola.

Diante desse cenário, os colonizadores passaram a pôr em marcha o maior tráfico forçado de pessoas da história da humanidade. Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 12,5 milhões de africanos foram retirados de seu continente e levados como escravos para as

Américas. Aproximadamente 2,5 milhões morreram na travessia feita em condições sub-humanas nos milhares de navios de frotas portuguesas, espanholas e inglesas.

Dados oficiais indicam que cerca de 40% dos africanos forçosamente retirados de seu continente para as Américas tiveram como destino o território brasileiro (Moura, C., 1987, p. 7). A historiografia não consegue precisar, mas se estima em quatro milhões o número de traficados para o Brasil, entre 1520 e 1850 (Anjos, 1999). O sociólogo Clóvis Moura destaca que os “senhores” estabeleceram uma estratégia de dominação ideológica ao afirmar que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e, por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Estava lançando o pilar do racismo que até hoje persiste na América Latina.

Mesmo separados de suas famílias e seus grupos étnicos, africanas e africanos criaram laços e recorreram a diversas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas, quilombos e palenques. Esses territórios reuniram milhares de africanos e seus descendentes, permanecendo habitados após a abolição da escravidão.

O quilombo como forma de resistência social possui referência em uma expressão africana (banto) que remete à habitação. Na região central da Bacia do Congo, quilombo também significa lugar para estar com Deus. Para o Reino de Portugal, no final do século XVI, quilombo era toda e qualquer “habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles” (Moura, C., 1987).

Os quilombos se tornaram “uma referência no campesinato negro, de povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e manter uma autonomia política e econômica” e, em uma visão mais contemporânea, são considerados como um “território étnico capaz de se organizar e se reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo e com resistência para a manutenção da sua forma particular de viver” (Anjos, 2011, p.18).

Glória Moura também destaca o caráter de resistência pós-escravidão na gênese de algumas comunidades (Moura, G., 1999, p. 101):

As denominadas terras de preto compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formação jurídica, às famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderar individualmente.

O antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga afirma que o quilombo brasileiro é a recriação de um modelo africano, que se configurava como uma

instituição de natureza política, militar e interétnica, com uma estrutura centralizada. Um guerreiro liderava o quilombo e os membros seguiam rigorosamente as regras da disciplina militar. No contexto do quilombo brasileiro, a estrutura militar foi replicada, mas há uma nova configuração política na qual se encontram pessoas oprimidas de diferentes origens étnicas, incluindo negros, índios e brancos. A natureza transcultural une pessoas de diferentes heranças culturais. Com isso, foi possível promover a formação de identidades abertas, moldadas pela constante comunicação com o outro (Munanga, 2009, p. 30).

Na Colômbia, outro país da América Latina que recebeu um grande contingente de africanos escravizados, os quilombos foram criados a partir do movimento conhecido como “cimarronismo”. *Cimarrón*, em espanhol, significa mato e matagais. A expressão chegou a ser usada para designar animais domesticados, mas também foi aplicada para denominar escravos fugidos e refugiados nas regiões de difícil acesso. Após as fugas, alguns cimarrones constituíam comunidades, que viriam a se chamar palenques, palavra que faz referência aos paus (palanca/palus) que eram usados para construir as aldeias fortificadas (Silva, V., 2012).

Na visão de Hurtado Quintero (2019), o cimarronismo pode ser considerado uma reação emancipatória a um regime de violência estrutural cujos efeitos culturais ainda perduram. O modelo escravista das colônias das Américas frente a pessoas africanas ou afrodescendentes teria partido de negações primárias da liberdade física e até mesmo da alma, como subjetividade espiritual e religiosa.

Na tese de doutorado intitulada *Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências: gênero, etnia e raça na Colômbia e no Equador*, a antropóloga Paula Balduino de Melo destaca o papel das mulheres de comunidades palenqueras e cimarronas no enfrentamento das violências de matriz colonial, perpetradas por bandas criminais, grupos guerrilheiros e paramilitares, bem como os exércitos nacionais. A pesquisadora realizou uma etnografia com mulheres negras/afrodescendentes na região fronteira entre Equador e Colômbia, às margens do Oceano Pacífico.

A investigação mostrou que, a partir de suas posições de parteiras, curandeiras, rezadeiras ou cantadoras, as mulheres tornaram-se lideranças políticas em organizações afro/negras, em organizações de mulheres e de mulheres negras. No território-água, elas são peça-chave na resistência e comunicação do povo afro-pacífico (Melo, P.B., 2015, p.248).

Os rios, de modo geral, são elementos de conexão. São o vetor de comunicação entre a coletividade negra, desde o povoamento da região. Contemporaneamente, no Pacífico colombo-equatoriano, os rios são a espinha dorsal na construção dos Conselhos Comunitários e Comunas. Junto

com os rios, consideram-se as outras formas hidrográficas que as águas constituem: riachuelos, esteros, saltos e quebradas. Algumas delas são artificiais, criadas pelo ser humano, como é o caso do canal ou sanja. O acúmulo das águas em canais forma os esteiros que, no Pacífico colombo-equatoriano, são labirínticos.

A referência colombiana de luta palenquera é San Basilio, localizado no departamento de Bolívar, a 50 quilômetros de Cartagena das Índias. Criado no século XVII sob a liderança do rei africano Benkos Biohó, o palenque resistiu aos tempos e a diversos massacres. Parte da história da comunidade é contada na tese de doutorado de Vera Rodrigues da Silva, defendida em 2012 e intitulada *Entre quilombos e palenques: um estudo antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia*. A pesquisa evidencia as contradições na implementação de políticas públicas, que não dão conta de demandas básicas como saneamento e emprego, mas contribuem para que as manifestações culturais palenqueras atravessem as décadas.

Uma das principais expressões dessa dinâmica é o *Festival de Tambores e Expressões Culturais do Palenque de San Basilio*, que ocorre no mês de outubro, desde a década de 1980, reunindo grupos musicais e artísticos, sendo parte do calendário oficial de festividades promovidas pelo governo com foco no turismo (Rodrigues, V., 2012, p. 149).

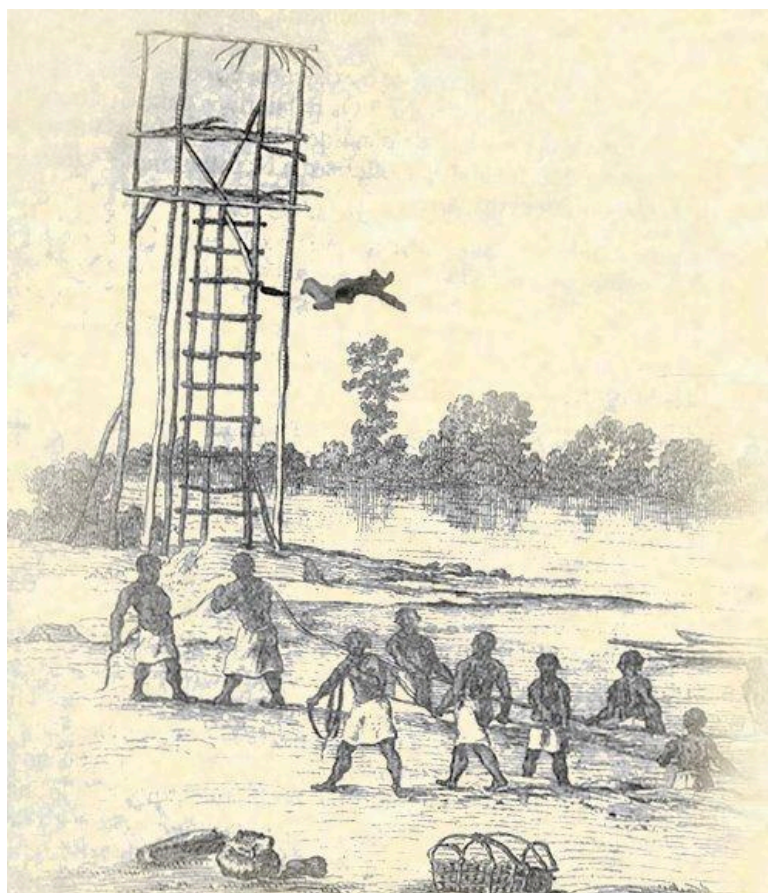
Na imagem da ‘palenquera’ e no texto de divulgação do Festival também é reforçada a visão do palenque ‘tradicional’, pois imutável ao longo do tempo. A mulher palenquera alçada à condição de símbolo é dada o tom de uma sensualidade inerente, presente no movimento dos quadris, tal qual nos faz lembrar a figura da mulata e da baiana na literatura brasileira. Este lugar, conhecido como San Basilio de Palenque é famoso graças a seu símbolo, as palenqueras, isto é mulheres de pele escura que caminhando com vestidos multicoloridos, movem os quadris e balançam em suas cabeças as palanganas cheias de frutas frescas.

No Brasil, a principal referência histórica das comunidades quilombolas é o Quilombo de Palmares, que foi criado em 1580 no atual estado de Alagoas e resistiu durante 100 anos, sendo praticamente dizimado pelas tropas portuguesas. Entre os líderes estava Zumbi, que teria liderado Palmares até seus últimos dias, ao lado de outras figuras históricas como Dandara e Acotirene. O quilombo chegou a reunir 30 mil pessoas, entre africanos e indígenas, que viviam em uma organização social semelhante a uma república.

Existem poucas imagens que remetem ao Quilombo de Palmares, principalmente na perspectiva de resistência. Uma das únicas pinturas catalogadas sobre o quilombo é atribuída ao holandês Gaspar Barléu, que esteve no Brasil na primeira metade do século XVII,

contratado pelo conde Maurício de Nassau para registrar seus feitos à frente da administração do Brasil Holandês. Ele retratou (Figura 2) o que parece ser um posto de observação à beira de um rio, que também serviria de ponto de referência para a pesca coletiva.

Figura 2: *Palmares*, de Gaspar Barléu



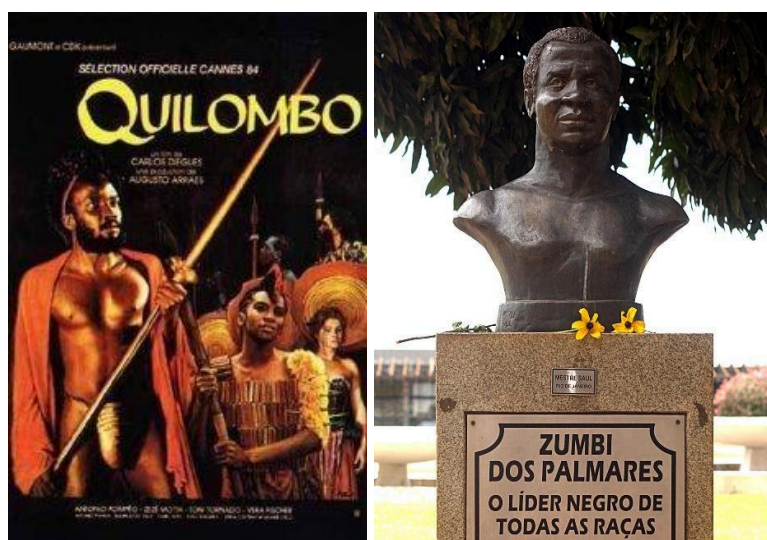
Fonte: *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1647).

Embora a imagem revele a engenhosidade e tecnologia quilombola, em suas descrições, Barléu aborda a geografia palmarina e sua forma de organização sempre dando ênfase à selvageria dos palmarinos: “[...] para onde se dirigia uma aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas (*sic*), os quais eram dali mandados às Alagoas para infestarem (*sic*) as lavouras [...]”. O ponto de vista do pintor é de quem considerava Palmares uma ameaça inimiga para os interesses holandeses, o que inclusive é considerado um fator importante para a demora do envolvimento dos portugueses no extermínio da República Palmarina.

A imagem de Palmares como símbolo de resistência foi atualizada a partir do século XX, quando o movimento negro brasileiro e alguns artistas produziram novos tipos de

registro, como a imagem de Zumbi de Palmares, que se transformou em busto na capital federal em 1995, e o filme *Quilombo*, de 1984, com direção do cineasta Cacá Diegues e elenco negro.

Figuras 3 e 4: Cartaz do filme *Quilombo*, de Cacá Diegues, e busto de Zumbi na Praça Central do Conic em Brasília.



Fonte: Filmow⁴.

A convite da Fundação Cultural Palmares, em 2017, pouco antes do início deste doutoramento, estive na Serra da Barriga para a reportagem especial⁵ *Palmares vive*, que tinha como ponto de partida a entrega do título de Patrimônio Cultural do Mercosul. Na ocasião, pude realizar uma série de entrevistas que ajudaram a compreender o significado histórico de Palmares, também conhecida como Angola Janga. O historiador e babalorixá Célio Rodrigues descreve a Serra como um lugar sagrado.

Éramos pra subir o Platô descalços porque ali foi derramado o sangue dos nossos ancestrais. Hoje, Alagoas era pra ser o maior pólo bantu do mundo fora da África. Infelizmente, os nossos ancestrais palmarinos, na grande maioria bantus, tiveram suas vidas ceifadas. E ali doaram suas vidas pela resistência primeiro da religiosidade e segundo da terra que eles almejavam criar aqui no Brasil. Então, isso é de grande importância. E é necessário a gente dizer isso não só para Alagoas, para o Brasil, e sim para o mundo. A importância cultural, social e religiosa da serra da barriga. A primeira ideologia de liberdade foi plantada aqui.

⁴ Disponível em: <https://filmow.com/quilombo-t10861/>. Acesso em 2 nov. 2023.

⁵ O especial *Palmares vive* foi exibido no programa *Caminhos da Reportagem*, da TV, em novembro de 2017. Disponível em <https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhos-da-reportagem/2017/11/palmares-vive>. Acesso em: 2 dez. 2023.

Professor do curso de História da Universidade Federal de Alagoas e coordenador do Núcleo de Estudos Africanos, Clébio Correia de Araújo também foi um dos entrevistados do especial *Palmares vive*. Para ele, a Serra da Barriga, que hoje abriga o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, é “o marco, o símbolo maior da maior experiência de reinvenção das africanidades na América Latina”.

Na verdade, a Serra é um dos núcleos que compunham a confederação de mucambos e de cidades negro afrobrasileiras, chamada Palmares. A Serra era o núcleo principal onde ficava a fortaleza com toda estrutura, onde ficava o rei de Palmares. O mais famoso deles Ganga Zumba e depois Zumbi. E a Serra tem essa representação de afirmação dos Palmares como estado soberano. (...) Então, Palmares e a Serra da Barriga como símbolo maior de Palmares, tem antes de tudo esse significado para a história dos afrobrasileiros, da própria nação brasileira e da América Latina como um todo. É o marco maior da reconstrução de forma soberana dos africanos diaspóricos no processo de retirada deles lá do continente africano e vinda e dispersão pelo continente americano.

Clébio Correia de Araújo ainda destaca que Palmares fica para a resistência negra como referencial de estratégia, baseada no deslocamento e na mobilidade. A possibilidade de ressurgimento do quilombo viria a se tornar o grande terror da sociedade senhorial alagoana.

E daí que a violência contra qualquer forma de organização política em Alagoas, que tenha como mote a afirmação da negritude, seja tão grande. Essa elite sabe de quem nós descendemos. Nós descendemos de Palmares. A gente tem, nas nossas veias, a gente tem na nossa cultura, nos nossos valores, introjetados, passado de pai pra filho durante gerações, a gente tem essa cultura palmarina de saber fazer a guerra se deslocando, se invisibilizando. Antes, a invisibilidade era a floresta que dava, hoje a gente se invisibiliza nas grotas das cidades, nas favelas, na máscara do urbano, como foram os nossos sacerdotes na época do quebra e mesmo com o quebra, durante 30 anos, mantiveram o Xangô alagoano existindo, ainda que sem atabaque, sem fio de conta, sem brajá, sem poderem ostentar fisicamente as suas indumentárias. Mas, o Xangô alagoano tá aí, mas vivo do que nunca. Esse é o grande patrimônio de Palmares.

Transformar Palmares em símbolo da luta negra brasileira exigiu empenho de gerações de militantes negros. Carlos Moura, primeiro presidente da Fundação Cultural Palmares, contou em entrevista à autora desta tese como se davam as subidas à Serra da Barriga na década de 1980, em plena Ditadura Militar. Segundo ele, o movimento negro se organizou e disse “vamos revelar Zumbi, vamos revelar Serra da Barriga à sociedade Brasileira”. A data escolhida foi o 20 de novembro, estabelecido como Dia da Consciência Negra pelo Movimento Negro Unificado (MNU), a partir de pesquisas realizadas pelo poeta gaúcho

Oliveira Silveira, que indicaram a data como a da morte de Zumbi, grande líder palmarino assassinado em 1695 pelas tropas portuguesas, um ano depois do massacre no quilombo⁶.

Caravanas de negros e negras, e também aliados e indígenas e também não-negros e não-indígenas chegavam à União dos Palmares e subiam a Serra da Barriga cantando, dançando, rezando, pagando promessas, brincando... fazendo entretenimento... Enfim, era uma festa! Mas uma festa com o seu sentido mais profundo, né, que era o sentido do resgate, que era o sentido da cidadania, que era o sentido da representação de uma categoria social menosprezada, mas que reconhecia seus valores e, através daquele símbolo, no caso a Serra da Barriga, pretendia, como conseguiu, verbalizar e jogar pra todo o país os valores da cultura afrobrasileira.

As primeiras subidas da Serra da Barriga foram registradas pelo fotógrafo Januário Garcia, que se notabilizou como autor de parte dos principais registros históricos do movimento negro desde os anos 1970. Januário também foi entrevistado para o especial *Palmares vive* e contou ter fotografado na Serra personalidades como o intelectual, artista e político Abdias do Nascimento; a antropóloga, filósofa e ativista negra Lélia Gonzalez; a mãe Hilda de Jituolú (uma das criadoras do bloco afro Ilê Aiyê); e até mesmo Stokely Carmichael, um dos grandes líderes do movimento negro americano.

Foi muito interessante é que você vai subindo, o caminho na época era uma picada que você tinha que subir. Mas foi interessante que quando você chegava no alto da Serra você via todo o vale. Aí que você entende como é que aquilo foi importante estrategicamente, porque há quilômetros os palmarinos viam quem estava vindo. É muito incrível a Serra da Barriga. É uma coisa muito incrível. Que até hoje as pessoas não conseguiram ainda... sabe, mostrar o que é aquela grandeza dentro da história brasileira.

⁶ Projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e de autoria da deputada negra Reginete Bispo (PT-RS) torna o 20 de novembro em feriado nacional e Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Figura 5: Fotografia de Januário García, extraída de *25 anos de Movimento Negro no Brasil*



Da esquerda para a direita: Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Edialede, Deputado José Miguel e Helena Theodoro.

Fonte: Instituto Moreira Sales⁷.

Distante apenas dez quilômetros da entrada da Serra da Barriga, o quilombo do Muquém guarda o legado de resistência palmarina. Em entrevista ao especial *Palmares Vive*, a líder quilombola Albertina Nunes da Silva conta que a comunidade foi criada a partir de um casal que se salvou do massacre na Serra. Os séculos que se passaram não foram suficientes, no entanto, para que a comunidade se visse livre do racismo e da restrição do acesso a direitos.

Amuquenhar significa se esconder. Por isso que a comunidade ganhou o nome de Muquém. Que significa se amuquenhar. Aí desse casal foi gerada toda essa família. Onde você chegar você vai ver: Nunes, Nunes, Nunes, Nunes da Silva. Tudo é uma família só. (...) A gente ainda recebe discriminação na cidade. Porque sempre quando vê: olha os negros do Muquém. Antes era nome pior. Era cada palavrão. Hoje não. Os negros do Muquém só querem ser eles. Agora como são reconhecidos, a comunidade é reconhecida internacionalmente através do artesanato, comunidade tem o título de quilombola, através do presidente Lula. Então, a gente melhorou muito na visão das pessoas, mas antes a gente sofria muito. (...) As mulheres do Muquém, além de comandar, são fortes e guerreiras. Como Dandara, Acotirene.

Em busca da história e da força quilombola, turistas sobem a Serra da Barriga para sentir os ares de luta pela liberdade. Grupos de capoeiristas estão sempre na região e participam de forma ativa das celebrações de 20 de novembro, O mestre José Lucas Venceslau

⁷ Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/januario-garcia/>.

da Silva, do grupo Muzenza, desenvolve um trabalho com estudantes do município alagoano de Porto de Pedras para dar apoio a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Também em entrevista à autora, por meio do documentário *Palmares Vive*, ele contou que leva os estudantes para a serra e como cada visita fortalece seu entendimento sobre a força quilombola.

Quilombo dos Palmares pra mim é uma fonte de renovação, cada vez que eu venho aqui buscando novas energias vem da nossa ancestralidade né, um povo que lutou pelos ideais que hoje também a gente luta, o preconceito, a discriminação, o racismo. Então estar aqui nesse solo sagrado pra mim é uma fonte de energia, renovar as minhas energias, é isso que eu venho passando pros meus alunos do projeto e cada vez que eu venho aqui pra mim não é igual as outras vezes que eu vim, é totalmente diferente, é uma nova etapa, é um novo estar aqui no Quilombo dos Palmares.

A história do Quilombo de Palmares é ainda mais inspiração para lideranças quilombolas contemporâneas, como Denildo Rodrigues de Moraes, conhecido como Biko, e outro importante interlocutor da autora desta pesquisa, não apenas no âmbito do especial *Palmares vive*, mas também nas diversas reportagens realizadas nos últimos 10 anos sobre o tema. Integrante da coordenação da Conaq, Biko é do Quilombo do Ivaporunduva, Vale do Ribeira, São Paulo. A comunidade foi fundada no final do século XVI, possivelmente antes mesmo de Palmares, que data de 1597.

A minha comunidade é de 1559. Embora que registro pontual mesmo a gente tem com o início da construção da igreja, que tá no livro do tombo, em 1630, o início da construção da igreja. (...) A história do Palmares pra nós representa uma história de uma organização muito grande, política né, de luta conta um modelo existente no período, que era o modelo escravocrata, o modelo que aonde escravizava os negros pra manter os luxos dos brancos, né. A Serra da Barriga, pra nós, é um lugar místico, um lugar sagrado, onde repousa parte da nossa história, né. Porque a nossa história, a história quilombola, do povo negro, tá espalhada por todo o território nacional. E Serra da Barriga é um lugar simbólico, místico pra nós. Um lugar que serve de inspiração pra que a gente possa conversar com nossos antepassados, pra que a gente possa planejar nosso futuro.

Apesar de exaltar Palmares, o movimento quilombola contemporâneo também busca destacar outras formas de afirmação e continuidade. As comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas no Brasil compreendem diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, em que, inclusive, não apenas os afrodescendentes estão envolvidos. Incluem fugas com ocupações de terras livres,

mas também heranças, doações, pagamento por serviços prestados ao Estado, permanência nas terras em grandes propriedades, bem como a compra durante ou depois da vigência do sistema escravocrata no país. Espaços que também são denominados como “terras de preto” (Almeida, A., 2006, pp. 113-114).

No final do século XIX, as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil transformaram-se em sinônimo de luta contra a opressão e adquiriram uma mística que alimentou o sonho de liberdade dos afrodescendentes em processo de autoafirmação étnica, conforme reflexões da historiadora Beatriz Nascimento (Nascimento, B., 1985, pp. 41-49). Além de inspirarem o movimento negro, os quilombolas seguiram em luta pela titulação de suas terras, contra o racismo, pela autoafirmação cultural e pelo acesso a políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento agrário.

Uma das principais organizações responsável pela mobilização da luta é a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). A entidade mantém uma forte ação política, parcerias com diversos movimentos sociais, organizações não governamentais e internacionais. Em 2020, diante da pandemia da covid-19, a Conaq investiu em formação de comunicadores e canais de comunicação, com divulgação permanente de agendas por meio de *site* e redes sociais (*Facebook*, *Twitter* e *Instagram*)⁸. Foram realizadas *lives* (transmissões ao vivo) e “tuitaços” em defesa de ações do governo federal de assistência de saúde e social às comunidades, bem como de mobilização de voto em candidaturas quilombolas para as eleições municipais.

Em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e apoio de outras organizações⁹, a Conaq criou a plataforma *Observatório da Covid-19 nos Quilombos*¹⁰, que registra o número de casos e mortes por coronavírus nas comunidades. A plataforma também reúne dados sobre ações realizadas de forma autônoma (em relação ao Poder Público) para conter o avanço da doença e cobrar providências das autoridades. Um *clipping* mostra a cobertura dos veículos de comunicação sobre a pandemia nas comunidades quilombolas. E um mapa digital revela o número de unidades hospitalares nos municípios onde estão localizados os territórios. Para a elaboração do mapa, a Conaq e o ISA usaram como referência dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁸ Disponível em: <http://conaq.org.br/>. Acesso em 11 out. 2020.

⁹ Entre elas, Fundação Gordon e Betty Moore, Embaixada da Noruega, União Europeia, Fundação Rainforest (Noruega) e Fundação Good Energies (Suíça).

¹⁰ Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em 11 out. 2020.

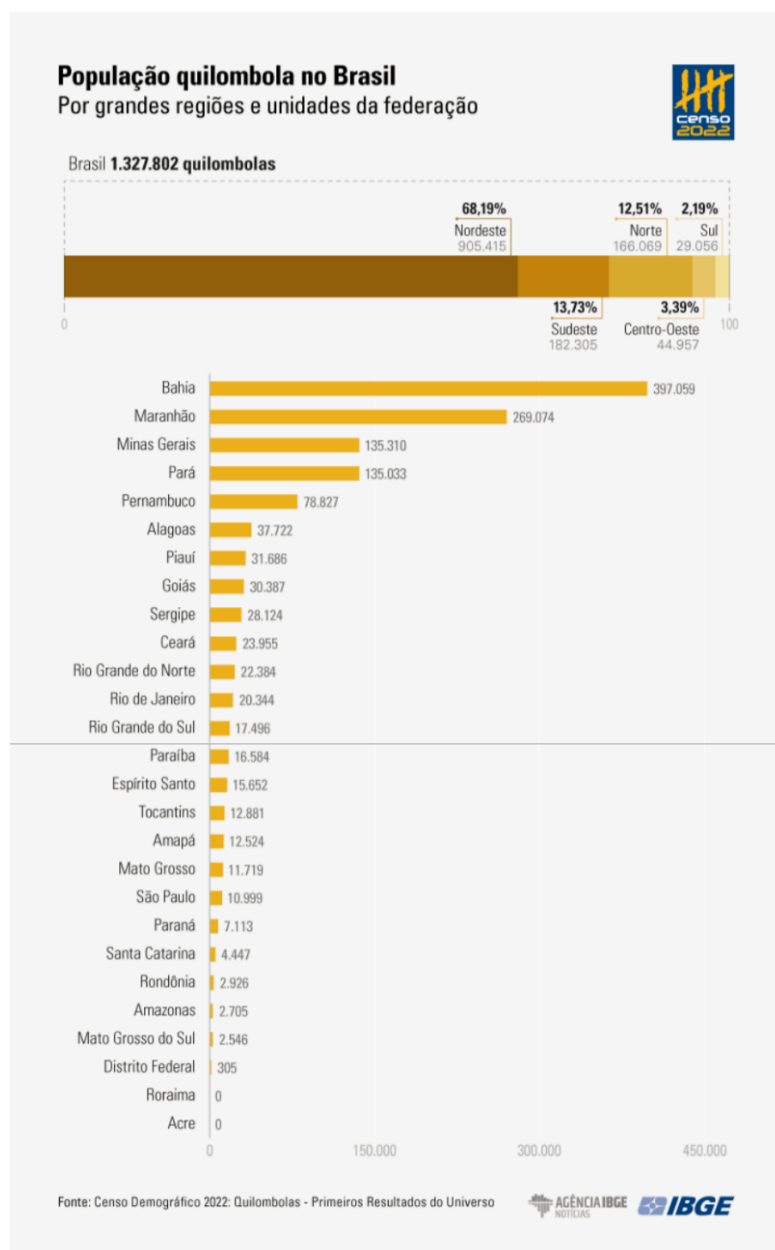
Em 2023, o IBGE divulgou os resultados do Censo 2022, primeiro da história a contar a população quilombola¹¹ e considerado um gesto político de reparação histórica do Estado brasileiro. De acordo com os dados do levantamento, o Brasil possui 1,32 milhão de pessoas quilombolas, ou 0,65% do total de habitantes do país. A análise revela que foram encontrados 473.970 lares nos quais residia pelo menos um indivíduo de origem quilombola, distribuídos por 1.696 municípios brasileiros. A Região Nordeste concentra a maior parte, representando 68,19% do total de quilombolas, equivalente a 905.415 pessoas.

Apenas 4,3% da população quilombola reside em áreas formalmente tituladas no processo de regularização fundiária. A Bahia se destaca como a Unidade da Federação com o maior contingente de quilombolas, totalizando 397.059 pessoas, ou 29,90% da população quilombola recenseada. Em seguida, o Maranhão abriga 20,26% desse grupo, representando 269.074 pessoas quilombolas. Juntos, esses dois estados concentram 50,16% da população quilombola do país.

Outros estados com população significativa são Minas Gerais (135.310), Pará (135.033) e Pernambuco (78.827), que, somados, abrigam 26,3% da população quilombola. O Maranhão apresenta o maior percentual de quilombolas na população estadual (3,97%), seguido por Bahia (2,81%), Amapá (1,71%), Pará (1,66%), Sergipe (1,27%) e Alagoas (1,21%).

¹¹ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recor-te-inedito-do-censo>.

Gráfico 1: População quilombola no Brasil (Censo 2022)



Fonte: IBGE, 2023¹².

Dos 5.568 municípios brasileiros, 1.696 têm população quilombola registrada. Senhor do Bonfim/BA lidera em quantidade absoluta, com 15.999 pessoas quilombolas, seguida por Salvador/BA (15.897), Alcântara/MA (15.616) e Januária/MG (15.000). Quanto à proporção de quilombolas em relação à população total do município, Alcântara/MA se destaca com 84,6%. Outros municípios notáveis incluem Berilo/MG, Cavalcante/GO, Serrano do

12

Disponível

em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/07/populacao-quilombola-e-de-1-3-milhao-indica-recorde-inedito-do-censo>. Acesso em: 2 dez. 2023.

Maranhão/MA e Bonito/BA, todos com mais de 50% de sua população declarada como quilombola.

Com relação ao processo de regularização, de acordo com o IBGE, há 494 territórios oficialmente delimitados para quilombolas, distribuídos em 24 estados e no Distrito Federal, com aparente ausência de população quilombola no Acre e em Roraima. Apenas 12,6% da população quilombola reside em territórios oficialmente delimitados, enquanto 87,4% estão fora de áreas formalmente reconhecidas. A Região Norte se destaca, com 31,3% de sua população quilombola residindo em territórios delimitados, a maior proporção entre as cinco grandes regiões. Isso representa 52.012 pessoas ou 31,1% do total nacional.

Os estados com as maiores proporções de quilombolas em territórios delimitados são Amazonas (45,43%), Sergipe (45,24%) e Mato Grosso do Sul (44,97%). Em contraste, os percentuais mais baixos são encontrados em Alagoas (1,83%), Minas Gerais (3,38%) e Bahia (5,23%).

Com base no banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é possível identificar a dimensão dos territórios delimitados por hectares a partir de processos de regularização nas esferas federal, estaduais, municipais, e em parcerias entre os entes federativos e a União, conforme tabela abaixo, referente ao período de 1995 a novembro de 2023.

Tabela 1: Territórios quilombolas delimitados (em hectares)

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DELIMITADOS	
Esferas	Hectares
Federal	218.100
Estadual	861.500
Parcerias	21.900
Municipais	5.100
Total	1.101.748,40

Fonte: elaborada pela autora, com base em dados fornecidos pelo Incra¹³.

O número de comunidades quilombolas tituladas tende a aumentar nos próximos anos, tendo em vista o número de comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. De acordo com dados disponíveis no *site* da instituição, em novembro de 2023, havia 2.988 comunidades quilombolas certificadas¹⁴. O certificado, diferentemente do título, não garante a posse coletiva da terra. A legislação que orienta a regularização e a certificação de terras

¹³ Dados obtidos a partir de solicitação formal ao órgão, por *e-mail*, em novembro de 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 30 nov. 2023.

quilombolas está baseada no art. 68 da Constituição de 1988, que garante “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988, art. 68).

O dispositivo constitucional deu origem ao Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que define as atribuições do Incra no processo de titulação e, da Fundação Palmares, no processo de certificação. O certificado é concedido a partir do direito à autodefinição, previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os pré-requisitos necessários para a autodeclaração estão previstos na Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007, da Fundação Cultural Palmares. Além de atas de assembleia da associação que representa a comunidade quilombola e relatos históricos, também podem ser apresentados “fotos, registros de nascimento e óbito, títulos de propriedade ou posse, pesquisas e reportagens”¹⁵, o que evidencia a importância da comunicação como um recurso de visibilidade e empoderamento.

No entanto, a mídia privada brasileira reproduz historicamente o discurso escravocrata da elite política e econômica, que se coloca contrária ao direito à posse coletiva de terras para comunidades afrodescendentes, como registram os estudos feitos por Clavelin (2011) e Anjos (2009). As fontes ouvidas por essa mídia privada são, em geral, representantes do setor agrário, minerador e militar, interessados em ocupar esses territórios (Amaral Filho, 2006). A defesa e a visibilidade da luta quilombola, no entanto, encontra eco na mídia negra, alternativa e pública (Silva, N.O, 2017; Santos, R., 2018).

As próprias comunidades quilombolas atuam no agendamento midiático, até mesmo produzindo e dando visibilidade a pesquisas e reivindicações. Um exemplo disso é o estudo *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*, cuja primeira edição foi publicada em 2018, e a segunda, em 2023.

Na primeira edição do levantamento (2008-2017), havia um registro de 38 assassinatos ao longo de dez anos (2008-2017). A média anual de assassinatos (3,8) passou a ser de 6,4 ao ano. Em 15 anos, 70 quilombolas foram assassinados.

¹⁵ Disponível

<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 30 nov. 2023.

em:

Figura 6: Capa de *Racismo e violência contra quilombos no Brasil* (2018, 1ª edição)

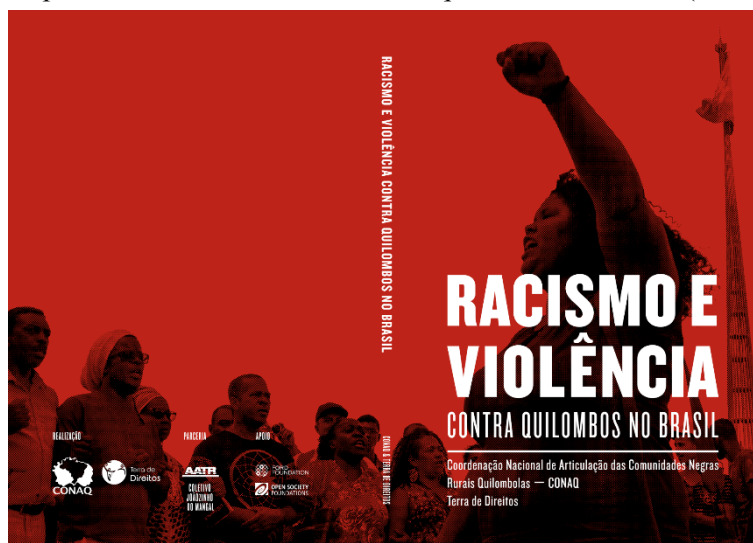
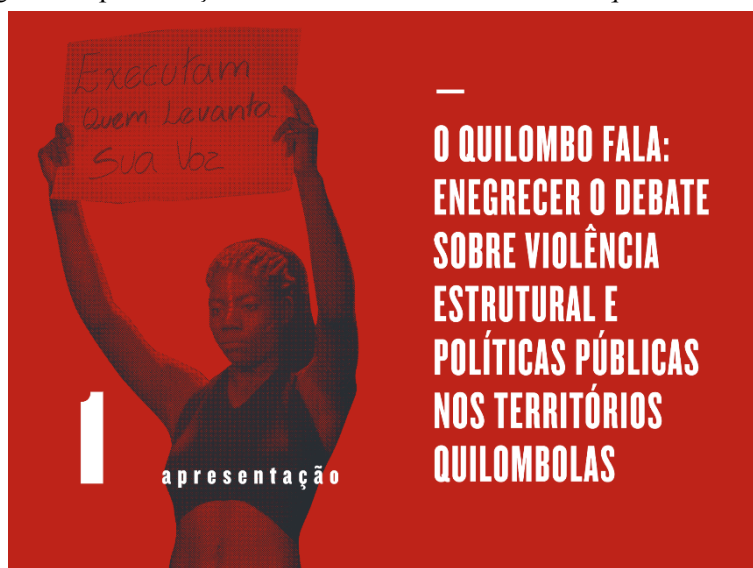


Figura 7: Página de apresentação de *Racismo e violência contra quilombos no Brasil* (2018)



A publicação de 2023, organizada pela Conaq e pela organização não governamental Terra de Direitos, mostra que a média anual de assassinatos praticamente dobrou em cinco anos, quando comparada ao período de 2008 a 2017. A pesquisa revela que, entre 2018 e 2022, ocorreram 32 assassinatos em 11 estados. Segundo o estudo, as principais razões desses ataques foram conflitos fundiários e violência de gênero. Pelo menos 13 quilombolas perderam a vida no contexto de luta e defesa do território. A morte de mãe Bernadete Pacífico, na Bahia, ocorrida em agosto de 2023, não foi incluída no estudo. Mas, no ano de 2023, um levantamento preliminar registrou sete mortes.

A fotografia que ilustra a capa da segunda edição do relatório Racismo e violência contra quilombos no Brasil foi também a mais reproduzida na imprensa e nas redes sociais após a morte da mãe Bernadete. O autor da foto, Walisson Braga Costa, é um artista e comunicador quilombola da comunidade Mesquita (GO), que em 2022 havia produzido para a Conaq uma ensaio fotográfico com lideranças quilombolas. Em um rico e delicado relato sobre o processo de produção da foto¹⁶), Walisson afirma que a fotografia é uma ferramenta de grande importância para perpetuação da cultura e da memória dos quilombos: “E que nenhuma outra foto das demais mulheres que fizeram parte deste ensaio fotográfico, viralize quando acontecer alguma tragédia do mesmo tipo”.

Figura 8: Capa de *Racismo e violência contra quilombos no Brasil* (2023, 2ª edição)



Na foto, a mãe Bernadete Pacífico, assassinada em 2023 na Bahia.

Em entrevista à Agência Brasil¹⁷, a socióloga Givânia Maria da Silva, já citada nesta tese, relatou que o levantamento foi conduzido diretamente nas comunidades. Ela afirmou que os números vão além do que é divulgado pela mídia e refletem uma estrutura racista na

¹⁶ Disponível em https://www.instagram.com/p/CymN9yeOHUc/?img_index=1. Acesso em: 19 out 2023.

¹⁷ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/media-de-mortes-de-quilombolas-dobra-entre-2018-e-2022-diz-pesquisa>. Acesso em: 3 dez. 2023.

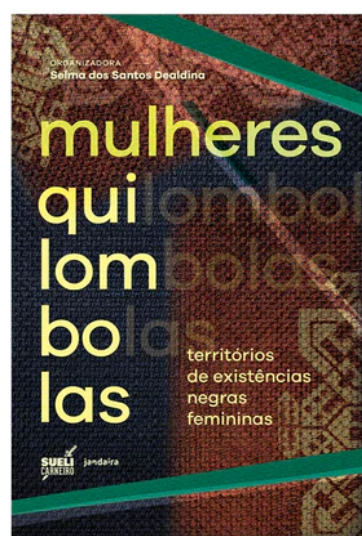
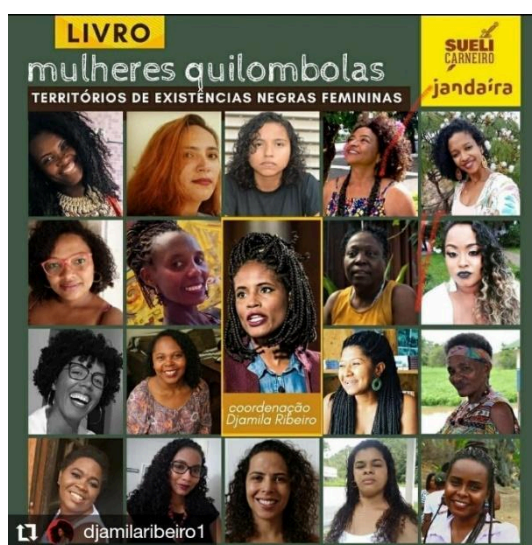
sociedade brasileira. Os estados do Maranhão (9), da Bahia (4), de Pernambuco (4) e do Pará (4) lideram em números de casos de assassinatos.

As entidades realizadoras do estudo recomendaram a elaboração de planos de titulação dos territórios quilombolas pelos estados e municípios, com metas anuais concretas, orçamento adequado e estrutura administrativa. O levantamento reiterou a necessidade de proteção aos defensores de direitos humanos.

Ainda em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania reinstalou a Comissão Nacional do Enfrentamento à Violência no Campo, que reiterou a necessidade de proteção coletiva de povos indígenas e quilombolas em sua última reunião. A comissão pretende estabelecer um protocolo de investigação de crimes praticados contra defensores de direitos humanos e acelerar as ações relacionadas à reforma agrária e à demarcação de territórios tradicionais para evitar a escalada de tensões e conflitos.

Todo esse debate tem contado com o protagonismo de mulheres quilombolas que, durante a pandemia de covid-19, se articularam para produzir o livro *Mulheres quilombolas - territórios de existências negras femininas*, organizado por Selma dos Santos Dealdina, da coordenação da Conaq e quilombola do Território do Sapê do Norte, no Espírito Santo, e coordenado pela filósofa Djamila Ribeiro. A publicação, que também contribui no agendamento da mídia e visibilidade de fontes, reúne as vozes de dezoito mulheres de diferentes comunidades quilombolas, de todas as regiões do país, para tratar de diversos temas a partir de suas cosmovisões e elaborações de mundo.

Figuras 9 e 10: Material de divulgação de *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*



Em seu artigo, Selma proclama: “Toda mulher negra é um quilombo” (Dealdina, 2020, p. 37).

Historicamente, seguimos passos que vêm de longe, iniciados com Dandara dos Palmares, Anastácia, Aqualtune, Zeferina, Acotirene, Tereza de Benguela, Maria Aranha, Zacimba Gaba e tantas outras mulheres importantes para a continuidade da luta nos dias atuais. (...) No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos griôs, da roça, das sementes, da preservação dos recursos naturais fundamentais para a garantia de direitos. Nos quilombos, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade. (...) São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências.

Ao mencionar a transmissão de valores pela oralidade, a autora traz uma reflexão que remete à importância da comunicação interpessoal no contexto das comunidades quilombolas. No mesmo artigo, ela relata sobre uma oficina realizada com mulheres quilombolas no Quilombo Ribeirão do Mutuca, em Nossa Senhora do Livramento, conhecido como território de Tereza de Benguela, uma das maiores lideranças quilombolas da história.

Em 2014, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014, que estabeleceu o dia 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A data também remete ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, criado pela *Red de Mujeres Afrolatinoamericanas Afrocaribeñas y de la Diáspora* e difundido no Brasil a partir do Festival Latinidades.

A primeira edição do festival ocorreu em 2008, em Brasília, a partir de uma iniciativa liderada pela jornalista e produtora cultural negra Jaqueline Fernandes. Ao longo das edições anuais, esse festival também abriu espaço para mulheres quilombolas amplificarem suas agendas e vozes, entre elas as já mencionadas lideranças Selma Dealdina e Givânia Maria da Silva¹⁸. São iniciativas e parcerias como essas que fortalecem a visibilidade e alargam as potencialidades da comunicação quilombola em um cenário de luta e enfrentamento.

2 Comunicação e tipos ideais

Após abordar o contexto sócio-histórico em que se dá esta pesquisa de doutorado, passaremos agora a explicitar os referenciais metodológicos do campo da comunicação.

¹⁸ Desde que foi criado, o Festival Latinidades edita publicações com apresentações de participantes transcritas na íntegra ou em partes. Os registros das falas de lideranças quilombolas sobre comunicação merece uma pesquisa à parte e estão disponíveis em <https://afrolatinas.com.br/instituto-afrolatinas/publicacoes/>.

Tomaremos como referência metodológica principal desta pesquisa a proposta de tipo ideal do alemão Max Weber e a aplicação dessa metodologia na área de comunicação por autores como Charron e de Bonville (2016), Seibt (2019) e Moreira (2015), bem como a articulação desse quadro teórico com o pensamento negro contemporâneo e decolonial (Nascimento, B., 1985; Nascimento, A., 2002; Moura, C., 1987; Cabral, 2010) a partir da análise de estudos já realizados sobre o tema.

O conceito de tipo ideal está presente em diversos textos de Weber. Entre eles, a obra póstuma *Economia e sociedade* (Weber, 2015), que reúne diversos textos do autor. A publicação foi organizada por Marianne Weber e impressa, originalmente, em 1922. Trinta e quatro anos depois, Johannes Winckelmann reorganizou os textos. Essa versão deu origem às edições publicadas pela Editora da Universidade de Brasília (UnB), sendo a 4ª edição, de 2015, aquela na qual esse trabalho se baseia.

O texto situa a Sociologia como uma ciência que pretende “compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (Weber, 2015, p. 3). Para compreender a ação social, o autor propõe a busca por regras gerais de acontecimentos não isolados, que seriam os tipos ideais. Essa busca deve ser guiada por conceitos e regras racionais, valores ou fins, levando em conta fenômenos históricos e parâmetros comparativos. É possível ainda se referenciar em fenômenos irracionais, como os proféticos e os afetivos, desde que com base em conceitos teóricos adequados e explicitados. A definição de tipos ideais de ação social dependerá, portanto, da linha teórica escolhida para a análise.

Do ponto de vista sociológico, Weber (2015, p. 15) estabelece quatro tipos de ação social: de modo racional referente a fins; de modo racional referente a valores; de modo afetivo, especialmente emocional; e de modo tradicional, por costume arraigado. Os chamados tipos puros serviriam de parâmetro de análise, não como uma idealização para adequar a realidade às hipóteses de pesquisa. Por isso, a importância da observação, da sistematização dos dados, da comparação e até mesmo da utilização de categorias de análise presentes em outros campos do conhecimento.

O sociólogo e filósofo francês Julien Freund (1987) destaca que, na concepção weberiana, “nenhum sistema é capaz de reproduzir integralmente a infinidade do real e nenhum conceito é capaz de reproduzir integralmente a diversidade intensiva de um fenômeno particular” (Freund, 1987, p. 48). O tipo ideal seria, portanto, um caminho teórico-metodológico que conduz a uma abordagem do real a partir de certos pontos de vista e relação com valores. Ou seja, uma “acentuação ou amplificação unilateral de pontos de vista,

que reúnem, em um quadro de pensamento homogêneo, traços e características de uma realidade singular” e, por isso mesmo, uma abordagem que permite a elaboração de tipos ideais sempre novos, uma vez que “a sociedade não cessa de indagar, a partir de outros pontos de vista, a realidade que ela acredita conhecer” (Freund, 1987, p. 53).

Seguindo esses passos, os pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2016) se basearam no arcabouço teórico e metodológico weberiano para desenvolver estudos sobre mudanças estruturais do jornalismo. Eles elaboraram, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, quatro tipos ideais de jornalismo: de transmissão, de opinião, de informação e de comunicação. O ponto de partida dessa categorização foi a análise da trajetória da imprensa na América do Norte, com vistas a uma “nova concepção da historiografia do jornalismo e da imprensa”, capaz de enfrentar o desafio de “destrinchar as relações complexas entre as condições sociais de produção do discurso jornalístico e as características desse discurso, cujos objetos, formas, regras e intenções de comunicação variam no tempo e no espaço” (Charron; Bonville, 2016, p. 27).

Os quatro tipos ideais de jornalismo estariam, portanto, marcados por modos específicos e singulares de conceber e praticar o jornalismo, classificados pelos pesquisadores canadenses como paradigma jornalístico. No tipo ideal de “Jornalismo de Transmissão”, estariam incluídos os primeiros jornais e gazetas que surgem no século XVII, por onde seriam difundidos anúncios e correspondências. A identidade discursiva dos jornalistas ou mesmo dos gazeteiros estaria ausente. Isso já não ocorreria no tipo seguinte, o “Jornalismo de Opinião”, no início do século XIX.

O “Jornalismo de Informação” constituiria o tipo ideal seguinte, nascido no final do século XIX, a partir da intensificação das trocas comerciais e da industrialização. Os jornais passam a se estruturar como empresas, interessadas em ampliar o público de leitores e os ganhos publicitários. Com isso, tentam se afastar do discurso político alinhado a apenas um grupo de interesse. A identidade discursiva é alterada e se baseia em técnicas para apurar/redigir uma informação supostamente factual, imparcial e objetiva. O registro e a distribuição dos conteúdos são beneficiados por novos equipamentos, como telefone e telégrafo, e maquinários, como as rotativas. Os jornais passam a dividir a audiência do rádio e da televisão.

Esse paradigma começa a ser colocado em cheque a partir das décadas de 1970 e 1980, quando, de acordo com os estudos de Charron e Bonville (2016), emerge uma nova fase de transformação. A prática jornalística se altera de acordo com um novo tipo ideal, chamado de “Jornalismo de Comunicação”. Ele se consolida a partir das inovações técnicas, da

desregulamentação e da liberalização dos mercados, que teriam favorecido a multiplicação dos suportes midiáticos e dos serviços de informação (Charron; Bonville, 2016, p. 29).

A internet e outras redes digitais/sociais ganham espaço. Os dispositivos de acesso são cada vez mais portáteis e interativos, permitindo aos usuários em geral se tornarem até mesmo produtores de conteúdo. Com isso, o discurso jornalístico tenta fortalecer os laços com a audiência por meio de uma produção mais especializada e intersubjetiva. Todas as funções do discurso são ativadas para efetivar a comunicação quase interpessoal com o público.

O hibridismo entre o discurso de imprensa e as outras formas do discurso midiático é tolerado, até mesmo encorajado: a ficção se mistura à realidade; notícias secundárias adquirem o *status* de acontecimento; a informação se faz entretenimento e adota facilmente o tom do humor ou um tom familiar, de conversa; a efusão e a emoção substituem a explicação; o tom e o estilo do discurso promocional impregnam o discurso de imprensa. (Charron; Bonville, 2016, p. 30).

Podemos destacar, portanto, que os autores formulam seu modelo de tipo ideal com base em paradigmas jornalísticos descritos a partir do discurso (transmissão, opinião, informação, comunicação). Não deixam de levar em conta o contexto sócio-histórico, tecnológico, político e cultural, mas colocam a lente voltada para a forma como esses aspectos influem no discurso jornalístico.

Charron e Bonville seguem a metodologia weberiana também quando descrevem os tipos ideais de jornalismo como um instrumento de comparação, que possibilita não apenas obter parâmetros, como testar e reaplicar os modelos. Dessa forma, os pesquisadores alertam que o tipo ideal não constitui uma descrição da realidade: “o quadro claro e coerente que ele desenha não tem a pretensão de uma perfeita conformidade com o real; trata-se de um conjunto de proposições que servem de guia para a observação da realidade e a formulação de hipóteses” (Charron; Bonville, 2016, p. 37).

Manoel Henrique Tavares Moreira (2015) articulou, em sua tese de doutorado, as proposições dos autores canadenses e o conceito de tipo ideal, para analisar as mudanças estruturais no jornalismo brasileiro e a formação dos impérios midiáticos. Ele situou o estudo na transição do tipo ideal “Jornalismo de Opinião” para o “Jornalismo de Informação” a partir da análise de dois conglomerados de mídia: os Diários Associados e o Grupo Globo. Essa transição teria ocorrido a partir de mudanças sociais, técnicas e profissionais que criaram “as condições essenciais para a implantação de um jornalismo economicamente viável, organizado em bases empresariais, com uma maior independência em relação ao poder político” (Moreira, 2015, p. 16).

De acordo com o pesquisador, a linha editorial, o discurso jornalístico e o perfil profissional também passaram por modificações. Sai de cena o texto opinativo, que assume um dos lados da disputa política, e entra um texto mais descritivo, supostamente factual e informativo, que tenta garantir recursos publicitários de variados setores da sociedade. O viés noticioso das publicações norte-americanas chega ao mercado brasileiro.

Jornalistas e escritores negros como João do Rio, José do Patrocínio e Machado de Assis levam para as páginas dos jornais notícias e crônicas sobre o rápido processo de urbanização e a derrocada da sociedade escravocrata (Moreira, 2015, p. 66). Alguns anos após a morte dos autores mencionados, os jornais e as emissoras de rádio dos Diários Associados e o Grupo Globo estabelecem novos modelos de negócios para a imprensa no Brasil.

Moreira sugere, portanto, uma rearticulação do pensamento de Charron e Bonville à luz do contexto brasileiro na virada do século XIX para o século XX. Em vez da passagem do tipo ideal “Jornalismo de Opinião” para o tipo ideal “Jornalismo de Informação”, ele propõe a existência de uma transição do tipo ideal “Jornalismo Partidário” para o tipo ideal “Jornalismo Comercial”. Um paralelo ousado e bem fundamentado que se inspira na abertura teórico-metodológica presente nas reflexões weberianas.

Seibt (2019) também explora as potencialidades metodológicas e teóricas do tipo ideal para a comunicação em sua tese de doutorado, realizada a partir do referencial teórico do jornalismo, em diálogo com a tentativa weberiana de “promover uma sociologia da imprensa, mais especificamente uma sociologia do jornalismo” (Seibt, 2019, p. 31). Ela lembra que Weber considerava a imprensa como um tema central sob o qual os sociólogos precisam se debruçar, tendo em vista a sua importância na organização social.

O autor alemão provocava os colegas a pensar sobre quem escreve e sobre o que é escrito. Ele via o jornalismo atravessado pelo poder e pelo capitalismo. Uma estrutura marcada pelas relações de mercado, de trabalho (profissionais) e de natureza discursiva (linguagem). Para Seibt, “essas relações se expressam pelo conjunto das ações dos indivíduos que constituem tal estrutura, o que nos permite tomar o jornalismo como ação social racional, conforme a tipologia de Max Weber” (Seibt, 2019, p. 38).

Ao apresentar o “Jornalismo de Verificação” como um tipo ideal para estudar a prática de *fact-checking* (checagem de fatos) no Brasil, a autora se baseia na formulação teórica-metodológica do estudo sobre os paradigmas jornalísticos de Charron e Bonville. Ela parte do tipo ideal “Jornalismo de Comunicação” para investigar, por meio de entrevistas, observação de rotinas e relatos de experiência, o que chama de “Jornalismo de Verificação”. Um tipo ideal que emerge nas plataformas digitais e se volta para valores como objetividade e

disciplina de verificação. Em sua conclusão, Seibt afirma que o jornalismo de verificação não chega a suplantiar o paradigma do jornalismo de comunicação, mas evidencia mudanças em curso que podem configurar um período pré-paradigmático (Seibt, 2019, p. 231).

Inspirada nesses estudos que articulam o pensamento weberiano com os estudos sobre mudanças estruturais no jornalismo, articulamos o conceito de comunicação quilombola a partir de um quadro de pensamento que relaciona conceitos sociológicos, jornalísticos e historiográficos. A conceituação possibilita ampliar a visibilidade dessa ação social protagonizada por atores e atrizes sociais negros/as, ressaltar a capacidade de produção de conhecimento por parte da população afrodescendente e contribuir para que as comunidades quilombolas possam aprimorar a utilização das estratégias por elas mesmas engendradas.

O método weberiano do tipo ideal será adotado com vistas a uma identificação dos elementos comunicacionais que integram a comunicação quilombola no Brasil. Para isso, tomaremos como base de comparação os tipos ideais de jornalismo estabelecidos por Charron e Bonville (2016). Com foco nos dois primeiros tipos ideais, “Jornalismo de Transmissão” e “Jornalismo de Opinião”, faremos um paralelo entre linhas históricas a partir do trabalho de adequação ao contexto brasileiro feito por Moreira (2015).

Em seguida, abordaremos os registros históricos sobre comunicação quilombola e Negra (Moura, 1988; Pinto; Gomes, 2015). Traremos um quadro analítico no qual faremos um cruzamento entre os elementos observados na comunicação quilombola e negra com os parâmetros que caracterizam os dois primeiros tipos ideais de jornalismo, a partir da concepção de Charron e Bonville (2016).

O primeiro tipo ideal de jornalismo nomeado pelos autores canadenses seria o tipo ideal de “Jornalismo de Transmissão”, descrito a partir de experiências que emergiram na América do Norte no século XVII. Eram jornais e gazetas que se limitavam a publicar anúncios e correspondências. Os impressores, também denominados gazeteiros, atuavam apenas como “elo entre fontes e leitores”, que “recolhem, consignam e difundem em suas gazetas correspondências, anúncios e outras informações que lhes são enviadas” (Charron; Bonville, 2016, p. 28). O jornalismo como profissão e identidade discursiva ainda não estava constituído. Na Europa, mesmo com as prensas comerciais já ativas desde o século XV, a situação era similar.

Já no Brasil, até 1808 – ano da chegada da família real portuguesa – as impressões eram episódicas e concentradas em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco (Moreira, 2015, p. 40). A fabricação e importação de prensas era proibida. Para driblar a censura, em Minas, ainda no final do século XVIII, os líderes da Inconfidência Mineira

afixavam em muros panfletos anônimos com sátiras para disseminar as críticas ao sistema de tributação e às ordens das autoridades reais portuguesas.

O *Correio Braziliense* começou a ser publicado em Lisboa, por Hipólito José da Costa, com primeira edição em junho de 1808. O impresso continha uma série de críticas à colonização portuguesa em solo brasileiro, inclusive à escravidão. A remessa do jornal para o Brasil ocorria de forma clandestina. Portugal só autorizava a existência de publicações que exaltassem a monarquia e dessem publicidade aos seus atos. A censura também alcançava a *Gazeta do Rio de Janeiro*, concessão que, a partir de setembro de 1808, passou a publicar notas oficiais e avisos comerciais, sendo o embrião da Imprensa Nacional.

As gazetas brasileiras estavam, portanto, ainda nos primórdios quando Europa e América do Norte já avançavam no início do século XIX para o que Charron e Bonville chamam de “Jornalismo de Opinião”. A identidade discursiva começava a se formar em um contexto de lutas políticas, conforme apontam os autores (Charron; Bonville, 2016, p. 29):

Lugar de expressão e de combate políticos, o jornal de opinião prega aos convertidos recrutados na elite política, religiosa e comercial. Os limites dos recursos tecnológicos disponíveis e o analfabetismo de grande parcela da população o impedem de atingir um público mais vasto. O jornal de opinião, financiado em parte por seus leitores e pelo mecenato político e em parte pela publicidade, permanece uma folha modesta e austera que não alimenta reais focos comerciais.

A Corte Portuguesa passou a ser pressionada, tanto em Portugal quanto no Brasil, a adotar uma posição mais flexível, que permitisse a liberdade de expressão capaz de dar visibilidade a interesses econômicos e políticos. As pressões faziam parte de um movimento mais amplo, que desejava uma transição da monarquia absolutista para a monarquia constitucional. Um dos caminhos encontrados para acalmar os opositores foi, de fato, autorizar a diversificação das publicações (Moreira, 2015).

Com isso, apesar do descompasso inicial, os tipos ideais de jornalismo de transmissão e de opinião no Brasil passam a ocorrer de forma paralela e concomitante. É dessa forma que, de acordo com Moreira (2015), configura-se no país o “Jornalismo Político”, com parâmetros mais próximos ao do “Jornalismo de Opinião”, mas usando algumas das estratégias do “Jornalismo de Transmissão”.

O autor relata a expansão de periódicos com esse perfil a partir de 1820 (Moreira, 2015, p. 53):

O fim da censura prévia decretada pelo governo provisório instaurado pelos constitucionistas do Porto, em 1820, fez surgir uma quantidade razoável de publicações, principalmente no Rio de Janeiro. Jornais e panfletos passaram a circular livremente, apoiando ou combatendo as medidas que garantiam ao Brasil manter sua condição de Reino Unido a Portugal ou de tornar-se independente. Nesses veículos, prevalecia o caráter ideológico, extremamente combativo, numa linguagem que muitas vezes beirava a agitação, virulenta e despuída. Xingamentos, calúnias, ofensas pessoais e até mesmo o deboche por conta de defeitos físicos ou de caráter dos adversários eram comuns e faziam a alegria dos leitores.

Com base nessa contextualização, passamos a estabelecer os paralelos com nosso objeto de estudo. Na primeira metade do século XIX, enquanto portugueses e seus descendentes recebiam aportes financeiros e maquinário da Coroa Portuguesa ou da elite econômica (fazendeiros e comerciantes), para criar publicações capazes de defender seus próprios interesses, africanos e seus descendentes viviam a realidade da escravidão, sem acesso a meios de escrita ou tipos móveis. Eram tratados nos jornais e gazetas como mercadorias ou fugitivos a serem capturados (Gomes, F., 2015, p. 48).

A troca de cartas sobre as fugas e os quilombos era intensa entre as colônias e os reinos. Não apenas o Reino Português, bem como o Holandês, que chegou a ocupar parte da Região Nordeste brasileira. Foi justamente no Brasil Holandês, em uma região onde hoje se localiza o estado de Alagoas, que, em 1580, surgiu o Quilombo de Palmares.

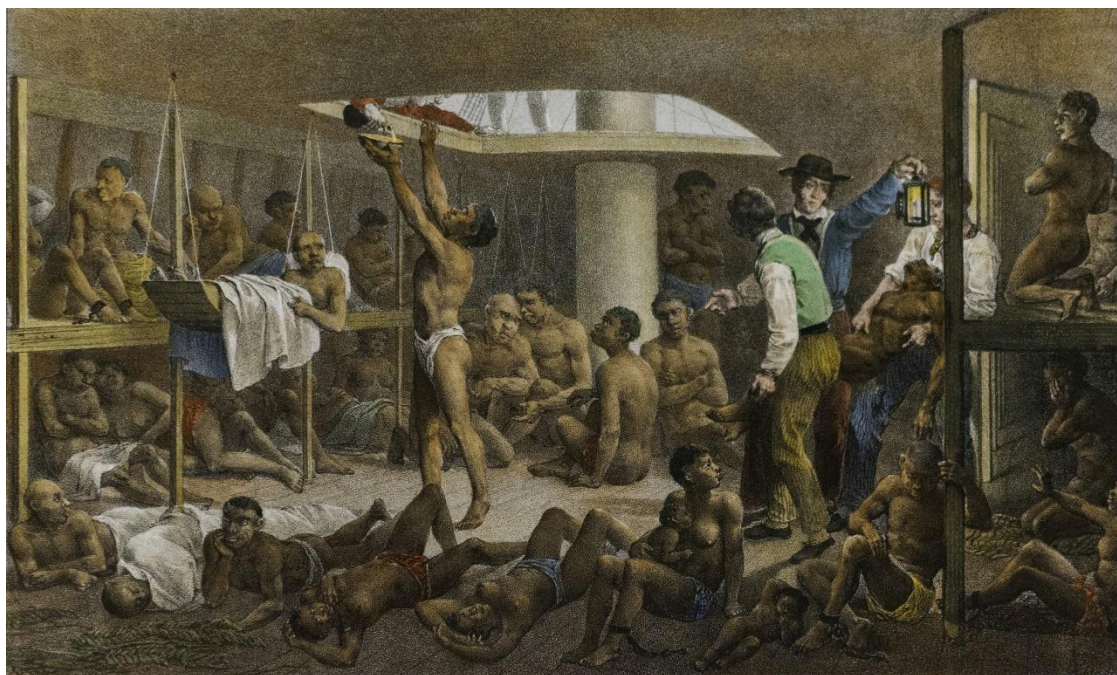
Africanos, descendentes de africanos, indígenas e até uma parcela de portugueses constituíram uma comunidade na região da Serra da Barriga durante quase 100 anos. Entre os líderes estava Zumbi, que teria liderado Palmares até seus últimos dias, ao lado de outras figuras históricas como Dandara, Acotirene e Ganga Zumba. O quilombo chegou a reunir 40 mil pessoas, entre africanos e indígenas, que viviam em uma organização social semelhante a uma república.

Em *Sociologia do negro brasileiro*, obra publicada originalmente em 1988, o sociólogo e jornalista Clóvis Moura (2020) reflete sobre o sistema de comunicação como código de linguagem por meio do qual os palmarinos socializavam o seu pensamento. De acordo com ele, apesar de muitos deles terem o domínio do português e usarem a língua para trocas comerciais, as comunicações internas orais no quilombo eram feitas por meio de um “dialeto palmarino” (Moura, C., 2020, p. 252), que misturava línguas africanas (especialmente de origem banto) e indígenas. A ideia era facilitar a troca de informações entre os palmarinos e dificultar a compreensão dos colonizadores que desejavam exterminar o quilombo.

Em termos de imagem, os trabalhos de pintores como o alemão Johann Moritz Rugendas foram amplamente disseminados. Entre eles, o quadro que retrata o interior de um

navio negreiro. A imagem consegue transmitir parcialmente o horror a que eram submetidos africanos e africanas em viagens que poderiam durar quase dois meses, sem alimentação adequada, água, luz solar e instalações sanitárias, além de reprimendas como açoites e violações diversas.

Figura 11: *Navio negreiro*, de Johann Moritz Rugendas (1830)



Fonte: *Wikipedia*¹⁹.

As imagens mais disseminadas do cotidiano dos africanos escravizados na América Latina, inclusive nos livros didáticos, também são de pintores europeus, como o francês Jean Baptiste Debret. Ele integrou a Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816. Durante 15 anos, Debret viajou por várias cidades do país, retratando paisagens locais, costumes e tipos humanos. O trabalho de Debret foi capaz de destacar a forte presença dos africanos e seus descendentes escravizados na sociedade brasileira, mas, por outro lado, contribuiu para propagar o estereótipo de passividade e submissão. Os registros que ganharam mais visibilidade retratam as relações entre escravizados e escravizadores como se fossem cordiais, pacíficas e ordeiras.

¹⁹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Navio_negreiro_-_Rugendas_1830.jpg.

Figura 12: *Oficial da corte dirigindo-se ao palácio*, de Debret (1822)



Imagem constante do segundo volume de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

Fonte: Flickr²⁰.

Figura 13: *Uma senhora brasileira em seu lar*, de Debret (1823)



Imagem constante do segundo volume de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural²¹.

O sociólogo Clóvis Moura (1987) destaca que os “senhores” estabeleceram uma estratégia de dominação ideológica ao afirmar que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Estavam lançadas as bases do racismo, que perdura até os dias atuais. A historiografia mais recente tem revelado, no entanto, que os africanos e seus descendentes nunca aceitaram passivamente a escravidão na América Latina. Mesmo separados de suas famílias e grupos étnicos, africanas e africanos criaram laços e recorreram a diversas formas de resistência, como guerrilhas, insurreições urbanas, quilombos e palenques. Esses territórios reuniram milhares de africanos e seus descendentes, permanecendo habitados após a abolição da escravatura.

²⁰ Disponível em: https://www.flickr.com/photos/museu_di_negro/13955209652. Acesso em: 9 fev. 2024.

²¹ Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra62092/uma-senhora-brasileira-em-seu-lar>. Acesso em: 9 fev. 2024.

Além dos relatos dos viajantes e pintores, os estudos do historiador Flávio dos Santos Gomes (2015) mostram que, na primeira metade do século XIX, foi intensa a publicação de notícias sobre os levantes de africanos escravizados e a movimentação quilombola. Os jornais destacavam as dificuldades enfrentadas pelas tropas portuguesas para destruir as comunidades, especialmente porque muitas delas estavam em locais de difícil acesso, em meio a matas densas e altiplanos. Alguns grupos quilombolas formaram comunidades móveis de ataque e defesa (Gomes, F., 2015).

Quando avistavam alguma expedição militar, deslocavam-se para outras áreas. Essa movimentação chegou a ser noticiada em alguns estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, onde as gazetas davam seus primeiros passos. Os relatos, de acordo com Gomes (2015), frequentemente reproduziam as correspondências policiais e retratavam os quilombolas como selvagens capazes de atrocidades.

Por outro lado, algumas publicações também registravam a engenhosidade das comunidades na constituição de estratégias de defesa e as trocas comerciais estabelecidas pelos próprios quilombos, especialmente a venda de produtos agrícolas. O historiador encontrou evidências, inclusive, de que os quilombolas não apenas transitavam nas cidades e fazendas, como tinham contato nas gazetas e nos primeiros jornais. Repassavam informações falsas sobre locais que seriam atacados para dispersar as tropas e libertar escravizados em outras senzalas (Gomes, 2015, p.14).

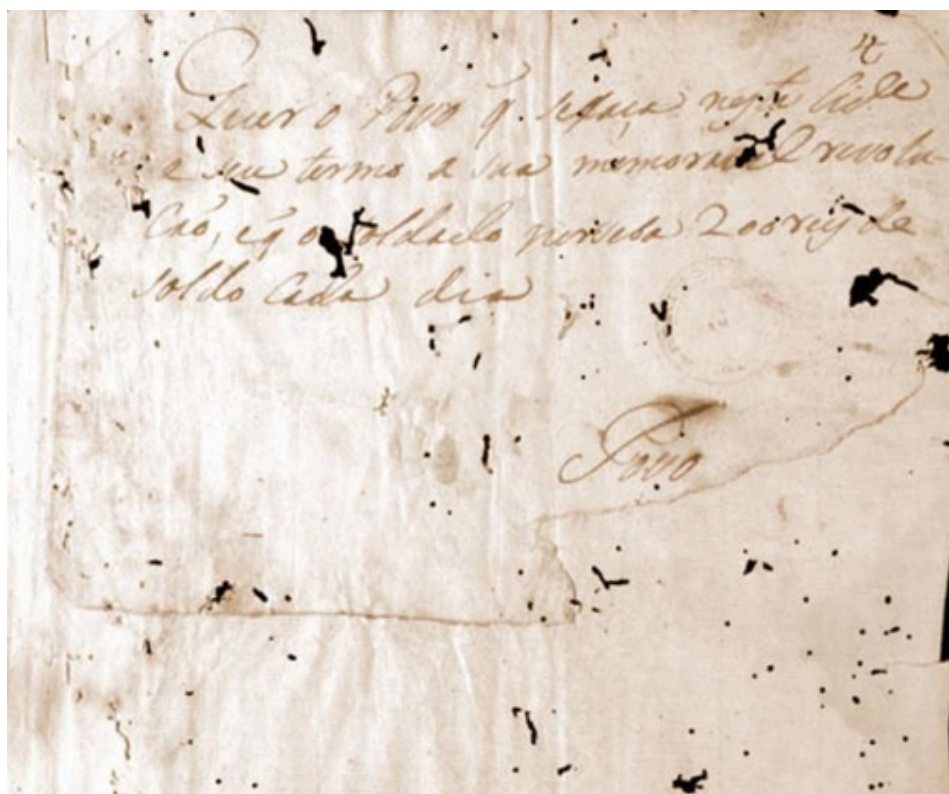
Em fins do século XVII, as autoridades baianas ficaram apavoradas com um levante com mais de cem escravos e a comunicação que eles estabeleceram com os quilombos em Camamu. Em Minas Gerais, em 1756, temia-se que escravos e quilombolas se articularem para uma insurreição. Em 1771, no Grão Pará, houve notícia de um plano geral de revolta escrava, no qual se aguardava auxílio dos quilombolas situados nos rios que banhavam a cidade de Belém. Em fins de 1795, temia-se que os quilombolas se aproximassem da cidade para fazer tumultos na noite de Natal. Em São Paulo, rumores de revoltas se misturaram com notícias sobre quilombos - tanto em 1809 como em 1820 - pois supostamente uma insurreição eclodiria e os quilombolas ajudariam a invadir a vila de Itu.

A comunicação no contexto das comunidades de descendência africana possui uma dimensão que não se relaciona apenas com a interligação e mediação com outras comunidades e poderes constituídos, mas também com a ancestralidade. Um dos elementos centrais da religiosidade de matriz africana é Exu, Orixá que faz a comunicação entre Orun (o mundo espiritual) e o Aiyê (o mundo material). Sem ele, a comunicação com o mundo espiritual não se realiza, o que impede a proteção do terreiro e dos filhos. O tambor é outro elemento de

comunicação muito importante dentro da cultura dos descendentes de africanos, sendo utilizado para integrar, entreter e também repassar recados essenciais para a organização cotidiana e de resistência.

Antes que a imprensa negra se estabelecesse, ainda em 1798, durante a Revolta de Búzios, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, pessoas negras divulgaram suas reivindicações em boletins manuscritos colados em locais estratégicos de Salvador, na Bahia (Pinto, 2006; Pinheiro, 2009). A revolta tinha como inspiração a Revolução Francesa e uma das pautas centrais a abolição da escravidão, além da fundação da República Bahianense. A insurgência foi deflagrada no dia 12 de agosto de 1798. Os manuscritos foram afixados nos muros de Salvador na forma de 11 boletins, chamados pela Coroa Portuguesa de boletins sediciosos (Pinheiro, 2019, p. 58).

Figura 14: Manuscrito de búzios ou boletins sediciosos número 2[#]



Fonte: Exposição virtual do Arquivo Público da Bahia/Fundação Pedro Calmon (FPC).

Os boletins pediam liberdade e convocam os homens negros a insurgir-se contra a escravidão, exigindo o fim da discriminação social e racial. As mensagens se propagaram mesmo entre os que não eram alfabetizados. Dez dos 11 boletins estão disponíveis no Projeto

Exposição Virtual do Arquivo Público da Bahia (APB)/Fundação Pedro Calmon (FPC). Um deles teria sido queimado e não há registros sobre o seu conteúdo.

Os manuscritos se tornaram um marco importante da comunicação negra no Brasil, conforme destaca o pesquisador Jonas de Jesus Pinheiro (Pinheiro, 2019, p. 59):

Do ponto de vista comunicacional, a Revolta dos Búzios é um marco para a comunicação brasileira, tendo em vista que foi através dos boletins sediciosos que um grupo de pessoas se organizou para contrapor o império em um momento do país que qualquer tipo de contestação à ordem era violentamente reprimida. Os escritos demonstram determinado grau de pensamento político e revolucionário, além de consciência do poder que a comunicação tem para luta política, tendo em vista que não houve combate armado. Foi através desta forma primária de imprensa e jornalismo que se desenvolveu e constituiu o importante levante baiano, que tinha como principais protagonistas homens negros.

A experiência negra em comunicação, no entanto, não se limitou aos manuscritos. O pesquisador Muniz Sodré de Araújo Cabral (1999), por exemplo, destaca a articulação de grupos sociais negros, como irmandades e associações, para a produção de um discurso jornalístico próprio, ainda no século XIX, antes mesmo da abolição da escravidão. A imprensa negra desse período caracteriza-se pela tentativa de negointegrar-se na sociedade local, revelando feitos dos homens ditos de cor, mas também veiculando protestos relativos ao não cumprimento das leis que antecederam a Lei Áurea (proibição de tráfico de escravos e liberdade para idosos).

As publicações pioneiras como *O homem de cor*, *O brasileiro pardo* e *O cabrito* – impressos a partir de 1833, no Rio de Janeiro – eram mantidas a partir de redes de solidariedade entre intelectuais de cor, no entanto, não tratavam da situação dos quilombos. Havia um silêncio sobre a escravidão, conforme destaca a jornalista e historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2010, p. 52):

Naquele tempo em que se falava numa remota e gradual abolição do escravismo, e a preservação das liberdades conquistadas era tão frágil, pensar e agir em outros termos poderia ser mais difícil do que se pensa. [...] Mesmo assim, esses jornais conseguiram demarcar e registrar um avanço de parte da população negra em seu próprio benefício. Existiam não no subterrâneo da história, mas nas ruas, casas, tipografias, em lugares públicos e privados da cidade do Rio de Janeiro, a cidade negra. Essa característica lhes confere grandeza. Suas possíveis limitações lhe afiançaram humanidade.

A pesquisadora destaca ainda a importância de outros jornais negros publicados em vários estados até 1937, quando o Estado Novo de Getúlio Vargas determinou o fechamento

de partidos políticos e jornais. Os impressos seguiram até então uma linha similar aos tipos ideais do “Jornalismo de Opinião” de Charron e Bonville (2016) e do “Jornalismo Político” de Moreira (2015).

Ou seja, uma imprensa negra marcada pela reivindicação e pelo caráter opinativo. Com base nos autores e estudos mencionados, passamos à quarta etapa desta análise, com a apresentação de um quadro analítico que relaciona os elementos da comunicação quilombola e negra com os dois primeiros tipos ideais de jornalismo, a partir da concepção de Charron e Bonville (2016).

Tabela 2: Tipos ideais de jornalismo.

	COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA	COMUNICAÇÃO NEGRA
JORNALISMO DE TRANSMISSÃO	- Redes de comunicação internas e externas. - Movimentações registradas nas publicações oficiais e comerciais. - Financiamento coletivo.	- Manuscritos e panfletos abolicionistas
JORNALISMO DE OPINIÃO	- Redes de comunicação internas e externas. - Movimentações registradas nas publicações oficiais e comerciais. - Registros na imprensa negra. - Financiamento coletivo.	- Redes de comunicação internas e externas. - Movimentações registradas nas publicações oficiais e comerciais. - Registros na imprensa negra. - Financiamento coletivo.

Fonte: elaborada pela autora.

Os registros de Moura (2020), Cabral (1999), Gomes, F. (2015), Pinto (2010) e Pinheiro (2019), associados à análise de relatos de viajantes como Barléu (1647), nos levam a considerar, portanto, que, na fase em que se dão os tipos ideais de “Jornalismo de Transmissão” e “Jornalismo de Opinião”, conforme designação de Charron e Bonville, a comunicação quilombola não se insere como detentora dos meios mínimos para a reprodução de informes e notas comerciais, mesmo sendo essa época ainda muito incipiente para a imprensa no Brasil.

É possível notar, no entanto, que essas mesmas gazetas já registravam importantes informações sobre a movimentação e a resistência quilombola, ainda que seja como forma de contribuir para a repressão aos levantes de africanos escravizados. A ausência de meios de reprodução gráfica, contudo, não impedia que os quilombolas estabelecessem uma rede de

comunicação intensa, capaz de criar laços comerciais com as primeiras comunidades urbanas e, ao mesmo tempo, fortalecer as estratégias internas de defesa e ataques, sendo a incipiente mídia negra uma aliada.

As manifestações de homens de cor livres não encontravam eco na imprensa comercial recém-nascida, como demonstra texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1929, no qual o proprietário da publicação, Júlio de Mesquita Filho, previa a exclusão da universidade do que chamava de “toxina social”, isto é, “a massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais” (Cabral, 1999).

Essa postura da mídia comercial, que se estabelece a partir de estruturas coloniais e escravagistas, não vai impedir que, ao longo do século XX, existam publicações como as realizadas pela Frente Negra Brasileira, que atuava em defesa dos direitos sociais, entre eles o direito ao voto (Gomes, F., 2005). Também vale destacar as dez edições do jornal *Quilombo*. Sob a coordenação de Abdias Nascimento, entre 1948 e 1950, a publicação dava visibilidade às iniciativas negras no campo artístico e também fazia a denúncia cotidiana da luta contra a discriminação racial nas cidades. Outro protagonismo importante em termos de comunicação negra são os periódicos que contestam a ditadura militar e o racismo no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Entre eles, a revista *Tição*, editada no Rio Grande do Sul, e os diversos jornais do MNU.

Em 1978, a revelação da existência de uma comunidade negra que falava uma língua africana chamou a atenção da mídia comercial. Essa comunidade era Cafundó, localizada em um bairro rural de Salto de Pirapora, a 150 quilômetros de São Paulo. A descoberta de Cafundó e sua subsequente divulgação pelos jornais *Cruzeiro do Sul* e *O Estado de São Paulo* pautou a discussão sobre a existência de outras comunidades negras com características semelhantes, mas não foi suficiente para que essas comunidades fossem retratadas como detentoras de direitos territoriais.

A partir das décadas de 1980 e 1990, publicações organizadas por intelectuais e coletivos negros brasileiros, como o jornal *Ìrohìn* e o portal Geledés, ampliaram de maneira mais efetiva o espaço para as reivindicações políticas de comunidades negras rurais e urbanas, inclusive quilombolas. Dessa forma, elas fizeram um contraponto à mídia corporativa, que, em sua maioria, ainda trata da temática étnico-racial a partir do olhar de representantes do Estado e de especialistas universitários (Clavelin, 2011).

O pesquisador Rodrigo Gomes na tese *Kilombo: uma força constituinte*, defendida na Universidade de Brasília em 2022, faz uma releitura do projeto constitucional de 1988 a partir das lutas por direitos das comunidades mocambeiras. O autor defende que a atuação dos

quilombos evidencia o desenvolvimento de uma práxis que contém uma potência criativa e comunicadora, da qual não pode ficar retida à interpretação sobre “quem são os quilombos” e “quais são os seus direitos”. Gomes, R. elenca iniciativas do movimento quilombola, em parceria com o movimento negro e outros movimentos sociais, para denunciar violações de direitos ainda no período pré-constituente, bem como utilizar a comunicação para fortalecer os vínculos internos (Gomes, R., 2022, p.209).

Por ressoarem as denúncias e as demandas das comunidades negras rurais na constituinte, a rede quilombola criou canais de comunicação que puderam compartilhar os resultados das suas lutas, conformando uma importante política de memória dessas experiências. A partir disso, foram compartilhadas não só estratégias entre os territórios que resistiam as violências, mas orientações jurídico-políticas que deram suporte à identificação e à formulação de comandos constitucionais como os da proteção do patrimônio histórico-cultural e da garantia territorial.

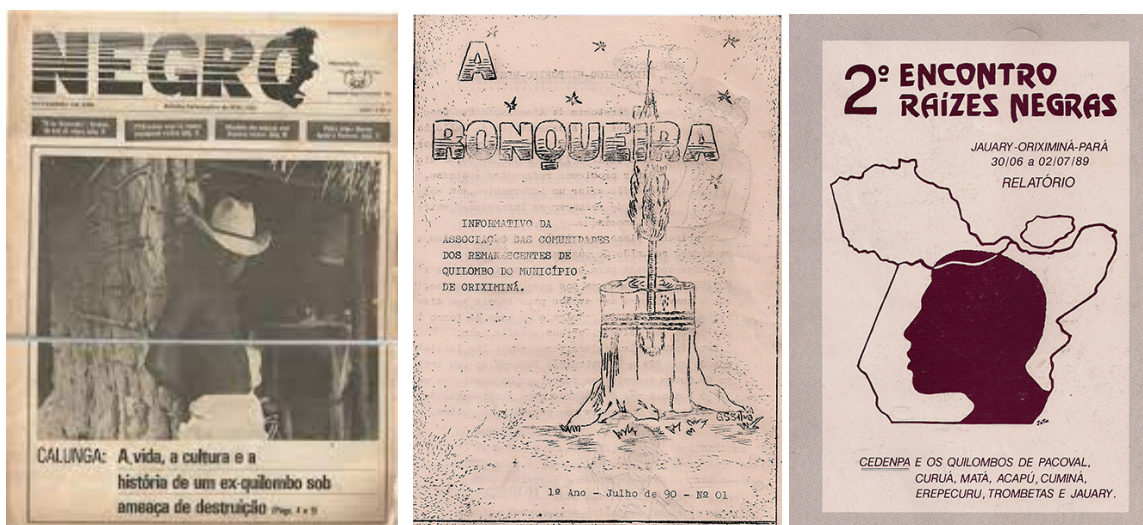
O pesquisador piauiense destaca entre as iniciativas de comunicação que potencializa a luta quilombola o *Jornal do MNU* (Movimento Negro Unificado), que em 1989 trouxe uma extensa matéria com o título “Calunga: sobrevivência ameaçada” (Gomes, R., 2022, p.275). A reportagem apresentava denúncias dos núcleos comunitários sobre a construção da Usina Foz do Bezerra no território Kalunga. O empreendimento inserido no “Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010”, do governo federal, previa um conjunto de barragens que inundaria várias comunidades. Esse e outros registros evidenciaram a formulação da agenda quilombola “enquanto valor constitucional no recurso de comunicação da maior entidade do movimento negro brasileiro” (Gome, R., 2022, p.289).

Outra iniciativa importante elencada pelo pesquisador Rodrigo Gomes é o jornal *A Ronqueira*, criado em 1990 pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), do Pará. Apesar de ter circulado por apenas um ano, a publicação, que utilizava técnicas artesanais de impressão, cumpriu o papel de ser “um meio para que a população negra de Oriximiná acessasse os conteúdos de seu interesse”. Dentre os conteúdos da primeira edição (ilustrada com um rojão), são apresentados os direitos constitucionais (Gomes, R., 2022, p.286).

A construção estética do jornal também evidencia a valorização histórica e identitária das comunidades, nos dizeres “esse é o nosso jornal” ou “jornal é vitória do povo”. Interagindo essas duas informações, interpreto que ao definir como objetivo circular informações de interesse da população negra de Oriximiná e ao qualificar como um jornal fruto da luta desse povo, pretende-se uma medição sobre os problemas com a comunidade

política, especialmente das ameaças aos territórios, como a mineração tema bastante recorrente no informativo. Analisando o conteúdo do primeiro e do terceiro número, duas abordagens são privilegiadas. De um lado, já explicitado acima como instrumento de denúncia, por fazer frente aos projetos de desenvolvimento que inviabilizam as vidas negras: “quem apoia os grandes projetos que destroem a natureza que tanto o negro preservou? E por que só o negro é errado?”.

Figura 15: Jornal do MNU, A Roqueira e informativo Encontro Raízes Negras



Fonte: Gomes, R., 2013.

A ARQMO também se destacaria pela publicações de relatórios sobre atividades em Brasília e os encontros de Raízes Negras, que envolviam não apenas o movimento quilombola, assim como a rede de parceiros, com especial participação do movimento negro. O Jornal do MNU, em diferentes edições, vai abordar conflitos em comunidades como Rio das Rãs (BA), Oriximiná (PA), Frechal (MA), Matá (não identificado), Pacoval (PA), Tomé Nunes (BA), Parateca (BA) e Cafundó dos Crioulos (BA). A publicação chegou a veicular em uma reportagem especial sobre Rio das Rãs, escrita pelo ativista Edson Cardoso. Em seu relato de viagem ao quilombo, ele narra os conflitos, ameaças de grileiros e violências que levaram centenas de famílias quilombolas a migrar para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O papel da imprensa negra recifense na cobertura da pauta quilombola também está presente na tese de Rodrigo Gomes e nos remete a um artigo da pesquisadora Martha Rosa Figueira Queiroz, intitulado *Do Angola ao Djumbay: imprensa negra recifense*. Neste trabalho, ela analisa os jornais Angola, do Centro de Cultura Afro-Brasileira; Negritude, do

Movimento Negro Unificado/MNU-PE; Omnira, do Grupo de Mulheres do MNU-PE; NegrAção, do Afoxé Alafin Oyó e Djumbay, da organização negra Djumbay. O Negritude teria um importante papel na cobertura e registro de reuniões e encontros dos movimentos negro e quilombola. Já o NegrAção se destacaria por, já na capa de sua primeira edição, trazer chamada para a matéria sobre Zumbi dos Palmares intitulada “renasce Zumbi” (Figueira Queiroz, 2011, p.546).

O texto reforçava a tática discursiva do Movimento Negro de (re)afirmar, sistematicamente, a experiência quilombola, e, em especial, a palmarina como modelo de luta. A matéria encerra com um trecho poético: “RENASCE ZUMBI, desta luta nossa, deste povo teu, deste universo fértil, desta sociedade racista. RENASCE ZUMBI NA VOZ E NO GESTO DE CADA QUILOMBOLA QUE SOMOS”. O debate entre o 13 de maio e o 20 de novembro também se faz presente. O editorial é elucidativo, ao fazer a reflexão sobre a comemoração dos 100 anos da abolição. Para as redatoras do NegrAção, o ano de 1988 se notabilizou como um ano “marcado pela confirmação do racismo brasileiro e [...] também um ano de REFLEXÃO para a comunidade negra organizada.

A articulação da comunicação do movimento negro com a pauta quilombola também se faria perceber no contexto na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 1995, na capital federal. A identidade visual da marcha e os slogans criados pelas lideranças negras resgatavam os 300 anos da morte e resistência de Zumbi dos Palmares, o que provocava “as entidades negras sobre as demandas das comunidades negras rurais e a importância do quilombo”. Um ano depois da Marcha Zumbi, as lideranças quilombolas fundariam a Conaq e permanceceriam em diálogo com o movimento negro na construção de outras marchas, como a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2015 (Gomes, R., 2022, p.421).

A incorporação do “Bem Viver”, enquanto objetivo da marcha, demonstra como essa produção das mulheres quilombolas, que já dispunha de mecanismos de comunicação pública, desde as suas entidades, também incide sobre os saberes e práticas de outras redes por construídas. Nilma Bentes explica que a absorção do “Bem Viver” é uma oposição ao projeto do desenvolvimento. (...) Igualmente à matriz quilombola, outras tradições negras e indígenas espalhadas no continente deslocam a centralidade antropocêntrica, enxergando-se como parte constitutiva desse sistema orgânico que é essencial para produção e reprodução da vida, desse modo, transcendendo o paradigma da subjetividade humana. O agenciamento do “Bem Viver” é uma evidência da comunicação negríndia.

A articulação entre movimentos quilombola, indígena e negro se intensificaria nos anos 2000 a partir de ações diretas de inconstitucionalidade que questionavam decretos e

outros dispositivos constitucionais com garantir a titulação e demarcação de terras historicamente ocupadas. As estratégias de comunicação envolviam de petições eletrônicas para realização de debates públicos a publicação de artigos em jornais de grande circulação (Gomes, R., 2022, p.472). A campanha *O Brasil é Quilombola! Nenhum Quilombo a Menos!* foi lançada no dia 28 de julho de 2017 e também contribuiu para o agendamento do debate público. Entre as organizações parceiras nas ações judiciais e de comunicação estavam ISA, Terra de Direitos, Mariana Crioula, Justiça Global, Uma Gota no Oceano, CPT, CPISP, Conectas Direitos Humanos e AATR.

Vale ainda ressaltar que, com o advento da internet e das redes sociais, novos processos comunicacionais passaram a ser desenvolvidos a partir dos anos 2000 por comunidades quilombolas e sua rede de parceiros. Nunes (2013) mostra como esses processos ocorreram no contexto do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia. Mesmo sem acesso a energia elétrica e internet, a comunidade alcançou visibilidade e conseguiu, a partir de 2010, realizar uma série de campanhas em redes sociais (principalmente Facebook e Twitter) que, entre outros fatores, possibilitaram sucessivos cancelamentos de ordens de despejo.

As campanhas contaram com a participação de artistas como Lázaro Ramos, Alice Braga, Marcelo Yuka, Flávio Renegado e Emicida. Este último, *rapper*, incluiu a comunidade quilombola Rio dos Macacos na dedicatória da música e do clipe “Dedo na Ferida”. No twitter, no dia em que visitou a comunidade em uma ação de distribuição de alimentos arrecadados, constava a seguinte frase: “Fui ao quilombo Rio dos Macacos. Existe minha vida antes e depois de hoje”.

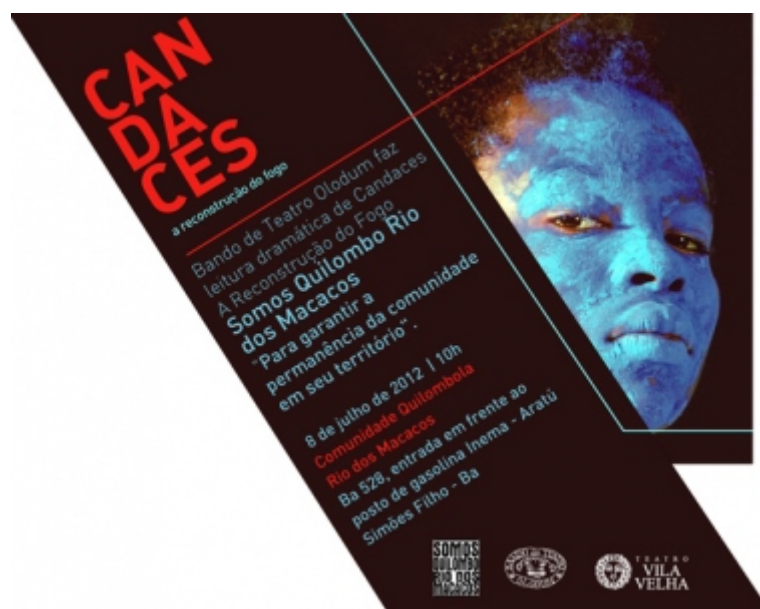
A campanha em prol de Rio dos Macacos também envolveu o grupo baiano de Bando de Teatro Olodum, que em julho de 2012 chegou a agendar com a comunidade uma leitura dramática do espetáculo *Candaces*, a *Reconstrução do Fogo*, montagem premiada do diretor Márcio Meirelles, encenada pela Companhia Comuns, do Rio de Janeiro. Os artistas pretendiam fazer uma exaltação da força da mulher negra, ressaltando mitos e símbolos da ancestralidade africana no Brasil. A apresentação, no entanto, não ocorreu, pois a Marinha impediu a entrada do grupo de teatro na comunidade. Artistas, ativistas e quilombolas fizeram um protesto na entrada da Vila Naval. Os principais depoimentos foram gravados e as imagens em vídeos divulgados no canal do *YouTube* do Teatro Vila Velha e nas redes sociais do portal Correio Nagô (Nunes, 2013, p.81).

Figura 16 – Visita do rapper Emicida à comunidade quilombola de Rio dos Macacos (fev/2013)



Fonte: Página do *facebook* SOS – Quilombolas do Rio dos Macacos. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/photo.php>

Figura 17 – Cartaz do espetáculo *Candaces*



As ações pautaram a mídia privada e foram levadas em conta pelo Poder Público, apesar da oposição da Marinha do Brasil, que ocupa boa parte do território reivindicado pela comunidade quilombola. A movimentação quilombola a partir da perspectiva de uma comunicação negra, voltada para o combate a esse tipo de invisibilidade, remete ao que

Cabral chama de singular agir político na transmissão patrimonial da liturgia negra: “nenhum patrimônio cultural socialmente operativo se transmite como um pacote inerte, um estoque de ativos dados para sempre, e sim como algo que é preciso reinserir na História presente, atribuindo-lhes novos contornos, revivificando-o” (Cabral, 2010).

Esse processo de revivificação, na concepção desse importante pesquisador negro brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se dá em “uma espécie de quarto âmbito existencial” (Cabral, 2010, p. 25), sendo “resultado de intersecções estabelecidas entre as diversas inovações tecnológicas, especialmente no ramo das chamadas telecomunicações, e as mudanças por elas operadas junto à sociabilidade contemporânea” (Quiroga, 2011, p. 26), que não abrem mão de articulações fora do âmbito virtual.

O desafio para a pesquisa em comunicação seria pensar como as mídias baseadas na “interação em tempo real e na possibilidade de criação de espaços artificiais ou virtuais” influenciam a construção da realidade social como “moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos” (Cabral, 2010, p. 26), capazes de dar visibilidade a comunidades negras como as quilombolas e os palenques.

Entender os processos que estruturam os silenciamentos do protagonismo desses grupos nos leva a estabelecer uma ponte com os estudos decoloniais em comunicação, baseados em autores latino-americanos. Eles partem de obras como a do peruano Aníbal Quijano, que destrincha as estruturas de poder da colonialidade, capaz de até mesmo desumanizar e subjugar pessoas a partir de diferenças fenotípicas/raciais. Nas palavras de Torrico (2018), a combinação de genocídio e repressão das culturas produziu o silenciamento e a invisibilização dos povos submetidos, ou seja, sua inferiorização e subalternização.

De acordo com o autor boliviano, o conceito de decolonização, proposto pela norte-americana radicada no Equador Catherine Walsh e adaptado por ele para o campo da comunicação, nos leva à necessidade de identificar a figura do dominado e do in-comunicado, que está no lugar do mutismo, da exclusão e da morte. Por meio dessa identificação, seria possível partir para uma nova consciência crítica e para a ação transformadora. A comunicação, sob a ótica de um pensamento teórico-comunicacional latino-americano, se insere na busca por um diálogo horizontal, participativo e plural para a construção comunitária (Torrico, 2018, p. 22).

Podemos perceber, nas experiências de comunicação negras já mencionadas, aspectos destacados pelo pesquisador colombiano Nelson Fredy Osório Andrade. Ele aborda a decolonização como um processo político de emancipação, que exige disposição para construir um lugar de enunciação própria, capaz de estabelecer modelos alternativos de

existência. Isso passaria, inclusive, por rever os cursos de comunicação e adotar uma perspectiva da “comunicologia da liberdade”, conceito desenvolvido desde os anos 1970 por teóricos como o boliviano Luis Ramiro Beltrán.

A originalidade desse pensamento latino-americano estaria em ser baseado em um pensamento situado do ponto de vista geográfico, temporal, político, cultural e econômico (Andrade, N., 2018, p. 81), levando em conta inclusive que o pensamento das comunidades ancestrais foi construído em relação direta com o território em que habitam, assim como com sua cosmovisão, saberes, linguagem, práticas cotidianas e formas organizativas.

As reflexões de Andrade e Cabral evidenciam o quão potente pode ser a aproximação do pensamento negro e decolonial em comunicação, especialmente para a análise de processos que envolvam comunidades de resistência histórica como quilombolas e palenques.

O autor colombiano lança sete desafios para o campo disciplinar. Entre eles, pensar a diversidade dos atores sociais que habitam a região, propor mecanismos de diminuição de assimetrias, entender a complexidade do mundo contemporâneo e a multiplicidade dos pontos de vista, identificar os conhecimentos encarnados na vida cotidiana, valorizar as narrativas e estéticas, além de construir um lugar próprio de enunciação em diálogo com saberes de outros paradigmas e sistemas civilizatórios (Andrade, N., 2018, p. 85).

Cabral, por sua vez, problematiza a internet como um espaço possível de ação social participativa a partir da incorporação das neotecnologias como mídias estruturadas em códigos próprios, mas pertencentes aos modelos prévios de comunicação (Cabral, 2010). Assim como Andrade, ele destaca que não basta o discurso, é necessária a ação coletiva e conectada com saberes ancestrais. Essa comunicação negra, em diálogo com as perspectivas decoloniais, podem potencializar o surgimento de outra lógica pertinente à fala e à comunicação, capaz de dar novos subsídios à leitura crítica dos meios de comunicação, assim como às estratégias comunicativas de quilombos e palenques.

Em *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*, o pesquisador e cineasta Joel Zito Araújo aborda a incorporação, na televisão brasileira, do mito da democracia racial brasileira, da ideologia do branqueamento e do desejo de euro-norte-americanização das elites (Araújo, 2000, p. 40). Para construir lugares de afirmação da identidade, as comunidades negras teriam criado uma série de estratégias. Entre elas: aumento da presença de negros militantes em instituições do Poder Público; criação de organizações não governamentais e coletivos, que conseguem visibilidade na imprensa por suas ações conjuntas; atuação dos militantes negros em sindicatos e partidos políticos; e projetos editoriais de comunicadores e comunicadoras negras.

Passados quase 200 anos do marco histórico de nascimento da mídia negra no Brasil, o cenário da comunicação se modificou e o fluxo de informações não depende mais de meios de reprodução. Com isso, houve um avanço das mídias negras no sentido da utilização de meios digitais, notadamente *sites* e redes sociais (abertas ou fechadas), com tentativas de ações no âmbito da radiodifusão, especialmente em parceria com mídias comunitárias e públicas. O mesmo ocorreu com as iniciativas de comunicação quilombola, apesar de se desenvolverem em menor escala e com financiamento mais restrito.

Uma das iniciativas de comunicação quilombola que inspirou esta tese foi a produtora Crioulas Vídeo, criada e mantida por jovens da comunidade Conceição das Crioulas, localizada no município de Salgueiro, em Pernambuco. O Censo de 2022 identificou 2,3 mil pessoas e 750 famílias na comunidade, parcialmente titulada pelo Incra em 2014. Em 2005, com apoio de uma organização não governamental portuguesa (Identidades), o grupo aprendeu técnicas de filmagem, gravação, roteiro e edição. Oficinas passaram a multiplicar esse conhecimento para outros adolescentes quilombolas por meio do projeto *Tankalé*, que em iorubá-nagô significa “contar para todo o mundo”.

Na base do processo comunicacional, estava uma reflexão sobre a luta e a identidade de Conceição das Crioulas, comunidade fundada por seis negras africanas que, no início do século XIX, chegaram à localidade, fixando moradia próxima a uma comunidade indígena. Elas trabalharam com o cultivo e a fiação de algodão em um terreno arrendado, que foi comprado em janeiro de 1802. A conquista é atribuída à graça de Nossa Senhora da Conceição e, a comunidade, batizada em sua homenagem. No entanto, parte do terreno original foi invadido por agricultores não quilombolas e assim permaneceu durante os anos seguintes.

Em meio à luta pela terra, a identidade racial e de gênero tem se construído e fortalecido, portanto, a partir de uma concepção de matriarcado e do feminismo negro (Silva, G.M., 2012). A liderança das mulheres faz parte do discurso de autoafirmação da comunidade. Novas formas de registro e ampliação dessa identidade foram adotadas. Entre elas, a utilização de tecnologias e linguagens do campo da comunicação, como é o caso do Crioulas Vídeo.

A iniciativa se insere no que a pesquisadora e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, classifica como luta das mulheres negras para “romper com a indiferença em torno de questões cotidianas trazendo-as como demandas para a esfera pública”. Segundo ela, o movimento social negro e quilombola busca o reconhecimento da ancestralidade africana como um valor positivo. “Dessa forma, a luta

histórica é por garantia da dignidade e de continuidade de resistência contra a exclusão social, buscando com isso a visibilidade e a participação política das mulheres e dos homens negros”, destaca Matilde (Ribeiro, 2008, p.99).

Na primeira etapa do Crioulas Vídeo, entre 2005 e 2008, foram produzidos e publicados no canal da comunidade no *Youtube* cinco vídeos: *Vídeo de apresentação*, *Procurando um roteiro*, *Quilombolas de Pernambuco*, *Serra das Princesas* e *Açude de Conceição*. O primeiro deles – *Vídeo de apresentação* – tem a locução de uma adolescente quilombola e traz imagens de mulheres da comunidade em diversas situações. No trabalho cotidiano, nas danças de roda e também com a câmera de filmagem na mão. A locutora destaca que, com o projeto, foi possível desenvolver a técnica audiovisual em prol da causa quilombola, como mais um “instrumento de luta”. “Hoje temos autonomia para planejar, capturar, editar e a partir daí divulgar o nosso trabalho, abrindo caminho para repassar com segurança os conhecimentos adquiridos”, ressalta a locutora.

O projeto concretiza o que a pesquisadora feminista negra Sueli Carneiro, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, destaca como ação de mulheres negras no sentido de “não apenas mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também da capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação”. De acordo com a autora, essa é uma forma de se contrapor à “falta de poder dos grupos historicamente marginalizados para controlar e construir sua própria representação possibilita a crescente veiculação de estereótipos e distorções pelas mídias, eletrônicas ou impressas” (Carneiro, 2003, p. 126).

O segundo vídeo analisado – *Procurando um roteiro* – mostra o processo produtivo do grupo de jovens da Crioulas Vídeo, que se lançam ao desafio de fazer um documentário com depoimentos de moradores e moradoras da comunidade. As sonoras escolhidas dão destaque ao amor pela localidade, às lutas travadas pela defesa do território e ao orgulho da descendência de mulheres africanas. Uma das entrevistadas afirma que “Conceição das Crioulas é uma comunidade de coragem, é resistência”. Os depoimentos trazem frases afirmativas como: “Nossas conquistas são fruto de luta”; “Garantimos hoje o futuro de amanhã”; “Hoje somos referência da valorização da identidade étnico-racial”; “Fazemos educação para a luta”.

A trilha sonora usada resgata músicas relacionadas à religiosidade de matriz africana, com tambores e berimbaus. Uma das jovens responsáveis pela edição relata um dilema muito próprio da atividade comunicacional que visa à incidência política: “um dos principais problemas é decidir as ideias que queríamos comunicar”. As adolescentes afirmam que

desejam “mostrar a importância do Crioulas Vídeo para a divulgação da identidade quilombola e para a defesa dos interesses da comunidade” e revelam que a “comunidade quilombola já percebeu que precisa se ligar com outras comunidades e outros saberes”. No final do vídeo, elas ensinam: “chegamos aqui e ainda não sabemos o melhor caminho”.

Essa reflexão revela o nascimento de uma produção intelectual das jovens negras, que muitas vezes não alcança o eco e a legitimidade devidas, até mesmo no movimento feminista. A socióloga norte-americana Patricia Collins denuncia essa invisibilidade e descreve os mecanismos que permitem sua perpetuação. Entre eles, a existência de instituições que definem como conhecimento a produção intelectual produzida por homens e mulheres brancos, nos espaços historicamente construídos e reservados para a população não negra (Collins, 2000). É por meio desses espaços que a história oficial se constrói e o conhecimento passa a ser uma estratégia de uso do poder e opressão.

A capacidade das mulheres negras de produzir uma teoria social crítica, que pode ser observada na atividade audiovisual em Conceição das Crioulas, é facilmente identificada pelos detentores do poder, uma vez que sua emancipação pode alterar a relação de forças na luta por terras e recursos naturais. Essa alteração de correlação de forças sociais é justamente o que propõe o terceiro vídeo analisado – *Quilombos de Pernambuco*. Ao som de maracatus, ele amplia a identidade das Crioulas para uma referência regional e lembra que a história das comunidades quilombolas brasileiras “não começou aqui”.

A locutora resgata a história de um povo trazido para o Brasil de forma desumana, obrigado a trabalhar na situação de escravos. Os quilombos são classificados como “forma de reação” resistentes até hoje. “Queremos de volta tudo que nos foi roubado”, afirma a locutora quilombola. Esse tipo de discurso subverte até mesmo o conceito hegemônico do “ser negro”, por muitos anos restrito à exibição de “traços que lembram e remetem à derrota histórica dos povos africanos perante os exército coloniais e sua posterior escravidão” (Segati, 2007, p. 4). A produção audiovisual quilombola busca destacar uma trajetória negra que está muito longe de ser baseada na derrota. A luta e a superação são a base do discurso e da ação política proposta por meio dos vídeos.

A disputa pelo território, o combate a práticas agrícolas predatórias do meio ambiente e a luta pelos recursos naturais são a tônica dos dois últimos vídeos analisados – *Serra das Princesas e Açude de Conceição*.

No primeiro, a equipe do Crioulas Vídeo faz uma expedição de bicicleta na serra situada no território da comunidade. O início do vídeo é marcado pela utilização de desenhos para representação de lendas, forma de valorizar os saberes tradicionais. Durante a expedição,

as jovens denunciam a exploração ilegal de madeira e ressaltam os obstáculos do percurso, que exigiu disposição física e coragem. “Quanta beleza ao nosso alcance, e a gente bestando em frente à televisão, aceitando tudo que nos é colocado”, refletem.

Em *Açude de Conceição*, o grupo propõe um debate sobre o uso da água pela comunidade, destacando a liderança das mulheres na discussão. Preocupadas com a qualidade da água que chega às casas para a higiene e o preparo dos alimentos, elas temem a contaminação e extinção do açude. Por outro lado, os jovens reivindicam o açude como espaço de lazer.

O vídeo evidencia a preocupação da produtora quilombola em garantir a equidade geracional e de gênero. No debate entre meninas e meninos, também emerge a questão da sexualidade. As adolescentes reclamam dos olhares de “desejo” dos colegas quando utilizam biquíni. Dessa forma, a partir de um pequeno conflito do cotidiano e com muita naturalidade, eles trocam percepção sobre corpo, beleza e sexo.

O diálogo mediado e ampliado pelo audiovisual mostra-se, portanto, como fundamental para o que Sueli Carneiro chama de “reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo negro”, tão marcado pelo legado de protagonismo das mulheres africanas. E, nesse sentido, urge a construção de novos discursos e técnicas capazes de fazer dos meios de comunicação o que a autora classifica de “espaço de interferência e agendamento de políticas do movimento de mulheres negras, pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo”.

Considerando o exercício feito nesta análise, na próxima seção, nos aprofundaremos na identificação dos elementos que caracterizam a comunicação quilombola a partir do olhar dos próprios comunicadores quilombolas, como demonstraremos a seguir.

3 Procedimentos metodológicos

Após a exposição do contexto sócio-histórico e da articulação teórico-metodológica que nos permite analisar a comunicação quilombola a partir do tipo ideal weberiano, faremos uma revisão bibliográfica de estudos sobre o tema com fundamento em uma análise de teses e dissertações extraídas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), plataforma ligada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. O objetivo é traçar um panorama do campo de estudo para basear a construção do tipo ideal “Comunicação Quilombola” a partir de contribuições teóricas e empíricas diversas, com foco nas que dialogam com a área da comunicação, mas não apenas com ela.

Em seguida, traremos os dados colhidos na pesquisa de campo realizada juntamente com comunicadores e comunicadoras quilombolas. As entrevistas foram realizadas a partir de questionário construído e validado em fase de pré-teste, com atenção para aspectos como linguagem, pertinência e pertencimento.

Dividimos o questionário em quatro blocos de perguntas, sendo o primeiro deles de dados gerais e autodeclaratórios, sob a perspectiva da identidade étnico-racial e quilombola. No segundo bloco, buscamos informações sobre formação escolar e acesso às tecnologias. Já no terceiro, formulamos perguntas sobre processos comunicacionais desenvolvidos pelo entrevistado, as parcerias, as formas de financiamento e os fluxos de produção.

No quarto e último bloco, apresentamos questões específicas sobre o objeto de estudo, como a percepção da comunicação como um elemento importante de atuação política, a representação das comunidades quilombolas na mídia comercial e as estratégias de agendamento do debate público.

As entrevistas foram analisadas a partir dos referenciais da análise de conteúdo por categorias temáticas, visando ao desmembramento do texto para uma compreensão mais aprofundada dos depoimentos, bem como a realização de inferências sobre os processos descritos. A metodologia nos ajuda a identificar as unidades de textos mais frequentes (palavras e frases).

A articulação entre os achados realizados na análise de conteúdo com os referenciais teóricos compõem a última parte desta tese, que consiste nas considerações finais. A tese propõe um conjunto de características do tipo ideal “Comunicação Quilombola”, de forma que seja possível situar os processos comunicacionais quilombolas no quadro teórico da comunicação como prática social e política de disputa de poder na sociedade.

PARTE II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (ETAPA 1)

1 Linha do tempo e distribuição por universidades

Neste capítulo, apresentaremos o desenvolvimento e os resultados da Etapa 1 de pesquisa, na qual realizamos a revisão bibliográfica. Seguindo a definição de Souza, Silva e Dias (2010), esse método permite a síntese do conhecimento e a aplicação prática dos resultados. Revisões bibliográficas devem ser abrangentes e imparciais em sua preparação. Os critérios utilizados devem ser transparentes, permitindo que outros pesquisadores repitam o procedimento. Na área das ciências sociais, elas oferecem recursos que permitem que as descobertas sejam aplicadas na prática organizacional. No contexto da pesquisa em jornalismo, essa técnica envolve a coleta de dados de fontes confiáveis e a análise por pesquisadores do campo do jornalismo.

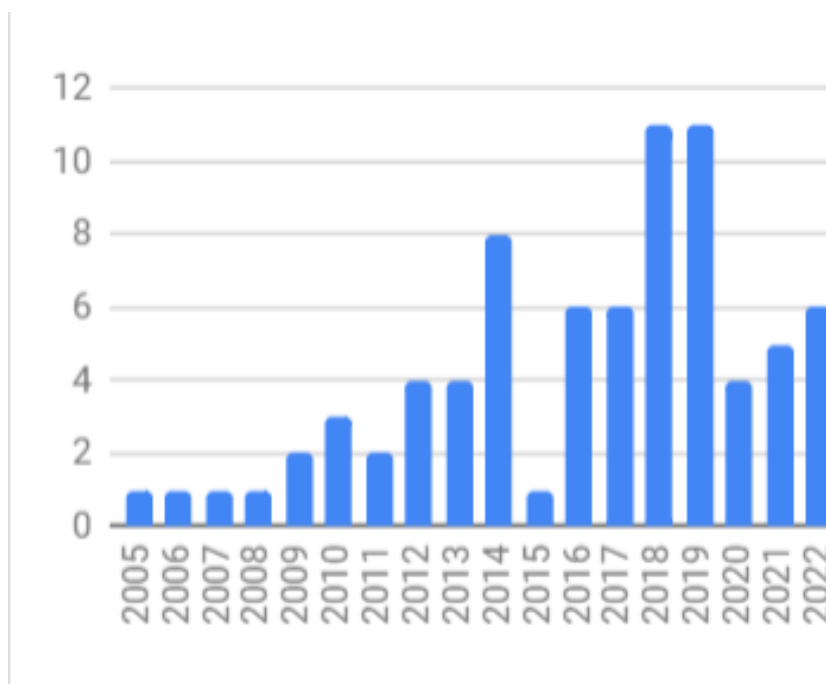
Neste doutoramento, tendo em vista o objetivo de estabelecer o tipo ideal “Comunicação Quilombola”, a pergunta de pesquisa orientadora desta revisão bibliográfica foi: “Como as teses e dissertações têm abordado a comunicação quilombola como processo comunicacional?”. Para responder a essa pergunta, a coleta de dados foi realizada de forma *on-line* a partir da extração de arquivo .csv (valores separados por vírgula) do banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

No campo de busca, foi inserida a expressão comunicação quilombola, sem aspas. A partir desse recorte, investigamos os temas e as áreas nos quais os estudos se basearam e as principais conclusões. Categorizamos os estudos, as dissertações e as teses conforme as principais áreas correlacionadas com a comunicação. Por fim, conduzimos uma análise crítica do levantamento, que servirá como base para as considerações finais desta tese.

Na amostra inicial extraída em .csv, foram encontradas 81 teses e dissertações. Dessas, uma dissertação tratava de *Prevalência de discromatopsia nos quilombolas de Monte Alegre de Goiás (Kalungas)*, em uma abordagem estritamente médica, o que nos levou a excluí-la da amostra. Já a tese *Corpografias afro-orientadas e ameríndias: cartografias de processos de criação em dança teatro brasileira* apareceu triplicada na base de dados, o que nos levou a excluir duas delas durante a análise, resultando em uma planilha com 78 textos para revisão bibliográfica.

Desses 78, 31 são teses e 47 são dissertações realizadas em 30 instituições de pesquisa. Apenas seis dos trabalhos analisados têm a data de conclusão entre 2005 e 2009. Os demais foram elaborados a partir de 2011, o que revela uma crescente intensificação nos estudos que relacionam comunicação, comunidades quilombolas e outras áreas.

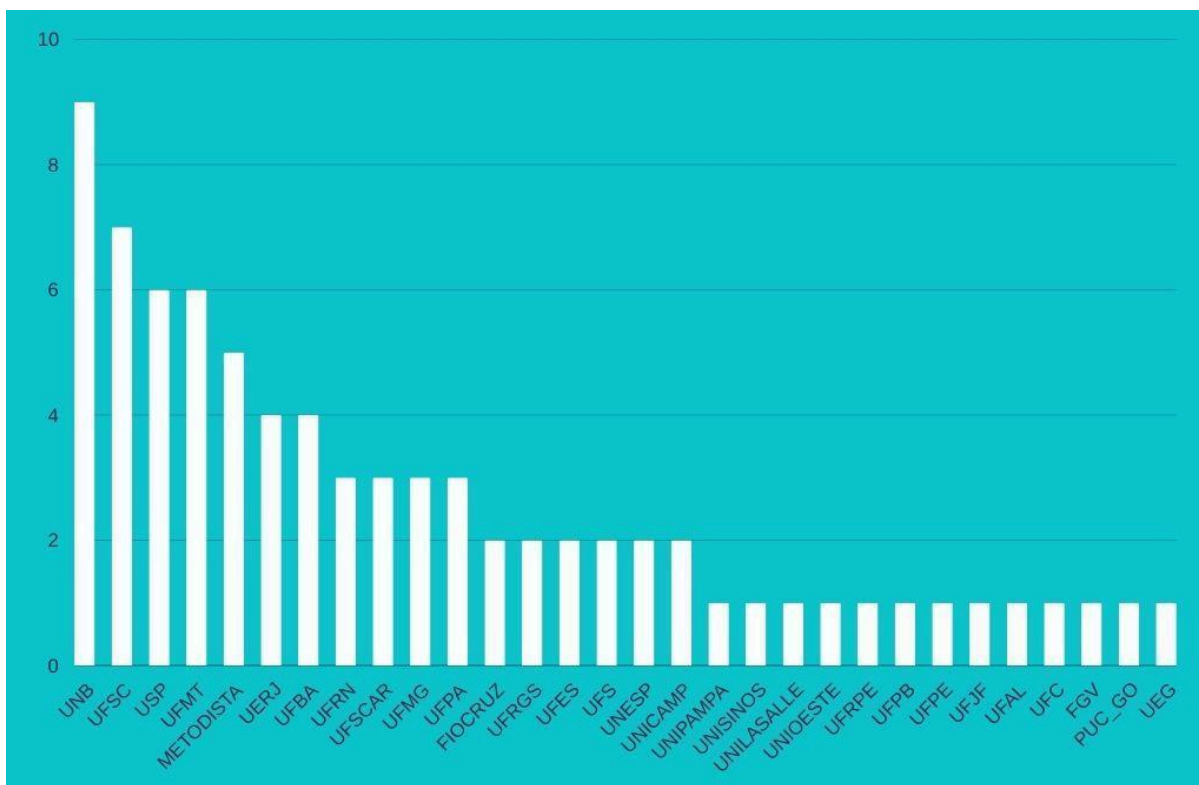
Gráfico 2: Número de estudos da BDTD extraídos a partir da busca pela expressão comunicação quilombola (2005-2022)



Fonte: elaborado pela autora.

Também chama a atenção o número de estudos realizados pelas seguintes instituições: UnB (9), Universidade Federal de Santa Catarina (7), Universidade de São Paulo (5), Universidade Federal de Mato Grosso (6), Universidade Metodista de São Paulo (5), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (4) e Universidade Federal da Bahia (4). A UnB, onde mais pesquisas foram produzidas, possui três teses e seis dissertações que dialogam com a temática desta tese a partir de estudos em áreas tão diversas como comunicação, educação, *design*, agronomia, política e cartografia. Todas as pesquisas foram realizadas entre 2012 e 2022, o que mostra o tema como uma área emergente de estudo.

Gráfico 3: Número de universidades x número de pesquisas que tratam da interface entre comunicação e quilombolas.



Fonte: elaborado pela autora.

O mesmo perfil pode ser observado nas outras universidades, com exceção da Metodista de São Paulo, que inaugura as pesquisas com essa interface ainda em 2005 a partir da dissertação de mestrado de Eliane de Souza Almeida, intitulada *Ilusão e realidade em Ivaporunduva: a televisão na cultura quilombola. Análise a partir da folkmídia*. Um trabalho sobre o qual nos debruçaremos na segunda parte desta revisão bibliográfica e que realiza uma importante análise de audiência a partir da folkmídia, referencial consolidado na própria Metodista.

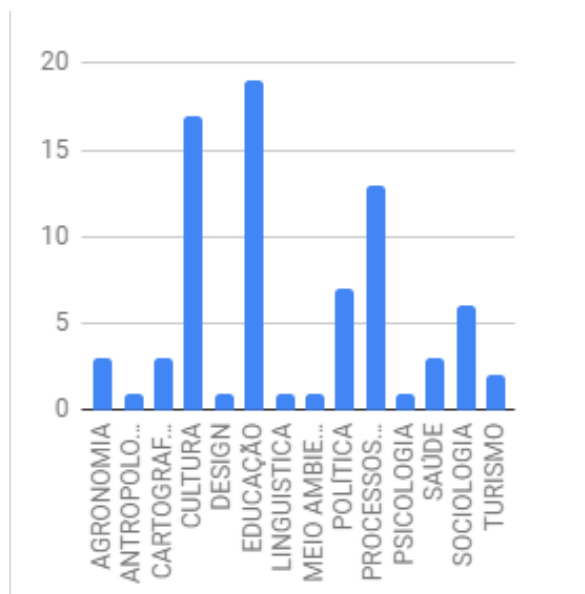
Após identificarmos a linha do tempo e as principais universidades envolvidas em estudos que abordam, de alguma forma, a interface entre comunicação e quilombolas, passaremos agora a indicar em quais as áreas de estudo essas abordagens ocorrem.

2 Principais áreas de estudo

Ao analisar os dados extraídos para esta revisão bibliográfica, identificamos as áreas de pesquisas nas quais as 78 teses e dissertações foram elaboradas. Não existe um padrão de classificação de cursos ou áreas de pós-graduação entre as universidades. Por conta disso,

agregamos os estudos dentro de macrogrupos temáticos por afinidade e semelhança de objetos de estudo. Dessa forma, chegamos a 14 áreas²², sendo aquelas que agregaram mais pesquisas as que buscaram compreender a comunicação quilombola a partir do diálogo com marcos teóricos da educação (19), cultura (17), comunicação/processos comunicacionais (13), política (7) e sociologia (6).

Gráfico 4: Macrogrupos temáticos *versus* número de pesquisas.



Fonte: elaborado pela autora.

Como este doutoramento busca compreender os processos comunicacionais engendrados pelas comunidades quilombolas e de que forma eles se constituem no tipo ideal “Comunicação Quilombola”, passaremos à análise de textos classificados nesta revisão bibliográfica no macrogrupo temático “processos comunicacionais”.

2.1 Processos comunicacionais

O primeiro estudo desse macrogrupo temático é também o pioneiro, visto que foi realizado em 2005, a já mencionada dissertação de mestrado de Eliane de Souza Almeida, intitulada *Ilusão e realidade em Ivaporunduva: a televisão na cultura quilombola. Análise a partir da folk mídia*.

²² Além das cinco categorias mencionadas, foram definidos como macrogrupos temáticos: agronomia, antropologia, cartografia, *design*, linguística, meio ambiente, psicologia, saúde e turismo.

Eliane Almeida foi orientanda de Joseph Maria Luyten, um professor universitário holandês radicado no Brasil, especializado em folkcomunicação e literatura de cordel. Em sua dissertação, a autora analisa, à luz do pensamento em comunicação de Luiz Beltrão, teórico da folkcomunicação, a forma como uma comunidade quilombola de São Paulo (Ivaporunduva) consome conteúdos televisivos. A pesquisadora verificou que a comunidade se incomoda com o papel subalterno de atores negros nas telenovelas e deseja que os quilombolas sejam retratados como “herdeiros legais de seu território” (Almeida, E., 2005, p. 48).

O papel da memória estaria muito presente, uma vez que, apesar da influência da televisão, do interesse pelas telenovelas e da incorporação de jargões televisivos, o vínculo com a realidade se estabelece a partir de um filtro interpretativo que tem em sua centralidade a origem das famílias, os mitos e as tradições (Almeida, E., 2005, p.118).

As moças estudam, cuidam da casa, namoram e vêem televisão. Se há um público apaixonado por televisão na comunidade, é justamente o público jovem feminino. (...) Elas consideram o assistir novela um passatempo. E que passatempo prazeroso. Elas sonham com as histórias de amor que acontecem nas novelas e sofrem com as heroínas. Mas, bem diferente do que acontece nas populações urbanas, o consumismo e a formatação da moda via novela, não as influencia. Elas vivem uma realidade bem diferente daquelas mostradas na televisão. Consideram tudo o que acontece nas novelas ilusão. Mas, não deixam de se colocar no lugar de suas heroínas.

Um dos registros mais sensíveis do trabalho de Eliane Almeida é a entrevista com uma das lideranças de Ivaporunduva, seu Dito, que fala sobre como o sino da igreja era usado pelos antepassados como forma de comunicação interna. De acordo com ele, em 1650, os moradores de Ivaporunduva já eram livres, mas não podiam sair da comunidade. Se fossem pegos, seriam escravizados outra vez nas lavouras ou na mineração. O sino da igreja era tocado como forma de alarme quando o sentinela via que se aproximavam os comerciantes de escravos. Assim, as pessoas tinham tempo de se preparar para defender a comunidade e a si próprias (Almeida, E., 2005, p. 109).

Foi apenas a partir da década de 1990 que a comunidade quilombola de Ivaporunduva passou a contar com energia elétrica e, em consequência disso, consumir a produção televisiva. O primeiro programa assistido foi um jogo de futebol. Seu Dito dizia que a televisão possui os lados positivo e negativo. Quanto ao lado positivo, ele aponta que, nos noticiários, é possível verificar as informações que lhe são úteis em suas lutas, como informações sobre benefícios sociais e ação de outros movimentos, como dos atingidos por

barragens. Quanto ao lado negativo, o ancião destaca a falta de conteúdos que exaltem os feitos e fortaleçam a autoestima das crianças quilombolas (Almeida, E., 2005, p.145).

Não vejo o jornal como se ele dissesse somente verdades. Eu vejo jornal de uma emissora, vejo de outra e depois faço uma análise crítica. Não assisto a novela como se ela fosse realidade. ... só para me distrair (...). Você não vê nada de negro. É tudo para branco. Não tem nada para o negrinho quilombola se identificar. Não aparece na televisão propaganda de boneca negra e se você for dar pra sua filha uma boneca negra, ela vai querer uma loira porque é isso que ela vê na televisão.

Na conclusão do texto dissertativo, Eliane Almeida destaca que, apesar dos impactos no cotidiano da comunidade, o consumo do conteúdo televisivo em Ivaporunduva é mediado pelas tradições, pelos projetos de luta coletiva e pelas informações obtidas por outros canais, como a internet. Desde os anos 2000, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira possuem um projeto de inclusão digital, criado em parceria com o ISA e mantido com recursos do Banco do Brasil. Além do acesso a computadores e internet, esse projeto possibilitou a produção de conteúdo informativo próprio, que dá visibilidade à agenda política quilombola.

Oito anos separam a dissertação sobre o Vale do Ribeira da próxima que viria a abordar a relação entre comunidades quilombolas e comunicação a partir da análise dos processos comunicacionais. O tema é resgatado na dissertação de minha autoria, intitulada *Comunicação quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento* (Nunes, 2013), já descrita nesta tese. No entanto, em uma perspectiva comparativa, diferentemente da pesquisa de Eliane Almeida, a dissertação produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação da UnB não buscou analisar o consumo de conteúdo televisivo como parte do processo comunicacional.

A dimensão do processo pesquisado foi a da estratégia de agendamento: como uma comunidade, no caso do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, estabeleceu uma rede de parceiras e parceiros para superar a ausência de energia elétrica e internet em seu território e ainda assim levar a agenda de reivindicação política para os meios de comunicação. Vale ressaltar que esse trabalho, desenvolvido sob a orientação da professora dra. Dione Oliveira Moura, é, até a presente data, o único encontrado na base de dados da BDTD a partir de uma pesquisa por “comunicação quilombola”, entre aspas, e, logo, o único a se remeter a essa exata referência.

Na linha do tempo estabelecida nesta revisão bibliográfica, que utiliza o termo comunicação quilombola, sem aspas, o próximo estudo do macrogrupo temático “processos comunicacionais” seria a primeira tese de doutoramento do maranhense Wesley Grijó²³ (falecido em 2017), intitulada *Mediações quilombolas: apropriações étnicas na recepção de telenovelas* e desenvolvida na Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O trabalho de Grijó retoma a abordagem de Almeida ao buscar compreender como os integrantes do quilombo da Família Silva dão sentido ao conteúdo das telenovelas e quais inferências fazem a partir de seu contexto. Ele apresenta uma discussão teórica baseada em estudos sobre as noções de identidade étnica, grupos étnicos e etnogênese. Grijó indica que a audiência (quilombolas) realiza as apropriações do conteúdo televisivo (“mediações quilombolas”) a partir dos acúmulos relacionados à identidade étnica, de classe e gênero. Nesse contexto, o autor categorizou a forma como as pessoas da comunidade fazem as leituras das telenovelas como negativas, negociadas e positivas (Grijó, 2014, p. 256).

(...) as negativas são as mais comuns e relacionadas às críticas que os quilombolas fazem da representação dos negros nas tramas, quando percebem a insistência das emissoras em colocá-los em posição inferior aos brancos, em trabalhos domésticos, situações de violência, etc.; já as positivas estão ligadas a uma valorização dos negros nas tramas, apresentados como protagonistas, com profissões de grande apreço na sociedade, não necessariamente pertencentes às camadas pobres da sociedade, etc.; e por fim, as negociadas são atreladas a fatos que eles observam nas telenovelas e apontam a falta de verossimilhança na representação da realidade, baseados em seu entorno, demonstrando que a ficção não condiz com a realidade.

Ainda seguindo a linha do tempo dos estudos sobre processos comunicacionais, após o trabalho de Grijó, destacamos a dissertação de mestrado de Silmara de Mattos Sgoti, intitulada *A comunicação comunitária dos Quilombolas Carrapatos da Tabatinga: o diálogo como práxis da comunicação interpessoal e grupal*. O estudo, produzido em 2016 na Universidade Metodista de São Paulo, busca compreender os processos de comunicação das práticas participativas e de gestão existentes na comunidade, além de verificar se há um trabalho desenvolvido nos meios de comunicação grupais ou midiáticos de alcance

²³ A produção acadêmica de Grijó sobre comunidades quilombolas e comunicação é uma das principais inspirações desta tese de doutorado. Grijó finaliza a tese de sua autoria com dizeres que também podem ser compreendidos como um legado: “Assim, com esta pesquisa na qual dialogamos com outras áreas, no intuito de produzir um estudo que abarcasse o objeto empírico a partir de várias perspectivas, esperamos incitar a realização de trabalhos similares que coloquem os sujeitos e suas práticas no cerne da produção de conhecimento” (Grijó, 2014, p. 262).

comunitário ou local, para amplificar as demandas sociais dos quilombolas da região de Bom Despacho.

A autora realizou pesquisa bibliográfica e pesquisa etnográfica, com observação participante na investigação de campo. Assim como nesta tese, foi realizada entrevista semiestruturada com lideranças comunitárias, bem como membros da comunidade e alguns atores da sociedade local. Silmara verificou que o diálogo crítico se faz presente nas discussões interpessoais e grupais sobre as demandas dos próprios quilombolas. A comunicação com a sociedade local se dá principalmente por meio de manifestações culturais como o Congado, festa de origem católica que incorpora elementos da religiosidade de matriz africana (Sgoti, 2016, p. 97).

Alguns pontos relevantes da comunicação dialogada grupal da comunidade na Festa de São Benedito com a sociedade local: a) Comunicam de forma emocionante a importância de seus ancestrais escravos educando a sociedade local para a reflexão do sofrimento do negro, e o que traz a falta de liberdade: dor e tristeza; b) Participam de uma festa de origem católica, e exibem ritos pertencentes as matrizes africanas com os gestuais, cantos, ritmos e danças que são praticados na umbanda. Observou-se que este processo de comunicação possibilita educar a sociedade local para a tolerância religiosa e o respeito à diferença cultural; c) Comunicam com o próprio corpo e por meio de suas indumentárias os significados e (re) significados das lutas vividas, e da condição de vida do povo quilombola. Na festa cantam e dançam as vitórias conquistadas e as que poderão alcançar. E esta comunicação se dá face a face com a sociedade local nas ruas de Bom Despacho.

Além da comunicação cultural por meio do Congado, foram verificadas na pesquisa de Silmara eventuais participações da comunidade nos meios de comunicação de Bom Despacho, seja em espaços cedidos, de forma esporádica, seja em rádio comercial para divulgação de eventos e atividades culturais. A pesquisa também constatou a utilização de redes sociais, especialmente *Facebook* e *Youtube*, para a publicação de conteúdos culturais e políticos gerados pelos mais jovens, assíduos frequentadores do telecentro da associação comunitária (Sgoti, 2016, p. 109). O telecentro de Carrapatos, criado em 2003, no primeiro ano do governo Lula, foi ampliado em 2012, como parte de um projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e chegou a dividir espaço com um salão afro, uma pequena biblioteca e uma fábrica de *silkk*/costura para geração de renda.

Apesar da forte integração com a comunidade local, na investigação de Silmara não foi mapeada uma relação sólida estabelecida entre a comunidade quilombola e os meios de comunicação comunitários da região. Por outro lado, a pesquisadora da Metodista identificou

lideranças quilombolas com ampla reflexão sobre a importância da comunicação. Entre elas, dona Tiana, que sempre dizia: “todos precisam saber da força do negro, o negro não ajudou, fez este lugar, meus antepassados não podiam falar, mas eu posso... nós podemos então tem que falar da luta do sofrimento e da dor” (Sgoti, 2016, p. 87).

Importante mobilizadora da comunidade, dona Tiana também exercia liderança no Congado, interpretando papéis até então restritos aos homens. A matriarca, falecida em 2019, ainda ocupa papel central no documentário *A filha de São Sebastião*, produzido em 2013 pelo coletivo Caturra Filmes, e no filme *Dandara - a força da mulher quilombola*, realizado em 2015 pelas antropólogas Ana Carolina Fernandes e Amaralina Fernandes.

À pesquisadora Silmara Sgoti dona Tiana relatou que houve uma tentativa de instalação de uma rádio comunitária na comunidade de Carrapatos. Havia espaço físico e equipamentos, mas os quilombolas teriam desistido de iniciar as operações com medo de criminalização e repressão pois tiveram “informações de radialistas conhecidos que era complicado, porque poderia dar problemas com processos contra a comunidade, pelo fato de que os conteúdos veiculados pela rádio pudessem ser interpretados como ofensa, calúnia e difamação” (Sgoti, 2016, p. 105). A matriarca também contou que a comunidade quilombola chegou a produzir um jornal impresso, com mil exemplares, contudo, devido ao alto custo, o projeto foi suspenso. Outra iniciativa nesse sentido foi o jornal chamado Tabatingão, gravado por meio de vídeo, que teve produção em caráter experimental, mas sem continuidade.

Outro estudo categorizado no macrogrupo “processos comunicacionais”, a tese de Janine Bargas (2018) fornece uma análise detalhada de práticas comunicativas das comunidades quilombolas do Pará. O foco do trabalho é nas interações online (especialmente no Facebook e no Whatsapp), que desempenhariam um papel crucial nas estratégias quilombola de resistência e organização social. A autora destaca a mobilidade como um aspecto crucial para entender como as comunidades quilombolas se apropriam das tecnologias digitais, mesmo em áreas rurais com acesso limitado à internet (Bargas, 2018, p.63).

Geralmente localizadas em zonas rurais do Pará, ou em relativa distância das maiores cidades, o acesso à internet ainda é precário e a conexão em banda larga ainda é exceção, tanto por questões econômicas, quanto infraestruturais. Para se manterem conectados, os quilombolas utilizam-se da via mais acessível economicamente (redes wi-fi públicas, como o Navegapará²³, ou redes móveis 3G) ou da possibilidade de conexão via satélite ou ainda via rádio. O levantamento dos números sobre os usos da internet e as formas de conexão dos brasileiros, assim como a realidade dos quilombolas do Pará a esse respeito, também revelam o Facebook e o Whatsapp como as duas plataformas digitais mais acionadas,

principalmente nos seus formatos de aplicativo, já que os quilombolas se conectam primordialmente por meio de dispositivos móveis. Este é um dos motivos pelos quais a pesquisa se concentra nesses dois ambientes. O outro motivo é a possibilidade de comparação entre as distintas naturezas de cada ferramenta, uma enquanto site de rede social, outra como aplicativo de trocas instantâneas de mensagens, e suas respectivas influências sobre as formas de interação cotidiana dos quilombolas.

A partir dos dados coletados, a pesquisadora mostra que o texto é a forma mais comum de expressão nas interações online, seguido por imagens, emojis e áudios em menor frequência (Bargas, 2018, p.174). O compartilhamento de conteúdos próprios é mais comum do que o compartilhamento de conteúdos de terceiros. O Facebook, em geral, é usado para compartilhar conteúdo de organizações não governamentais parceiras do movimento quilombola, enquanto o Whatsapp é mais utilizado para conversas informais, articulação política e repasse de informações relevantes.

Independentemente da plataforma, Bargas conclui que as interações online são vistas como componentes das lutas por reconhecimento das comunidades quilombolas, promovendo auto expressão, visibilidade, articulação política e troca de informações, além de contribuírem para a manutenção do laço identitário, especialmente entre os jovens e as famílias, uma vez que a ausência de escolas de ensino médio leva a um distanciamento físico, que tem na comunicação um contrapeso essencial para a formação de novas gerações de lideranças (Bargas, 2018, p.177).

Na tese "Na Dinâmica do Facebook: experimentações, usos e apropriações por jovens quilombolas do Matão", o pesquisador Marco Antônio Tessarotto também investiga como as representações imagéticas e identitárias dos jovens quilombolas se atualizam e se constituem a partir das temporalidades e dinâmicas performáticas na circulação no meio dessa rede social.

A análise se concentra em dois níveis: o primeiro nível investiga como os jovens quilombolas acionaram os meios, modos e operações do processo interacional no digital, enquanto o segundo nível descreve os desdobramentos dos vínculos do "local" e do "global" que se articularam em novas narrativas e identidades/perfis. A pesquisa compreendeu o período de pandemia de covid-19, tornando possível a observação sobre o aumento das interações digitais a partir do isolamento, o que intensificou a expressão de angústias, medo do futuro e conflito de autoimagem (Tessarotto, 2021, p.266).

O estudo também verificou como o território físico dialoga em um intenso conflito por referencialidades no digital, analisando o fenômeno da midiatização e do imagético em disputa por referencialidades (Tessarotto, 2021, p.266).

Estamos diante de jovens quilombolas que vivenciam as dinâmicas interacionais do meio Facebook, visto que estas nunca cessam. No entanto, mesmo diante das experimentações, dos usos e apropriações por jovens quilombolas nas redes, percebemos que as tensões agora surgem entre estes dois atores quilombolas que pertencem ao mesmo e único espaço mundo, a arena a ser disputada entre “incluídos e degradados”. O “totem território quilombo” atua fortalecendo este espaço de acolhida permanente, naquele lugar “onde o mal não os atinja”. Independente das condições externas, com ou sem a presença da IVM ou da política pública de inclusão digital do GESAC, a comunidade quilombola do Matão continuará resistindo e seguindo adiante mediados pelo “mistério”.

Os processos comunicacionais como estratégia de resistência é uma perspectiva também presente na dissertação de Alessandra Pereira Brito, intitulada *A rememoração nas imagens dos quilombos* e defendida em 2021. A autora defende que os filmes feitos nos territórios quilombolas iluminam a memória dessas comunidades, destacando a presença das mulheres negras e sua relação com a terra e o território. As obras seriam ferramentas poderosas para contar histórias, transmitir memórias e promover a afirmação do pertencimento ao território quilombola.

Entre os filmes analisados estão: Tança (2014), Pra se contar uma história (Elen Linth, Lucicleide Santos, Diego Jesus e Leandro Rodrigues, 2013), Quilombo Rio dos Macacos (Josias Pires, 2017), Nove Águas (Gabriel Martins e Quilombo 21 dos Marques, 2019), Aruanda (Linduarte Noronha, 1960) e Ôrí (Raquel Gerber, 1989). De acordo com Brito, eles revelam cinco procedimentos expressivos que instituem um devir quilombola no cinema brasileiro contemporâneo: a performance, os percursos pelo território, o testemunho, a reencenação e a presença das sonoridades (o canto e a música). Esses elementos contribuem para uma representação autêntica das comunidades quilombolas e sua luta pelo território.

Além disso, os filmes proporcionam uma oportunidade para os quilombolas afirmarem sua identidade e se libertarem dos estereótipos. As oficinas de audiovisual, por exemplo, oferecem uma potente chance para uma reconfiguração do modo como os quilombolas veem a si mesmos, permitindo-lhes afirmar sua identidade e liderar suas comunidades em defesa de seu modo de vida (Brito, 2021, p.136).

Podemos até mesmo falar de um devir quilombola do cinema brasileiro com seus traços, ao mesmo tempo ancestrais e contemporâneos: os percursos pelo território, como um gesto de autodemarcação; a presença das sonoridades com os cantos, os sambas, o candombe; o testemunho da vida no território; a performance, exercitada pelas forças da memória; a reencenação, modo de lembrar a fundação das comunidades e também como maneira de elaboração da experiência histórica das comunidades. Os quilombos, exercitando seu frequente tornar-se quilombo – como

invenção viva – fazendo ressoar as vozes da militância negra: fazendo Palmares de novo!

Os estudos do macrogrupo temático “processos comunicacionais” oferecem chaves de leitura para classificar e entender a comunicação quilombola a partir de processos estabelecidos no âmbito interpessoal, grupal, cultural e midiático, sendo ainda importante a compressão sobre como se dá a audiência e o consumo de informações mediado pela cultura de resistência e matriz africana.

Nesse sentido, para melhor compreensão desses processos, em uma segunda camada de leitura, levaremos em conta outras abordagens sobre a interseção entre comunicação, educação, cultura e comunicação, presentes nas pesquisas classificadas nos respectivos macrogrupos.

2.2 Educação e cultura

Na dissertação *Da tradição oral à escrita: a história contada no Quilombo de Curiaú*, de 2006, Edna dos Santos Oliveira investigou o papel da escrita como forma de comunicação para memória, identidade e fortalecimento do Quilombo de Curiaú, no Amapá. Um dos objetos de análise foi o Jornal do Quilombo²⁴, um canal de comunicação comunitária, mas que cumpre o papel de agregar informações sobre outras comunidades da região. Além de notícias, o jornal publica poemas de natureza épica, que retratam a vida no quilombo, cuja autoria é de Creuza Silva (Oliveira, F., 2006, p. 132).

Poderíamos supor, a partir disso, que o jornal estimula ou influencia o surgimento de outros escritos, o que implica dizer de outros escritores. Sua primeira edição data do dia 15 de dezembro de 1999. Tem como mentor Sebastião Menezes da Silva, que acumula as funções de editor, redator, repórter, enfim, toda a produção está sob sua responsabilidade. Esse jornal trata de temas relativos à vida diária dos curiaúenses, desde informações relevantes de interesse geral da comunidade, causos engraçados ou aterrorizantes ocorridos com alguém e até mesmo comentários sobre a vida particular de algum morador feitos de forma sutil ou manifestamente.

Oliveira, F. analisou as edições do Jornal do Quilombo publicadas de 1999 a 2005. A pesquisa revela que uma frequência variável de publicação, em razão da forma e das condições de produção, tiragens limitadas (em média, 30 cópias) e versão digital. A

24

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/08/03/agricultor-cria-jornal-artesanal-para-falar-da-comunidade-quilombola-onde-vive-no-ap.ghtml>

periodicidade instável também seria consequência da centralização das atividades em uma só pessoa. A pesquisadora constatou baixa leitura do jornal na comunidade, mas um reconhecimento por parte de autoridades e moradores de outras comunidades, o que contribuiu para o fortalecimento da causa quilombola. Duas secretarias – da Indústria e Comércio e do Meio Ambiente – teriam financiado as tiragens. Todos os colaboradores da publicação são mulheres, sendo as duas principais da família de Sebastião (irmã e prima).

A dissertação ressalta ainda os objetivos da publicação, divididos em quatro funções (Oliveira, F., 2006, p. 140). A primeira delas seria “noticiar fatos ocorridos que envolvam, de alguma forma, a comunidade; divulgar a realização de eventos, mas, sobretudo comentar os eventos já realizados, descrevendo os acontecimentos e, ao mesmo tempo, avaliando-os”. A segunda é “tecer comentários e formular questões relativas à vida social da comunidade com algum juízo de valor social, cultural, moral e até religioso”. A terceira seria servir de porta-voz, isto é, “através do jornal as questões que, de alguma forma, afligem a comunidade são propagadas, o que o faz constituir-se um canal de divulgação de denúncias, reclamações, avisos”.

Em outra dissertação de mestrado pertencente ao macrogrupo “cultura”, o pesquisador José Vitor Marchi Palma e Silva descreve o desenvolvimento de pesquisa de campo por meio de métodos etnográficos e produções iconográficas, tais como registros filmicos, fotografias e *blogs*, com remanescentes de quilombos da comunidade de Pedro Cubas no Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo. O trabalho buscou, a partir de uma abordagem etnográfica, “construir um texto interdisciplinar para orientar, de forma colaborativa, a produção documentária de um ícone com as expressões e as tensões da vida cotidiana marcadas pela singularidade de suas origens e lutas históricas” (Silva, J., 2010, p. 7).

O contato do pesquisador com a comunidade quilombola se deu por meio do Itesp e também contou com o apoio do ISA, que na época desenvolvia oficinas de *web* na localidade. Silva concebeu e gravou o documentário em diálogo com a comunidade. No texto dissertativo, ele faz apontamentos sobre processo comunicativos, nos quais destaca o interesse dos quilombolas na produção audiovisual e na construção de narrativas sobre si mesmos (Silva, J., 2010, pp. 79-81).

Os quilombolas gostam da comunicação, falam de si facilmente e escutam atentamente seu interlocutor. (...) Percebi nos momentos em que meus equipamentos passavam para as mãos deles que essas informações da natureza os afetavam também, ou seja, eles percebiam também as alterações de luz e cores. Fotografar e gravar é mesmo como escrever com a luz e eles assim faziam. O garoto Maicon num movimento particular colocou a câmera

de fotografar na função vídeo e registrou o movimento das crianças dentro da igreja (...) Ele tem acesso ao galpão onde está o Infocentro, pois seu avô é quem detém uma das cópias da chave do local e desta forma utiliza a internet com muito mais frequência que todos os outros garotos da comunidade, de maneira que já domina muitos códigos na rede, faz buscas no Google, possui Orkut, participou da oficina de blog deste projeto e fez o blog da sua comunidade, fez a comunidade Pedro Cubas no *orkut*.

Também listada no macrogrupo de “cultura”, a tese de doutorado de Cristóvão Domingos de Almeida analisa práticas cotidianas de construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, município de Poconé, no Mato Grosso. O foco de Cristóvão Almeida foi a interface em comunicação e cultura. O pesquisador entrevistou lideranças quilombolas, identificadas por codinome, para revelar a forma que elas interagem com mídias e processos comunicacionais (Almeida, C., 2012, p. 142).

O quilombola Nuvem disse que aprendeu, através do programa Globo Rural, a ter cuidado com a higienização dos materiais de trabalho na fábrica de rapadura, mas, por outro lado, sabe que, em diversos momentos, a televisão serve como passatempo. Percebe-se que a presença dos meios de comunicação e da tecnologia na comunidade Campina de Pedra é fonte de aprendizagem, de mudanças e de entretenimento. Desse modo, assim como na teoria social, os intelectuais defendem o acesso aos direitos sociais, políticos e civis dessa população historicamente minimizada, desassistida e desprestigiada, agora ela também quer, além de ter acesso aos meios de comunicação, escolher o melhor momento para sua utilização.

De acordo com o pesquisador, há um olhar crítico da comunidade sob os meios de comunicação, uma vez que eles chegam a verbalizar que não confiam em tudo a que assistem. No entanto, afirmam que compreendem meios, como celular, televisão e rádio, capazes de “auxiliá-los na economia de tempo, na agilidade das informações, nas trocas sociais e, principalmente, na informação do que está ocorrendo em outros espaços sociais” (Almeida, C., 2012, p. 143): “temos que ter os meios de comunicação aqui na comunidade. As coisas estão acontecendo muito rapidamente e se a gente não acompanhar vamos ficar mais ainda pra trás. Nós temos que tá atentos e inseridos porque hoje a comunicação é tudo.”

Cristóvão Almeida registrou, no entanto, uma preocupação dos quilombolas com as mudanças nas formas de sociabilidade. A comunicação oral é valorizada pelos quilombolas de Poconé, pois possibilita a interpretação dos fatos do cotidiano, a partilha de memórias e a criação de laços de solidariedade (Almeida, C., 2012, p. 144):

Depois que começou a televisão aqui muita coisa mudou. Você vê que antes um vizinho visitava o outro na boca da noite para conversar. Agora não tem

mais isso porque a televisão tirou o tempo. Lembro que quando eu era criança, a gente ia um dia na casa de titia, outro dia na casa de vovó, eles vinham aqui. Agora a gente não tem mais tempo pra fazer isso.

Um relato interessante feito pelo pesquisador diz respeito ao esforço de uma família para pautar uma emissora de rádio comunitária com os temas de interesse da comunidade. De acordo com ele, mãe e filhas fazem uma escala durante a semana para se comunicar com os locutores da rádio comunitária instalada na comunidade quilombola do Chumbo, a maior do município: “a gente se sente bem, enviando recado e música para as pessoas que há muito tempo que a gente não se vê ou, ao menos, para dizer que a programação do dia está ótima” (Almeida, C., 2012, p. 144).

Na dissertação de mestrado *Estação memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda*, apresentada por Edison Luis dos Santos e incluída no macrogrupo temático Cultura, a criação de dispositivos infoeducativos é apresentada como uma estratégia de comunicação e combate a apropriações culturais. O autor realiza uma reflexão histórica sobre a expropriação das culturas tradicionais, especialmente as quilombolas e caiçaras, destacando ameaças como a lógica do mercado, a especulação imobiliária e a indústria do turismo.

Ao longo da dissertação, ele destaca a importância de preservar e respeitar as expressões culturais dessas comunidades. O pesquisador também denuncia que a presença missionária – igrejas adventistas e evangélicas – vem atuando intensamente para “exorcizar as práticas, expressões e vivências culturais dos antepassados, inculcando-lhes valores alheios ao universo sociocultural das pessoas que nasceram e vivem no bairro rural do Cambury” (Santos, E., 2012, p.172). Os principais alvos de ataque dos missionários seriam os objetos, crenças e valores simbólicos que os quilombolas e caiçaras sempre produziram na vida cotidiana para celebrar o tempo de plantar, colher, cantar e dançar. Manifestações culturais como dança da Chiba, Cana Verde, Folia de Reis, cirandas e batuques estariam sob permanente crítica e tentativa de desconstrução dos religiosos, o que causaria desarticulação de uma coletividade tão importante para o enfrentamento dos conflitos e problemas da comunidade, tais como favelização e ausência de fonte de renda.

Nesse sentido, Edison Luis dos Santos desenvolveu, em diálogo e oficinas com as lideranças comunitárias e com mobilizadores jovens, o espaço físico e a plataforma virtual Estação Memória Cambury, que tinha como propósito reunir informações e imagens, em fotografia ou vídeos, sobre as comunidades. O pesquisador acredita que a mediação cultural infoeducativa pode facilitar a ação transformadora, diminuindo as barreiras das desigualdades

em contextos de alta vulnerabilidade social, econômica e cultural, ao mesmo tempo em que articula universos simbólicos (Santos, E., 2013, p.102).

Do ponto de vista teórico, a Estação Memória Cambury é um dispositivo cultural e vivencial, com dupla natureza, tanto informativa quanto formativa. A sua configuração foi pensada intencionalmente, de modo que articulasse diferentes níveis de interação, de ordem afetiva, cognitiva, social e comunicativa. Concebemos a sua estrutura de modo articulado e intencionalmente, a partir da combinação de 4 (quatro) eixos, que são os pilares básicos que objetivam a apropriação cultural e a reinserção das memórias no contexto cultural quilombola-caiçara da comunidade rural do Cambury: Arca das Letras; Acervo audiovisual (Relatos de Vida); Oficinas de Memória; e Plataforma digital Wordpress (Estação Memória Cambury) A Estação Memória Cambury, além de trabalho coletivo de mediação cultural, apresenta-se em movimento permanente: da modalidade registros/atividades culturais com os relatos de vida, passou à organização da base eletrônica de dados.

Enquanto o trabalho de Edison Luis dos Santos aponta uma plataforma infoeducativa como possibilidade de preservação da memória e estratégia de resistência pela via comunicacional, o pesquisador Luís Carlos Paravati ressalta a culinária como forma de fortalecimento cultural e político. Na dissertação *Communicative and cultural aspects in caiçara culinary habits of the quilombola community of Fazenda picinguaba*, defendida em 2014 e agrupada no macrogrupo temático da análise “cultura”, o pesquisador destaca a importância da comunicação oral e dos processos de folkcomunicação na transmissão e preservação da cultura alimentar do Quilombo da Fazenda.

Santos, E. também examina os desafios enfrentados pela comunidade de Ubatuba, litoral de São Paulo, diante das mudanças socioeconômicas e culturais, especialmente em decorrência da construção de rodovias e da ampliação do acesso às mídias de massa. Esses dois acontecimentos teriam levado a comunidade à substituição de alimentos tradicionais por alimentos industrializados e a uma mudança na identidade culinária.

Como contraponto, a dissertação expõe os processos comunicacionais envolvidos na transmissão da cultura alimentar entre as gerações da comunidade quilombola. Esses processos estariam baseados na oralidade, com conversas informais entre vizinhos, rodas de conversa no campo ou terreiro, e relatos transmitidos de forma verbal de geração em geração. O pesquisador buscou descrever, a partir da base teórica da folkcomunicação e de relatos sobre a pesquisa de campo, as principais manifestações culturais com potencial comunicacional encontradas na comunidade (Paravati, 2014, p. 96):

No gênero folkcomunicação icônica identificamos as manifestações nos

formatos: Formato Decorativo, artesanato de palha, junco, cipó e taquara como cestarias, balaies, ornamentos domésticos (pano de prato bordado), que são utilizados no dia-dia dos moradores e vendidos também na loja de artesanato da Comunidade do Quilombo da Fazenda. Formato Nutritivo: culinária caiçara como peixe com banana verde (azul-marinho), café de cana, peixe seco, fabricação de farinha de mandioca e de milho, bolos de farinha e fubá. Fomos convidados pela Dona Carmem para almoço em sua casa, onde o cardápio era composto de peixe azul-marinho, salada quilombola e de sobremesa mousse de cambuci. Dona Carmem nos permitiu acompanhar toda a produção do prato azul-marinho.

Ainda no macrogrupo temático “cultura”, mas com forte interlocução com o eixo “educação”, a dissertação de Heloisa Carvalho trata das *Práticas Corporais nas Comunidades Quilombolas: Significados das Manifestações Culturais na Escola de Monte Alegre*, em Cachoeira do Itapemirim, no Espírito Santo. A autora trabalha a existência de uma relação entre essa comunidade e a disciplina de Educação Física na apropriação da cultura. Por meio da análise de conteúdo de entrevistas de jovens quilombolas, ela demonstra como a educação física pode fortalecer a cultura comunicacional da comunidade (Carvalho, H., 2014, p.59).

Posso dizer que as festas que ocorrem na escola e na comunidade quilombola de Monte Alegre nascem de uma narrativa mítica, pois dona Laurinda ao ensinar a dança do caxambu fala sobre as origens, compreendida e significada como sagrada fortalecendo o que é ser quilombola. Essa forma de comunicação é orientada pelos saberes da tradição, que diz o momento (espaço/tempo) exato para que haja uma comemoração no dia 13 de maio e no dia 20 de novembro em que o ritual é manifestado.

Do macrogrupo temático educação, a pesquisadora Iracem Munarim nos convida à reflexão com a tese *As tecnologias digitais nas escolas do campo: contextos, desafios e possibilidades*” (Munarim, 2014). O objetivo do estudo foi abordar o papel das tecnologias digitais nas escolas do campo no Brasil contemporâneo, buscando constituir referências iniciais para futuras pesquisas sobre o tema na área da Educação do Campo.

O levantamento envolveu visitas e entrevistas em escolas que atendiam camponeses, quilombolas e trabalhadores empobrecidos das cidades de Blumenau e Brusque (SC). O levantamento evidenciou a importância de uma educação que proporcione aos professores e estudantes momentos de conhecimento e reflexão sobre as mídias e tecnologias digitais, e de que estes se reconheçam enquanto atores críticos em seus contextos (Munarim, 2014, p.78).

É, pois, importante pensar no formato e na ideologia de propostas que têm

como objetivo a inserção de tecnologias digitais nas escolas do campo: é preciso considerar em que medida elas apenas têm como foco uma melhoria da aprendizagem de uma população supostamente carente em seus saberes, ou se, por outro lado, além de proporcionar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, elas propõem espaços de comunicação e criação de redes que fortaleçam reivindicações.

2.3 Política

Do macrogrupo temático “política”, trazemos a dissertação de mestrado de Frederico Oliveira, defendida em 2009 e intitulada *Mobilizando oportunidades: Estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola*. O estudo aborda as estratégias de ação coletiva do movimento social quilombola e situa a comunicação como estratégia. De acordo com ele, desde a Constituição de 1988, “os remanescentes de quilombo aprimoraram suas formas de luta, desenvolveram mecanismos de comunicação intercomunitários mais eficientes, refinaram as demandas que encaminham ao estado e diversificaram suas estratégias de recrutamento e mobilização de novos apoiadores” (Oliveira, F., 2009, p. 125).

O pesquisador investiga a experiência do núcleo da Equipe de Articulação e Assessorias das Comunidades do Vale do Ribeira (Eaacone) e a relação desse grupo com as associações quilombolas e os moradores das comunidades. De acordo com a análise das formas de organização, ele constatou uma metodologia de construção de processos comunicacionais descentralizada (Oliveira, F., 2009, p. 156).

Com a nova divisão de tarefas, os grupos locais passaram a ter maior autonomia para transmitir informações e deliberações das reuniões ordinárias aos habitantes das comunidades. Igualmente, a disseminação de eventos, novidades, conquistas e problemas envolvendo comunidades específicas – e, na maioria dos casos, distantes e isoladas – se tornou mais fácil à medida que os agentes locais passaram a mediar a comunicação entre um quilombo e os demais.

A compreensão de que comunicação e incidência política estão relacionadas conduz a análise do trabalho desenvolvido por Christianne Araújo em tese de doutorado intitulada *A partir das águas: argumentações midiaticizadas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco*. Ela analisa o processo de debate sobre a transposição do rio São Francisco e constata que a grande mídia, representada pela Folha de S.Paulo, desempenha um papel importante na cobertura de questões políticas que afetam as comunidades quilombolas. No

entanto, de acordo com a pesquisadora, essa cobertura tende a ser influenciada pela ideologia dominante e pelos interesses políticos e econômicos dos grandes conglomerados midiáticos, o que pode distorcer ou marginalizar as vozes das comunidades quilombolas e suas lutas.

Prova disso seria a cobertura do jornal Folha de S.Paulo sobre os atos de movimentos contrários à transposição, entre eles o movimento sem-terra e quilombola. A criminalização estaria presente tanto nos textos, quanto nas imagens escolhidas pelo veículo (Araújo, C., 2012, p.250).

Imagens que dão sentido de violência e de agressividade para representar os movimentos sociais foram verificadas, tanto nas imagens relacionadas à greve de fome quanto nas imagens que representam a rede de resistência nas ações coletivas relacionadas às manifestações em Brasília e à Ocupação do Canteiro de Obras. Na capa do Jornal, foi publicada uma fotografia para retratar a manifestação realizada no Ministério da Integração Nacional pela rede de resistência. Essa ação era apenas uma entre as diversas ações coletivas organizadas pela rede de resistência, entretanto, não mencionadas, eclipsadas por um acontecimento isolado, de um vidro de portaria quebrado e não promovido pelos militantes da rede, mas que na representação da fotografia confere à resistência significado de agressão. (...) Na mesma imagem, chama atenção o enquadramento de um dos símbolos mais representativos da resistência popular, que é a bandeira do MST. Concomitante, o texto-legenda exibe uma sequência de formações discursivas (“quebra-quebra”, “clima tenso”, “um homem detido”) que simbolicamente desmerecem a resistência contra a transposição.

A tese de Christianne Araújo sustenta que a diversidade de atores sociais envolvidos na resistência quilombola e suas propostas socioambientais são frequentemente ocultados ou distorcidos pela mídia hegemônica, que tende a enfatizar apenas as narrativas que se alinham aos interesses do poder dominante. A cobertura sobre o debate a respeito da transposição do rio São Francisco, por exemplo, teria concentrado atenção em atores individuais, como o bispo Dom Cappio, em detrimento da diversidade e riqueza das forças populares presentes nas lutas das comunidades quilombolas (Araújo, C., 2012, p.246).

As violações de direitos quilombolas no contexto das obras de transposição do Rio São Francisco foram tema da dissertação de Lúcia Maria Sobral Baracho, defendida em 2014, no programa de mestrado acadêmico em saúde pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ela aponta, inclusive, a violação do direito à informação e à decisão pelos quilombolas quanto a projetos que afetem a vida e seu território. A partir de entrevistas com a comunidade, Baracho afirma que os programas ambientais implementados pelos governos não representaram a demanda das populações quilombolas, caracterizando-se, em sua maioria, como medidas paliativas e não cumpridas. A pesquisadora sugere a estruturação de um canal de

comunicação efetivo e regular, entre o governo federal, demais instituições governamentais e movimento quilombola, para acompanhamento e monitoramento de projetos como a transposição.

Apesar de compor o macrogrupo “meio ambiente”, consideramos relevante citar em sequência a tese de Michele Amorim Becker, intitulada “Opinião pública e comunicação dos riscos socioambientais da transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais de Sergipe”. Defendida em 2016, a pesquisa aborda a relação entre comunicação e riscos socioambientais no contexto da transposição do Rio São Francisco, especialmente focando nas comunidades tradicionais do Baixo São Francisco, como a Comunidade Indígena Xokó e a Comunidade Quilombola da Resina, em Sergipe.

A autora analisa o nível de participação dessas comunidades no processo de comunicação dos riscos socioambientais associados à transposição do rio São Francisco e como isso contribuiu para a formação da opinião pública em Sergipe sobre o projeto hídrico. A pesquisa é embasada na Convenção 169 da OIT, que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais. Os resultados da pesquisa também indicam que as comunidades tradicionais tiveram seu direito à participação negligenciado pelo poder público e pela imprensa ao longo do processo de comunicação dos riscos socioambientais da transposição.

Em entrevistas concedidas à Becker, indígenas e quilombolas afirmam ter tido acesso mínimo à informação e que a única forma de se comunicar com a sociedade foi por meio de manifestações populares organizadas por movimentos sociais. Como resultado, o acesso restrito à esfera pública impediu que as experiências e percepções dessas comunidades influenciassem a opinião pública sobre o projeto de transposição, enfraquecendo o processo democrático (Becker, 2016, p.234).

Apesar da pouca informação e do baixo nível de participação verificado nos depoimentos de índios e quilombola, os mesmos têm um grau médio de percepção dos riscos socioambientais que atingem diretamente ao ambiente onde vivem. Este grau de percepção poderia ser ainda mais elevado se as informações recebidas pelas comunidades fossem em maior quantidade e em melhor qualidade. Por fim, suas opiniões não encontram os meios necessários para ecoarem na esfera pública e, por conseguinte, acabam não influenciando a formação da opinião pública sergipana no que tange a transposição do rio São Francisco.

No contexto das conexões entre comunicação, política e esfera pública, a pesquisadora Débora Alcântara defendeu em 2014 a dissertação *Processo de formação quilombola na Bahia: reconhecimento e deliberação*. O resumo do estudo se inicia com uma frase contundente: “O quilombo é uma categoria em disputa”. A partir desse enunciado, a autora

aborda a importância da comunicação nos processos de reconhecimento e deliberação das comunidades quilombolas, destacando a disputa em diferentes âmbitos comunicacionais e a necessidade de ampliar a compreensão dos fenômenos sociais e políticos através de uma abordagem comunicacional mais ampla.

A pesquisa analisou notícias da Folha Online e Último Segundo que continham em seu conteúdo as expressões “quilombola” e “quilombolas”, publicadas de 1º de janeiro de 2012 a 22 de julho do mesmo ano, dois dias depois de quando foi publicado pelo Incra, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do quilombo Rio dos Macacos, na Bahia. Ao todo, o espaço de tempo foi de 204 dias, ou seja, o primeiro semestre de 2012 e mais 22 dias de julho. A análise concluiu que houve pouca visibilidade e representatividade das lideranças quilombolas nesse período, dando a dimensão dos desafios enfrentados pelas comunidades para terem suas vozes e demandas representadas de forma justa e equitativa (Alcântara, 2014, p.135).

Os próprios componentes de comunidades quilombolas têm um espaço reduzidíssimo para emitir sua voz no meio noticioso. Já as fontes não-quilombolas, mas que são favoráveis a eles e que falam por eles, têm um espaço maior para emitir razões relacionadas aos interesses dessas minorias. Isso revela que outros agentes da sociedade civil são acionados como uma espécie de tutores dos interesses quilombolas para se servirem de porta-vozes dessas minorias. Exemplo de matérias que ilustram fortemente isso são as de título Comissão Pastoral denuncia ameaça a líder quilombola (04/01), publicada na Folha de São Paulo, e Castelo que era 'Igreja' pode virar resort em Ubatuba (13/05), publicada no Último Segundo.

Em suas conclusões, Alcântara destaca a importância da visibilidade midiática para grupos marginalizados, como os quilombolas, e como esses grupos muitas vezes precisam recorrer a ações demonstrativas e estratégias discursivas para garantir sua visibilidade na esfera pública. Isso revela a importância da comunicação como uma ferramenta de luta por reconhecimento e representação política desses grupos.

2.4 Sociologia

A dissertação de mestrado de Marco Antônio de Oliveira Tessarotto, defendida em 2010, traz contribuições do macrogrupo “sociologia”. A pesquisa desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba buscou verificar a presença de programas produzidos por quilombolas nas rádios comunitárias de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia, na

Paraíba. O estudo também analisou o tipo de influência que as mídias exercem e se estas fortalecem ou desconstruem as identidades culturais das comunidades negras rurais (Tessarotto, 2010).

O autor mostra que no Quilombo de Caiana dos Crioulos, próximo ao centro de Alagoa Grande, a comunidade recebe o sinal de transmissão da rádio comunitária que diariamente difunde notícias sobre o quilombo e as suas atividades, mas inexistente um programa elaborado pelos próprios quilombolas. Entrevistas com algumas lideranças mostram a frustração que essa dinâmica gera na comunidade (Tessarotto, 2010, pp. 53-56):

Na Comunidade Remanescente de Caiana dos Crioulos, Cida referência de liderança do grupo, explica que na rádio: o negro não tem muitas vezes na rádio não, sabe. Porque essa rádio aí é simplesmente, não muito assim a vontade com a gente não. (Cida, 45, líder). (...) Neste sentido, a Pedagoga, Gilvaneide da Comunidade do Talhado em Santa Luzia, fala que o canal dialógico da rádio é aberto: Quando alguém manda ou oferece música para alguém, eles falam, mas só isso mesmo, falar só por falar (Gilvaneide, 40, pedagoga).

Além de concessões de rádio para as comunidades quilombolas, Tessarotto aponta como caminho para a promoção de direitos a criação de conselhos gestores comunitários das rádios da região. Ele considera que “o fortalecimento da opinião pública e a retomada da esfera pública de interesse coletivo/local são resultados diretos dos novos ou renovados espaços, livres para o debate público e a fluência de uma espécie de agenda setting comunitária” (Tessarotto, 2010, pp. 75-76). Em seu trabalho, o pesquisador resgata o histórico de criação de rádios comunitárias no Brasil e no mundo e destaca a importância do Relatório McBride (*Um mundo e muitas vozes*), documento publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1980 para denunciar a concentração dos meios na iniciativa privada e provocar Estados e sociedade civil a promover a democratização da comunicação.

A importância das parcerias está descrita em pesquisas que fazem parte do macrogrupo temático “sociologia”, como demonstra a tese de doutorado de Antonio Eustaquio Moura, intitulada *Quilombo Mata Cavalo, a fênix negra mato-grossense: etnicidade e luta pela terra no estado de Mato Grosso*, defendida em 2009 na Universidade Estadual de Campinas. No texto, Moura, A. destaca as parcerias do movimento quilombola, entre elas, as organizações não governamentais (principalmente Pastoral da Terra, Centro Direitos Humanos/Cuiabá), a Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de Mato Grosso, políticos e pesquisadores. Esses parceiros auxiliaram as famílias ocupantes do Complexo

Mata Cavalo a terem acesso e visibilidade nos meios de comunicação de massa, que passaram a dar cobertura às lutas e reivindicações do Mata Cavalo (Moura, A.E., 2009, p. 167).

A comunicação como tática política participativa é abordada na tese de doutorado de Michelle Tatiane Silva, intitulada *O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência*. O estudo destaca como organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos de pesquisa e instituições religiosas se articulam no enfrentamento dos conflitos socioambientais no Mato Grosso. A pesquisadora ressalta que o protagonismo muitas vezes cabe aos sujeitos locais, que reinventam seu cotidiano e permanecem na linha de frente dos processos de resistência. São eles que diariamente articulam denúncias contra a dominação e a violação ao meio ambiente, utilizando uma variedade de estratégias que vão desde as vias legais até as mais subversivas.

As principais táticas mencionadas pelos entrevistados e sistematizadas no texto de Michelle Tatiane Silva incluem os eixos mencionados a seguir (Silva, M.T., 2011, p.194).

(a) FORMAÇÃO - formação política dos envolvidos nos conflitos; formação em agroextrativismo; diálogos com os agentes provocadores, palestras e diálogos com comitês locais, com as pastorais das igrejas e com intelectuais engajados; (b) COMUNICAÇÃO - panfletos e denúncias em veículos de comunicação; encenações teatrais, articulação em rede; estabelecimento de pontes, blogs, redes sociais, listas de discussão e produção de materiais que subsidiem a luta; (c) ARTICULAÇÃO - intervenções nos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) e órgãos ambientais, articulações políticas, constituição de entidade jurídica para lutar pelos direitos coletivos, participação de sindicatos, conferências, assembleias populares, formação de movimento de base; (d) MOBILIZAÇÃO - atos públicos; audiências públicas; passeatas; marchas, cartas abertas, manifestos e abaixo-assinados.

Listado no macrogrupo temático “sociologia”, encontramos outro estudo que também analisa as relações de comunidades quilombolas do Mato Grosso com a comunicação. Trata-se do doutorado de Regina Aparecida da Silva, que faz um mapeamento dos grupos sociais do estado com o objetivo de identificar e registrar as identidades de resistências. Nesse sentido, ela destaca o papel do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), uma articulação da sociedade civil que promove atividades e estudos com o objetivo de contrapor a hegemonia do agronegócio. A autora ressalta como contribuição do GTMS a ampliação do processo de comunicação entre grupos, entidades e movimentos sociais, incluindo as comunidades quilombolas (Silva, R., 2011, p. 41).

Ações de educomunicação são elencadas como estruturantes para o fortalecimento de identidades e seriam o eixo central de projeto desenvolvido a partir de 2010 pelo Instituto

Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas, sob a coordenação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). O texto, no entanto, não detalha como se desenvolvem essas atividades ou mesmo o papel das lideranças quilombolas nessas iniciativas.

2.5 Agronomia e meio ambiente

No macrogrupo temático “agronomia”, está inserida a dissertação de mestrado de Alfredo Sotero Alves Rodrigues, que analisa o processo de reconversão cultural vivenciada pela Comunidade Negra Rural Quilombola de Leitão/Umbuzeiro, no Sertão de Pernambuco. A pesquisa tenta compreender as reconversões culturais que a população quilombola desenvolve a partir de um projeto de desenvolvimento local. Nesse sentido, o autor destaca a utilização da comunicação como estratégia para definição de marca (Mãos Crioulas) e embalagem com o objetivo de agregar valor à castanha de caju produzida na comunidade.

A dissertação, publicada em 2010, também aborda a relação dos quilombolas com os meios de comunicação. Na época, a comunidade tinha dificuldade de acesso à telefonia e internet, não consumia mídias impressas e até mesmo o sinal de televisão era instável, sendo mais acessível para famílias que possuíam antena parabólica (Rodrigues, 2010, p. 111).

A rádio é o mais importante meio de comunicação dos afro-descendentes de Leitão/Umbuzeiro, sendo a Pajeú, de acordo com os depoimentos dos quilombolas, a preferida não apenas pelos musicais e noticiários, mas pelas referências ao programa Rádio Vivo, às 5 da manhã, que ‘apresenta as primeiras notícias do dia. (...) A Rádio também tem em sua grade de atrações, programas alternativos, pagos, entre outros, sobre os direitos dos agricultores no A Voz do Trabalhador Rural, produção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afogados da Ingazeira. Nesse, as comunidades rurais se comunicam com pessoas de outras localidades, mandam recados, marcam reuniões.

Ainda no macrogrupo temático “agronomia”, a dissertação de mestrado de Sandra Milena Vélez Echeverry analisa os impactos da eletrificação nas comunidades quilombolas Kalunga em Cavalcante/GO, destacando sua relevância para o desenvolvimento rural. A pesquisadora compara a situação de dois grupos da mesma comunidade: Engenho II, que possui energia elétrica desde 2004, e Maiadinha, que em 2014 ainda estava à espera do serviço. A eletrificação é vista como uma intervenção capaz de alterar significativamente o modo de vida, atividades e meio ambiente das comunidades. No Engenho II, a chegada de

energia elétrica permitiu o acesso a equipamentos importantes, como geladeira, televisão e computador, que são considerados essenciais para as famílias.

O acesso à eletrificação teria contribuído para fortalecer a organização social e participação nas comunidades, viabilizando a realização de atividades culturais e de lazer noturnas, promovendo o uso da informática e internet para consultas e comunicação, e aumentando a participação dos jovens em eventos locais. Também foi constatada a instalação no Engenho II de torres de telecomunicação, o acesso a radiodifusão comunitária e o uso de aparelhos como telefone celular, rádio, televisão, computadores e internet (Vélez Echeverry, 2014, p.130).

Anteriormente na localidade a comunicação era realizada mediante cartas e os celulares só podiam ser carregados na escola ou na sede do município quando alguém da comunidade viajava. (...) Não possuir objetos como TV, celular, computador, entre outros, causa um sentido de isolamento e exclusão do desenvolvimento. (...) as estradas estão relacionadas também com a presença do transporte, o que representa para as comunidades o acesso, o vínculo com a sociedade moderna, com os serviços e com os bens, mais ainda para localidades afastadas como a Maiadinha.

2.6 Psicologia e saúde

No macrogrupo temático “psicologia”, destacamos a tese de Rosinete Ferreira: Nas tramas de Itamatatua: representações sociais, práticas de saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa (Ferreira, R.J., 2012). O trabalho utiliza a Teoria das Representações Sociais para compreender como os indivíduos constroem conceitos e práticas de saúde na comunidade quilombola de Itamatatua, no Maranhão. As representações sociais são influenciadas pela linguagem e comunicação, refletindo a interação entre os indivíduos e seus contextos sociais. No entanto, observou-se um distanciamento entre as práticas de saúde da comunidade e as preconizadas pelo Programa de Saúde da Família (PSF), sugerindo possíveis ruídos na comunicação entre a equipe de saúde e a comunidade (Ferreira, R.J, 2012, p.173).

Há aqui, uma nítida relação com o pensamento de Paulo Freire quando o autor se refere ao processo de educação bancária, uma divisão de saber entre os que sabem e detém certo tipo de conhecimento e aqueles que não detêm. Esse tipo de comunicação linear, unidirecional, sem retorno e não dialógica pode causar ruídos na comunicação. Esses ruídos se apresentam a partir do momento em que a equipe de saúde não entende, aceita ou dialoga com as representações que permeiam as práticas comunicativas em saúde no povoado.

A tese de Rosinete Ferreira se apoia na interface entre Psicologia Social e Comunicação Social para entender como os saberes são construídos e compartilhados na comunidade, especialmente no contexto de saúde. A predominância da oralidade influencia a transmissão de conhecimento e a formação das representações sociais sobre saúde. A comunicação é vista como central na formação e transformação das representações sociais, com potencial para inovação e negociação.

A produção audiovisual e a comunicação comunitária são destacadas como ferramentas importantes para promover a compreensão da complexidade da saúde e superar os ruídos na comunicação entre profissionais de saúde e a comunidade quilombola. Parcerias entre cursos de Comunicação Social e cursos da área da saúde são sugeridas pela autora para promover uma reflexão sobre as práticas de comunicação na promoção da saúde.

Até aqui, analisamos pesquisas encontradas na revisão bibliográfica. Consideramos que essa amostra nos permite observar um conjunto de teses e dissertações que abordam a comunicação quilombola como um efetivo processo comunicacional. São pesquisas realizadas no campo teórico-metodológico da comunicação e em áreas afins que, de forma geral, indicam a existência de: a) interação crítica das comunidades com produtos advindos dos meios de comunicação; b) dinâmicas internas de comunicação interpessoal e grupal, com uso de recursos tecnológicos ou não; c) canais de diálogo e agendamento como mídias privadas, públicas e comunitárias; d) articulações para a produção e divulgação de conteúdo próprio e/ou realizado com parceiros, mas a partir de uma comunicação na qual o protagonismo seja quilombola e a pauta contribua para a luta pelo território.

Na segunda etapa do nosso percurso metodológico, analisaremos as entrevistas realizadas na pesquisa de campo com comunicadores e comunicadoras quilombolas. São estudos que certamente servirão como guia para a definitiva caracterização da “Comunicação Quilombola” como tipo ideal de processo comunicacional.

PARTE III – PESQUISA DE CAMPO (ETAPA 2)

Nesta segunda etapa de pesquisa, realizaremos a análise das entrevistas com comunicadores e comunicadoras quilombolas, elaboradas a partir de aportes obtidos por meio da revisão bibliográfica (Etapa 1), leituras de contextualização e interação com o tema de estudo. Tomamos como base metodológica instrumentos da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) e da abordagem sócio-histórica, que nos permitem identificar as unidades de textos mais frequentes (palavras e frases) para compreender as reflexões dos entrevistados e, a partir daí, construir o tipo ideal “Comunicação Quilombola”.

Recorremos à Análise de Conteúdo como método principal de organização e análise dos dados, pois consideramos que ela nos possibilita uma análise qualitativa das vivências dos entrevistados e das entrevistadas, bem como de suas percepções sobre a própria experiência com a comunicação quilombola (Turato *et al*, 2008). Consideramos também que temos uma pergunta de pesquisa adequada ao método, uma vez que ela busca conceituar um processo social ainda pouco conhecido, referente a um grupo particular (quilombola), “propiciando a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014).

Uma das limitações frequentemente apontadas por especialistas em Análise de Conteúdo é a necessidade de o analista ter uma proximidade com o tema de estudo, capaz de constituir um pré-saber. Da interação entre a pergunta e o pré-saber surgem as inferências, categorias e respostas científicas, invariavelmente permeadas pela subjetividade. Levando em conta os quase 20 anos de contato com a temática quilombola, seja como jornalista, ativista do movimento de mulheres negras e pesquisadora, consideramos que reunimos as condições de realizar a análise do material conforme essa proposta, em um percurso teórico-metodológico similar ao trilhado durante o mestrado (Nunes, 2013).

Passamos agora a detalhar como se deu a seleção de comunicadores e comunicadoras quilombolas entrevistados/das e construção do questionário, compreendendo que esse processo é fundamental para a análise que se seguirá. Fizemos a busca dos/as entrevistados/das a partir de indicações de lideranças do movimento quilombola e de observação de experiências de comunicação. O equilíbrio regional e de gênero norteou a seleção de entrevistados e entrevistadas. Antes de a busca ser concluída, elaboramos um pré-roteiro de perguntas a partir da revisão bibliográfica e do contexto histórico. O pré-roteiro

foi testado por meio de uma entrevista com um comunicador quilombola, realizada por teleconferência.

No pré-teste, verificamos, a partir de apontamentos feitos pela orientadora, a necessidade de ampliar as questões sobre uso de redes sociais e rede de parceiros. Também avaliamos como pertinente deixar uma questão em aberto no final para que os comunicadores fizessem considerações adicionais. Ainda adequamos as questões gerais com categorias de institutos de pesquisa como IBGE e Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic).

Essas mudanças nos auxiliaram na análise das entrevistas realizadas na pesquisa de campo. Codificamos os colaboradores e as colaboradoras conforme a cronologia das entrevistas. Desse modo, temos um total de seis entrevistas²⁵, conforme as quais identificamos os comunicadores e as comunicadoras quilombolas:

Código	Nome	Faixa etária	Quilombo	Estado
E1	Cristivan da Silva Alves	35-39	Arirá	PA
E2	Raimundo José da Silva Leite	20-24	Rampa	MA
E3	Vaniely dos Anjos França Dias	20-24	São Pedro	SP
E4	Nathália Fernandes Purificação	20-24	Lagoa das Piranhas	BA
E5	Alcileia Conceição Cesário de Torres	15-19	Kalunga	GO
E6	Janaína de Jesus Neri	25-29	Piemonte do Paranguçu	BA

Antes de proceder à análise das entrevistas, destacamos algumas informações obtidas a partir dos dois primeiros conjuntos de perguntas, que são dados gerais e formação dos/as entrevistados/das:

- a média de idade dos entrevistados está entre 20 e 30 anos;
- todos se autodeclaram pretos e negros;
- dois são homens e, quatro, mulheres;
- todos/as são cisgênero e heterossexuais;
- um entrevistado é da Região Norte (PA), dois são da Região Nordeste (BA e MA), uma entrevistada é da Região Centro-Oeste (GO) e outra é da Região Sudeste (SP);
- quatro dos seis entrevistados moram em comunidades quilombolas cujo território ainda não foi titulado;

²⁵ As seis entrevistas foram realizadas entre abril e agosto de 2023. Uma delas foi realizada presencialmente e, as demais, por videoconferência.

- dois dos seis entrevistados moram na comunidade quilombola à qual pertencem;
- metade dos entrevistados é graduada em jornalismo. O grupo possui ainda um estudante de jornalismo, um comunicador formado em geografia e um formado em educação no campo;
- maioria dos/as entrevistados/as saiu da comunidade para cursar ensino médio e graduação;
- metade mora ou morou em comunidades onde as escolas abordam a comunicação desde o ensino fundamental;
- maioria acessa a internet diariamente, por celular ou *notebook*. Esse acesso é instável, especialmente quando estão na comunidade;
- dois entrevistados produzem conteúdo para rádios comunitárias. A maioria produz e veicula conteúdo em canais no *Youtube*, redes sociais (*Instagram* e *Facebook*), jornal, mural, grupos de WhatsApp e *Tik Tok* (uso mais pessoal);
- todos atuam com rede de parceiros. Os principais são Conaq, Intervozes, Terra de Direitos, Gota no Oceano, ISA, ONU Mulheres, Artigo 19, *Climate and Land Use Alliance* (Clua), Instituto Clima e Sociedade, Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale), Eaacone, Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (rede de comunicadores), Fundação Ford, N’Golo, Fiocruz e Grupo de Comunicadores Populares do Maranhão (Rede Jacá);
- apenas dois dos seis entrevistados/as têm equipe remunerada e com jornalistas;
- todos e todas trabalham com redes de comunicadores colaboradores (jornalistas ou não), a maioria jovens quilombolas das comunidades, não remunerados;
- as comunicadoras e os comunicadores têm entre as referências em comunicação as jornalistas Flávia Oliveira e Maju Coutinho, a revista Raça, os portais Geledés, Alma Preta, Mídia Ninja e Mídia Indígena, o jornal Resistência e as rádios comunitárias; e
- os principais interlocutores na mídia são Folha de S. Paulo (projeto *Quilombos do Brasil*), Geledés, Alma Preta, Mídia Ninja, Empresa Brasil de Comunicação (EBC), G1, Globo (principalmente filiadas), Correio Braziliense, Le Monde, Agência Brasil (EBC), publicações do MNU, *sites*, *blogs* e rádios locais, TVs públicas estaduais e rádios comunitárias.

Passamos agora ao processo de análise do texto que emerge das entrevistas, por meio da Análise de Conteúdo (AC). Seguimos as etapas recomendadas por Bardin (Bardin, 1977; Minayo, 2007): pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação. A etapa da pré-análise compreendeu a leitura flutuante, constituição do *corpus*, formulação e reformulação de pressupostos. Nesse momento, identificamos as convergências e divergências entre os entrevistados e entrevistadas, além dos relatos e das percepções recorrentes.

Saltaram aos olhos as diversas afirmações sobre a necessidade de a comunicação quilombola ser protagonizada por pessoas quilombolas. O que nos levou a constituir a primeira categoria de análise: “protagonismo”. Também observamos muitas referências à importância dessa comunicação para a preservação da memória da comunidade, o que nos trouxe a categoria “memória”, que dialoga com leituras anteriores e com a revisão bibliográfica. O roteiro de perguntas e as respostas oferecidas nos conduziram às demais categorias de análise: “estratégias” e “objetivos”.

Em seguida, para substanciar a análise, relacionamos as categorias definidas com nosso referencial teórico. Identificamos como parte da categoria “protagonismo” a perspectiva, já enunciada por Paulo Freire (2001, pp.130-131), de que “ser cidadão passa pela participação popular, pela voz. [...] A voz é um direito de perguntar, criticar, de sugerir. Ter voz é isso. Ter voz é ser presença crítica na história. Ter voz é estar presente”. Essa dimensão também dialoga com as reflexões do jornalista e pesquisador Luiz Beltrão, que considerava o protagonismo como a capacidade das pessoas comuns de se tornarem atores ativos na produção e no compartilhamento de informações.

Beltrão defendia uma comunicação mais democrática e participativa, na qual os cidadãos não apenas recebem informações da mídia, mas também têm a oportunidade de contribuir com suas próprias perspectivas e narrativas. O protagonismo na comunicação envolve a ideia de que as pessoas têm voz e agência na construção do discurso público (Beltrão, 1980).

No que diz respeito à categoria de “memória”, partimos do entendimento proposto por Moura, D. (1990), que enfatiza a conexão entre memória e identidade. Segundo essa perspectiva, a memória desempenha um papel fundamental na reconstrução e reinterpretação do passado, sendo um alicerce essencial no processo de afirmação da identidade. Recordar a própria história é equivalente a recordar-se como uma pessoa negra, descendente de africanos e escravos, com uma vivência histórica única (Moura, D., p. 112).

No contexto das comunidades quilombolas, essa vivência histórica engloba um passado e um presente caracterizados por atividades coletivas que abrangem desde a mobilização em prol da resistência e a participação em eventos políticos, até celebrações familiares, práticas agrícolas e artesanais compartilhadas, além de brincadeiras infantis, entre outras atividades.

A categoria “estratégias” está ancorada no campo teórico dos Estudos Culturais, especialmente nas contribuições do intelectual e ativista jamaicano Stuart Hall (2003, 2004), que direcionou suas reflexões para as comunidades negras na América Latina e no Caribe. Hall parte de uma reflexão sobre a diáspora africana, observando que, devido às experiências históricas comuns de deslocamento forçado e à contínua opressão, as comunidades negras nessas regiões desenvolveram táticas de preservação cultural que enaltecem a negritude. Essas estratégias surgiram em resposta ao domínio de modelos culturais europeus (Hall, 2003, p. 66) impostos nesse contexto.

A manutenção de identidades racializadas, étnico-culturais e religiosas, é obviamente relevante a autocompreensão dessas comunidades. O fator da “negritude” é decisivo para a identidade da terceira geração de afro-caribenhos, assim como a fé hindu ou muçulmana para a segunda geração de certos asiáticos. Mas certamente essas comunidades não estão emparedadas em uma tradição imutável.

Já a categoria “objetivo” se relaciona com propósito das ações e processos implementados, compreendidos a partir do pensamento de Beatriz Nascimento. A historiadora, poeta e roteirista retirou a escravidão do centro da análise e localizou os quilombos com uma conotação ideológica que se ligava à união das comunidades e ao reconhecimento compartilhado da necessidade de lutar em prol de melhores condições de vida para os povos e as comunidades negras (Nascimento, B., 1985). A escolha dessa categoria também dialoga com os achados da pesquisadora Tanize Mocellin Ferreira, que, ao analisar processos comunicativos desenvolvidos por quilombolas do Quilombo do Areal e Família Fidélis (RS), constatou objetivos inter-relacionados, como luta pela obtenção de títulos de propriedade, fortalecimento da auto-organização e busca por visibilidade (Ferreira, T., 2013, p. 77).

A seguir, sintetizamos em uma tabela os conceitos das quatro categorias que nortearão a análise das entrevistas.

Tabela 3: Categorias de análise das entrevistas

PROTAGONISMO	Envolve a ideia de que as pessoas têm voz e agência na construção do discurso público (Beltrão, 1980)
MEMÓRIA	Recordar a própria história é equivalente a recordar-se como uma pessoa negra, descendente de africanos e escravos, com uma vivência histórica única (Moura, D., 1990, p. 112).
ESTRATÉGIAS	Táticas de preservação e enaltecimento cultural compartilhadas por comunidades negras a partir de experiências históricas de deslocamento forçado e contínua opressão (Hall, 2003, p. 66).
OBJETIVOS	União e reconhecimento compartilhado da necessidade de lutar em prol de melhores condições de vida para os povos e as comunidades negras (Nascimento, B., 1985)

Fonte: elaborada pela autora.

Estabelecidos os parâmetros conceituais das categorias, apresentamos, na sequência, quatro quadros com os dados agrupados e organizados, respectivamente, conforme cada uma das categorias selecionadas, e identificados segundo os colaboradores da investigação. Vale observar que as partes destacadas são os trechos nos quais, de maneira explícita, é possível identificar as categorias selecionadas. As subjetividades e a relação da pesquisadora com o tema também influenciaram na escolha dos trechos destacados em *bold*. Nesse sentido, é possível que declarações mais afirmativas e contundentes tenham sido priorizadas, tendo em vista a formação profissional da autora na área de jornalismo e a vivência no movimento de mulheres negras.

Quadro 1: Dados de entrevista subscritos à categoria “protagonismo”

CATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
PROTAGONISMO	“A comunicação quilombola precisa ter necessariamente autoria quilombola; fico me questionando como uma pessoa negra que nasceu no urbano fala que “bora aquilombar”? Me parece uma apropriação do conceito. Se é uma comunicação quilombola, tem que vir lá do quilombo, quem vive no quilombo, tem uma vivência. Qualquer pessoa pode falar que vai aquilombar? Não tem a experiência de uma pessoa que passa o dia todo capinando, numa roça, fazendo farinha, que vive a história de exclusão, por ser, morar no quilombo, ser preto e pobre, viver o racismo e o preconceito no seu cotidiano, diferente de um negro urbano, que vive na zona urbana” (E1)
	“É a gente contando a nossa própria história para que nossos modos de vida sejam respeitados. A comunicação popular precisa fazer com que a comunidade se enxergue e escute a sua voz.” (E2)
	“Nós mostramos a nossa realidade. Essa é a grande diferença da pessoa contando a sua própria história. Não vamos resumir a nossa história a poucas coisas como a mídia comercial faz.” (E2)
	“Fundamental que (comunicação quilombola) seja feita por pessoas quilombolas. Nós falando de nós, por nós. Isso faz total diferença. Sem atravessador. Nos comunicamos da nossa forma, com nosso dialeto, do nosso jeito. Isso é muito importante. Essencial o respeito às organizações que buscam dialogar com pessoas que estão nos territórios. Mas não basta ser, precisa estar inserido, vivenciado a questão do tempo e da comunidade.” (E3)
	“Hoje temos mais pessoas pretas falando sobre nós, mas tem certo incômodo em relação a isso porque vemos coisas que não são daquela forma, ainda tem muitas pessoas que falam por nós e não fazem parte da realidade, mas se apropriam.” (E3)
	“A gente tá cansado de organização chegar e falar: eu posso fazer assessoria para vocês. A gente sabe fazer assessoria de imprensa. (...) A gente tá cansado de entregar a solução para essas pessoas. A gente é a solução.” (E4)
	“A gente tinha uma conta no Instagram que a pessoa (não quilombola) não passou as senhas de acesso. Aí, a gente derrubou. Eu falei: não vai conseguir? Então vamos fazer um mutirão que nós vamos denunciando essa conta. (...) A gente conseguiu derrubar a conta no Instagram e a conta do Facebook e

	criamos um novo do zero.” (E4) “Quando você faz comunicação com uma faca no seu pescoço, você consegue fazer uma comunicação com gosto, né? Com gosto, não? Com gosto do desespero, um choro, com lágrima, com sangue. Você tá sentindo, tá fazendo aquela comunicação ali por desespero porque você tá vendo seus familiares morrendo, porque eles estão defendendo seu território, você tá vendo a comida acabando e você não tem o que fazer, você vê gente morrendo porque tá doente e não consegue uma vaga de um hospital, não consegue um atendimento especializado, você começa a desesperar. Nem posso falar porque já fico querendo chorar. Não tem como a gente depender de terceiros apartamentos, com internet, conectividade e a vida toda cresceram na frente de um computador dominando a linguagem tecnologia, tá dentro da academia. (...) Essa pessoa não tem desespero nenhum para estar fazendo comunicação. Ele vai olhar ali, tá? Vou escrever um texto genérico aqui e a gente vê o que que a gente faz. Não existe isso. Não tem como, é impossível a gente fazer a comunicação quilombola sem ser quilombola, sem você ter a experiência. Sem você trabalhar em movimento social que tá ali na Linha de Frente tomando pau todo dia de tudo.” (E4) “É muito fácil você sair de São Paulo, capital, centro de informação, centro de circulação de informação ali e você chegar dentro de uma comunidade quilombola e falar que você vai fazer comunicação e sair, depois nunca mais voltar. Aqueles jovens vão fazer o quê? Tá e aí o que você ensinou para esse povo como objeto e rato de laboratório certo? E aí eu comecei, a gente começou a se posicionar. Eu falei: não, me fala, qual é o seu intuito que a gente marca uma reunião para a gente poder ver o quê que a gente pode, o que que vocês têm a oferecer.” (E4) “(antes do Coletivo de Comunicação da Conaq) A gente trabalhava com a comunicação, mas a gente dependia muito da comunicação de parceiros então. Ah, vamos fazer um projeto com a Ford, aí a Ford seleciona uma pessoa não quilombola para poder fazer a comunicação. Normalmente era uma pessoa não quilombola e que também não era negra. E aí era complicado assim porque elas não sentiam essa, a coordenação não sentia essa representação assim total, sabe? Era como se tivesse a pessoa tava ali e eu tava recebendo uma coisa, fazendo pelo trabalho dela, mas ela não não tava dentro, ela não não podia fazer um papel político, por exemplo. E aí a coordenação começou a sentir essa necessidade, começou a ver que a comunicação ela também é um campo político. Ela também tem participação no discurso político, né?” (E4)
--	---

	“É um processo coletivo, não tem como você ter aspirações individuais dentro de um dentro de um movimento social. Assim, ninguém cresce com aspiração individual, aqui dentro a gente precisa do coletivo. A gente precisa de várias mãos construindo esse produto dessa comunicação, ele precisa refletir o que precisa tá refletido ali. Ele precisa refletir que todo quilombola é um comunicador.” (E4) “Na Conaq, antes da gente chegar, antes do coletivo, tiveram algumas iniciativas como site e redes sociais. Só que, como eram pessoas não quilombolas, elas dominavam. É tanto que a gente tá tendo problema até hoje. Tem pessoas brancas e não quilombolas que trabalhavam para gente, a gente pagava as pessoas para poder fazer serviço de comunicação dentro e, hoje em dia, quando a gente utiliza as fotos que nós pagamos para produzir, ela cobra crédito. Tipo meio que ameaçar isso.” (E4) “Eu era uma das únicas negras dentro da sala e a única quilombola. Então era assim muito diferente; as pessoas falavam sobre coisas que eu ficava assim, gente, isso é real, você faz parte de qual realidade porque não é da minha. E aí eu já comprei muita briga dentro da sala de aula assim de professor, com um colega de sala por conta dessas discussões de movimento social, porque eu sempre tive essa ligação do movimento social, mas enfim. Passei com muita labuta, com muita rejeição também de dentro da instituição, assim de pessoas que tentaram me excluir de estar nesses lugares, me tirar.” (E4) “Eu tinha um professor de estágio que chegou para mim e falou que eu não era boa para fazer rádio, não, porque você tem um sotaque muito forte. Como é que eu explico assim? Não tem como eu desassociar o meu sotaque. Assim vocês falam: isso é ensinado nas Universidades lá do Rio de Janeiro, porque a gente vê jornalista do Rio de Janeiro falando carioquês o tempo todo e ninguém fala nada. Eles pressionaram tanto até eu sair. Eu era repórter e aí eles começaram a colocar só na produção. E aí, como eu já trabalhava numa rede social, às vezes eu queria colocar uma pauta lá dentro, sabe, falar sobre quilombola e não conseguia.” (E4) “A Rede Kalunga começou com 3 pessoas da comunidade: Higor, Daniela e Fátima, que saiu e criou o Sistema de Comunicação Kalunga. Eles faziam jornalismo na UFG, em Goiânia, e depois buscaram colaboradores da comunidade. Pessoas de dentro do território para tá criando conteúdos para passar, né? Hoje somos 11, dentro e fora da comunidade.” (E5)
--	---

	“Não existe ninguém melhor pra contar nossas histórias que nós mesmos.” (E5)
	“Não, eles (comunicadores não quilombolas) não retratam a realidade. Falta contextualização histórica. Se tem um personagem, esse personagem está inserido, sei lá, em uma comunidade, é sobre a história da comunidade e muito se percebe que nessas matérias falta contextualizar os locais que essas pessoas estão inseridas. Então é a mesma coisa de falar da Juliana, mas sem falar de onde ela veio. Qual é a história do lugar de onde você veio, por exemplo? Faz uma grande diferença, né?” (E6)

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 2: Dados de entrevista subscritos à categoria “memória”

CATEGORIA 2	UNIDADE DE REGISTRO
MEMÓRIA	“Tudo que está no quilombo precisa ser comunicado. É uma comunicação que não é de agora. Ela surge a partir de quando o negro veio do Maranhão, foi escravo do soldado da borracha, veio de Cametá com a família dele, mãe escrava de fazendeiros, doméstica. Negros de Oeiras tinham certos problemas de saúde e moravam no Arirá.” (E1)
	“Fizeram ali as cooperativas como um meio de resistência. Essa comunicação é uma comunicação ancestral. Se comunica através desses símbolos que existem no quilombo. Uma experiência muito focada na oralidade trazida por pessoas pretas.” (E1)
	“Somos um grupo de 35 jovens com formações diversas que desenvolvem atividade como locução, reportagem, mobilização, administração e operação. Livres para escolher a atividade com a qual mais se identificam. (...) Não me recordo de uma referência. Talvez a comunicação popular. A TV Quilombo nasce de uma necessidade de contar a nossa história para nadar contra a correnteza.” (E2)
	“Nós temos uma solução desde quando Zumbi saiu fugindo para dentro de Palmares. A gente tem essa solução na mão há muito tempo. A gente quer dinheiro pra gente poder executar nossas soluções.” (E4)

	“A gente tem 10 pessoas dentro desse coletivo aqui que precisam de dinheiro. A gente tá precisando é de pagar a internet, a gente precisa colocar energia dentro da nossa casa. A gente precisa ter recurso de subsistência para poder continuar trabalhando porque continuar fazendo a gente já faz há muito tempo, porque é uma prática ancestral, a comunicação é uma prática ancestral. A gente já nasceu com esse potencial. Estamos cansados por aqui” (E4)
	“Até onde eu sei, quando a Conaq surgiu, não sei quem era que fazia comunicação porque a Sandra ela não chega quando a Conaq surge, ela chega um tempinho depois. Então eu acho que quem fazia mais esse corre de comunicação era quem tava ali na coordenação, como a Givânia (Silva), que era mais uma Coordenação Geral. Os coletivos surgem a partir de 2013. E aí foi se dividir, começou com um das mulheres, depois da educação, jurídico, comunicação e etc. Aí a Sandra Maria chegou. Se for perguntar para ela, ela não vai falar que ela trabalhou (na) comunicação, só que com os relatos dela, da minha mãe (Selma Deladina) e na pesquisa que fizemos, dá pra perceber ela mobilizando, falando com rádios locais. Então, assim, ela fazia, aí minha mãe entrou e fazia essa comunicação mais consciente. Ronaldo (Campinho) também fazia isso. Eles se dividiam, mas nenhum tinha formação. Era isso assim de aparecer na mídia, fazer uma assessoria de imprensa, conversar com um jornalista, com o veículo. Então elas que começaram essa correria assim de estruturar comunicação da Conaq.” (E4)
	“Aí depois a gente teve a Ana Carolina (Fernandes). Só que Ana Carolina não é quilombola e é branca, é de Minas. Acho que foi Sandra que meio que adotou ela lá para poder vir fazer esse serviço. Ela fez um documentário, aquela Dandaras: a força da mulher quilombola, com a Tiana e com Sandra. Eles chamaram ela para poder começar a participar de alguns projetos porque eles não conheciam, eles não tinham esse mapeamento de comunicadores de dentro que eram quilombolas e que poderiam fazer esse serviço de dentro da Conaq. Aí depois dela, eu vim, comecei a trabalhar junto com ela e depois com a Maryellen (Crisóstomo). Primeira atividade foi numa plenária Nacional, em 2018.” (E4)
	“Desde os 14 anos eu acompanhava meu pai (Tom Purificação) nas reuniões, ajudava na relatoria, fazia vídeo entrevistando as pessoas. Eu não sei se eu vou achar esses vídeos, mas fotos eu tenho. Tenho fotos de uma missa afro, eu lá com minha primeira câmera, semiprofissional que eu comecei a trabalhar, toda bestinha. Eu trabalhava assim sem saber que eu estava trabalhando na minha cabeça, eu só tava: ah, vou lá vou ver painho trabalhar e vou ajudar a painho a trabalhar. Eu ficava tentando encontrar uma função ali. E aí meu pai falou: não vai tirar foto minha para me ajudar na relatoria.” (E4)

	“Vou usar o exemplo meu que é usar a comunicação pra auxiliar na visibilidade do território, registrar da salvaguarda dos nossos saberes e fazeres pensando nas futuras gerações. (...) Mostrar pela comunicação o nosso modo e não querer nos adequar. Usar o nosso kalunguês, que é a nossa ancestralidade.” (E5)
	“Não temos hoje nos meios de comunicação muitas informações sobre nossos ancestrais e cultura. Nossa cultura é passada de geração a geração pela oralidade. Os anciões estão indo e a gente precisa resgatar, rememorar, registrar e guardar para as futuras gerações.” (E5)

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 3: Dados de entrevista subscritos à categoria “estratégias”

CATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
ESTRATÉGIAS	“Na rádio comunitária Araticu, viés comercial tinha que pagar para ter inserção de matéria, entrevista ou divulgação de evento. Cerca de 200 - 300 por mês para fazer divulgação de algum evento” (E1)
	“Sempre tem o contato com alguns amigos da imprensa. E isso mais local, né? Nacional não temos. Mas mesmo no estado é difícil. O Diário do Pará é do Éder Barbalho, né? Ele tem esse poder (de) comunicação, então ele também é, tem esse poder nos outros veículos de comunicação. É difícil às vezes quando tem uma pauta política que gere cobrança do governo. E fica difícil dialogar, né, que é difícil de dar visibilidade nessas pautas, porque ele tem um poder desse veículo, né?” (E1)
	“Muita pauta só acontece quando há uma cobrança, alguma pauta que é colocada por nós. Mas a gente vê pouca atuação. Temos pouca representação na mídia comercial. Eu não conheço nenhum quilombola que trabalhe em um veículo de comunicação comercial.” (E1)
	“Sim, já trabalhamos muito a importância da comunicação desde a escola. Isso tem sensibilizado os jovens e estimulado a participação no projeto.” (E2)
	“Temos alguns contatos com mídias negras, TVs estaduais e eventualmente a Globo. Enviamos pautas, mas eles em geral só vêm aqui em datas comemorativas, em festas.” (E2)

	“Temos redes sociais - Face e Insta - email e Zap da comunidade e particular. O Fórum de Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira faz a comunicação com várias comunidades, a comunicação entre esses segmentos. Também fazemos produção de conteúdo para a cooperativa e divulgação nas redes sociais.” (E3)
	“A rede de comunicação do Vale do Ribeira tem 10 pessoas quilombolas. De outros segmentos, mais umas 15 pessoas. Todos vivem na comunidade ou territórios. A gente insere os mais novos, especialmente os adolescentes, para conversar e divulgar a página da associação, pedimos pra ajudar e auxiliar na divulgação de conteúdo, tirar foto e produzir os textos para publicar, pra eles sentirem como é. Estamos tentando produzir documentário relacionado com os conhecimentos tradicionais, contando com a ajuda da juventude. Queremos trazer eles que são interessados.” (E3)
	“As equipes dos canais são formadas por auto-organização. Discutimos várias pautas de vários segmentos. Criamos redes pra gente se comunicar. Os encontros só acontecem a cada dois meses. Então é difícil de comunicação. Vimos a necessidade de ter um grupo de WhatsApp para fazer a ponte e tem funcionado. Produzo conteúdo para a cooperativa sobre os produtos, faço fotos para divulgar o trabalho dessas pessoas.” (E3)
	“Usamos mais redes sociais. O Instagram está dando muito certo, especialmente pra divulgação do turismo na comunidade. Estamos tentando fazer um podcast.” (E3)
	“Tem que ser considerado o tempo, nosso tempo é diferente do tempo da cidade. Preciso ver se quando pode ter mais visibilidade aquela publicação, pensar no interno e externo, em que momento posso publicar que não vai interferir dentro ou ter retaliação, tempo das redes sociais e quando posso publicar com mais visibilidade.” (E3)
	“Quando a nossa comunidade foi titulada, tomamos cuidado com fotos de liderança, com o que as lideranças diziam porque pode ter perseguição, comunidades muito visadas. Precisamos pensar que fotos, que texto vamos publicar” (E3)

	“Tem muita distorção dos fatos (na mídia comercial), deixam umas coisas (nas) entrelinhas, gostamos de ser muito objetivos pra ter maior veracidade, mas em geral essas mídias deixam entrelinhas. Acredito que seria por maldade mesmo. Com a mídia negra, a gente conversa com o pessoal da Mídia Ninja e do MNU. Ainda tá começando o diálogo com a mídia pública.” (E3)
	“Eu sempre acompanhei o Geledés, desde sempre. Acompanhei a Alma Preta, Mídia Ninja. Tem a Flávia Oliveira, que contribui para caramba. Então assim, a gente tenta meio que acompanhar as estratégias das outras organizações, mas adequando para nossa realidade. A mídia negra, ela já hoje consegue trazer mais a pauta quilombola porque até pouco tempo a gente não via. Poucas pautas, né? Mais uma pauta urbana. Ou então dos grupos negros urbanos.” (E4)
	“Pós coletivo de comunicação, a gente começou a conseguir incidir mais nossas falas. A gente tinha pessoas já que faziam falas específicas, por exemplo, a Givânia, minha mãe. Já eram porta-vozes. Hoje a gente consegue distribuir melhor quem fala, quem pode aparecer e tal e aí a gente consegue automaticamente inserir, mas assim algumas fotos, tem coisas que a gente faz, mas ainda é pouco, não temos uma mídia como mídia indígena, mídia negra.” (E4)
	“Qual é a estratégia de comunicação que pode contribuir para que a gente consiga proteger essa comunidade? (...) Trazer o protagonismo para outras pessoas que estão ali dentro. Então a gente vai, aí a gente começa a fazer formação política com essas outras pessoas para elas conseguirem direcionar seus interesses para dentro do movimento. (...) juntando todo mundo ali, eles não tem como sair matando todo mundo, entendeu? Eles não podem fazer isso, né? Assim, não podem mais.” (E4)
	“A Folha de São Paulo é uma parceira que tá assim, que tá agregando bastante assim, sabe? (...) Agora, por exemplo, eles estão com uma série sobre Quilombos no Brasil. E aí eles trabalham em várias perspectivas. Eles procuram a gente para poder falar de saúde, (...) para falar de política, religiosidade e tudo assim. Então, tá sendo bem bacana essa iniciativa deles. A Folha, o G1, Correio Braziliense, Le Monde. Estadão não procura muito (...) A EBC também trabalha muito com a gente.” (E4)
	“Comunicação boca a boca, né, oral. É de fato assertiva. Eu creio que até hoje ela funciona.” (E6)

	“Eu me descobri como liderança quilombola em 2019. E, desde então, desde 2019, a minha perspectiva hoje é de criar matérias focadas no jornalismo comunitário, porque essa vertente é de falar sobre as comunidades. Ela é muito importante, não me refiro só às dificuldades, não, são as ações positivas mesmo de mostrar a cultura, de falar sobre as comunidades e em relação ao meio ambiente, eu creio que seja algo que eu me despertei.” (E6)
	“A gente tem que saber ouvir as lideranças, saber de fato, o que é que acontece, o que aquelas pessoas querem dizer porque é uma obrigação nossa de criar conteúdo com que todas as pessoas entendam. E às vezes o nosso ouvido, ele é de tanto se atentar à comunicação do dia a dia, básica, algumas pessoas ou em muitos momentos pode passar despercebido essa compreensão de realidade. Fundamental que a gente tem que se atentar ao ambiente que estamos inseridos para compreender o que cada pessoa fala.” (E6)
	“É muito importante a gente saber ouvir, é essencial. Principalmente agora com organização social e comunidade tradicional.” (E6)
	“Sempre gostei de poesia. Em 2016 fui premiada pela secretaria de comunicação. Fazia vídeos recitando as minhas poesias sobre negritude, cultura, ancestralidade. Daí fui ampliando os temas, falando de violência contra mulher, reconhecendo as violências, diversas formas de violência que tem e a gente não sabia. Fui ampliando os temas e gravando conteúdos. Depois comecei a ampliar mais e falar do meu território.” (E5)
	“Nos canais mais simples, no caso, que não tenha vínculo com política são os que a gente mais tem contato. Conseguimos publicar textos em portal, site, blog. Eu agradeço por eles receberem minhas matérias por conta desse diálogo entre colegas de comunicação, mas a gente não chega a conseguir tirar um profissional de lá da sede para ir cobrir o evento, por exemplo, não acontece.” (E6)

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 4: Dados de entrevista subscritos à categoria “objetivos”

CATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
OBJETIVOS	“A comunicação alternativa faz gerar pressão nas comunicações hegemônicas. (...) A comunicação é um elemento muito importante para a luta política, principalmente nas Comunidades Quilombolas. A defesa do território pressiona gestores políticos em busca de melhorias para os territórios quilombolas. Então a comunicação tem um papel fundamental nesse contexto em defesa do território.” (E1)

	“A minha experiência inicial foi mais como questão de militância. A gente não se via no telejornalismo. Até hoje, acho o número insuficiente. Minha entrada na universidade foi pensando nisso. Depois eu percebi que meu foco tinha que ser a minha comunidade.” (E1)
	“Fomos aprendendo no bruto, pela necessidade de manter a cultura e dar visibilidade à comunidade.” (E2)
	“Defino (comunicação quilombola) como uma comunicação autônoma, de dentro para dentro, que busca abranger a comunidade, que a comunidade se sinta representada.” (E2)
	“A comunicação na nossa realidade tem trazido ganhos, ajuda no enfrentamento do racismo e do preconceito, ajuda a cobrar o que é nosso, a enfrentar os impedimentos políticos. Usamos a comunicação no processo de política interna, na busca para que nosso direito seja respeitado. Agora estamos com várias demandas de educação e a comunicação ajuda nessa luta.” (E2)
	“A mídia comercial foca só em datas comemorativas, pautas mais históricas e estéticas, como a questão do cabelo. Enquanto isso, tem comunidade passando fome, frio, sendo expulsa da terra. É preciso pautar segurança, acesso à terra, condições de vida. As mídias comerciais definitivamente não representam as nossas pautas.” (E2)
	“A gente aparece muito quando a gente tá morrendo, que a gente já tá no leito de morte lá, a gente está aparecendo. Então não é uma coisa satisfatória. Eu não quero que o Brasil veja meu povo morrendo. Eu quero que o Brasil veja meu povo é vivo, é gozando dos seus direitos.” (E4)
	“Daqui da agora que a gente vai pra Manaus, a nossa estratégia é mostrar para o mundo que a Amazônia Negra existe. A gente precisa mostrar para o mundo que existe gente preta, população preta ali dentro. (...) As pessoas acham que o norte, que o Pará, que só tem indígena ali, só que a população negra é 60%.” (E4)
	“Aí a gente tem uma comunicação que ela carrega, ela reverbera a questão racial no Brasil. (...) Um dos nossos primeiros principais impasses é a questão racial. Ela (a comunicação quilombola) é comunitária porque ela trabalha de dentro para dentro. (...) A gente tem mapeado as comunidades quilombolas que têm rádio comunitária. Então, é uma comunicação que vai, que circula dentro das comunidades, é uma comunicação popular porque a gente faz

	sem ter formação. Mas a gente tem um papel de um serviço, um papel político ali, um papel social . Ela é confluência de todas essas comunicações, esses tipos de comunicação.” (E4)
	“A comunicação é nossa estratégia para poder seguir politicamente dentro das questões da sociedade brasileira, para a gente conseguir fazer potencializar nossa voz, porque a gente já tem uma voz, mas potencializar essa voz , a comunicação é intrinsecamente importante. A comunicação, ela é um canal de recuperação de reinserção, de retratação dentro da sociedade brasileira. ” (E4)
	“Hoje eu me considero guardião da ancestralidade quilombola. O meu objetivo é honrar a luta dos nossos ancestrais . Através do audiovisual, registrar pras futuras gerações.” (E5)
	“Através da comunicação, a gente mostra de fato que existe a comunidade . O que é feito na comunidade. Mas, acima de tudo, tem oportunidade de cobrar também porque, se a gente mostra também dificuldade, então nessa perspectiva de mostrar a realidade e a comunicação nos dá esse apoio, essa base, então é importante porque aquilo que não é visto não é lembrado, né? Infelizmente na vida e na política é assim que acontece. ” (E6)
	“Aqui a palavra mais utilizada é divulgação, que a comunicação está intrínseca nas nossas atitudes, mas aqui na comunidade estamos na fase ou vivemos a fase da divulgação, a importância da divulgação . A importância da comunicação né, do ato de estar em diálogo , e você levar informação, mas não mais fundamental é de você colher a informação dessa comunicação entre as pessoas . Eu não tô nem falando sobre matérias. Tô falando sobre o dia a dia mesmo, do ato de comunicar.” (E6)
	“Sim, porque eu acho que a maior diferença é mostrar a realidade mesmo e crua . A gente não traz aqueles elementos bonitos que podem ser agradados por todos, não. A gente traz a verdade e através dessa comunicação tem homem e mulher, idoso, adolescente, enfim . É de fato mostrar a realidade.” (E6)

Fonte: elaborado pela autora.

A categorização das entrevistas realizadas mostra o entrelaçamento das reflexões, vivências e relatos nas quatro categorias de agrupamento: protagonismo, memória, estratégias e objetivos. Algumas palavras, ações e expressões compõem mais de uma categoria. No entanto, observando os parâmetros da análise de conteúdo como método de pesquisa e a

conceituação das categorias escolhidas, atribuímos apenas uma categoria para cada unidade de registro. Os cruzamentos, no entanto, demonstram que os/as comunicadores/as quilombolas possuem percepções muito semelhantes sobre os processos nos quais estão inseridos/das e sobre o caminho que desejam trilhar para fortalecer a luta coletiva.

O protagonismo se revelou central no entendimento sobre uma comunicação efetivamente de matriz quilombola. A autoria e a vivência no território, ainda que não permanente, estão no cerne da identidade dos comunicadores e comunicadoras quilombolas, como frisa o primeiro entrevistado: “Se é uma comunicação quilombola, tem que vir lá do quilombo” (E1). A afirmação do local simbólico de autoria traz consigo também uma série de histórias sobre como a apropriação desse protagonismo se deu em contexto de tensões e violações de direitos.

Há por parte dos comunicadores a convicção de que é urgente “contar a própria história para que nossos modos de vida sejam respeitados”, sem resumos ou atravessadores, sejam eles mídias comerciais ou mesmo negras, públicas e comunitárias. Existe, inclusive, um incômodo com a generalização de termos como “quilombo” e “aquilombar” no contexto do movimento negro urbano, especialmente quando essa utilização se dá de forma a invisibilizar a luta e a história das comunidade quilombolas.

Esse incômodo provém também da percepção de que as comunidades quilombolas possuem seus próprios dialetos, falares e símbolos repassados para as novas gerações pela oralidade ou mesmo pela comunicação não verbal. A compreensão dos tempos, dos olhares, dos gestos e das necessidades materiais só seria possível para quem tem a pertença quilombola e, a partir disso, estaria “credenciado/a” a ouvir e comunicar sobre a história, o presente e o futuro do seu próprio grupo.

Em umas das declarações mais contundentes obtidas durante esta pesquisa, a jornalista e comunicadora quilombola Nathália Fernandes Purificação, do Território Velho Chico (BA), traduz com uma narrativa forte e sensorial a importância do protagonismo na conceituação de comunicação quilombola: “Quando você faz comunicação com uma faca no seu pescoço, você consegue fazer uma comunicação com gosto, né? Com gosto, não? Com gosto do desespero, um choro, com lágrima, com sangue”. Esse gosto ao qual ela se refere remete à luta secular dessas comunidades, que se formam ainda durante o período da escravidão e resistem após a abolição inacabada, sob forte repressão e violência.

Como retratar essa realidade sem vivenciá-la? Entender a comunicação como um campo de disputa política faz que a autoria também alcance outro patamar no processo de autopercepção dos comunicadores e das comunicadoras quilombolas. Trabalhos realizados

com comunicadores não quilombolas, mesmo quando esses estão em posição de prestação de serviço, mostraram que as relações desiguais de poder se mantêm, permeadas por marcadores de gênero e raça: “A gente tá cansado de organização chegar e falar: eu posso fazer assessoria para vocês. A gente sabe fazer assessoria de imprensa. (...) A gente tá cansado de entregar a solução para essas pessoas. A gente é a solução” (E4).

Entre um dos casos extremos identificados durante a pesquisa, está o das contas de *Instagram* e *Facebook* de uma das mais importantes organizações quilombola, a Conaq, que foram criadas originalmente por comunicadores não quilombolas e não negros. Após o término do contrato, eles teriam se recusado a repassar as senhas de acesso, o que levou a coordenação a realizar um mutirão para denunciar e derrubar as contas, para posteriormente recriá-las. Também foram relatados casos de fotógrafos não quilombolas que, após o período de contrato, exigiam novos pagamentos para a utilização de acervo de imagens produzido e financiado pelas organizações quilombolas.

Essas experiências fizeram, inclusive, que as associações iniciassem um processo de revisão dos termos de financiamento de ações de comunicação, até mesmo com parceiros internacionais. Uma das principais exigências passou a ser, justamente, a coordenação de projetos a cargo de comunicadores quilombolas. Isso levou a um maior estímulo das comunidades e famílias para que os jovens buscassem qualificação profissional nessa área. Seja na universidade, seja em projetos de capacitação comunitários.

Independentemente do espaço, o que se observa, a partir do relato de entrevistados e entrevistadas, é que comunicadores e comunicadoras quilombolas em formação vivenciam uma série de discriminações de cunho racista, que tentam desqualificar e silenciar essas vozes desde o banco da escola: “Eu tinha um professor de estágio que chegou para mim e falou que eu não era boa para fazer rádio, não, porque você tem um sotaque muito forte. Como é que eu explico assim? Não tem como eu desassociar o meu sotaque” (E4).

Chama a atenção a experiência do Sistema de Comunicação Kalunga, fundado por kalungas, estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Goiás que, a partir do momento em que permanecem mais tempo fora da comunidade, buscam comunicadores/as quilombolas que vivem no território para fazer parte da rede e assim manter o protagonismo das práticas comunicativas e a atualização das informações locais.

“Não existe ninguém melhor pra contar nossas histórias que nós mesmos.”

A frase da comunicadora kalunga Alcileia Conceição Cesário de Torres, a mais nova entrevistada para este trabalho, conecta as categorias de análise “protagonismo” e “memória”.

Entre as unidades de registro relacionadas à memória, é possível perceber que, na perspectiva dos comunicadores e das comunicadoras quilombolas, a comunicação quilombola é tida como ancestral, uma vez que remonta ao período em que os africanos foram trazidos de África como escravizados. A necessidade de comunicação como meio de resistência surge desde então, sendo uma prática transmitida ao longo das gerações (E1) por meio de símbolos e oralidades, com dinâmicas potencializadas a partir de uma forma de organização coletiva.

As redes de comunicação quilombola demonstram preocupação com a perda de informações sobre os ancestrais, as primeiras gerações e a própria cultura quilombola. Esses espaços de articulação são guiados pela necessidade de resgatar, rememorar, registrar e guardar para as futuras gerações (E5). Nesse contexto, são formados coletivos quilombolas de comunicação, que envolvem jovens com diversas formações, engajados em atividades como locução, reportagem, mobilização, administração e operação. A TV Quilombo e a Rede de Comunicação do Vale do Ribeira nascem justamente da necessidade coletiva de se contar a história quilombola como uma forma de resistência (E2).

Um aspecto importante que as unidades de registro da categoria “memória” nos traz é uma espécie de linha do tempo da articulação de comunicação no âmbito da Conaq, importante organização quilombola nacional, criada em 12 de maio de 1996, durante uma reunião de lideranças em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Os relatos indicam que, na origem dessa articulação, estão três mulheres quilombolas:

- Sandra Maria da Silva Andrade, da Comunidade Carrapatos da Tabatinga (MG), uma das fundadoras da N’Golo - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, filha de dona Tiana e, assim como a mãe, liderança espiritual e de luta da comunidade;
- Givânia Maria da Silva, da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas (PE), educadora e pesquisadora, cujos trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado já foram citados neste trabalho por conectarem educação e comunicação no contexto quilombola; e
- Selma dos Santos Dealdina, Quilombola do Angelim III, Território do Sapê do Norte em São Mateus (ES). Assistente Social e graduada em História. Organizadora de diversos eventos e publicações, entre elas a coletânea de artigos *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*.

Em diferentes momentos, elas estiveram à frente da Conaq e impulsionaram a criação de coletivos de educação, de mulheres e de comunicação. Ronaldo dos Santos, do Quilombo

do Campinho da Independência (RJ), professor, músico, produtor e gestor público, também é mencionado como outra importante liderança nacional articuladora do campo da comunicação, mesmo sem formação específica para a atividade.

As jornalistas quilombolas Maryellen Crisóstomo de Almeida, da comunidade de Baião (TO), e Nathália Fernandes Purificação, do Território Velho Chico (BA) podem ser consideradas, portanto, as primeiras comunicadoras quilombolas profissionalizadas a coordenar a comunicação do movimento, tanto a partir do coletivo de comunicação da Conaq, quanto na executiva da organização. O trabalho desenvolvido por elas a partir de 2018 ganhou um forte impulso durante a pandemia de covid-19, quando a circulação de informações nas comunidades se torna estratégia essencial de prevenção e sobrevivência.

Os casos da doença e as mortes em decorrência da covid foram sistematizados pela equipe da Conaq a partir de uma parceria com o ISA e do empenho do coletivo de comunicação. Os dados entram para a agenda de cobertura jornalística, potencializando a reação da sociedade e do Supremo Tribunal Federal (STF), que exigiu uma resposta do governo federal à situação vivenciada pelas comunidades quilombolas e pelos povos indígenas durante a pandemia.

Essa parceria nos remete à categoria de análise “estratégia”. A partir dos depoimentos dos entrevistados e das entrevistadas, pudemos identificar algumas estratégias comunicativas estabelecidas pelos/as comunicadores/as quilombolas. Entre elas:

- envio de pautas e relacionamento com mídias comunitárias, comerciais, negras, independentes/alternativas e públicas;
 - mapeamento e análise da cobertura jornalística feita por essas mídias;
 - criação de mídias próprias, redes sociais (especialmente *Facebook*), aplicativos de mensagem (especialmente *WhatsApp*) e listas de transmissão por *e-mail*;
 - articulação com comunicadores de outras organizações, fóruns e cooperativas;
 - capacitação de jovens para produção de conteúdo, incluindo fotos, textos e documentários;
 - criação de coletivos de comunicação;
 - definição de porta-vozes, a depender da pauta, comunidade e momento da luta;
- e
- cuidado na escolha de fotos e textos, especialmente em comunidades sob forte ameaça.

A diversidade de estratégias adotadas pelos comunicadores e pelas comunicadoras quilombolas visa a potencializar a comunicação em um contexto de poucos recursos financeiros, restrições da mídia comercial a pautas que ameçam interesses privados e busca por formas alternativas de comunicação que respeitem a cultura e a realidade das comunidades.

O cuidado com o público é algo que marca a estratégia comunicativa dos/as comunicadores/as quilombolas, como demonstra a fala de Janaína de Jesus Neri, Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, comunidade quilombola Campo Grande (BA): “A gente tem que saber ouvir as lideranças, saber de fato, o que é que acontece, o que aquelas pessoas querem dizer porque é uma obrigação nossa de criar conteúdo com que todas as pessoas entendam” (E6).

As estratégias comunicativas também priorizam a proteção das lideranças quilombolas como fonte, tendo em vista que muitas delas sofrem ameaças de grupos interessados em impedir a regularização de territórios e o acesso a políticas públicas. Vaniely dos Anjos França Dias, do Quilombo São Pedro (SP) ensina: “Tem que ser considerado o tempo, nosso tempo é diferente do tempo da cidade. Preciso ver se quando pode ter mais visibilidade aquela publicação, pensar no interno e externo, em que momento posso publicar que não vai interferir dentro ou ter retaliação, tempo das redes sociais e quando posso publicar com mais visibilidade” (E3).

“Eu me considero guardião da ancestralidade quilombola. O meu objetivo é honrar a luta dos nossos ancestrais.”

A comunicadora kalunga Alcileia Conceição Cesário de Torres nos puxa pelas palavras para refletir sobre a quarta e última categoria de análise. A partir das entrevistas e dos trechos destacados como unidade de registro, podemos apontar entre os objetivos da comunicação quilombola:

- defesa do território e obtenção do título de propriedade coletiva;
- pressão dos gestores públicos e políticos em busca de melhorias para as comunidades;
- preservação da cultura e garantia de visibilidade da comunidade;
- enfrentamento do racismo e do preconceito;
- agendamento de pautas relevantes para a comunidade, como segurança e condições de vida;

- contraponto à superficialidade da cobertura da mídia comercial, que foca em datas comemorativas e questões estéticas, mas não confronta interesses privados de setores como agronegócio, mineração e grandes empreendimentos;
- apresentação da comunidade de forma positiva e viva;
- desmistificação dos estereótipos e manifestação da diversidade da população negra em termos geracionais e regionais;
- empoderamento e potencialização das vozes quilombolas;
- contribuição para a recuperação, reinserção e retratação da comunidade na sociedade brasileira; e
- preservação e transmissão da ancestralidade quilombola por meio da comunicação.

Esses “objetivos” refletem a importância da comunicação quilombola como ferramenta para a defesa de direitos, preservação cultural, enfrentamento de estereótipos e construção de narrativas que representem, de forma autêntica, a vida e realidade das comunidades quilombolas. Examinados em perspectiva com as demais categorias de análise, os “objetivos” nos dão caminho para o próximo passo, que será a conclusão, na qual propomos o tipo ideal “Comunicação Quilombola” a partir da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar à etapa final da escrita desta tese nos leva a revisitar quase duas décadas de observação, apoio e pesquisa sobre os processos comunicativos liderados por comunicadores e comunicadoras quilombolas no Brasil. Escrevo ainda sob o impacto do brutal assassinato da mãe Bernadete Pacífico, yalorixá e liderança do quilombo Pitanga dos Palmares, executada com 12 tiros no dia 17 de agosto de 2023²⁶. Uma potente rede de comunicação quilombola fez com que o crime fosse noticiado poucas horas depois e tivesse repercussão internacional, cumprindo a promessa da também ameaçada líder quilombola Rose Meire dos Santos Silva²⁷, de Rio dos Macacos, Bahia: “Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por essa terra. A diferença é que agora sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo” (Nunes, 2013, p. 85).

Se, há dez anos, ao concluir a dissertação de mestrado sobre esse mesmo tema, foi possível verificar a emergência de um novo pensar e agir em comunicação, neste momento, podemos constatar que a comunicação quilombola está em plena fase de consolidação. Ela colhe os frutos de uma luta ancestral, feita com o “gosto de desespero” e olhos no futuro, cada dia mais em condições de enfrentar o desafio proposto por Muniz Sodré: influenciar a construção da realidade social como “moldagem de percepções, afetos, significações, costumes e produção de efeitos políticos” (Cabral, 2010, p. 26).

Os comunicadores e as comunicadoras quilombolas se transformaram também em elo entre os mais velhos e os mais novos. Muitos deles jovens em busca de melhores condições de vida fora da comunidade e que, por meio da troca de informações, conseguem manter o sentimento de pertença coletiva, tão sonhado pela educadora e pesquisadora quilombola Givânia Maria da Silva (Silva, G.M., 2012, p. 140), que não apenas articula politicamente o

²⁶ O contato com a rede de comunicadoras quilombolas permitiu que as informações sobre o assassinato de mãe Bernardete chegassem até a autora desta pesquisa poucos minutos depois do crime, o que resultou na primeira matéria publicada em veículo de abrangência nacional. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-08/lider-quilombola-de-pitanga-dos-palmares-e-executada-na-bahia>. Acesso em: 8 fev. 2024.

Vale lembrar que mãe Bernadete chegou a denunciar as ameaças um mês antes, em encontro com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-08/stf-faz-um-minuto-de-silencio-em-homenagem-mae-bernadete>. Acesso em: 8 fev. 2024.

²⁷ Rose Meire dos Santos Silva era amiga da yalorixá Bernadete Pacífico e, após o assassinato, passou a recusar entrevistas para a imprensa, inclusive para a autora deste estudo. Em maio de 2023, ela entregou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo ajuda para a comunidade e denunciando ameaças. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/comunidade-quilombola-que-pediu-socorro-lula-sofre-sem-direitos>. Acesso em: 8 fev. 2024.

movimento da comunicação, como reflete e produz academicamente a respeito das interfaces entre educação, cultura e comunicação.

Pretendemos contribuir para esse enraizamento com uma proposta teórica que, partindo de uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa de campo, nos possibilita apontar o tipo ideal “Comunicação Quilombola” baseado na práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas. Nesse caminho, partimos de uma vivência profissional e ativista de contato com essas lideranças, que, em um primeiro momento, foi sistematizada à luz das teorias da comunicação e do pensamento negro contemporâneo na dissertação de mestrado *Comunicação quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento* (Nunes, 2013). No decorrer deste doutoramento, além de aprofundarmos a revisão bibliográfica, mantivemos uma observação participante dos processos criados e mantidos por comunicadores e comunicadoras quilombolas, colocando as práticas dessas lideranças e profissionais da comunicação sob a análise de matrizes teóricas.

Para qualificar a investigação, buscamos referências em estudos de áreas diversas como comunicação, história, sociologia e cultura. Encontramos nas pesquisas historiográficas registros de estratégias comunicativas quilombolas que, mesmo sem a propriedade dos meios de impressão, estabeleciam redes de comunicação oral internas e externas – o chamado correio nagô – para disseminar informações (por vezes falsas) capazes de proteger as comunidades e até mesmo as rotas de fuga (Gomes, F., 2015; Moura, C., 1987).

Importante lembrar que estamos falando de movimentações que envolvem os/as descendentes de aproximadamente quatro milhões de africanos e africanas. Por quase três séculos, essa população foi traficada e submetida ao trabalho escravo, sob forte vigilância e violência, mas nunca passiva diante dessa situação, como bem mostrou a República de Palmares. Na Serra da Barriga, em pleno século XVII, os quilombolas chegaram a criar um dialeto que misturava línguas africanas (especialmente de origem banto) e indígenas para manter as informações a salvo dos colonizadores, sendo essa uma das primeiras iniciativas de comunicação quilombola de que se tem registro (Moura, C., 2020).

Outro marco importante da rede de luta pela liberdade é a Revolta dos Búzios, na Bahia, em 1798. O levante pode ser considerado a primeira campanha de comunicação negra, baseada na distribuição de boletins manuscritos que convocaram a população a insurgir-se contra os desmandos da Corte (Pinto, 2006; Pinheiro, 2009). A imprensa negra, cujo marco inicial é o jornal *O Homem de Cor*, lançado em 1833, no Rio de Janeiro, concentrava suas forças na busca por melhores condições de vida para a população negra urbana (Pinto, 2010), tendo contribuições pontuais para a luta das comunidades quilombolas, até então mais

concentradas no dito ambiente “rural”, em decorrência de estratégias de resistência. Após a abolição da escravidão, em 1888, mesmo com todas as dificuldades encontradas pelo recém-libertos, mais publicações negras surgiram e marcaram história, como os jornais O Quilombo e Tição.

Nos últimos 20 anos, porém, não apenas a mídia negra passa a dar mais visibilidade à agenda política dos descendentes de africanos como a própria comunicação quilombola começa a se estruturar. As demandas das comunidades reverberam a ponto de o IBGE realizar, em 2022, o primeiro Censo para identificar a população quilombola no Brasil, calculada em 1,32 milhão de pessoas quilombolas, ou 0,65% do total de habitantes do país. A autodeclaração ganhou força com a criação e o fortalecimento de associações e organizações quilombolas de atuação regional e nacional, que passaram a colocar a comunicação como ação prioritária.

Para que esses processos possam se inserir no marco teórico da comunicação, recorreremos a diversas matrizes teóricas do campo, mas ancoramos nossa análise principalmente na aplicação do conceito weberiano de tipo ideal na comunicação, conforme caminho apontado pelos pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2016). Por meio de revisão bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas e análise de conteúdo dos relatos colhidos, buscamos identificar valores e práticas para construir um “quadro de pensamento homogêneo, traços e características de uma realidade singular”, conforme aponta o modelo teórico e metodológico de Max Weber (Freund, 1987).

Verificamos que o desenvolvimento da comunicação quilombola se insere, portanto, no tempo histórico do tipo ideal “Jornalismo da Comunicação”, que, de acordo com os estudos de Charron e Bonville (2016), se desenvolve a partir das décadas de 1970 e 1980 por meio das inovações técnicas, da desregulamentação e da liberalização dos mercados, que teriam favorecido a multiplicação dos suportes midiáticos e dos serviços de informação (Charron; Bonville, 2016, p. 29).

Com a ampliação do acesso à energia elétrica²⁸, à internet e a outras redes digitais/sociais, ganham espaço e vão configurar o que o teórico negro da comunicação Muniz Sodré de Araújo Cabral denomina como “bios midiático”, uma espécie de quarto âmbito existencial (Cabral, 2010), no qual novos atores sociais podem agir com efetividade, desde que mantenham elos com a ação coletiva em outros espaços presenciais. Nesse contexto, as

²⁸ Vale ressaltar que a ampliação do acesso à energia elétrica nas comunidades quilombolas começa a ocorrer de forma significativa a partir do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, quando é criado o programa Luz para Todos.

tecnologias digitais passam a contribuir para minorar o déficit de participação política das democracias liberais contemporâneas (Maia; Gomes, 2011).

Na revisão bibliográfica realizada para esta tese, com base na análise no banco de teses e dissertações da BDTD, encontramos 78 teses e dissertações que abordam a “comunicação quilombola”. A maior parte delas foi concluída a partir de 2011, o que confirma uma crescente intensificação nos estudos que relacionam comunicação, comunidades quilombolas e outras áreas. As pesquisas analisam a comunicação quilombola a partir do diálogo interdisciplinar com marcos teóricos de áreas como educação, cultura, comunicação/processos comunicacionais, política e sociologia.

Os estudos apresentam vários achados e conclusões similares sobre “traços e características” de processos comunicativos, o que contribui para a construção de uma proposta de tipo ideal “Comunicação Quilombola”. Foi possível ainda identificar um padrão crítico de relação das comunidades quilombolas com o conteúdo veiculado com os meios de comunicação, o que, no processo de formação política cotidiana, se configura como uma perspectiva compartilhada pela maior parte dos comunicadores e das comunicadoras quilombolas.

A comunicação quilombola emerge em um contexto de demanda permanente das comunidades em se verem retratadas como herdeiras legais dos seus territórios e das suas histórias de luta, fora do enquadramento da marginalidade e subalternidade negra presente em telenovelas e noticiários (Almeida, E., 2005; Sgoti, 2016). Comunidades quilombolas com interesse, inclusive, na produção audiovisual e na construção de narrativas sobre si mesmas (Silva, L.M., 2010, p.79-81; Anjos, 2009), conforme experiências como a TV Quilombo, o *site* e as redes sociais da Conaq, a produtora Crioulas Vídeo, os jornais Crioulas: a voz da resistência (Silva, G.M., 2012) e A Ronqueira (Gomes, R., 2022).

O impacto da energia elétrica e do acesso à internet nos quilombos também foi, por diversas vezes, abordado nas pesquisas analisadas e revela a preocupação dos guardiões da memória com a comunicação interpessoal, que depende de vínculos e de espaço/tempo para a transmissão oral do conhecimento (Anjos, 2009). Há uma preocupação dos quilombolas com as mudanças nas formas de sociabilidade. A comunicação oral é valorizada porque possibilita a interpretação dos fatos do cotidiano, a partilha de memórias e a criação de laços de solidariedade (Almeida, C., 2012, p. 144; Hall, 2023). Ainda assim, os pesquisadores observaram que o consumo do conteúdo midiático segue mediado pelas tradições, pelos projetos de luta coletiva e pelas informações obtidas por outros canais, como a internet

(Almeida, E., 2005). Esse consumo também é atravessado por filtros gerados a partir dos acúmulos relacionados à identidade étnica, de classe e de gênero (Grijó, 2014).

A resposta das comunidades quilombolas à invisibilidade ou violação de direitos também se dá por meio de uma comunicação cultural que, por vezes, incorpora elementos da religiosidade de matriz africana, como é o caso do Congado e do Bumba meu boi. Uma comunicação cultural dialógica e esteticamente atrativa que mostra sua potência quando da barriga do boi dos quilombolas de Rio dos Macacos (BA) surgem cartazes de protesto (Nunes, 2013) ou quando os quilombolas de Carrapatos da Tabatinga (MG), na Festa de São Benedito, afirmam com o próprio corpo, na dança e na pisada, a força dos seus ancestrais (Sgoti, 2016).

A comunicação quilombola se valerá das manifestações culturais tanto para agendar as mídias externas à comunidade (privadas, públicas e comunitárias) como para ativar os canais de comunicação internos e agregar valor a marcas de produções agrícolas ou artesanais (Rodrigues, 2010). Os estudos analisados na revisão bibliográfica mostram ainda uma intensa veiculação de cartas, agendas culturais em murais físicos das associações quilombolas e nos perfis/canais de moradores ou comunidades em plataformas como *WhatsApp*, *Facebook* e *Youtube* (Sgoti, 2016). Ambientes que foram de suma importância para a circulação de informações durante o período da pandemia de covid-19, quando a comunicação quilombola se viu desafiada e necessária, alcançando novos patamares de ação, conforme entrevistas realizadas para esta tese e artigos já publicados por pesquisadoras da área (Lopes; Caetano; Cardoso, 2022).

Em diversos relatos, tanto nas pesquisas analisadas quanto nas entrevistas, constatamos a falta de recursos e o receio de comunicadores quilombolas, por exemplo, solicitarem concessões de rádio para suas comunidades. Chama a atenção o registro feito pela pesquisadora Silmara Sgoti que, em diálogo com dona Tiana, importante liderança mineira de Carrapatos da Tabatinga, descobriu que houve uma tentativa de instalação de uma rádio comunitária na comunidade. Mesmo com espaço físico e equipamentos garantidos, os quilombolas desistiram das operações com medo de criminalização e repressão (Sgoti, 2016, p. 105).

O histórico de violências nos faz compreender opções editoriais de um dos poucos jornais quilombolas analisados nos estudos mapeados para esta tese. Publicado entre 1999 e 2005, no Amapá, o *Jornal do Quilombo* publicava notícias do Quilombo de Curiaú, mas dedicava boa parte das páginas a poemas épicos, causos engraçados e aterrorizantes sobre a vida na comunidade (Oliveira, F., 2006, p. 132). Com periodicidade instável e tiragens limitadas (em média, 30 cópias), o jornal não era muito lido pelos próprios quilombolas, mas

cumpria a missão de fortalecer o reconhecimento por parte de autoridades e moradores de outras localidades. A edição estava a cargo do comunicador quilombola Sebastião Menezes da Silva, mas todas as demais colaboradoras eram mulheres.

O papel das mulheres quilombolas na comunicação foi abordado em diversas pesquisas analisadas na revisão bibliográfica e também na etapa seguinte, a pesquisa de campo. Elas são apontadas como articuladoras políticas importantes e responsáveis por inserir a comunicação como estratégia de luta. Isso vai ser observado, por exemplo, na experiência do núcleo da Eaacone, em São Paulo. Ao mesmo tempo em que associações quilombolas produzem informação de forma descentralizada e de acordo com suas múltiplas realidades, há também um esforço de concentrar as notícias em espaços virtuais comuns, capazes de dar a dimensão de força da luta quilombola como um todo (Oliveira, 2009, p. 156).

As pesquisas também apontam para a criação de laços importantes com outras associações e movimentos sociais, entre eles: movimento negro urbano, organizações ligadas aos direitos humanos, federações de trabalhadores rurais, grupos universitários e instituições religiosas católicas ou de matriz africana (Oliveira, F., 2009; Nunes, 2013; Moura, A.E., 2009). Os estudos alertam, no entanto, para a dificuldade de as comunidades quilombolas estabelecerem laços horizontais e efetivamente de parceria com as mídias comunitárias. As poucas emissoras que difundem notícias sobre os quilombos e as suas atividades, em geral, não abrem espaço para programas elaborados pelos próprios quilombolas, o que gera frustração nas comunidades (Tessarotto, 2010, pp. 53-56).

Essa limitação também indica que, para além do financiamento de mídias próprias, comunicadores e comunicadoras quilombolas devem ter espaço garantido nos conselhos gestores de meios públicos, privados e comunitários, especialmente os que operam por meio de concessões públicas e, portanto, devem seguir uma política de Estado afirmativa e reparatória perante os descendentes de africanos e africanas.

Algumas experiências, no entanto, mostram que a estratégia de parceria em comunicação pode alcançar resultados positivos, especialmente quando envolvem um veículo que mobiliza tantos afetos como o rádio. A comunidade quilombola de Leitão/Umbuzeiro, no Sertão de Pernambuco, conta com a histórica Rádio Pajeú para enviar recados, marcar reuniões e obter informações sobre direitos dos agricultores (Rodrigues, 2010, p. 111). Essa ponte foi fundamental para preencher lacunas de um acesso tardio aos meios de comunicação. Até 2010, a comunidade pernambucana tinha dificuldade de acesso à telefonia, à internet e até mesmo ao sinal de televisão.

A revisão bibliográfica, portanto, nos indica a existência de: a) audiência quilombola crítica e atenta aos processos de invisibilidade; b) ações mobilizadoras de comunicação cultural, interpessoal e comunitária; c) diálogo e agendamento de mídias privadas, públicas e comunitárias; d) produção e divulgação de conteúdo próprio e/ou realizado com parceiros, a partir de um protagonismo quilombola e uma pauta centrada na luta pelo território.

Com base nesses achados, partimos para a Etapa 2 do percurso teórico metodológico desta tese, que consistiu na pesquisa de campo, com realização de pré-teste de entrevista, entrevista e análise de conteúdo.

A partir dos relatos de seis comunicadores e comunicadoras quilombolas, estabelecemos quatro categorias de análise: protagonismo, memória, estratégias e objetivos. Das unidades de registro, emergem a fala, a práxis e a vivência de comunicadores e comunicadoras quilombolas. Esses elementos nos levam a propor o tipo ideal “Comunicação Quilombola” como conjunto de processos e ações de comunicação desenvolvidas a partir do protagonismo de comunicadores/as quilombolas, com base em memórias ancestrais, saberes, práticas de resistência, linguagens e tecnologias capazes de promover o fluxo de informações dentro da comunidade e de influenciar no debate público por meio de pautas e publicações em diversas plataformas e mídias.

O percurso teórico-metodológico feito neste doutoramento nos permite propor esse “quadro homogêneo” como parâmetro de análise de outras iniciativas nessa área. A ideia não é criar uma camisa de força para excluir ou deslegitimar práticas comunicativas. Pelo contrário. É oferecer um conjunto de características que permitam inserir a comunicação quilombola em estudos sobre história, teorias e novos paradigmas de comunicação, tornando ainda mais visível a força de mobilização das comunidades e a possibilidade de essas ações receberem apoio institucional.

Consideramos a comunicação quilombola como um processo e uma prática autônoma, popular, decolonial e negra, bem como um instrumento de luta política que “reverbera a questão racial no Brasil”, como bem destaca Nathália Fernandes Purificação, comunicadora quilombola de Lagoa das Piranhas, Território Velho Chico (BA). A entrevista que ela concedeu para esta pesquisa é muito rica em exemplos de como o racismo demarca as dificuldades encontradas pelas comunidades e pelos comunicadores para avançar na formação profissional e inserir suas pautas na agenda pública. E, ao mesmo tempo, como a utilização de ferramentas de combate ao racismo, a exemplo do que já faz a mídia negra, pode potencializar as vozes quilombolas.

Na linha do que propõe Muniz Sodré, ao alertar sobre a necessidade de uma forte articulação *offline* dos grupos que pretendem ocupar o bios midiático, constatamos ao longo deste doutoramento o que Scherer-Warren (2006) já indicava: os comunicadores quilombolas constroem redes dentro da comunidade, com participação ativa de seus integrantes, especialmente dos jovens, que levam para as mídias e os ambientes virtuais perspectivas construídas de forma muito vigorosa no contato presencial e até mesmo a partir de uma formação política aliada à capacitação técnica e educação crítica para a mídia. Há ainda, por parte desses comunicadores, o consenso de que a pertença quilombola possibilita uma escuta diferenciada dos/as mais velhos/as, respeitando seus tempos de fala, silêncios e não ditos, muitas vezes estratégicos.

A inserção dos comunicadores quilombolas nas associações e em outros espaços políticos também faz que eles se atentem para o cuidado necessário com as lideranças, tendo em vista as constantes ameaças às quais elas são submetidas. O senso de urgência para divulgar algumas informações, característico do ambiente jornalístico comercial, na comunicação quilombola dá lugar ao senso de proteção à vida, como bem pontua e ensina Nathália: “Eu não quero que o Brasil veja meu povo morrendo. Eu quero que o Brasil veja meu povo é vivo, e gozando dos seus direitos”.

Nessa últimas linhas, consideramos que, mesmo diante das dificuldades encontradas e da complexidade do tema, esta tese atingiu seus objetivos, tanto o principal, que era propor um tipo ideal “Comunicação Quilombola” a partir da análise da práxis de comunicadores e comunicadoras quilombolas, quanto os específicos: a) elencar as características que compõem a comunicação quilombola; b) identificar quais iniciativas, na visão de comunicadores e comunicadoras quilombolas, caracterizam-se como comunicação quilombola; c) analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, o quadro teórico sobre o tema; e d) oferecer um modelo de análise de outras experiências de comunicação quilombola.

Esse modelo deve, necessariamente, levar em conta o protagonismo, a memória, as estratégias e os objetivos quilombolas para a identificação de processos comunicacionais que visam potencializar ações de mobilização, visibilidade, empoderamento e alteração das estruturas de poder. Nada mais urgente, portanto, que a comunicação quilombola esteja cada vez mais presente no horizonte das pesquisas e políticas públicas, inclusive para que seja fortalecida com financiamento de organizações governamentais, internacionais e não governamentais. Tal e qual já defendiam os saudosos Wesley Grijó, dona Tiana e mãe Bernadete, que seguem a nos inspirar. Faremos Palmares de novo!

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Z. L. Jornalismo online e identidade profissional do jornalista. *In*: MOTTA, L. G. (ed.). **Imprensa e poder**. Brasília: UnB, 2002. pp. 151-166.
- ALCÂNTARA, Débora Menezes. Processo de formação quilombola na Bahia: reconhecimento e deliberação. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2014.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2006.
- ALMEIDA, C. D. de. **Comunicação e cultura**: práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, município de Poconé-MT. 2012. 213 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ALMEIDA, E. **Ilusão e realidade em Ivaporunduva**: a televisão na cultura quilombola. Análise a partir da folk mídia. Dissertação de mestrado. 2005.
- AMARAL FILHO, N. C. **Mídia e quilombos na Amazônia**. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- ANDRADE, N. Decolonización de la comunicación. **Comunicación y Decolonialidad**, Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación, La Paz, pp. 75-87, 2018.
- ANJOS, R. S. A. dos. **Quilombos**: geografia africana. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ANJOS, R. S. A. dos. **Territorialidade quilombola**: fotos & mapas. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2011.
- ANJOS, R. S. A. dos. **Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil**: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do autor, 1999.
- ARAÚJO, C. E. **A partir das águas**: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do rio São Francisco. Tese (doutorado)—Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2012.
- ARAÚJO, J. Z. **A negação do Brasil**: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 1998.
- ARAÚJO, J. Z. **O negro na TV pública**. Brasília: FCP, 2010.

ARRUTI, J. M. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, n. 3/2, 1997.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: história e antropologia do processo de formação quilombola. Rio de Janeiro: EDUSC, 2006.

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: PINHO, O. (org.). **Raça**: perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008.

BARACHO, Lúcia Maria Sobral. **Feridas da transposição do São Francisco**: um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano. 2014. 231 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

BARGAS, Janine de Kássia Rocha. **Quilombolas do Pará e Mídias Digitais**: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), Belo Horizonte, MG, 2018.

BARLÉU, G. Baarle. **Rervm per octennivm in brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis i. Mavritii, nassoviae**. Amsterdam, 1647. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7796>. Acesso em: 23 nov. 2011.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BECKER, Michele Amorim. **Opinião pública e comunicação dos riscos socioambientais da transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais de Sergipe**. 2016. 277 f. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

BELLINGER, C.; ANDRADE, L. (org.). **Retratos da pandemia : perspectivas das mulheres quilombolas**. 1. ed. São Paulo : Comissão Pró Índio de São Paulo, 2021.

BELTRÃO, Luís. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BOLGUE, H. Redes sociais ainda não mudaram a ação política, diz Muniz Sodré. **UnB Agência**, 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=5538>. Acesso em: 25 nov. 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.887, de 20 novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=106. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRITO, Alessandra Pereira. **A rememoração nas imagens dos quilombos**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais. 2021.

CABRAL, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2010.

CABRAL, M. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

CALHEIROS, F. P. **Extensão rural, identidade quilombola e vídeo**: um estudo do caso de Conceição das Crioulas (Salgueiro - PE). 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

CARDOSO, E. **A celebração conflituosa do mito**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. 1988.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

CARRANÇA, F.; BORGES, R. da S. **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2004.

CARVALHO, H. I. S. **Práticas Corporais nas Comunidades Quilombolas**: Significados das Manifestações Culturais na Escola de Monte Alegre. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, pp.13-18, jan./abr. 2014.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis; Brasília: Insular; FAC Livros, 2016.

CLAVELIN, I. C. **Racismo em pauta**: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000. 2011. 240 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, 2011.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2000.

CRIOULAS VÍDEO. Açude de Conceição. **Youtube**, 2009. Disponível em: <https://youtu.be/ho-9pxNY2gU?si=bQ3VJgVreN-WmZms>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CRIOULAS VÍDEO. Procurando um roteiro. **Youtube**, 2009. Disponível em: <https://youtu.be/bwXFkjuWEpc?si=yOi5FXPq6WZhSOR7>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CRIOULAS VÍDEO. Quilombos de Pernambuco (Abertura – Parte I). **Youtube**, 2009. Disponível em: https://youtu.be/-Wv_6N4ufwE?si=LpSpo5y3hSzR-cl-. Acesso em: 8 fev. 2024.

CRIOULAS VÍDEO. Serra das Princesas – Crioulas Vídeo. **Youtube**, 2009. Disponível em: <https://youtu.be/0zEfoJXIHNw?si=SikJR8RrBhv5QSV2>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CRIOULAS VÍDEO. Vídeo de apresentação 2008 – Crioulas Vídeo. **Youtube**, 2009. Disponível em: <https://youtu.be/02XVmkY9t9o?si=GSKWzMFyBqMMEmI4>. Acesso em: 8 fev. 2024.

DEALDINA, S. dos S. (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

FERREIRA, T.M. **Comunicação Quilombola: aproximações e distanciamento entre as organizações sociais e as organizações tradicionais**. Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Comunicação Social: Habilitação em Relações Públicas. 2013.

FERREIRA, R. A. Quando a imprensa branca fala da gente negra: visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: CARRANÇA, F.; BORGES, R. da S. **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2004.

FERREIRA, R.J. **Nas tramas de Itamatatuiá: representações sociais, práticas de saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa**. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. ARAÚJO FREIRE, Ana Maria (org.). São Paulo: Editora U, 2001.

FIGUEIRA QUEIROZ, M. R. **Do Angola ao Djumbay: imprensa negra recifense**. Cadernos De Pesquisa Do CDHIS, 24(2). 2012.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FURNARI, P. P. A. A República dos Palmares e a arqueologia da Serra da Barriga. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, pp. 6-13, dez. 1995/fev. 1996.

GERALDES, E.; SOUZA, J. Um saber sobre tensão: as múltiplas visões sobre a origem, o objeto de estudo e o conceito da disciplina comunicação. **Razón y Palabra**, v. 67, pp. 1-22, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/f7KUc0>. Acesso em: 2 jun. 2013.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro do Brasil. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, F. dos S. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, R.P. Kilombo: uma força constituinte. 2022. 594 f., il. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

GRIJÓ, W. P. **Mediações quilombolas**: apropriações étnicas na recepção de telenovelas. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.

GRIJÓ, W. P. A questão quilombola na pesquisa em comunicação. **Comunicologia**, Brasília, v. 9, pp. 33-51, 2016.

GUTIERREZ, C. **Baobá**: comunicação da resistência. 2009. Monografia (Graduação em Comunicação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: www.mocambos.org/textos/baoba.zip/view. Acesso: 25 maio. 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, pp. 68-75, 1996.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, L. (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte; Brasília: UFMG; UNESCO, 2003.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. **Comparing media systems**: three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KAPLUN, G.; OLIVEIRA PAULINO, F. (org). **Vienen llegando.... Los jóvenes investigadores de la comunicación**. Selección de textos de la VI Escuela de Verano de ALAIC / FAC Livros – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, pp. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 19 jun. 2013.

LOPES, I. da S.; CAETANO, L. R.; CARDOSO, J. S. M. Comunicação quilombola, resistência e proximidade na redução das desconexões no enfrentamento à pandemia. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, pp. 28-48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/54383>. Acesso em: 8 fev. 2022.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MALCHER, M. **O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará**; 2017; Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará.

MARTINS, André Ricardo Nunes. **A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2004.

MARQUES, C. E. De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico etnográfico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, pp. 339-374, jan./jun. 2009.

MCNAIR, B. **The sociology of journalism**. Londres: Arnold, 1998.

MEDINA, C. Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais. In: CARRANÇA, F.; BORGES, R. da S. **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2004.

MEDINA, C. O criador da assinatura coletiva ou dialogia social. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO JORNALISMO, 1., 2011, Brasília, **Anais...** Brasília: 2011. Disponível em: www.mejor.com.br. Acesso em: 5 maio 2012.

MEDITSCH, E.; NOGUEIRA, R. D. S.; GUIMARÃES, N. (org.). **Comunicação e pedagogia emancipatória: memória da disciplina Paulo Freire e a Comunicação no PPGCom da FAC UnB**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2022.

MELO, P. B. de. **Matronas afropacíficas: fluxos, territórios e violências**. Gênero, etnia e raça na Colômbia e no Equador. 2015. 459 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MELO, P.V.; TERSO, T.; CRISÓSTOMO, M. **TICs, raça, mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional**. REVISTA FRONTEIRAS (ONLINE) , v. 24, p. 37-51, 2022.

MELLO, R. **O Mesmo e o Outro, as relações raciais no Brasil no discurso do jornal O Globo**; Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília. 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOREIRA, M. H. T. **Do partidatismo à informação: as mudanças estruturais no jornalismo brasileiro e a formação dos impérios midiáticos**. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MOTTA, L. G. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, v. 2, 2007. Disponível em: www.seer.ufgrs.br/index.php/intexto/issue/304. Acesso em: 2 abr. 2012.

MOTTA, L. G. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista Eptic On-line**, 2005. Disponível em: www.epitic.com.br/epitic_es/interna.php?c=82&ct=409&o=1. Acesso em: 6 maio 2012.

MOURA, A. E. **Quilombo Mata Cavalo, a fenix negra mato-grossense**: etnicidade e luta pela terra no estado de Mato Grosso. 2009. 281 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609724>. Acesso em: 8 out. 2023.

MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2020.

MOURA, D. O.; BARBOSA, C. C.; NUNES, J. C.; SILVA, M. K. Epistemologias afrocentradas. Estudo sobre as contribuições de Muniz Sodré. **Revista Arte da Cena**, v. 7, n. 2, ago./dez. 2019.

MOURA, D. O. **A construção da memória e da identidade em filmes de cineastas negros brasileiros**. 1990. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1990.

MOURA, D. O.; RAMALHO, A. Mídia e educação na era da convergência. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, a. 16, n. 698, jun. 2012. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed698_midia_e_educacao_na_era_da_convergencia. Acesso em: 25 jun. 2012.

MOURA, G. **Festa dos quilombos**. Brasília: UnB, 2012.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNARIM, I. **As tecnologias digitais nas escolas do campo**: contextos, desafios e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC, Florianópolis, 2014.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FCP, 2002. pp. 262-274.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, v. 3, n. 6-7, pp. 41-49, 1985.

NUNES, J. C. **Comunicação quilombola**: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

OLIVEIRA, F. M. B. de. **Mobilizando oportunidades**: Estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ORLANDI, E. Silêncio, sujeito, história: significando nas margens. In: ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

PARAVATI, L.C. **Communicative and cultural aspects in caiçara culinary habits of the quilombola community of Fazenda picinguaba**. Dissertação (Mestrado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

PEREIRA, F. H. El mundo de los periodistas: aspectos teóricos y metodológicos. **Comunicación y Sociedad**, Guadalajara, n. 14, pp. 101-124, jan./jun. 2010.

PINHEIRO, Jonas de Jesus. **Alma Preta e Afirmativa**: experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo. 177 f. Cachoeira: UFRB, 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação: mídia e formatos narrativos), Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

PINTO, A. F. M. **De pele escura e tinta preta**: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas. 2006.

PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade**, v. 14, pp. 1-2, 2000. Disponível em: <http://tinyurl.com/25wwu89>. Acesso em: 12 abr. 2012.

PRYSTON, A. Estudos culturais: uma (in)disciplina? In: JANOTTI JR., J.; GOMES, I. M. M. (coord.). **Comunicação e espaço público**. 2. ed. Curitiba: Terra de Direitos, 2023.

QUIRINO, Kelly Tatiane Martins. **Enquadramentos e Advocacy sobre o genocídio de jovens negros**: análise da cobertura da Folha de S. Paulo. 2017. 419 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RATTZ, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

RIBEIRO, M. **Mulheres negras**: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 424, set./dez. 2008.

RODRIGUES, A.S.A. **Ser (tão) negro!** Reconversão cultural e desenvolvimento local na Comunidade Negra Rural Quilombola de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira – PE. 2010. 187 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

RUELLAN, D. **Mudanças e continuidades estruturais do jornalismo**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO JORNALISMO, 1., 2011, Brasília, **Anais...** Brasília: 2011. Disponível em: www.mejor.com.br. Acesso em: 3 jul. 2012.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, E. L. **Estação memória Cambury**: mediação cultural com os parceiros do rio que muda. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, R. **Branquitude e televisão**. A nova (?) África na TV pública. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

SANTOS, R. **Maioria minorizada**: um dispositivo analítico de racialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, pp. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos do CRH (UFBA)**, v. 21, pp. 505-517, 2008.

SCMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente & Sociedade**, a. V, n. 10, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>. Acesso em: 29 maio 2013.

SEGATO, R. L. Raza es signo. In: SEGATO, R. L. **La nación y sus otros**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SEIBT, T. **Jornalismo de verificação como tipo ideal**: a prática de fact-checking no Brasil. 2019. 265 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SILVA, G.M. **Educação como processo de luta política**: a experiência de educação diferenciado do Território Quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. 2012.

SILVA, J. V. M. P. **Documentário**: a construção de um ícone com os quilombolas de Pedro Cubas – Vale do Ribeira - SP. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, L. M. **Jornalismo público**. Brasília: Casa das Musas, 2004.

SILVA, M.T.J. **O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso**: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência. Tese de doutorado. São Carlos, UFSCar, 2012. 253 f.

SILVA, N.F.I. **Consciência negra em cartaz**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. 1993.

SILVA, N. O. T. da. **A presença afrodescendente na Empresa Brasil de Comunicação**: um olhar sobre a regularidade da temática negra na programação da TV Brasil. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, R. A. da. **Do invisível ao visível**: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SILVA, V. **Entre quilombos e palenques**: um estudo antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOVIK, L.; HOLLANDA, H. B. de. **O papa negro dos estudos culturais**: entrevista de Stuart Hall. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

TESSARATO, M. A. de O. **Radiodifusão comunitária e inclusão dos segmentos quilombolas na Paraíba**: referências e análises sobre a fala ideal. 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

_____. **Na Dinâmica do Facebook**: experimentações, usos e apropriações por jovens quilombolas do Matão. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

THOMPSON, J. B. A nova visibilidade. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/issue/view/11>. Acesso em: 10 maio 2012.

TORRICO, E. La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional. **Comunicación y Decolonialidad**, Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación, La Paz, pp. 13-24, 2018.

TRAQUINA, N. (org). **Jornalismo**: questões teóricas e histórias. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, pp. 507-514, abr. 2005.

VÉLEZ ECHEVERRY, S. M. **Impactos da eletrificação no desenvolvimento rural em comunidades Quilombolas**: caso dos Kalunga em Cavalcante-GO. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) Universidade de Brasília, 2014.

WAISBORD, S. A sociedade civil pode mudar o jornalismo? A experiência do jornalismo de defesa civil na América Latina. **Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo**, v. 5, n. 1, 2009.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: UnB, 2015.

WERNECK, J. **O samba segundo as ialodês** : mulheres negras e a cultura midiática. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO 1 (PRÉ-TESTE)

1 - Dados gerais

Nome completo: Cristivan da Silva Alves

Apelido: assina Cristivan Alves - apelido Cris

Cor ou raça:

Autodeclarado/a negro/a: Sim (x) Não ()

Preto x

Pardo

Branco

Amarelo

Indígena

Idade:

15 - 19

20 - 24

25 - 29

30 - 34

35 - 39 x

40 - 44

45 - 49

50 - 54

55 - 59

60 - 64

65 - 69

70 - 74

75 - 79

80 anos ou mais

(Faixas etárias de acordo com IBGE)

Identidade de Gênero:

Heterossexual

Nome da Comunidade: Quilombo do Arirá

Estado - Pará

Cidade - Poeyras do Pará

Número famílias da comunidade - 32 famílias associadas - 52 ao todo

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? Sim, desde 2016

Se sim, desde quando a comunidade possui certificado da Fundação Palmares? 2016

A comunidade possui título da terra? Não

Se sim, desde quando a comunidade possui título da terra? Não foi titulada ainda

A comunidade está em fase de regularização? Sim

Se sim, desde quando iniciou o processo de regularização? Desde 2016

2 - Formação e acesso

Qual o seu nível de instrução?

Sem instrução

Ensino fundamental incompleto/

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo: Jornalismo - UFPA - cota para quilombola e indígena

Ano de conclusão: 2019 (incluir no questionário)

(Níveis de instrução de acordo com IBGE)

Se superior ou pós-graduação, em qual área? Superior - Graduação - Jornalismo - UFPA - cota para quilombola e indígena

Você estudou em escola na comunidade ou fora? Fora, comunidade não tem escola

Você fez cursos na área de internet ou comunicação? Sim, na faculdade.

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? Todos

Você tem acesso à internet na comunidade? Apenas em algumas áreas. Dificuldade de conexão.

Acesso Individual, acesso compartilhado com a família ou coletivo? Os três.

Com que periodicidade acessa a internet?

Não acessa

Diariamente X

Uma vez por semana

Quinzenalmente

Uma vez por mês

Outros

Diariamente x (não está morando na comunidade atualmente. Está em Belém. 12h de balsa de Poeira. Depois de formado não conseguiu trabalho na cidade. Trab na sociedade paraense de direitos humanos e malungo)

Por qual dispositivo você acessa a internet?

Celular

Computador

Televisão

Aparelho de Videogame

Outro.... especificar

R: celular, tablet e computador

(CTIC)

3 - Comunicação

Você, sua comunidade ou organização quilombola tem algum tipo de canal de comunicação interno ou externo?

() Rádio. Qual?

() Jornal. Qual?

() Panfleto. Qual?

() Mural. Qual?

() Boletim. Qual?

() Blog. Qual?

() Site. Qual?

() Redes sociais. Qual?

() Podcast. Qual?

() Youtube. Qual?

() Grupo ou linha de transmissão em aplicativo de mensagem

() Outro. Qual?

Particular: redes sociais e youtube

Comunidade: instagram e facebook. Trabalhou oficina com eles. Quer criar um do Malungu: site, instagram, face, yt, twitter (pouco usado), coluna no jornal Resistência (semestral)

malungo - companheiro em iorubá

mais de 528 comunidades filiadas nela

Você produz conteúdo para algum desses canais ou para outros canais de comunicação quilombola? Sim

Quem são os parceiros institucionais dessas iniciativas? artigo 19, clua, instituto clima e sociedade

Vocês contam com financiamento institucional para essas iniciativas?

(x) Sim. Quais instituições?

() Não.

Pessoal e da comunidade, não. Malungu, sim (artigo 19, clua, instituto clima e sociedade)

Como são formadas as equipes desses canais?

malungu: atualmente está sozinho, pediu publicitário, mais uma jornalista, estagiários quilombolas (cotistas da ufpa), quer trazer essa juventude para atuar junto

comunidade: lideranças da comunidade alimentam os perfis, sobrinha alimentava, mas passou pra medicina. Aequipe de jovens voltará a ser ativada

Qual a formação dos profissionais que fazem parte? Estudantes de ensino médio e universitários

Possuem usualmente algum jornalista na equipe de comunicação?

Sim

Em caso afirmativo, o trabalho do/da jornalista é remunerado?

Não, apenas o meu

Todos/as os/as integrantes da equipe de comunicação vivem na comunidade? sim

Quem não vive na comunidade, mas participa da equipe de comunicação, frequenta a comunidade com regularidade? Sim

A equipe produz vídeos, fotos ou áudios? Sim

Utilizam vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade quilombola? sim

Na história da comunidade quilombola, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida?

comunidade: rádio comunitária Araticu, viés comercial

tinha que pagar para ter inserção de matéria, entrevista ou divulgação de evento

cerca de 200 - 300 por mês para fazer divulgação de algum evento

Em quais canais, metodologias, experiências ou processos de comunicação vocês se inspiram?

Principal referência é o jornal Resistência

A questão da comunicação é trabalhada nas escolas ou espaços culturais/associativos da comunidade quilombola?

minha experiência foi mais como questão de militância

não se via no telejornalismo

até hj acho o número insuficiente

minha entrada na universidade foi pensando nisso

depois eu percebi que meu foco tinha que ser a minha comunidade

Como você definiria o termo “comunicação quilombola”?

é tudo que há no quilombo

tudo que está no quilombo precisa ser comunicado

é uma comunicação que não é de agora

ela surge a partir de quando o negro veio do Maranhão

foi escravo do soldado da borracha

veio de cameté com a família dele

mãe escrava de fazendeiros, doméstica

negros de Oeiras tinham certos problemas de saúde e moravam no Arirá

fizeram ali cooperativas

um meio de resistência

essa comunicação é uma comunicação ancestral

se comunica através desse símbolos que existem no quilombo

experiência muito focada na oralidade

trazido por pessoas pretas

comunicação quilombola - precisa ter necessariamente autoria quilombola

fico me questionando como uma pessoa negra que nasceu no urbano fala que “bora aquilombar”?

me parece uma apropriação do conceito

se é uma comunicação quilombola, tem que vir lá do quilombo

quem vive no quilombo, tem uma vivência

essa pessoa pode falar que vai aquilombar?

não tem a experiência de uma pessoa que passa o dia todo capinando, numa roça, fazendo farinha
que vive a história de exclusão
por ser, morar no quilombo, ser preto e pobre
viver o racismo e o preconceito no seu cotidiano
diferente de um negro urbano, que vive na zona urbana
racismo, preconceito social e o preconceito por morar no quilombo

4 - Representatividade

Você considera a comunicação um elemento importante de atuação política no contexto de comunicação dessa comunidade quilombola?

Sim, muito. Moro em Santarém e trabalho com uma Associação de comunidades quilombolas. Faço o face e insta. A comunicação alternativa faz gerar pressão nas comunicações hegemônicas.

No Quilombo de Oeiras, temos uma associação que reúne 16 comunidades. Temos um trabalho de comunicação focado nas redes sociais. Texto bem técnico, com infográficos e produção de cards. Sei de alguns trabalhos interessantes de comunicação quilombola em Abaetetuba e Moju (Maiara Abreu tá formando comunicadores)

<https://www.youtube.com/channel/UC5SKAZwEfT8I-fcVTzHsjNg/featured>

A comunicação é um elemento muito importante para a luta política, principalmente nas Comunidades Quilombolas. A defesa do território pressiona gestores políticos em busca de melhorias para os territórios quilombolas. Então a comunicação tem um papel fundamental nesse contexto em defesa do território.

Você considera satisfatória a forma como as comunidades quilombolas estão representadas na mídia comercial?

Não é satisfatória, precisamos de mais atuação
mas aumentou nos últimos tempos e melhorou
mas precisa de mais, precisamos de equipes maiores voltadas para o quilombo

Você considera que as reivindicações políticas das comunidades quilombolas têm espaço na mídia comercial?

Muita pauta só acontece quando há uma cobrança, alguma pauta que é colocada por nós. Mas a gente vê pouca atuação. Temos pouca representação na mídia comercial. Eu não conheço nenhum quilombola que trabalhe em um veículo de comunicação comercial.

Você mantém contato com a imprensa? Local? Nacional? Internacional? Com qual objetivo? Que estratégia de contato adota?

Sempre tem o contato com alguns amigos da Imprensa. E isso mais local, né? Nacional não temos. Mas mesmo no estado é difícil. O Diário do Pará é do Éder Barbalho, né? Ele tem esse poder comunicação, então ele também é tem esse poder nos outros veículos de comunicação. É difícil às vezes quando tem uma pauta política para que gere cobrança do governo. E fica difícil dialogar, né que é difícil de dar visibilidade nessas pautas, porque ele tem um poder desse veículo, né?

Você percebe diferenças entre a representação das pautas quilombolas na mídia comercial em comparação com a comunicação produzida pelas próprias comunidades quilombolas? Se sim, quais? Pode exemplificar?

Bom eu percebo sim a diferença. É pq uma coisa mais bem vivida, né mais bem contada é uma coisa mais essa. Essa diferença né do jornal. Que o jornalismo comunitário popular no caso quilombola com um jornalismo comercial, né? Porque ele tem a sua limitações, né. então Quando é quando é feito pouco quilombolas ele é mais detalhado, quando se utilizado a técnica, é mais bem humanizado.

Esse questionário é um pré-teste, assim você pode contribuir com críticas e sugestões. Teria, então, críticas e sugestões para aperfeiçoarmos esse questionário?

Nada a acrescentar.

ANEXO B – ENTREVISTAS

QUESTIONÁRIO 2

1 - Dados gerais

Nome completo: Raimundo José da Silva Leite

Apelido: Raimundo Quilombo ou Dunga

Cor ou raça:

Autodeclarado/a negro/a: Sim () Não ()

Preto x

Pardo

Branco

Amarelo

Indígena

Idade: 24

15 - 19

20 - 24

25 - 29

30 - 34

35 - 39

40 - 44

45 - 49

50 - 54

55 - 59

60 - 64

65 - 69

70 - 74

75 - 79

80 anos ou mais

(Faixas etárias de acordo com IBGE)

Sexo:

Masculino

Identidade de Gênero:

Cis

Orientação de gênero:

Hétero

Nome da Comunidade:

Quilombo Rampa

Estado : Maranhão

Cidade: Vargem Grande (27 km do município)

Número de famílias da comunidade: 170 a 200 pessoas, chegando a 300 se contar quem é da comunidade, mas não mora mais no território.

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? sim

Se sim, desde quando a comunidade possui certificado da Fundação Palmares? 2005

A comunidade possui título da terra? não

Se sim, desde quando a comunidade possui título da terra? -

A comunidade está em fase de regularização? sim

Se sim, desde quando iniciou o processo de regularização? 2005

2 - Formação e acesso

Qual o seu nível de instrução?

Sem instrução

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo x

Pós-graduação

(Níveis de instrução de acordo com IBGE)

Se superior ou pós-graduação, em qual área?

Superior em Geografia

Você estudou em escola na comunidade ou fora? Até o segundo ano do ensino médio, na comunidade.

Você fez cursos na área de internet ou comunicação? sim

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? sim, todos

Você tem acesso à internet na comunidade? sim

Acesso Individual, acesso compartilhado com a família ou coletivo? coletivo

Com que periodicidade acessa a internet?

Não acessa

Diariamente x (internet via satélite, instável, especialmente na época de chuva)

Uma vez por semana

Quinzenalmente

Uma vez por mês

Outros

Por qual dispositivo você acessa a internet?

Celular x

Computador

Televisão

Aparelho de Videogame

Outro.... especificar: notebook

(CTIC)

3 - Comunicação

Sua comunidade ou organização quilombola têm algum tipo de canal de comunicação interno ou externo?

(x) Rádio. Qual? rádio comunitária Quilombo FM, em 105,9 MHz

() Jornal. Qual?

() Panfleto. Qual?

() Mural. Qual?

() Boletim. Qual?

() Blog. Qual?

(x) Site. Qual? <https://www.tvquilombo.com.br/>

(x) Redes sociais. Quais?

https://www.instagram.com/tv_quilomborampa/

<https://www.facebook.com/TvQuilombo/>

(x) Podcast. Qual? <https://soundcloud.com/raimundo-jose-113180298>

(x) Youtube. Qual?

<https://www.youtube.com/@tvquilombo9782>

(x) Grupo ou linha de transmissão em aplicativo de mensagem

() Outro. Qual?

Você produz conteúdo para algum desses canais ou para outros canais de comunicação quilombola? Sim

Quem são os parceiros institucionais dessas iniciativas?

Grupo de comunicadores populares do Maranhão - Rede Jacá

Vocês contam com financiamento institucional para essas iniciativas?

() Sim. Quais instituições?

(x) Não.

Como são formadas as equipes desses canais?

Um grupo de 35 jovens com formações diversas que desenvolvem atividade como locução, reportagem, mobilização, administração e operação. Eles são livres para escolher a atividade com a qual mais se identificam.

Qual a formação dos profissionais que fazem parte?

Diversas, ensino fundamental, médio, superior.

Possuem usualmente algum jornalista na equipe de comunicação?

Não

Em caso afirmativo, o trabalho do/da jornalista é remunerado?

Todos/as os/as integrantes da equipe de comunicação vivem na comunidade?

Sim

Quem não vive na comunidade, mas participa da equipe de comunicação, frequenta a comunidade com regularidade?

A equipe produz vídeos, fotos ou áudios?

Sim

Utilizam vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade quilombola?

Sim

Na história da comunidade quilombola, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida?

Rádio e internet

Em quais canais, metodologias, experiências ou processos de comunicação vocês se inspiram?

Não me recordo de uma referência. Talvez a comunicação popular. A TV nasce de uma necessidade de contar a nossa história para nadar contra a correnteza. Fomos aprendendo no bruto, pela necessidade de manter a cultura e dar visibilidade à comunidade.

A questão da comunicação é trabalhada nas escolas ou nos espaços culturais/associativos da comunidade quilombola?

Sim, já trabalhamos muito a importância da comunicação desde a escola. Isso tem sensibilizado os jovens e estimulado a participação no projeto.

Como você definiria o termo “comunicação quilombola”?

Defino como uma comunicação autônoma, de dentro para dentro, que busca abranger a comunidade, que a comunidade se sinta representada. É a gente contando a nossa própria história para que nossos modos de vida sejam respeitados. A comunicação popular precisa fazer com que a comunidade se enxergue e escute a sua voz.

4 - Representatividade

Você considera a comunicação um elemento importante de atuação política no contexto de comunicação dessa comunidade quilombola?

Com certeza. A comunicação na nossa realidade tem trazido ganhos, ajuda no enfrentamento do racismo e do preconceito, ajuda a cobrar o que é nosso, a enfrentar os impedimentos políticos. Usamos a comunicação no processo de política interna, na busca para que nosso direito seja respeitado. Agora estamos com várias demandas de educação e a comunicação ajuda nessa luta.

Você considera satisfatória a forma como as comunidades quilombolas estão representadas na mídia comercial?

Não, a mídia comercial não nos representa de forma satisfatória. Fazem um recorte que interessa a eles. Não falam das questões mais importantes para as comunidades quilombolas.

Você considera que as reivindicações políticas das comunidades quilombolas têm espaço na mídia comercial?

Não. A mídia comercial foca só em datas comemorativas, pautas mais históricas e estéticas, como a questão do cabelo. Enquanto isso tem comunidade passando fome, frio, sendo expulsa da terra. É preciso pautar segurança, acesso à terra, condições de vida. As mídias comerciais definitivamente não representam as nossas pautas.

Você mantém contato com a imprensa? Local? Nacional? Internacional? Com qual objetivo? Que estratégia de contato adota?

Temos alguns contatos com mídias negras, TVs estaduais e eventualmente a Globo. Enviamos pautas, mas eles em geral só vêm aqui em datas comemorativas, em festas.

Você percebe diferenças entre a representação das pautas quilombolas na mídia comercial em comparação com a comunicação produzida pelas próprias comunidades quilombolas? Se sim, quais? Pode exemplificar?

Sim, percebo. Nós mostramos a nossa realidade. Essa é a grande diferença da pessoa contando a sua própria história. Não vamos resumir a nossa história a poucas coisas como a mídia comercial faz.

QUESTIONÁRIO 3

1 - Dados gerais

Nome completo: Nathália Fernandes Purificação.

Apelido: não tem

assina Nathália Purificação

Cor ou raça:

Autodeclarado/a negro/a: Sim (X) Não ()

Preto X

Pardo

Branco

Amarelo

Indígena

Idade:

15 - 19

20 - 24 X

25 - 29

30 - 34

35 - 39

40 - 44

45 - 49

50 - 54

55 - 59

60 - 64

65 - 69

70 - 74

75 - 79

80 anos ou mais

(Faixas etárias de acordo com IBGE)

Identidade de Gênero:

mulher cis hétero

Nome da Comunidade:

Estado Bahia

Cidade Lagoa das Piranhas

Número famílias da comunidade: 80

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? sim

Se sim, desde quando a comunidade possui certificado da Fundação Palmares? 2005

A comunidade possui título da terra? não

Se sim, desde quando a comunidade possui título da terra?

A comunidade está em fase de regularização? sim

Se sim, desde quando iniciou o processo de regularização? 2005

2 - Formação e acesso

Qual o seu nível de instrução?

Sem instrução

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo X

(Níveis de instrução de acordo com IBGE)

Se superior ou pós-graduação, em qual área? comunicação social - jornalismo

Você estudou em escola na comunidade ou fora?

Eu estudei fora assim, é foi uma educação em comunidade, mas não foi dentro da comunidade assim minha avó, ela saiu da da comunidade e ela precisou começar a trabalhar com as pessoas pra ter uma renda. Então ela começou a dar aula para crianças do bairro ali da

Periferia onde ela morava, aí ela criou a escola e a gente estudou lá. A primeira parte daí da infância a gente estudou lá e depois só escola pública e universidade pública também.

Você fez cursos na área de internet ou comunicação? antes da faculdade, não

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais? sim, todos

Você tem acesso à internet na comunidade?

Acesso Individual, acesso compartilhado com a família ou coletivo?

Agora que trabalho em Brasília, eu tenho, individual e coletivo pela conaq

Mas na comunidade é mais complicado

Não tem acesso à internet assim não tem muito não tem rede não tem sinal é muito ruim assim agora começou a chegar algumas empresas e aí elas conseguem fazer instalações, mas são instalações sem sem aquela rede instalação que elas têm que é de empresa particular assim, a gente não tem o estado não não colocou assim e foi recente também que a gente conseguiu energia porque é uma é uma comunidade.

Com que periodicidade acessa a internet?

Não acessa

Diariamente x

Uma vez por semana

Quinzenalmente

Uma vez por mês

Outros

Por qual dispositivo você acessa a internet?

Celular x

Computador x

Televisão

Aparelho de Videogame

(CTIC)

3 - Comunicação

Você, sua comunidade ou organização quilombola têm algum tipo de canal de comunicação interno ou externo?

() Rádio. Qual?

() Jornal. Qual?

- () Panfleto. Qual?
- () Mural. Qual?
- () Boletim. Qual?
- () Blog. Qual?
- (x) Site. Qual?
- (x) Redes sociais. Qual?
- () Podcast. Qual?
- () Youtube. Qual?
- (x) Grupo ou linha de transmissão em aplicativo de mensagem
- () Outro. Qual?

Comunidade: Redes sociais um jornal rádio comunitário tem uma página no Facebook, só que eu tenho que conferir para ver se ainda tá ativa porque acho que as pessoas não não movimentam mais assim, mas aí é o presidente da associação que ele tem as redes sociais dele e ele movimenta lá a partir traz notícias da informações da comunidade. A partir dessa rede social dele, mas também como é um curso se tratar de uma pessoa mais velha, ele não tem tanta ligação assim com a conectividade de vez em quando a gente dá uma força assim não tem comunicadores lá então na comunidade não.

O coletivo de comunicação da Conaq surge antes da pandemia, em março de 2020. E aí assim é veio nesse contexto dessa urgência, que a gente ia continuar trabalhando efetivando o trabalho que já faz e sem poder entrar dentro das comunidades, sem poder circular pelo Brasil e levando os projetos. Aí a gente criou o coletivo de comunicação e a partir disso, nasce o coletivo de comunicação, inicialmente o coletivo de comunicação. Ele tinha eu, a Maryellen Crisóstomo, o Alisson e o Gabriel e minha mãe né? Que ela meio que fazia aquela secretariada ali antes disso, eu já fazia a comunicação da Conaq. Eu acho que eu fui a primeira quilombola dentro da Conaq.

A começar a fazer comunicação sem sem sem sem sem estar ligada com a coletivo trabalhando institucionalmente mesmo e aí depois acho que a gente aí a a os coordenadores sentiram a necessidade de crescer o time porque a gente trabalhava com a comunicação, mas a gente dependia muito a comunicação de parceiros então. Ah, vamos fazer um projeto com a Ford aí a Ford selecionar para uma pessoa não quilombola para poder fazer a comunicação normalmente era uma pessoa não quilombola e que também não era Negra não Negra.

E aí era complicado assim porque elas não sentiam essa a coordenação não sentia essa representação assim Total sabe era como se tivesse a pessoa tava ali eu tava fazendo liberado tava recebendo uma coisa fazendo pelo trabalho dela, mas ela não não tava dentro ela não não podia fazer um papel político, por exemplo. E aí a coordenação a co- Começou a sentir essa essa necessidade começou a ver que a comunicação ela também é um um campo político. Ela também tem essa ela também participa da da da
Do discurso político, né? Acho que é uma das assim na minha defesa só na comunicação, então, eu sei como defender na minha defesa.

Você produz conteúdo para algum desses canais ou para outros canais de comunicação quilombola?

colaboro para os canais da comunidade, mas alimento os canais da conaq. a gente tem o Twitter nós temos o Instagram. Mas assim é hoje como eu tô na coordenação, então eu tô Mais afastada das redes sociais, eu eu ordeno ali vou olhando tipo aí ó, batemos 25 mil mesmo no Instagram.

Quem são os parceiros institucionais dessas iniciativas?

gota do oceano

isa

intervozes

observatório da covid que fizemos com isa - serviço que o estado deveria fazer a gente fez manualmente assim foi uma coisa, eu não sei como é que a gente tirou energia tirou foto vai fazer aquilo ali sabe que eu só lembro de estar na correria o tempo todo dentro de casa, mas eu não mas eu não me lembro de como que surgiu.

Aquilo ali força ditados já chegassem a gente chorar assim receber notícias, a gente tá chorando junto com as pessoas e gente morrendo o tempo todo era mais de gente de cinco pessoas sendo falado assim morreu e uma atrás do outro assim o meu Deus gente desesperadora que tá morrendo nosso povo tá morrendo de correria com a dpf também que foi muito importante nesse processo, então foi e assim a gente Inclusive. Acho que fez a gente fez uma live recentemente para poder falar desse desse trabalho em conjunto, né de mapeamento a foto é mais estrutural assim, ela é um apoio mais estrutural, eu fico embaixo dos Estados Unidos tá com curso de Podcast essas coisas e Vocês participam também das iniciativa ou não assim, eu sei que a colisão me mídia tem alguns alguns membros da qual a visão que estão participando, né?

Comunicação não foi convidada eu fiquei quando eu vi aquela iniciativa. Eu fiquei meio assim, sabe? Porque tem toda essa questão deles com Alcântara e até algumas pessoas me falaram aí o que que você não escreve para acompanhar, mas eu fiquei meio de bode assim sabe a gente quando a gente foi lá em São Paulo, a gente foi na na no Canadá no Consulado do Canadá, aí a gente

Falou, né? Algumas algumas dos nossos dos nossos principais desafios principais dos nossos principais avós. Acho que não sei se surgiu a partir disso alguma coisa alguém iniciativa, mas sei que a gente não eu pelo menos eu não recebi feio o coletivo. A ONU mulheres chegou a ter uma parceria de comunicação, me lembro de alguma coisa com a Isabel em foi na época, mas não tinha um coletivo ainda. Ah tá era eu tava eu fui antes foi um pouco de mulheres no primeiro de mulheres negras. Aí a gente eh, eu participei do grupo de saber ativistas que algumas mulheres foi criou e a gente fez esse apoio de comunicação do encontro. Mas não foi nada direcionado por um coletivo.

Foi mais uma coisa não tem comunicador porque uma bola vai agora é assim em termos de recursos mesmo financiamento quase que já portaram para vocês uma porta em comunicação. Oceano agora, deixa ver se sentiram assim uma mudança porque assim é algum alguns pesquisas apontam que principalmente o governo temer e bolsonaro, né? Aumentou mais o recurso no Brasil para assistente civil e no eixo comunicação e Negritude, mas ainda assim se sentiram por exemplo, tinha um projeto que já chegavam vocês que demandavam comunicação ou já tinha já tem projetos que chegam não eh, a gente quer fazer comunicação com vocês. Agora a gente tá começando a fazer um negócio de Vamos fazer vamos direcionar o nosso era outras organizações querendo trabalhar com a gente, mas ele já chegavam falando que queriam comunicação ou vocês que demandavam ou as duas coisas umas duas coisas tinham projeto que a gente brigava, tipo assim, não precisa ter uma parte pra comunicação, não tinha projeto que que já era só da comunicação, qual que é mais assim, qual que

Vocês acham que hoje vocês mais demandam ou eles mais vêm com a demanda de comunicado hoje em dia chegaram Algumas propostas, a gente não vai a gente não nega. Sabe a gente não nega, porque a gente tem consciência que nós ainda estamos.

Andando um pouquinho devagar, mas a gente já tá começando a se posicionar. A gente recebeu Algumas propostas. E aí eu falei perguntei. Mas qual intuito vocês querem usar a gente como objeto ou vocês querem colocar o negócio na nossa no nosso para a gente poder fazer o que a gente sabe fazer aí Ah não porque não porque a gente vai pensar com executiva tem nós temos alguns porém né? Porque a gente tá cansado de de organização chegar e falar não eu posso fazer assessoria para vocês.

A gente sabe fazer assessoria de empresa. Ah, a gente pode cobrir não, você quer o Supremo que a gente compra que a gente faz sabe que a gente tá cansado de entregar a solução para essas pessoas. A gente a gente é a solução, nós temos uma solução desde quando foi desde quando zumbi sair do lado do da fugindo para dentro de Palmares. A gente tem essa solução na mão há muito tempo a gente quer dinheiro pra gente poder executar Nossa soluções porque a gente não tem dinheiro para executar as soluções é muito fácil você sair fora de dentro de São Paulo capital lá da com centro de informação centro de circulação de informação ali e você chegar dentro de uma comunidade quilombola e falar que você vai fazer comunicação e sair depois nunca mais voltar aquele jovem não vão fazer o quê? Tá e aí o que você ensinou para esse povo os oito como objeto é rápido de laboratório certo? E aí eu comecei a a gente começou a se posicionar. Eu falei não me fala, qual é o seu intuito que a gente marca uma reunião para a gente poder ver o que que a gente pode o que que vocês têm a oferecer pra gente que a gente tem 10 pessoas dentro desse coletivo aqui que precisam de dinheiro. A gente tá precisando é de pagar a internet, a gente precisa colocar energia dentro da nossa casa. A gente precisa ter recurso de subsistência para a gente poder continuar trabalhando porque continuar fazendo a gente já faz há muito tempo porque é uma prática ancestral comunicação é uma prática ancestral. A gente já nasceu com esse potencial ao mesmo tempo saca cansada, estamos cansados por aqui ó, vamos contribuir. Chego já assim não a gente pode apoiar como fazer assessoria de imprensa não já temos é por falta de contato. Eu tenho uma lista enorme aqui de meio que eu sei com quem já conversa com alguns jornalista. A gente já sabe fazer isso. Ah, mas eu só fotógrafo também fiz ó. Fiz jornalismo, não precisa ser semestre se fotografar, já calma aí então é estruturar o texto, eu sei escrever me dá o dinheiro que eu escrevo para você, mas eu não fugidinha não, depois ai eles querem porque eles dominam quando você escreve, por exemplo, você vai ficar ali com com o domínio, ali o que a gente vai receber é menos de 1%. Sabe? Talvez a gente nem receba alguma coisa a gente quer a grana preta que eles estão recebendo. Mas é isso assim hoje em dia a gente está conseguindo proporcionar melhor. A gente tá conseguindo se colocar melhor.

E aí esse essa parte do serviço da comunicação da conaq do coletivo de comunicação mapear possíveis comunicadores em todas as regiões se ele perguntou da região sul a gente ainda não tem mas nós temos assim que trabalho efetivamente dentro do coletivo, mas comunicado ao lado deve ter de Monte Juventude, eu acho que você falou com Isabela também lá no Paraná se chama falar com ela ainda não Ah, não foi outra pessoa que procurou. Porque tem uma pessoa que procurou perguntou se tinha comunicador, não sei ela me passou o contato da Isabela não então deve ter sido foi isso. E aí é aí eu falei Coitada ela não indica algum jovem

que já faz que já meio que já faz esse serviço assim, porque comunicador para fazer parte do coletivo a gente ainda não tem aí a gente precisa de dinheiro. É isso que a gente tá precisando justamente para poder conseguir liberar essas pessoas, né? Com certeza.

Realmente esses projetos pré-formatados são perigoso. Que nisso eles vão dominar as informações, né na fonte fique colocava o trabalho todo nas costas da gente fazer o trabalho todo eles só chegavam com o resultado todo formatadinho tudo pronto. Tá ótimo Total, então só só rememorando aqui hoje, vocês têm o Face o Twitter Instagram Instagram, o Face tem não tem Facebook sim fez tem o site vocês tem algum impresso ou não e o canal rádio tem YouTube a rádio a gente não trabalha já está no Spotify, não temos temos o Spotify tem lá que a gente começou a soltar alguns trabalhos, só que por falta de recurso a gente não tem como manter as Produções assim ativa a gente queria muito fazer isso porque o papai vai ficar fazendo aqui semanalmente.

Pessoal fazer aí a gente vai fazer do jeito que a gente pode tem algumas pessoas que já dominam assim a rádio, né?

E aí você conhece o pessoal lá do latinidades? Eu acho que eles têm estúdio lá nesse com a Jaque lá por uma parceria. Pode ser legal. Vou a gente meio que fez uma conversa assim é bem legal lá, né bom. A equipe hoje que alimenta as redes faz a comunicação institucional, então é toda do coletivo, né certo? E aí você tava falando é a formação você até já falar um pouco sobre isso. Então tem gente que é formada de jornalismo outras áreas vai acrescentando mas que já tiveram alguma experiência na comunidade como comunicação certo é remunerado hoje na do coletivo. Todos do coletivo estão sendo remunerado.

Porque a gente libera para o projeto, né? Tipo chegou um projeto aí. Ah vai distribuir essa pessoa para esse projeto aqui, então o coletivo não é tipo é um espaço de articulação. Eh já é um espaço de prática, né? Aí começou na verdade como o espaço técnico que a gente tá tá moldando aí para poder se tornar política também. E aí poder ter pessoas que não são remuneradas tem pessoas remuneradas, é isso assim que possa contribuir, mas a gente quer que a gente quer colocar aqui todo mundo seja remunerado, porque é isso assim, a gente precisa desse desse recurso para poder fazer com que essas pessoas desenvolvam essas habilidades. Sabe tem gente que já foi comunicação há muito tempo. Só que tipo não domina porque não tem um dinheiro para poder fazer um curso de mídias sociais para poder fazer um curso de design, então. A ideia é cada pessoa que entrar dentro do coletivo poder ser remunerado sim gente a maioria dessas pessoas do coletivo estão comunidades então nas comunidades

Vocês contam com financiamento institucional para essas iniciativas?

() Sim. Quais instituições?

() Não. X

Como são formadas as equipes desses canais?

comunidade: voluntários

conaq: coletivo de comunicação

Qual a formação dos profissionais que fazem parte? diversa. comunicação, informática, universitários, ciências sociais, educação...

Possuem usualmente algum jornalista na equipe de comunicação?

na conaq, sim

na comunidade, não

Em caso afirmativo, o trabalho do/da jornalista é remunerado?

sim

Todos/as os/as integrantes da equipe de comunicação vivem na comunidade?

não

Quem não vive na comunidade, mas participa da equipe de comunicação, frequenta a comunidade com regularidade?

sim

A equipe produz vídeos, fotos ou áudios?

sim

Utilizam vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade quilombola?

sim

Na história da comunidade quilombola, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida?

na conaq, antes da gente chegar antes do coletivo, tiveram algumas iniciativas como site e redes sociais. Só que como eram pessoas não quilombolas, elas dominavam. É tanto que a gente tá tendo problema até tem pessoas brancas e não quilombolas que trabalhavam para gente a gente pagava as pessoas para poder fazer serviço de comunicação dentro e hoje em dia quando a gente usa utilizo as fotos que nós pagamos para ela produzir ela cobra acredito, ela cobra crédito, ela cobra cobra os créditos dela até hoje. Tipo meio que ameaçar isso. Daí a gente não coloca crédito. Ela falou que então é isso assim, sabe? Então era muita coisa hoje em dia, aí eu falei não não tem mais isso porque se você tá dentro do coletivo, você está sendo pago que a gente poder fazer para poder fazer serviço não é seu você fez você pode dividir os créditos, mas os créditos né? Porque se cada um for começar a colocar os créditos

individualmente então a gente não tem como né? Que a gente tem pessoas só pessoas e indivíduos dentro.

Dentro do movimento então não existe Conaq, tem que se entender como colar que as pessoas que trabalham na comunicação, elas não se entendiam como naquelas não eram quilombolas. Elas eram nem negras, imagina que eu mostro então a gente sempre depende assim era coisa de organização, não era legal que passava pelo crime que eles concordavam né? Que a própria concordava era uma coisa que ah não tem comunicador formado não, então vai essa daqui.

Ai fazia aí tinha aí a gente tinha a gente tinha uma receitinha um Instagram que a pessoa não passou as senhas de acesso. Aí a gente derrubou aí a gente conseguiu derrubar eu falei não não vai conseguir não, então vamos fazer um mutirão que nós vamos denunciado nessa conta e a gente conseguiu denunciar nas duas contas que é uma conta no Facebook que até tinha eu acho que isso ia até procurar você consegue achar ainda no Facebook, porque o Facebook não apaga a conta assim tão facilmente no Instagram. Apaga aí a gente conseguiu derrubar a conta no Instagram e a conta do Facebook e criamos um novo do zero para a gente começou do zero zero. Eu acho que eu tinha feito assim 20.

2020 aí a gente eu lembro que Teve uma época que eu fiquei confusa que eu entrava num é outro porque a gente aí a gente conseguiu derrubar essa. E aí as redes sociais foi assim, eu comecei especificamente Maria Helena mais parte da coordenação de projetos essas coisas aí como eu fui para comprar para a coordenação, eu comecei a ficar mais mais inteirada dessas das estruturas. Aí hoje em dia eu mexo mas eu eu administro tem uma senha e tal, mas não fico toda hora ali aí precisando fazer um conteúdo cuidando mais diretamente aí tem asas estagiárias na área e eu Ana Luiza que a gente tá Tá treinando para elas começarem como elas são mais também a juventude tem uma essa as meninas mais adolescentes. Elas têm mais.

Até onde eu sei quando a conecta surgiu, eu não sei quem era quem fazia porque a Sandra ela não chega quando a conac surgem ela chega um tempinho depois e então eu acho que quem fazia mais essa esse corre de comunicação era quem tava ali na na coordenação assim.

Ivânia que já fazem como trabalhava nessa a gente não se dividia em coletivos, então era mais uma Coordenação Geral zona o o os coletivos da comarca eles surgem a partir de 2013. E aí foi se dividir começou com um das mulheres depois da educação jurídico comunicação e etc a gente começou a se dividir ali dentro e começar a fazer papel político dentro dessas áreas, mas não

Aí Sandra, Maria chegou Sandra, Maria Almeida fazia assim também esse papel não era não era específico. Ela acho que ela não se for perguntar para ela, ela não vai ela não vai falar que

ela trabalhou comunicação, só que eu como com Os relatos dela da minha mãe e nessa pesquisa te mandar o link é bem limite do a atuação dela ali mobilizando mobilização falando com as rádios locais então assim aí ela fazia aí minha mãe entrou minha mãe minha mãe fazia essa comunicação mais consciente. Mas sabe mas consciente de que ela está fazendo aí ela Ronaldo Ronaldo também fazia isso é então, ele se dividiam mais nenhum tinha informação, mas era isso assim a aparecer na mídia vai fazer uma assessoria de imprensa conversar com um jornalista com o veículo. Então elas que começaram essa esse essa correria assim de Estruturar comunicação da Conair aí depois a gente teve a Ana Carolina. Só que Ana Carolina não é quilombola e é branca é de Minas. Acho que foi Sandra que que meio que adotou ela lá para poder vir fazer esse serviço Sandra. Acho que ela tava ela fez um documentário aquela Dandara usar a força da mulher quilombola com uma Tiana e com Sandra também pensando depois você pesquisa menciona então aí ela ela fez esse documentário, eu acho que a partir disso daí ele chamaram ela para poder começar a participar de alguns projetos porque eles não conheciam eles não não tinham esse mapeamento de comunicadores de dentro que eram quilombolas e que poderiam fazer esse serviço de dentro da conac. Aí depois dela, eu vim não ainda quando ela estava eu comecei a trabalhar junto com ela, minha mãe me fez um convite para vim aí a minha primeira minha inclusive.

Primeira atividade Foi numa plenária Nacional. Já cheguei já tomando. Já cheguei foi 2018. Aí a gente isso depois de você ter uma experiência de fazer os registros lá da sua comunidade. Eu já tava dentro da faculdade, já já tava dentro da faculdade, só trazendo esses Packs. Então você com 14 você falou que ia com os seus pais para reunião aí fazer as fotos, eu escrevi ajudava na relatoria fazia vídeo entrevistando as pessoas eu não sei se eu vou achar esses vídeos, mas fotos as fotos eu tenho assim tem inclusive uma foto acho que foi tava a gente tava organizando uma uma missa afro. Aí eu tô lá foi a primeira câmera que eu fico assim sem me profissional que eu comecei a trabalhar toda bestinha e eu falei. Ah, a gente não falou nada daquele não sei quando é que eu vou encontrar essa câmera não mente, tive que ir de novo aí foi lá e fez mas eu já

Ela trabalhava assim sem saber que eu estava trabalhando na minha cabeça, eu só tava Ah, vou lá vou ver painho trabalhar e vou ajudar a painho a trabalhar eu sempre gostei dessa eu sempre fui muito próxima da do trabalho social assim e aí eu ficava tentando encontrar uma função ali. E aí meu pai falou não vai tirar foto minha para me ajudar na relatoria. Oi eu beleza comecei a fazer foto fazia vídeo fazia registrando registrando mesmo assim tanta relatoria na escrita quanto na nas imagens. Como é o nome do seu pai é Tom Purificação assim o nome dele é joseilton, mas eu não sou social a galera chama ele.

Ah que legal. E aí nisso? Você decidiu fazer comunicação é muito meu pai sempre foi muito assim o meu ponto Norte eu fui morar com ele que eu morava com minha mãe em Correntina, minha mãe biológica aí eu fui para para lá para voltei para lá para eu morava na Lapa. Mas eu sempre fui muito de estar andando transitando para tudo quanto é lado. Aí eu voltei para morar com meu pai para estudar, porque correntista na cidade muito interiorana muito assim é a educação muito defasado, tudo sabe que aí eu peguei e voltei para Lapa. Aí eu comecei a estudar lá com ele e ele ele falou eu falei ah pai, eu acho que eu quero fazer psicologia. Eu falei pai, eu não sei o que eu quero fazer antes de descer o que eu quero fazer porque eu queria trabalhar viajando igual ao Senhor. Eu queria umas comunidades queria conhecer mais comunidade.

Bem eh, aí ele ficou pensando ele ficou é se tem várias tem várias vai fazer Ciências Sociais Ciências Sociais também você vai viajar e falei é não sei eu fui comecei a pesquisar as grades de as grades de curricular de cada de cada. Universidade. Aí eu falei. Ah, eu acho que vou fazer psicologia aí não tem nada a ver o que você psicologia. Você é doido. Você quer você gosta de dia, aí eu não então acho que eu vou fazer é arquitetura ele não menina não tem nada a ver com isso Ó eu tenho um amigo que ele é como ele acabou social, eu falei comunicador social, como é isso comunicação, não sabia que existia um curso para comunicação saber que que tinha jornalista, mas eu não sabia se tinha que tinha comunicação que dava pra gente fazer outras coisas. Vou pesquisar pesquisei eu adorei eu falei meu Deus, eu já fazia isso então, tá? Eu acho que eu vou me especializar agora aí foi comecei a fazer. Passei fiz um vestibular da uesb passei ele ainda queria que eu fosse pra ciências sociais. Porque ele queria que eu fosse mais prática dentro do movimento.

Mais prática assim é mais teórica, eu gosto mesmo na verdade, né? Mais prática seria a comunicação. Aí eu falei não pai, eu quero ganhar dinheiro vou fazer comunicação, mas foi isso assim aí comecei a fazer aí deu aquele desespero no início, né? E aí meu Deus, será que eu tô certa que eu tô no lugar certo? Porque eu queria fazer comunicação social, mas eu queria fazer comunicação social em todas as áreas mesmo e a única que tava próxima Ali era era jornalismo. Eu sabia que tinha como universidades que eles fazem que tinham o curso da graduação e você escolher a partir do terceiro semestre o que você queria fazer. Só que acho que já tem muito tempo isso, né? Porque você tinha um um você conseguia estudar a teoria da comunicação. E depois você se embreava para o lado que você queria. E aí eu pensei em comunicação social com habilitação.

É de coração porque eu gostava muito de leitura. Então eu queria fazer trabalhar com a decisão de livro com essas coisas Editora, aí eu pensei em fazer com audiovisual. Aí eu falei

não não sou boa pode visualizar. Aí eu falei. Ah, vou pro jornalismo mesmo já tá aqui mais perto é mais próximo vai isso aí, fui comecei a fazer foi com muita puta assim para poder conseguir miar e decorar porque eu era uma das únicas negras dentro da sala e a única quilombola então era assim muito diferente as pessoas falaram sobre coisas que eu ficar assim, gente. Isso é real, você faz parte de qual realidade porque não da minha E aí eu já comprei muita briga dentro da sala de aula assim de professor como professor com com a própria com um colega de sala por conta dessas discussões de de movimento social, porque eu sempre tive essa ligação do movimento social, mas enfim. Passei com muita labuta com muita rejeição também de dentro de dentro da instituição assim de pessoas que foram racistas comigo de tentar me excluir de estar nesses lugares me tirar eu lembro que tinha um professor que ele me dava ele eu comecei a estagiar um sistema de de é. É um sistema que fica dentro da uesbic, ele é de rádio TV e de comunicação lá da uesb né? E eu comecei a estagiar de graça lá porque a gente era voluntária, né? As pessoas que trabalhavam lá que eram remunerados saíram e eles estavam precisando de alunos. Eu falei Ah, eu sei que eu não vou passar numa numa seleção para ser remunerada. Então eu vou trabalhar aqui voluntária. Comecei a trabalhar na na rádio e trabalhava para Conaq. E aí eu falei vamos juntar os dois e eu vou ver se eu consigo fazer alguma coisa para poder melhorar. Minha experiência e aí eu comecei a fazer trabalhar especificamente com raiva. E aí esse meu professor chegou para mim e falou que eu não era boa para para fazer rádio não porque eu tinha soltado que eu tinha que dizer que a gente não é boa pra praia, né? Muito isso na universidade muito boa, mas você não é boa porque você tem um sotaque muito forte.

Como é que eu explico assim? Não tem como eu desassociar o meu sotaque Assim vocês falam isso é ensinado nas Universidade lá do Rio de Janeiro, porque a gente vê jornalista do Rio de Janeiro falando carioquês o tempo todo e ninguém fala nada sei se eu explico ensinam isso dentro das Universidades de São Paulo e ele ficava não mas é jornalista. Ele tem um um ele tem um jeito de falar muito muito é padrão, então você tem que seguir esse padrão. E aí eu tentei Sofia peneia tanto que a ameí até sair, né? Eles eles pressionaram até eu até eu sair que aí eles começaram a me deixar eu era repórter aí eles começaram a colocar só na produção. E aí como eu já trabalhava numa rede social, às vezes eu queria colocar uma pauta lá dentro sabe falar sobre quilombola isso não.

Em quais canais, metodologias, experiências ou processos de comunicação vocês se inspiram?

Eu sempre eu sempre acompanhei o Galé dessa sempre acompanhei a alma preta Mídia Ninja. Acho que as meninas também acompanham assim, mas aí a gente vai vai reunindo tem a

Flávio Oliveira que é muito ela contribui para caramba. Então assim a gente tenta meio que acompanhar a as estratégias das outras organizações, mas adequando para o nosso pra nossa realidade. Vocês. Eh sentem assim eu eu conversei isso com algumas algumas liderança alguns comunicador vocês têm que a mídia Negra ela já hoje consegue trazer mas as a pauta quilombola porque até pouco tempo a gente vê.

Poucas pautas né? Mas uma pauta Urbana.

Ou então das da dos grupos negros urbanos, né do movimento negro Urbano não que enfim você tem uma bola Urbana, mas é eu acho que você acha que a gente já conseguem cobrir mais esse vem assim, a gente não se vê ainda, mas a gente tá lá a gente vê uma uma um desenvolvimento aí. Acho que até pós coletivo de comunicação, a gente começou a conseguir incidir mais nossas falhas, né que a gente tinha pessoas já que fazia um específicas por exemplo de Vânia e vou minha mãe que fazia um que já era um porta-vozes hoje a gente consegue distribuir melhor quem fala quem quem pode aparecer e tal e aí a gente consegue automaticamente a gente consegue inserir, mas assim algumas fotos tem coisas que a gente, mas ainda é pouco assim, não temos uma mídia eu sinto falta, por exemplo. Tenho mídia indígena Mídia Ninja Mídia Ninja, não sei se a gente quer um homem que não gosta também, mas aí a gente tem que se estruturar melhor, a gente é uma é uma tudo volta por dinheiro no final tudo volta tudo, mas a gente vê um a gente viu? Uma melhora mas também não é assim é muito difícil, às vezes às vezes colocar uma pausa da gente. Só quando tá morrendo alguém que a gente consegue colocar um pato. Morreu uma pessoa Vixe aparece o jornal Estado até do fundo do poço para vir saber quem é que foi hoje, não tem nem como defender a classe eu falo gente eu não consigo nem ofender minha classe ai ai é difícil mesmo.

A questão da comunicação é trabalhada nas escolas ou espaços culturais/associativos da comunidade quilombola?

Assim, você tem a necessidade de estar dentro, então tá aí no Facebook de falar, mas não é eles não trabalha comunicação como estratégia assim, não sei se informação, mas tem algumas comunidades assim algumas pessoas já eu vou passando a comunicação. Eu falei não calma aí que que vai comunicação não tem ninguém não. Tem sim. Tem alguém que me ajuda que deve um jovem que deve tirar foto da da fazer relatoria para vocês tem. Tem essa pessoa aí para aí. Pois é ontem eu tava conversando com o nick que é do Sul, né? Ele não não tem ninguém aqui eu falei não, gente isso aqui é um site vocês tem um né, alguém quem põe a gente mesmo e tal então às vezes é isso assim sabe entendeu? Essas aí eles sentem essa necessidade, mas ainda não tem eu vejo um padrão mais ou menos assim muito de lideranças

do campo da educação, né? Esse diálogo assim tem uma coisa de humanas história lá de concessão das crioulas tem uma aproximação e educação. Vai um coletivo vai vai contribuir com outro assim o coletivo de educação dialoga bastante como de comunicação. Inclusive tem uma pessoa que é no coletivo de comunicação que é especificamente para cobrir pauta lá educação, mas a gente vai trabalhando concluindo nossas ideias nossos interesses, aí vamos a gente vai conseguir construir uma coisa, mas bacana

Como você definiria o termo “comunicação quilombola”?

É questão da pele, território, né que você sente né?

Que o presidente lá da associação da gente fica assim, ele liga pro meu pai fala, cadê aquilo, cadê aquilo bom, será que uma bola comunicado dela? Como é que tá aí pergunta se tem alguma informação aí então eu consigo pegar qualquer reunião de Incra que eu vou eu passo um relatóriozinho pra ele, ó, tá acontecendo assim sabe que você tem que ir lá na comunidade, como ele faz coisa desesperada, Natália. O povo tá precisando e aí agora não sabe ler eles começaram a matar a mata ciliar ali da comunidade e a gente depende da pesca de lá, né? Então não tem como a gente já vivem na Caatinga, então a gente o recurso que a gente tem já é uma coisa de sobrevivência mesmo. E aí Imagina isso já matando que a gente já não tem né? Que a gente já tem uma certa disputas e aí ele tem certeza. Então quando você faz comunicação quando você tá com uma faca no seu pescoço, você consegue fazer uma comunicação com gosto, né? Com gosto não com gosto com desespero um choro com lágrima com sangue. Você tá sentindo tá fazendo aquela comunicação ali por desespero porque você tá vendo seus familiares morrendo porque eles estão dependendo do seu território. Você tá vendo a comida acabando e você não tem o que o que fazer, você vê gente um momento porque tá doente e não consegue uma vaga de um hospital não consegue um atendimento especializado não consegue alguma coisa você começa a desesperar aí eu não posso falar você começa a desesperar, então não tem como a gente ir depender de de terceiros que estão lá dentro você usar apartamentos com internet conectividade e a vida toda crescer numa frente de um computador dormindo linguagem tecnologia tá dentro da academia também de tudo. Deve não tem como a gente depender desse tipo de pessoa porque essa pessoa não tem desespero nenhum para estar fazendo comunicação aí não tem desespero. Ele vai olhar ali, tá?

Vou escrever um texto genérico aqui e a gente vê o que que a gente faz não existe isso não tem como é impossível a gente fazer a comunicação por mola sem ter sem ser quilombola sem você ter a experiência. Será que não tem como você trabalhar em movimento social que tá ali na Linha de Frente tomando pau todo dia de tudo, quanto é lado sem você ter experiência de

estar ali sendo também tomando tudo quanto é lado dentro do Quilombo é difícil, mas é o que a gente tem feito sabe assim tem tem comunicador a gente tava trabalhando com exemplo agora nesse momento aqui é uma bola que ele falou do Brasil para poder emprestar essa Assessoria esse apoio essas lideranças que estão bombas que estão sofrendo ameaça, né? E aí a gente vê assim pessoas que as pessoas vai ter mesmo uma comunidade. Lá num num Amazonas que a gente não vai poder ficar comigo deve estar toda fechada as galinhas fechadas comunidade Armadas chegaram arrumado.

Eu não não sei dizer, qual a comunidade que ainda não peguei ainda, qual é o mapa do do como é que a gente vai fazer só sei que a comunidade está fechada.

Muito provavelmente são homens que o gato que os garimpeiros enviaram né? Ou os próprios fecharam a comunidade homens armados.

Vou tentar vou tentar passar tem aí nessa questão assim porque agora nesse projeto a gente tá tentando visualizando muito isso assim até até onde a comunicação ajuda e atrapalha assim, a Daniele falou muito sobre isso. Achei bem interessante, né? Que que quando ela avalia que momentos que botar uma fala, né? E que momentos como uma situação, por exemplo. A gente começou as oficinas começamos a gente no estado do Rio de Janeiro e cada comunidade tem um problema então cada comunidade tem um processo diferente tem um um estratégia diferente. E tem uma imunidade que ameaça é o turismo. Então e aí são grandes empresas que estão ali no centro do Rio de Janeiro ou no no na pontos turístico em pontos turísticos, enfim, não tem como eu avisar falar para você, qual é. Como sabe dizer que você não escreve não existe mas as pessoas o presidente da associação ele é constantemente ameaçado. E aí e as pessoas que estão que fazem turismo, ele não sabem que é uma comunidade quilombola a comunidade é recurso certificada pelo pela Palmares é reconhecida pela Palmares, mas ainda não tenho essa questão da população e eles não podem tentar.

um pé de alface porque é uma área protegida pelo sede. Aí a gente aí tem aí tem várias incidências diferentes, né? Como que a comunicação vai vai trabalhar ali dentro dessa comunidade sem respostas, porque essa pessoa já foi ameaçada com arma na cabeça e tudo.

Mas como que a gente vai fazer essa comunicação ali dentro daquela comunidade a gente precisa da visibilidade pra comunidade aí teve outra comunidade que a gente foi que a comunidade da Maria do Maria da Maria Joaquina no Rio de Janeiro também é a criminalidade da Jânio. Eh, ela fica meio entre Búzios e Arraial do Cabo você não sei direito. Qual é o nome? Só sei que é duas praias. E aí o foco a ameaça lá é os grandes fazendeiros que já tomaram conta ali já de uma certa forma que eles dividiram as famílias, depois que da da Abolição eles queriam continuar trabalhando dentro da Fazenda eles permaneceram ali e aí foi

passar um tempo passando um tempo. Acho que o fazendeiro faleceu, não sei o que foi ele dividiu os os quilombolas em núcleos aí aí formou a comunidade do Maria Joaquina, só que eles não tinham essa ousadia política de bater de frente, sabe eram pessoas mais passivas, né? Foi assim se explica até outra estratégia isso explica até porque eles continuam se permaneceram os macacos também desse jeito e aí o foco Aí surge uma figura. A pessoa que bate de frente que vai e que ela é ameaçada constantemente constantemente assim de rodar a casa dela, tem que mudar de casa porque as pessoas estavam indo fala. Ah Maria Joaquina. Qual é o qual a estratégia de comunicação que pode contribuir para que a gente consiga proteger essa comunidade quem no caso é uma coisa que se trata de uma pessoa só aí eu a estratégia já é tentar tirar o foco da janta tá trazer o protagonismo para outras pessoas que estão ali dentro, então a gente vai aí a gente começa a fazer formação política com essas outras pessoas para elas conseguirem direcionar seus interesses para dentro do movimento. E aí começar a trabalhar a imagem delas para poder e distribuir porque elas têm enforçar só em Jane. Ela tá enfraquecida, mas juntando todo mundo ali eles não tem como sair matando todo mundo, entendeu? Eles não podem fazer isso, né? Assim não podem mais.

Que faz mas é muito mais difícil para ele chegarem. E se eles quiserem fazer alguma coisa algum reunir eles fazem tranquilamente porque tá só ela ali morreu ela e vai diminuir uma pessoa a filha dela para substituir ela vai matando de um por um gado demais gerações em geração, se ela tiver a comunidade toda ali trabalhando e brigando batendo de frente sendo o alvo de tudo. Não tem como eles fazerem isso não eles vão. Então é uma estratégia mais diferente mais mais totalmente diferente do que ela da da pessoa que do pessoal que tá ali dentro da da Pedra Bonita que é a comunidade do Rio de Janeiro do Turismo que é uma empresa que ameaça só que não ameaça só o presidente da associação. Ele é o principal ponto mas eles querem.

Eles querem deslegitimar a comunidade inteira, então o foco deles não é o presidente saiu entrando. Eles vão eles vão continuar trabalhando as pessoas de fora tem consciência que aquilo ali é uma comunidade, elas vão começar eles vão começar até Aliados e com Aliados, eles começam a se fortalecer então já é outra estratégia de comunicação, como é que a gente vai trabalhar então cada comunidade tem uma estratégia específica cada comunidade que a gente vai dentro desse projeto, né? A gente trabalha a comunicação como uma

Como uma uma que a gente tem para poder conseguir frear. E essas ameaças frear esses essas Apimentadas Essas pessoas aí tem várias outras questões assim a a eu só fui nessas duas comunidades, eu não consegui nas outras porque eu tive que voltar para poder dar suporte para o encontro de mulheres, mas aí eles visitaram mais sete comunidades lá dentro aí tinha

uma que a pessoa que o quilombola que estava dizendo ele era o único que tá sendo ameaçado e ele tá morando dentro de um carro.

Aí como é que a gente vai fazer comunicação, a gente não pode fazer essa pess

A oficina foi só para ele para ele mais duas pessoas se eu não quero mais focados amigos, porque ele tá sendo ameaça dele foi expulso da da comunidade prisão sair da comunidade dele tá morando dentro do carro. Como que a gente vai fazer comunicação isso daí fraca e me pegou que eu não consegui desenvolver Nada. Assim nenhum estratégia, como que eu vou desenvolver essa estratégia? O que que eu vou fazer gente para poder ajudar comunicação? Eu acho que é mais aí ficou mais a assessoria jurídica mesmo. Eu falei não vocês não aguenta aí depois a gente dá um jeito aí teve uma outra comunidade que o problema dessa comunidade era que eles tinham eles tinham é redes sociais no Instagram, só que eles não focavam na questão política. Eles fazem era mais uma página outra cultura cultural assim descontraída entretenimento. E aí ele sofreu uma ameaça, só que eles não falavam isso dentro não usava uma comunicação como arma, mas eu acho tão

or um lado né aí vai se mantém vivo ali, mas qual é a necessidade de comunicacional nessap comunidade já é informação política aí já não é mostrar para essas pessoas que elas estão eh formar por informar politicamente mesmo para esses jovens que estão fazendo que tem potencial porque se tá com essa com essa rede social, eles eles têm eles são comunicadores, mas trabalhar coisa com a seriedade de trabalhar com uma questão mais territorial. Enfim, né? Cada comunidade é um caso cada questão, aí você tem pensado dessas estratégias, né? Daqui da agora que a gente vai pra pra Manaus a nossa estratégia é mostrar para o mundo que a amazônia Negra.

A gente precisa mostrar para o mundo que existe gente preta população preta ali dentro da mulher que as pessoas não tem da dentro do Estado as pessoas acham que o norte que o Pará que é só fertil indígena só tem indígena ali, só que a população negra é 60% Fiz uma matéria para te mandar o link, tem um tempo sobre isso, eu trabalhei na Rádio Nacional da Amazônia, a gente fez uma matéria sobre isso é muito interessante, né? A história de formação dos quilombos na Amazônia sim muito interessante existe esse apagamento eu não sei se ninguém sabe, né? A gente fala assim ninguém sabe mas o Brasil não sabe que a amazônia 60% negra 6% da população da Amanda, né negro e assim o Pará é o estado que mais tem comunidade quilombola. Tem mais que o Maranhão não não deixa eu ver não. A primeira é a Bahia. Hum a segunda milhas Gerais para a terceira. O Pará é a primeira é a mais titulada.

É é o estado que mais tem comunidades titulada. Inclusive a primeira comunidade quilombola titulada no Brasil foi lá em Oriximiná lá no Pará Isaac, então assim a galera já tem a conac ela

surge a negra Anastácia. A Entidade mais administrativa ela surge a partir de uma coordenação do Pará na mão, ela foi a partir da necessidade de tentar ali surge com essas pessoas fazendo esse serviço administrativo. Aí depois que a gente separa e fica mais na Nacional. Mas quem fazia era então assim é um movimento quilombola político. Lá é muito forte muito forte Amazonas, né? Então Amazonas a gente tem que estar caminhando, mas mas também tem muita gente que não pode e tem essa questão é assim. São pessoas que acha que é o território é a região que mais sofreu uma casa.

Mas olhando para o Amazonas porque eles trabalham porque eles têm um conflito do interesse. Muito grande ali, né? Cada um tem uma particularidade, mas a região Amazônica é nítida assim todo mundo vê o mundo vê que o conflito de interesses ali dentro a criminalidade dele também é muito grande o Rio de Janeiro é mais assim.

Eu acho que foi a gente soltou. Inclusive a criminalidade dentro da Amazônia de traficantes que tipo ele chegava com a tomar conta das Comunidades e ordenar assim coisas sabe assim, muito muito absurdas assim para combinar eles determinada coisa muito absurdas, então é muito complexo falar em comunicação quilombola falar de estratégia de comunicação, porque é um bloco que a gente não faz um trabalho só técnico a gente não tá só escrevendo matéria de dentro do escritório de nossa casa. A gente tá ali tá tendo de frente com aquelas pessoas.

Tá ali sendo ameaçado constantemente, eu tô morrendo de medo. Eu vou mentir para você, tô morrendo de medo de falar Amazônia de chegar lá e fazer um trabalho escrever alguma coisa e depois você se lamentava com alguma coisa assim mesmo é uma coisa assim, eu já fiz uma matéria de comunidade indígena e tudo é às vezes é importante você não publicar ainda estando no território, né? Esperar sair publicar ou se publicar se tá no território passar as coisas mais leve não tem jeito ainda mais quando a gente representa um.

para ser comunicação quilombola tem que tem que ter vivência.

Tem que ter.

Tem que ser politizado, mas não na intenção de vocês eu não naquela relação de ser ai saber a entrada. Tem que tem que ter briga, tem que ter voz tem que saber brigar por dentro da política tem que ter ousadia.

Tem que ter coragem e tem que, essa pessoa, tem que ver se ela produziu uma comunicação com que contornos com que características esse esse produto esse processo?

É um processo coletivo, não tem como você ter aspirações individuais dentro de um dentro de uma movimentação um movimento social assim ninguém cresce com aspiração individual aqui dentro a gente precisa do coletivo. A gente precisa de várias mãos construindo a gente e esse produto dessa comunicação, ele precisa refletir o que que o que que precisa tá refletido

ali, ele precisa refletir que todo quilombola é um comunicador todo mundo ela nasce com comunicador e ele precisa espalhar isso comunicar que

As pessoas que acham que não fazem comunicação, elas já fazem comunicação no tempo que elas tenham que a comunicação é uma é um é a nossa estratégia para poder me seguir politicamente dentro das questões da sociedade brasileira para a gente conseguir fazer potencializar nossa voz porque a gente já tem uma voz, mas potencializar essa voz a comunicação é intrinsecamente é importante a comunicação, ela é um canal de recuperação de reinserção de retratação dentro da sociedade brasileira.

A pauta né? Que essa comunicação quilombola é a volta política pauta política cultural assim, principalmente política usa as outras os outros as outras questões. Elas vão vem consequentemente assim, mas a gente precisa dar pauta política para a gente poder falar sobre cultura para a gente falar sobre culinária sobre hidratação pra gente falar sobre religião religiosidade pra gente falar sobre direitos humanas, a gente precisa da do do político ali na briga política e a comunicação gente da gente pegar denunciando.

4 - Representatividade

Você considera a comunicação um elemento importante de atuação política no contexto de comunicação dessa comunidade quilombola?

Sim

Eu acho que é um dos principais canais para a gente poder conseguir fazer isso é é fazer política. Aí você trabalhar a comunicação, não tem como você desassociar um do outro.

E aí foi isso assim a gente surgiu Nesse contexto de pandemia com esse contexto de pandemia a gente com com o início do coletivo, a gente começou a se fortalecer com parceiros, né? Ajudando assim tanto para liberar as pessoas que estavam trabalhando de dentro de casa quanto para realização de projetos e aí aí foi crescendo crescendo aí a gente adotou mais uma pessoa para poder ficar nos corre de de buscar informação buscar de fazer aquela coisa de buscar informação em cada um porque tinha a parte técnica que era eu e Mariela e a gente escrevia. E aí tinha a parte o Alisson e Gabriel que ajudavam a gente lá mais como Estagiários, porque eles não têm formação no na em comunicação, mas ajudava a gente. Ah, precisa de uma arte as coisas. Eles eram essa parte assim. E aí a gente adotou a Débora ele que Débora fazia esse corre de buscar informação com cada comunidade, porque ela tinha muito.

Ela já fazia parte do coletivo de juventude. Então ela conseguia chegar rápido nas pessoas aí depois a gente adotou a Mayara que é jornalista lá do Pará. Eh aí depois foi a Jéssica Jéssica é jornalista do Tocantins. Só que Jéssica saiu do coletivo. Ela foi para um projeto específico e eh por questões de saúde, ela precisou precisou sair aí a Letícia que fosse substituiu ela Tocantins e foi crescendo Cleiton que agora que é o nosso tradutor que a gente entendeu também como comunicação, então ele faz parte desse coletivo. Ah, deixa eu ver aqui mais.

Ui que entrou agora que é do Maranhão foi para um trabalho trabalho num projeto específico da com a gota no oceano que é o conexão pós da floresta é um é um projeto que ele ele leva o conectividade para dentro desses clientes que não tem acesso à energia que não tenha antena não tem nada e eles esse projeto leva essa essa essa estrutura mesmo assim para dentro das Comunidades dos territórios. E aí hoje tem mais tem a Naira e tem a Ana Luiza que também é elas são mais novinhas então elas elas não têm essa formação ainda é a gente tá fazendo essa formação com elas. Então a gente tá tentando formar umas 20 pessoas não acho que umas 12 hum umas 12 e umas 10 pessoas porque teve gente que saiu também precisou sair, mas que contribuem essa reforma mas não é e a maioria acho Nordeste, né?

Você considera satisfatória a forma como as comunidades quilombolas estão representadas na mídia comercial?

Não era amiga comercial não, a gente não aparece na verdade a gente briga por esse espaço ainda, né? Vocês nem as demandas políticas estão nesse espaço, né? É assim.

A gente é isso que eu falei assim, a gente aparece muito quando a gente tá morrendo que a gente já tá no leito de morte lá, a gente está aparecendo. Então não é uma coisa satisfatória. Eu não quero que o povo Veja meu povo morrendo não quero que o Brasil Veja meu povo morrendo eu quero que o povo Veja meu Brasil porque eu quero que o Brasil Veja meu povo é vivo é gozando dos seus direitos e aproveitando aproveitando não que não tem nem como aproveitar mais alguma coisa assim, mas é isso assim exercendo.

O seu o seu direito pleno ali que tá na Constituição de 1988 saca e sendo reinserido assim dentro da dentro da sociedade não queria que fosse uma realização queria que fosse natural, mas aconteceu, desde que o Brasil é Brasil, então a gente precisa fazer essa.

Você considera que as reivindicações políticas das comunidades quilombolas têm espaço na mídia comercial?

não

Você mantém contato com a imprensa? Local? Nacional? Internacional? Com qual objetivo? Que estratégia de contato adota?

A Folha de São Paulo é uma parceira que tá assim que tá agregando bastante assim, sabe? Porque agora por exemplo eles eh tornando uma série sobre Quilombos no Brasil. E aí eles trabalham em várias perspectivas, eles falam Eles procuram a gente para poder falar de saúde que deu bola para poder falar que tem território para poder falar de política para poder falar de religiosidade e tudo assim, então tá sendo bem bacana assim essa essa iniciativa deles é.

a folha o G1

deixa eu ver ocorreu Brasiliense trabalha com a gente assim, mas essa questão a gente tá aqui no plano novo aqui no Brasil.

O Estadão não o estado assim procura mas não é muito procurado não é muito assim ai preciso falar com a clonagem não tem esse contato, mas é a folha G1 o o Le Monde o Lemond a gente consegue fazer lá.

Então aí tá tipo assim a EBC trabalha muito com a gente.

Deixa eu pensar aqui outros veículos tentando.

Já chegou a trabalhar com a gente mesmo no coletivo já de ter uma uma coluna tem um espaço ali específico falando sobre André Gomes e as fotos dos quilombos do Brasil é uma preta é uma aliada assim na luta.

E essas mídias mais que não são tão nacionais assim são mais mídias regionais que a gente tem muitos sabe?

Você percebe diferenças entre a representação das pautas quilombolas na mídia comercial em comparação com a comunicação produzida pelas próprias comunidades quilombolas? Se sim, quais? Pode exemplificar?

Dessa forma a abordagem é mais no abordagem da mídia nacional é mais como a gente tá já no nas últimas. E aí é uma coisa que já nem emergencial mais é já o Poços já aconteceu aconteceu a partir e a comunicação quilombola. Ela é bem mais naquela coisa de você evitar que aconteça o que piore, sabe? Então a gente faz mais um é aquele é um serviço mais carregado politicamente, mas tem que ter carregado significado de potência política mesmo. Sim terminamos você quer acrescentar alguma coisa alguma coisa que não tenha perguntado, você acha importante ressaltar não, eu acho que eu acho importante ressaltar é o que eu ressaltei Durante a entrevista todinho popular é esse. Hum, como ele tá tão Popular que eu amo ela disse assim a gente tentando fazer O Impossível com as próprias mãos e conseguindo tipo você vê essa comunicação quilombola como uma comunicação Negra uma comunicação Comunitária uma comunicação Popular você, vê ela é uma comunicação, ela tá em todos

esses exames. Aí a gente tem uma comunicação que ela carrega que ela reverbera é a questão racial no Brasil, porque é a nossa primeira do nosso primeiro.

Impasse Ele acha que é um dos nossos primeiros principais impasses da questão racial, ela é Comunitária porque ela trabalha de dentro para dentro também a gente tem mapeado Comunidades Quilombolas que tem raiva comunitário que a gente já fez esse projeto inclusive com as rádios comunitárias do quilombolas. Então é uma comunidade é uma é uma é uma coisa que vai que circula dentro das Comunidades é uma comunicação Popular porque a gente faz sem ter formação sem ter específico que a gente tem um serviço um um papel político ali um papel social, é isso assim, ela é a é a confluência de todas essas essas comunicações então esses tipos de comunicação.

Só que de uma forma mais orgânica, né comer nos recursos com com menos oportunidades enfiando assim, tu que dá para enfiar de ousado mesmo de quantas raízes comunitárias quilombolas, a gente tem a gente tinha um projeto uma rádio. Abraça, só que agora eu não eu tenho que pesquisar esse dado eu posso te passar depois que tava dominando, mas a gente fez um um mapeamento de rádios e também a gente fez um tratamento de páginas no Facebook. Sites a gente tem que ser de 80 páginas no Facebook Comunidades. Quilombolas, eu preciso atualizar. Na verdade essa pesquisa porque eu fiz isso em 2020. E aí fui pesquisando pesquisando eu comecei mapear 80, eu não fiz ainda no Instagram porque eu preciso fazer isso no Instagram também, mas o nosso povo tá aí, ele tá falando com o povo que a gente é é que a gente quer, só que ninguém.

Ai, ele precisa potencializar isso e as redes de apoio precisam se ligar também, né? Uma coisa não sei como me incomoda. A não ser se incomoda, vocês assim como a apropriação do termo quilombola, então assim Quilombo não sei quê das contas quilombolas os governos o movimento próprio movimento negro, né? Como é que tá isso para vocês? Vocês acham que reforça a luta quilombola ou em que medida que isso esvazia eu acho politicaria, mas isso meio que

Esses dois aqui é divide assim ou a pessoa a gente fica perdido assim. Quem tá lá fica perdido assim, porque tem muito negro um pano falando que é quilombola que é isso que aquilo mas a gente sabe que a luta totalmente diferente, né? A gente sabe que é isso totalmente diferente aí é só começando eu não posso te dizer qual é o posicionamento porque eu precisaria de um coordenador exemplo aqui do meu lado falando isso, mas é a minha visão assim como o comunicador com bola. Eh, não esvazia as de uma certa forma contribui mas de dentro ele defasa ele meio que distribui de uma forma que é injusta assim não sabe ele populariza as

peessoas que não estão dentro da bolha, eles começam a a ter noção nesse tempo começa a ter noção do que que tá com do que que é quilombo que é quilombola. Só que não é o Real sentido, né? Não é um real significado dele por dentro a gente fica.

Também meio perdido ninguém sabe mas todo mundo é tudo negro que tem uma história ali dentro do território que tem o que é quilombo as pessoas perguntam também ela faz aquele aquele programa do governo aquilo também com vocês também. Tem que explicar é uma coisa assim, tipo ajuda na dificuldade.

QUESTIONÁRIO 4

1 - Dados gerais

Nome completo:

Vaniely dos Anjos França Dias

Apelido:

Vaniely

Cor ou raça:

Autodeclarado/a negro/a: Sim (X) Não ()

Preto X

Pardo

Branco

Amarelo

Indígena

Idade:

15 - 19

20 - 24 x

25 - 29

30 - 34

35 - 39

40 - 44

45 - 49

50 - 54

55 - 59

60 - 64

65 - 69

70 - 74

75 - 79

80 anos ou mais

(Faixas etárias de acordo com IBGE)

Identidade de Gênero:

Mulher cis, hetero

Nome da Comunidade: Quilombo São Pedro

Estado SP

Cidade Eldorado

Número famílias da comunidade: 60

A comunidade possui certificado da Fundação Palmares? sim

Se sim, desde quando a comunidade possui certificado da Fundação Palmares? 2005

A comunidade possui título da terra? sim

Se sim, desde quando a comunidade possui título da terra? setembro de 2022

A comunidade está em fase de regularização?

Se sim, desde quando iniciou o processo de regularização?

2 - Formação e acesso

Qual o seu nível de instrução?

Sem instrução

Ensino fundamental incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo x

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

(Níveis de instrução de acordo com IBGE)

Se superior ou pós-graduação, em qual área?

ciências da natureza - educação no campo

Você estudou em escola na comunidade ou fora?

até o ensino fundamental na comunidade e ensino fundamental 2 - a partir de quinto ano em outra comunidade

Você fez cursos na área de internet ou comunicação?

não

Você tem acesso a meios de comunicação? Quais?

é via satélite, não tem sinal de rede, só wi fi

Você tem acesso à internet na comunidade?

sim

Acesso Individual, acesso compartilhado com a família ou coletivo?

acesso pela associação

Com que periodicidade acessa a internet?

Não acessa

Diariamente x - mas depende do tempo, clima, as vezes fica sem internet

Uma vez por semana

Quinzenalmente

Uma vez por mês

Outros

Por qual dispositivo você acessa a internet?

Celular x

Computador

Televisão

Aparelho de Videogame

(CTIC)

3 - Comunicação

Você, sua comunidade ou organização quilombola têm algum tipo de canal de comunicação interno ou externo?

() Rádio. Qual?

() Jornal. Qual?

() Panfleto. Qual?

() Mural. Qual?

() Boletim. Qual?

() Blog. Qual?

() Site. Qual?

(x) Redes sociais. Qual?

() Podcast. Qual?

() Youtube. Qual?

(x) Grupo ou linha de transmissão em aplicativo de mensagem

() Outro. Qual?

redes sociais - face e insta e mail da comunidade e particular

fórum de comunidades tradicionais do vale do ribeira - faz a comunicação com várias comunidades - comunicação entre esses segmentos

produção de conteúdo para a cooperativa

divulgação nas redes sociais tmb

Você produz conteúdo para algum desses canais ou para outros canais de comunicação quilombola? não, faço parte da organização das redes

Quem são os parceiros institucionais dessas iniciativas?

Cooperquivale - Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira

Eaacone - Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras

Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (rede de comunicadores)

ISA - Instituto Socioambiental

Vocês contam com financiamento institucional para essas iniciativas?

() Sim. Quais instituições?

(x) Não.

Como são formadas as equipes desses canais?

formadas por autorganização

discutimos várias pautas de vários segmentos

criamos redes pra gente comunicar

os encontros só acontecem cada dois meses

então é difícil de comunicação

vimos a necessidade de ter um grupo pra fazer a ponte

produzo conteúdo para a cooperativa sobre os produtos, faço fotos para divulgar o trabalho dessas pessoas

Qual a formação dos profissionais que fazem parte?

todos com ensino médio

ninguém é da comunicação ou jornalista

alguns estão fazendo curso universitário ou curso técnico

Possuem usualmente algum jornalista na equipe de comunicação?

não

Em caso afirmativo, o trabalho do/da jornalista é remunerado?

Todos/as os/as integrantes da equipe de comunicação vivem na comunidade?

10 pessoas quilombolas na rede de comunicação são do Vale do Ribeira

de outros segmentos mais umas 15 pessoas

todos vivem na comunidade ou territórios

Quem não vive na comunidade, mas participa da equipe de comunicação, frequenta a comunidade com regularidade?

A equipe produz vídeos, fotos ou áudios?

sim, a gente insere os mais novos, especialmente os adolescentes, pra conversar e divulgar a página da associação, pedimos pra ajudar e auxiliar na divulgação de conteúdo, tirar foto e produzir os textos pra publicar, pra eles sentirem como é. Estamos tentando produzir documentário relacionado com os conhecimentos tradicionais, contando com a ajuda da juventude. Queremos trazer eles que são interessados.

Utilizam vídeos, fotos ou áudios para divulgar as propostas e questões da comunidade quilombola?

Sim

Na história da comunidade quilombola, quais foram os meios de divulgação utilizados de forma bem-sucedida?

Usamos mais redes sociais. O Instagram está dando muito certo, especialmente pra divulgação do turismo na comunidade. Estamos tentando fazer um podcast.

Em quais canais, metodologias, experiências ou processos de comunicação vocês se inspiram?
não me recordo

A questão da comunicação é trabalhada nas escolas ou espaços culturais/associativos da comunidade quilombola?

sim,

Como você definiria o termo “comunicação quilombola”?

tem que ser considerado o tempo

nosso tempo é diferente do tempo da cidade

preciso ver se quando pode ter mais visibilidade aquela publicação

pensar no interno e externo

em que momento posso publicar que não vai interferir dentro ou ter retaliação

tempo das redes sociais e quando posso publicar com mais visibilidade

fundamental que seja feito por pessoas quilombolas

nós falando de nós, por nós

isso faz total diferença

sem atravessador

nos comunicamos da nossa forma, com nosso dialeto, do nosso jeito

isso é mto importante

essencial o respeito às organizações que buscam dialogar com pessoas que estão nos territórios

não bastar ser, precisa estar inserido, vivenciado a questão do tempo e da comunidade

quando a nossa comunidade foi titulada, tomamos cuidado com fotos de liderança, com o que as lideranças diziam pq pode ter perseguição, comunidades mto visadas precisamos pensar que fotos, que texto vamos publicar

4 - Representatividade

Você considera a comunicação um elemento importante de atuação política no contexto de comunicação dessa comunidade quilombola?

sim, a forma de comunicação pode ajudar as comunidades de se munir de muitas coisas e isso pode nos ajudar se soubermos usar, tudo precisa ser avaliado para não prejudicar tmb

Você considera satisfatória a forma como as comunidades quilombolas estão representadas na mídia comercial?

hj temos mais pessoas pretas falando sobre nós, mas tem certo incômodo em relação a isso pq vemos coisas que não são daquela forma, ainda tem mtas pessoas que falam por nós e não fazem parte da realidade, mas se apropriam

Você considera que as reivindicações políticas das comunidades quilombolas têm espaço na mídia comercial?

as mídias comerciais não abordam as necessidades

Você mantém contato com a imprensa? Local? Nacional? Internacional? Com qual objetivo? Que estratégia de contato adota?

Sim, mídia regional, uma afiliada com a globo, quando a gente quer fazer alguma coisa, reivindicação, é difícil eles virem, não interessa a eles de alguma forma.

Você percebe diferenças entre a representação das pautas quilombolas na mídia comercial em comparação com a comunicação produzida pelas próprias comunidades quilombolas? Se sim, quais? Pode exemplificar?

Tem muita distorção dos fatos, deixam umas coisas entrelinhas, gostamos de ser muito objetivos para ter maior veracidade. Mas em geral essas mídias deixam entrelinhas. Acredito que seria por maldade mesmo. Com a mídia negra, a gente conversa com a pessoal da mídia ninja e do mnu. Ainda tá começando o diálogo com a mídia pública, praticamente não tem contato.

APÊNDICE A - Mojubá: contribuições teóricas de Muniz Sodré para pesquisas em jornalismo



Resumo: Esse artigo traz um panorama de como os estudos em jornalismo se referenciam na obra e nos pressupostos teóricos de Muniz Sodré de Araújo Cabral, professor doutor em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A metodologia utilizada foi a revisão sistemática de textos apresentados de 2014 a 2017 nos encontros nacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR). Entre 1.194 artigos catalogados, foram encontrados sessenta trabalhos que têm o autor como referência bibliográfica. A análise dos dados situa Muniz Sodré enquanto um teórico da comunicação que, a partir de diferentes tradições, influencia as pesquisas em jornalismo com reflexões sobre técnica e narrativa jornalística, bem como identidade étnico-racial e epistemologia da comunicação.

Palavras-chave: Muniz Sodré, Narrativa Jornalística, Identidade Étnico-Racial, Epistemologia da Comunicação.

1. Introdução

No idioma africano yorubá, Mojubá é uma palavra polissêmica que significa principalmente “apresentando meu humilde respeito”. Utilizada como um título, Mojubá representa louvação, respeito e reconhecimento da grandeza e magnitude da entidade Exu - “o Orixá mensageiro, dono das encruzilhadas e guardião da porta de entrada da casa”, também conhecido por fazer a ligação entre o céu e a terra e, por isso, fortemente relacionado ao sentido subjetivo da comunicação (PRANDI, 2001, p. 565).

Todo esse universo nos inspira a buscar as raízes negras do pensamento em comunicação. Iniciamos essa trajetória a partir de estudos que apontam para o fato de as

pesquisas em Comunicação Social no Brasil serem marcadas pela utilização de referenciais teóricos estrangeiros, majoritariamente de autoria masculina, branca, europeia ou norte-americana. Levantamento realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir de *papers* apresentados em congressos científicos nacionais de comunicação (entre 2003 e 2006), constatou que as referências teóricas mais citadas na amostra foram o italiano Mauro Wolf e o português Nelson Traquina (MEDITSCH; SEGALA, 2005, p.55).

Nesse mesmo levantamento, o teórico da comunicação Muniz Sodré de Araújo Cabral, 76 anos, aparece como nota dissonante - terceiro lugar entre os mais citados pelos *papers* analisados. Em evento realizado na Universidade de São Paulo por ocasião dos 70 anos do autor, as pesquisadoras Maria Immacolata Vassallo e Margarida Kunsch mostraram que, de 1970 até 2012, foram encontrados 4.991 registros de referências a ele em dissertações de mestrado e, 1.700, em teses de doutorado.

Ainda de acordo com os dados apresentados, em 80% das pesquisas em Comunicação no Brasil há referências teóricas ao autor. Índice bem expressivo, ainda mais se levado em conta o fato de que não foram considerados na amostra trabalhos desenvolvidos na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da qual Sodré faz parte e cujos pesquisadores e docentes, de acordo com Vassallo e Kunsch, tendem a ser, naturalmente, influenciados pelo teórico.

Com mais de 30 obras publicadas e 50 anos de dedicação à vida acadêmica, o pesquisador tem uma contribuição que se notabiliza pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, especialmente na interface entre comunicação e cultura, além das obras ficcionais. Professor do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele dialoga com inúmeras tradições teóricas bem como olhares sobre outras dimensões, como a filosófica, existencial, social, econômica e étnico-racial (NUNES, 2011).

Esse diálogo se alimenta da multiplicidade de origens e formação do pesquisador. Nascido na Bahia e radicado no Rio de Janeiro, Sodré tem graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mestrado em Sociologia da Informação e Comunicação - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1967) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978). Entre 2005 e 2011, ele ainda presidiu a Fundação Biblioteca Nacional, com a gestão marcada pela digitalização e ampliação do acesso ao acervo.

Na articulação entre esferas acadêmica, política e pessoal, chama a atenção a vivência de Sodré com a cultura negra e oriental, especialmente no estudo de línguas estrangeiras,

inclusive o yorubá, e na prática de lutas como capoeira, judô, karatê e jiu-jitsu. Do ponto de vista religioso, ele se destaca como um dos 36 Obás de Xangô do Ilê Axé Opô Afonjá, de Salvador, na Bahia. O título, exclusividade do terreiro de Nação Kêtu, foi criado há 80 anos, por Eugênia Anna dos Santos, a Mãe Aninha Obá Biyi. Os Obás de Xangô são “ministros”, amigos e protetores notáveis que garantem o apoio da comunidade à casa de matriz africana. Entre os Obás do Opô Afonjá estão Gilberto Gil, Mário Cravo, Dorival Caymmi e Jorge Amado. O título honorífico é vitalício.

Desse exercício entre percursos acadêmicos e pessoais, emerge uma produção teórica muito particular e que inspira Muniz Sodré a formular “uma teoria da comunicação linear e em rede” (SODRÉ, 2010), capaz de articular perspectiva teóricas, técnicas, sociais, identitárias, religiosas e afetivas no campo da comunicação. Tendo em vista uma lacuna no campo teórico de referenciais e autores afrocentrados, o pesquisador apresenta uma obra consolidada, que se destaca pela originalidade e maturidade de proposições, marcadas por um olhar e um fazer acadêmico negro.

No entanto, fortalecer o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) de Sodré enquanto um teórico da comunicação afrocentrada demanda pesquisas científicas que comprovem esse papel na prática dos estudos em comunicação. Diante deste desafio, este artigo busca compreender como as abordagens teóricas do autor em questão contribuem para os estudos em jornalismo e de que forma os/as pesquisadores/as que recorrem às suas reflexões dialogam com as suas inquietações.

Com esse intuito, neste artigo, primeiramente, fazemos uma breve revisão das tradições teóricas que inspiram o pensamento de Muniz Sodré, com base na obra “Antropológica do Espelho”. Posteriormente, descrevemos a metodologia da revisão sistemática, que será utilizada para a análise de artigos apresentados nos encontros nacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR) entre os anos de 2014 e 2017. A partir desse levantamento, selecionamos as quatro obras mais mencionadas nas publicações para, em seguida, analisar os aspectos abordados pelos autores e identificar as temáticas a partir das quais eles dialogam com Sodré. Por fim, apresentamos os resultados da análise e as considerações finais sobre o panorama encontrado.

2. Revisão teórica

Os livros de Muniz Sodré sobre comunicação mostram um autor empenhado em formular teoricamente sem desconsiderar todo o acúmulo de estudos na área e em áreas

correlatas. Esse perfil está relacionado com a formação e a vivência multidisciplinar do pesquisador, que percorre tradições teóricas clássicas, contemporâneas e emergentes. A partir da leitura do livro “Antropológica do Espelho”, cuja primeira edição foi publicada em 2002, é possível identificar correntes e autores que baseiam as reflexões de Sodré. O livro pode ainda ser considerado um guia do intelectual em questão para a leitura crítica das tradições teóricas do campo da comunicação e áreas do saber dispostas ao diálogo sobre os processos comunicacionais nas suas mais variadas dimensões.

Na busca por uma nova teoria da comunicação, Muniz Sodré problematiza, por exemplo, o conceito de cultura de massa e apresenta a Teoria Crítica produzida a partir da Escola de Frankfurt como “referencial teórico essencial, importante para se pensar a relação entre o mercado, a cultura e a comunicação, mas insuficiente para analisar os novos cenários midiáticos, com sua diversidade de plataformas, linguagens e atores” (NUNES, 2011).

A forma de produção da cultura de massa, a Indústria Cultural, foi um termo utilizado pela primeira vez no livro “A Dialética do Esclarecimento”, de 1947, de Theodor Adorno e Max Horkheimer. De acordo com eles, a expressão designa a forma com que os produtos culturais e artísticos eram fabricados seguindo a lógica mercantilista, o que os faziam perder seu valor cultural e ganhar valor de mercado. Na obra, os autores ressaltam ainda o papel dos meios de comunicação em sociedades baseadas no consumo e nas relações de poder, fazendo referência principalmente à utilização destes como estratégias de mobilização das massas durante os regimes ditatoriais na Alemanha e na Itália, nas décadas de 1920 e 1930.

É importante mencionar que os estudos desses dois autores da Escola de Frankfurt, exilados da Alemanha durante o regime de Adolf Hitler, estão baseados em suas vivências como refugiados nos Estados Unidos, onde perceberam como em uma sociedade capitalista tudo se media pelo dinheiro, inclusive a cultura e os produtos provenientes desta. A comunicação desta forma serviria aos interesses do capital e estava centralizada nas mãos daqueles que detinham, tanto o poder econômico, quanto o ideológico.

No entanto, Muniz Sodré ainda aborda a Teoria Crítica com base em uma geração de estudiosos pós-frankfurtianos, muitos deles de nacionalidade francesa, como o teórico Bernard Miège, que debate o determinismo econômico sobre a cultura, característico da Escola de Frankfurt, e resalta a necessidade de analisar as indústrias culturais em toda sua complexidade. Sodré rejeita o conceito de pós-midiáticos e localiza as redes e as neotecnologias do virtual como mídias estruturadas em códigos próprios (SODRÉ, 2010, p.23).

Abordagens teóricas presentes no pensamento grego e nos estudos canadenses também estão presentes nas referências bibliográficas do autor. Elas são uma base importante para o desenvolvimento do conceito de bios midiático (o quarto, se levada em conta a sequência aristotélica), caracterizado como um meio-mensagem, onde a mensagem está na forma-meio e o envolvimento sensorial aparece em primeiro plano. Esta dinâmica seria fundamental para “a transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental”(Idem, *ibidem*, p.27).

A tradição teórica norte-americana da *agenda-setting* também se faz presente nas reflexões do pesquisador baiano e vão embasar uma série de propostas teórico-metodológicas de análise da prática jornalística, especialmente no estudo dos processos que possibilitam o agendamento dos assuntos em debate no âmbito social. Os teóricos da agenda-setting, no entanto, não parecem dar conta das neotecnologias, uma vez que as novas redes de comunicação frequentemente exercem um papel contra-hegemônico e agendam o que não está na pauta da mídia hegemônica.

Nesse sentido, um autor com o qual Sodré dialoga com muita frequência é o sociólogo e filósofo francês Jean Baudrillard, que estabelece uma relação entre mídia e consumo no campo do sensorial, sendo fundamental para a reinvenção da semiologia enquanto chave de leitura para pensar como as novas tecnologias permitem conexões sociais e pessoais a partir de novos vínculos e relações. Com base nesta perspectiva teórica, o pesquisador brasileiro se lança ao desafio de entender as “transformações da consciência e do *self* sob o influxo de uma nova ordem cultural, a simulativa”, ao mesmo tempo em que busca compreender as mutações socioculturais considerando a singularidade humana (Idem, *ibidem*, p.245).

A partir de autores como os franceses Teilhard de Chardin e Alain Buisine, Muniz Sodré debate um sentido eticopolítico e até mesmo místico para a comunicação. Chardin inspira a associação das novas tecnologias de comunicação à noção de organismo humano planetário, ou melhor, do ultra-humano, comparando rede de comunicação radiofônica e televisiva a um sistema nervoso ou estado superior de consciência. O pesquisador da UFRJ aponta o conceito de ultra-humano, desenvolvido por Chardin, como basilar para entender a passagem da comunicação de massa (centralizada, vertical e unidirecional) à dimensão tecnológica do virtual (Idem, *ibidem*, p.73).

Já Buisine vai colaborar para a ideia de fluxos informativos como espírito místico. Para Muniz Sodré, o ciberespaço pode ser apropriado como um mundo paralelo que ora se configura como espaço da moral religiosa, ora torna-se uma plataforma de “interatividade democratista entre indivíduos virtualmente próximos, mas efetivamente distantes” (NUNES,

2011). Apesar desses fluxos, o autor pondera que nada impede a reprodução do velho ‘monopólio da fala’:

Não há como deixar de deparar com o que poderia chamar de, seja vazio dos valores, seja uma autorrepresentação coletiva – portanto, um novo regime de visibilidade pública – fragmentária e dispersa em termos de contatos humanos e políticos, mas sistematicamente conectada (SODRÉ, 2010, p.82)

Esse cenário não impossibilita, na visão de Sodré, a emergência de grupos sociais que podem ser animadores de uma consciência crítica, conforme os estudos do filósofo francês Pierre Lévy. O potencial desses grupos na rede cibernética chama a atenção do teórico negro brasileiro, que problematiza a persistência de dimensões como o racismo, também presentes nas esferas virtuais. Para entender essas aparentes contradições, seria necessária uma “antropologia eticopolítica da comunicação”, ou seja, “uma nova posição interpretativa do processo comunicacional” (*Idem, ibidem*, p.233).

Esse novo olhar proposto por Muniz Sodré se nutre de tradições teóricas como a Semiologia, que tem no francês Roland Barthes um autor importante para entender as mídias enquanto estrutura compreensiva de linguagem própria. Os estudos culturais britânicos e latino-americanos também contribuem para repensar processos de composição social no interior das estratégias de hegemonia, uma vez que se dedicam à análise das possibilidades de intervenção ou participação social (*Idem, ibidem*, p.248).

O pensamento comunicacional que emerge a partir das conexões teóricas feitas por Sodré nos levam a uma teoria da comunicação contra hegemônica e ao mesmo tempo afrocentrada, uma vez que leva em conta a prática comunicativa da população negra. Essa dimensão marca as reflexões presentes no livro “Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil”, cuja primeira edição data de 1999. Neste trabalho, ele procura analisar as linhas e a dinâmica do pensamento identitário brasileiro, “confrontando-as com as estratégias de singularização e soberania dos afrodescendentes e debruçando-nos no final sobre a banalização dessa problemática pela mídia e pelo mercado” (SODRÉ, 1999, p.10).

Cabe ressaltar que, diferentemente de outros teóricos e pesquisadores da comunicação, Muniz Sodré situa a imprensa negra dos séculos XIX e XX na história da imprensa no Brasil, a partir de autores como Clóvis Moura, Roger Bastide e Florestan Fernandes. Estudos da pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto seguem essa trilha e estabelecem, inclusive, fases da imprensa negra nas suas décadas iniciais: primeira fase tentativa de integração à sociedade e, a segunda fase, a partir da revolução de 30, mais reivindicatória (PINTO, 2010). A partir

dos anos 60, a imprensa negra sofre com a repressão da ditadura e um novo perfil emerge nas publicações do Movimento Negro Unificado (MNU), marcadas pela denúncia do preconceito de cor (SODRÉ, 1999, p.242).

No âmbito da Análise Crítica do Discurso, uma tradição teórica liderada por pesquisadores como o linguista holandês Teun Adrianus van Dijk, o professor da UFRJ aponta caminhos para a leitura do racismo discursivo na mídia brasileira. Essa prática se faz presente mesmo após a população negra ampliar seu poder aquisitivo a partir das políticas de transferência de renda, ações afirmativas e geração de emprego do governo Lula-Dilma nos anos 2000.

Nesse período, vale ressaltar a materialização do sistema público de comunicação, previsto na Constituição de 1988, mas que apenas sai do papel a partir da criação da Empresa Brasil de Comunicação, em 2007. Sodré está entre os intelectuais negros que atuam em defesa desse novo sistema. Uma das suas principais contribui  es para o fazer e o pensar sobre comunica  o pública está na publica  o “O Negro da TV Pública” (SODRÉ, 2010):

Vemos a Televisão Pública como uma oportunidade histórica de introdu  o do espaço público da fala e das facies do brasileiro de pele escura, predominantemente descendente de africanos. A TV-Pública deverá dar voz ao que historicamente se cala, isto é,    dimensão civilizatória mais do que    cultura, na questão do negro. (...) Acontece que as elites brasileira, sujeitos de um patrim  nio civilizatório colonial, sempre tentaram pautar-se por padrões de identifica  o coletiva afinados com a Europa, o continente da civiliza  o branca. A branquitude é o paradigma antropológico hegemônico, é como se a pele branca constituísse uma espécie de de Ocidente absoluto.

Como proposta teórico-metodológica, Sodré afirma ser preciso rever toda a moviment  o do povo negro à luz da inteligência presente e, porque não, das formas de ocupa  o da internet, parte do que ele chama de bios midiático. Para o autor, o desafio é entender as práticas e institui  es culturais em uma sociedade mundialmente conectada, na qual perspectivas individuais, sociais e econ  micas continuam em disputa. Até mesmo nos ambientes virtuais.

3. Metodologia

Para estabelecer um panorama de como os estudos em jornalismo se referenciam na obra e nos pressupostos teóricos de Muniz Sodré de Araújo Cabral, utilizamos a metodologia da revisão integrativa sistemática. De acordo com Souza, Silva e Dias (2010), trata-se de um método de análise que proporciona a síntese do conhecimento e a possibilidade de

aplicabilidade dos seus resultados. Como um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE), propõe uma “síntese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas a uma questão específica”.

A revisão integrativa sistemática é diferente de outros métodos, pois busca superar a existência de vieses seguindo o método: busca e seleção de pesquisas, avaliação da relevância, validade dos estudos, coleta, síntese e interpretação dos dados encontrados. É uma prática comum da área da saúde e uma de suas primeiras aplicações foi realizada em 1753, por Sir James Lind, com o objetivo de identificar os estudos de melhor qualidade sobre o tratamento do escorbuto.

Em 1904, Karl Pearson, apresentou a primeira soma dos resultados de estudos, o que atualmente conhecemos como metanálise. A revisão sistemática começou a parecer em 1950, mas somente se consolidou em 1980 (GALVÃO; PEREIRA, 2014).

As revisões sistemáticas devem ser abrangentes e não tendenciosas na sua preparação. Os critérios adotados são divulgados de modo que outros pesquisadores possam repetir o procedimento. Revisões sistemáticas de boa qualidade são consideradas o melhor nível de evidência para tomadas de decisão. (GALVÃO; PEREIRA, 2014, p.183).

Nas ciências sociais, a utilização da revisão sistemática, como uma Prática Baseada em Evidências (PBE), possui recursos que tornam possíveis que os achados sejam incorporados à prática organizacional (BOTELHO, CUNHA E MACEDO, 2011, p. 124) e, no caso da análise que aqui se apresenta para a prática da pesquisa em jornalismo, por meio de uma técnica de gestão baseada em evidências: levantamento de dados de fonte confiável e análise de pesquisadoras que conhecem e reconhecem como fundantes as pesquisas de Sodré para o campo de estudo do Jornalismo.

A pergunta norteadora de pesquisa escolhida foi: como as pesquisadoras e pesquisadores em Jornalismo tem utilizado as teorias desenvolvidas por Muniz Sodré? Para respondê-la, utilizamos a revisão integrativa sistemática para fazer um levantamento bibliográfico que nos permitisse perceber como as teorias, elaboradas por um dos mais expressivos pesquisadores brasileiros, têm sido utilizadas por estudiosos em Jornalismo nas últimas quatro edições do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor): 2014, 2015, 2016 e 2017.

Seguindo o método da revisão integrativa sistemática, o grupo selecionou como fonte de levantamento bibliográfico os anais dos encontros, que garantem relevância e a validade

dos estudos em análise. A coleta foi realizada no ambiente online. Buscou-se em 1.194 artigos os sobrenomes **SODRÉ** e **CABRAL**. A partir desse recorte, as pesquisadoras investigaram os temas de análise nos quais o suporte teórico do autor prevaleceu, as obras mais citadas, as principais obras utilizadas e sua recorrência, teorias e metodologias aplicadas. Por fim, procedeu-se a análise crítica do levantamento, que irá embasar as considerações finais deste artigo.

4. Desenvolvimento e resultados

Entre os 1.194 artigos apresentados nas últimas quatro edições do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (2014, 2015, 2016 e 2017), foram identificados sessenta com referências bibliográficas relacionadas a Muniz Sodré. Esse número corresponde a 5% do total de artigos. Em 2014, nove estudos mencionaram a obra do pesquisador. No ano seguinte, 16 artigos fizeram o mesmo. Já em 2016, foram 13 textos com citação à obra de Sodré. Em 2017, o número de referências aumentou e chegou a 22.

Com relação às publicações de Muniz Sodré mais utilizadas nos artigos da SBPJOR, verificamos, por ordem decrescente, 40 citações às obras: “A narração do fato” (2009), “Antropológica do Espelho” (2002), “Técnicas de reportagem” (1986), “Claros e escuros” (1999), “Monopólio da Fala” (1982) e a “Ciência do comum” (2014). As demais obras, cujas referências constam apenas uma única vez nas pesquisas, foram encontradas em seis artigos. As outras 14 referências às obras do teórico estavam em artigos e outras publicações que citam o autor, mas não trazem referências diretas a nenhum de seus textos.

O livro mais mencionado nos estudos analisados - “A narração do fato - Notas para uma teoria do acontecimento” - trata de técnicas, práticas e narrativas jornalísticas. No artigo “O jornalismo investigativo sob a ótica do conto policial” (ANAI 2014), Eduardo Luiz Correia se refere à obra para identificar como o jornalismo investigativo policial empresta características da narrativa literária para o relato dos fatos. O autor tem como corpus de pesquisa o livro “Operação Condor: O sequestro dos uruguaios”, do jornalista Luiz Claudio Cunha. No estudo, Correia utiliza a construção teórica de Sodré para explicar que no trabalho de Cunha, ainda que o texto jornalístico tenha afinidade literária, “a mimese do discursivo informativo se realiza em função de uma referência sócio histórica” (SODRÉ, 2009, p.37). O método utilizado para investigação é de análise de conteúdo.

Já Ana Gruszynski e Cristiane Lindemann (ANAI 2014) partem das reflexões contidas em “A narração do Fato” para analisar a convergência digital do jornalismo e a

influência do leitor nesse processo. As autoras tomam como objeto empírico o jornal Zero Hora (ZH) para identificar como questões empresariais, tecnológicas, profissionais e editoriais orientaram o processo de convergência do jornal e a influência do público, ambos sob o ponto de vista econômico. No estudo, as pesquisadoras identificam a produção de notícias locais como o principal atrativo para o leitor, que forçou o jornalista tanto a aprender a utilizar as novas tecnologias quanto a interagir com o leitor para construí-las.

Nesse sentido, as reflexões de Sodré (2009) são utilizadas para explicar como notícias locais induzem emocionalmente a atenção do leitor como o acontecimento, ainda que não seja validado como um dos pilares da cultura jornalística, e para evidenciar que, por esse motivo, há uma crise na forma tradicional do fazer jornalismo. Os métodos aplicados foram pesquisa bibliográfica e documental, observação dos processos de trabalho na redação e entrevistas estruturadas.

Em outro estudo apresentado na SBPJOR em 2014, Patrícia Regina Schuster Utiliza as contribuições metodológicas da Análise de Discurso Francesa para compreender as metáforas como parte da produção jornalística em revistas, numa análise das coberturas da revista Veja sobre sindicalismo. A pesquisadora incorpora as contribuições de Sodré (2009, p. 15-16), que percebe o discurso jornalístico como acomodado às lógicas de mercado, e reconhece a impossibilidade de a notícia abstrair totalmente do “apelo à carga emocional contida nos estereótipos” normalmente encontrados na narrativa literária.

Em artigo apresentado na SBPJOR de 2017, Iluska Coutinho e outros autores recorrem ao professor da UFRJ para pensar o telejornalismo e a sua formação como modo de entender a realidade. Os autores defendem a necessidade de uma diferenciação dos termos meios e mídias, levando em conta que o jornalismo se insere em um processo de comunicação mediada, altamente dependente da técnica-tecnologia, mas também preso aos seus elementos definidores: veracidade, atualidade, universalidade e periodicidade, que consolidam a sua relação com os receptores (audiências) e fazem da credibilidade o seu capital simbólico (SODRÉ, 2009, p. 42).

A visão do autor sobre os elementos do jornalismo também está presente na obra “Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística”, cuja primeira edição data de 1986. O livro, escrito por Muniz Sodré em parceria com Maria Helena Ferrari, é referência para o artigo “As múltiplas visualidades da grande reportagem”, apresentado por Yara Medeiros dos Santos no encontro da SBPJOR de 2017. A autora destaca que a reportagem é dotada de algumas características fundamentais (forma narrativa; humanização do relato,

texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados), sendo que a narrativa deve estar presente ou “não será reportagem” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.15).

No ano anterior, a pesquisadora Mara Rovida se baseou em “Técnicas de reportagem” para pensar o impacto do trabalho de campo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. Ela destaca a empatia e o diálogo como elementos importantes no modelo de produção jornalística, especialmente quando não se quer superficialidade. Ao diferenciar notícia e reportagem, Rovida recorre aos conceitos de Sodré e Ferrari, relacionando essas categorias com a ideia de repórter como a alma ou a essência do fazer jornalístico.

Maria Fantoni dialoga com os autores em artigo dos anais da SBPJOR de 2014, no qual a pesquisadora analisa o uso de *emoticons* na página de Facebook do jornal gaúcho Diário de Santa Maria. A autora utilizou a obra de Sodré e Ferrari (1986) para consolidar teorias sobre técnicas de produção do texto jornalístico e apontar como a notícia é afetada por novas possibilidades técnicas e midiáticas. Fantoni (2014) conclui que a introdução dos *emoticons* no texto faz parte da narrativa jornalística e da dramatização do acontecimento narrado, sendo uma forma de dar emoção ao relato, humanizando o dispositivo proporcionando uma nova forma de contato com os leitores.

Arial Oliveira realiza, a partir do método de análise quantitativa, um estudo das reportagens do site Cartoon Movement (ANAIS 2014), especializado em jornalismo em quadrinhos, para observar como o veículo adaptou sua produção jornalística para internet. De Ferrari e Sodré (1986), a autora resgata a teoria sobre a reportagem jornalística, e as características e os modelos que podem ser empregados nesse estilo narrativo para que se mantenha a humanização do relato, a objetividade do fato narrado e o papel do repórter na hierarquização das informações e na forma que o assunto será narrado.

Das quatro obras mais citadas nos anais da SBPJOR, a partir da amostra escolhida para esse artigo, “Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil” é a que baseia mais pesquisadores interessados nas questões relativas à identidade, diversidade e racismo. Valmir Teixeira Araújo e Patrícia Saturno da Silva apresentaram em 2017 o artigo “Violência contra o negro e o noticiário brasileiro: estudo da cobertura dos portais G1 e R7”. No texto, eles registram que a “superficialidade da imprensa brasileira ao tratar das questões vivenciadas pela população negra foi alvo de diversas pesquisas ao longo da história”. Entre as pesquisas que ajudaram a discutir imprensa e questões raciais estariam “Claros e Escuros”.

De acordo com Sodré (2015, p.278), é possível falar sobre o “racismo midiático”, que por sua vez seria suscitado por alguns fatores como: a negação, uma vez que os meios de comunicação tendem a negar ou omitir a existência do racismo; o recalcamento dos aspectos identitários positivos de origem negra/africana em

manifestações artística (música, arte), para encobrir a ausência da digital negra em outros setores, como o da literatura; a estigmatização, que seria a construção de identidades a partir de senso comum, que alimenta preconceitos e rejeições aos negros; a indiferença profissional, isto é, a ausência dos negros nas redações dos jornais brasileiros e, quando estão, não ocupam função importante. Ainda em conformidade com Sodré (2015) existe uma discussão mundial sobre a atuação da imprensa em relação aos assuntos que dizem respeito à questão do negro, como racismo, discriminação e violência. Pesquisas recentes sobre o papel da imprensa mundial na reprodução do racismo têm chegado à conclusão de que instituições e grupos da elite branca dominante [...] podem ser aliados próximos na reprodução da desigualdade étnica”, aponta Sodré (2015, p.152). (ANAIS 2017)

Ainda no encontro da SBPJOR de 2017, Mara Rovida volta a apresentar um artigo com referência a Muniz Sodré, intitulado “Narrativas periféricas: protagonismo feminino promovido pelo trabalho de mulheres jornalistas”. Rovida destaca que a cor da pele é uma marca identitária forte (SODRÉ, 2015, p. 221), tendo os símbolos dessa identidade de ascendência africana sido mencionadas no depoimento das jornalistas entrevistadas para o estudo, bem como destacadas por elas em reportagens sobre outras mulheres negras como caminho para o protagonismo e a autoestima.

Nos anais da SBPJOR de 2016, a questão da identidade na visão de Sodré também consta o artigo “Nos ‘falemo’ portunhol? Jornalismo e identidade na fronteira Rivera (Uruguai) e Livramento (Brasil)”, de Melina de la Barrera Ayres. Ela dialoga com Claros e Escuros ao afirmar que a “identidade evoca ao mesmo tempo a noção de continuidade e delimitação, definindo uma relação de semelhança entre os membros de um grupo (SODRÉ, 1999)”.

No que se refere às propostas do autor para o campo da epistemologia da Comunicação, o livro “Antropológica do Espelho: por uma teoria da comunicação linear e em rede” é o mais citado nos artigos analisados. Cristine Gerk avalia em artigo de 2014 como se dá a troca de informações entre os leitores e a mídia por meio do aplicativo Whatsapp. O método de pesquisa escolhido pela autora é de levantamento bibliográfico. A partir das perspectivas de autores como George Mead, Erving Goffman e Michel Foucault, Gerk aponta questões como visibilidade, trocas comunicacionais, enquadramento, sociedade disciplinar a Panóptico (sociedade vigiada). Os latino-americanos Barbero (1997) e Sodré (2002) são utilizados para sustentar o vínculo da participação ativa do leitor na construção da pauta.

A autora resgata o conceito desenvolvido por Sodré (2002) de que a comunicação se estabelece a partir da vinculação entre o emissor e o receptor da informação, como entidades sempre conectadas. Nesse sentido, o autor compreende a veiculação como uma prática

empresarial, que trata do contato entre o sujeito e a tecnologia da informação. Já a vinculação está relacionada a estratégias de promoção ou manutenção do vínculo social por ações em comunidade ou coletivas, que somente é atingida por presença e uma relação entre o emissor e o receptor.

Marlos Dias adotou o método de observação sistemática para analisar a reforma do jornal Zero Hora (ZH) e verificar as características do jornalismo midiaticizado: o leitor protagonista, atorização do jornalista autorreferencialidade e autorreflexividade. O autor discute na SBPJOR de 2014 como a midiaticização - compreendida como o processo em que a mídia passa a organizar e reger as lógicas de outros campos sociais - provocou uma série de mutações no jornalismo, a partir da forma como os atores interagem.

Para isso, Dias utiliza as análises de Sodré (2002) sobre a existência de um bios mediaticizado, ou seja, os indivíduos operam numa lógica de consumo tecnológico que tem efeitos negativos para campos distintos da vida social, como o caso do político. Sodré (2002, p. 27) critica que uso das inovações tecnologias reduz a capacidade inventiva e criativa dos indivíduos e sua atuação como cidadãos.

Em “Apontamentos sobre as definições de jornalismo cultural nos anais da SBPJor: 10 anos de análise sobre a mediação da cultura”, apresentado em 2017, Anna de Carvalho Cavalcanti evoca o autor para lembrar que noção de mediação está baseada em “formas reguladoras do relacionamento em sociedade”, ideia que, vinculada ao enquadramento do tempo enquanto regulador social, reforça o sentido de que a mediação jornalística formula uma determinada experiência temporal por meio da circulação, trânsito e negociação entre campos e personagens distintos.

Ainda no encontro da SBPJOR de 2017, Fernando Albino Leme e Carla Montuori Fernandes partem de autores como Muniz Sodré para pensar a cobertura jornalística no Jornal Nacional em manifestações e movimentos sociais. Eles afirmam que a mídia exerce um forte poder ao influenciar as pessoas na conduta, no comportamento e em decisões. E, a partir das reflexões do pesquisador, concluem que a linguagem é produtora da realidade e a mídia, enquanto uma técnica política de linguagem, torna-se potencializada ao modo de uma antropológica política – de uma técnica formadora ou interventora na consciência humana – para requalificar a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado (SODRÉ, 2011, p. 26).

Considerações finais

Este artigo buscou compreender como as abordagens teóricas de Muniz Sodré contribuem para os estudos em jornalismo e de que forma os/as pesquisadores/as que recorrem às suas reflexões dialogam com as inquietações do autor. Com esse intuito, fizemos uma breve revisão das tradições teóricas utilizadas por ele e, posteriormente, descrevemos a metodologia da revisão integrativa sistemática, que foi utilizada para a análise de artigos apresentados nos encontros nacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR) dos anos de 2014 a 2017.

A pergunta norteadora do levantamento foi: como as pesquisadoras e pesquisadores em Jornalismo utilizam as teorias desenvolvidas por Muniz Sodré? Na coleta realizada em ambiente online, a partir dos anais da amostra definida, foram encontrados 1.194 artigos. Dentre eles, sessenta tinham o sobrenome **SODRÉ** no corpo do texto e recorriam ao autor para tratar de temas como reportagem jornalística, narrativas, multimidialidade, redes sociais, jornalismo investigativo policial, literatura, convergência digital, noticiabilidade, hipermídia, tecnomídia, sentido, teorias, ética, identidade, pluralidade, participação, crítica, linguagem, resistência, epistemologia, invisibilidade e mediação, entre outros.

As obras mais citadas nos estudos analisados foram “A narração do fato” (2009), “Antropológica do Espelho” (2002), “Técnicas de reportagem” (1986) e “Claros e escuros” (1999). Dois deles - “A narração do fato” e “Técnicas de reportagem” - estavam presentes em textos que tratavam da narrativa jornalística e das suas categorias de análise linguística ou técnica. Os artigos que mencionaram “Claros e escuros” dialogaram com o autor para pensar questões de identidade étnico-racial, racismo e representação de minorias políticas. No que se refere à obra “Antropológica do Espelho”, é possível notar que Sodré não é citado como um sistematizador de outras teorias e, sim, como um teórico do campo da epistemologia da Comunicação.

Vale ressaltar que os pesquisadores colocam as reflexões de Sodré em patamar de diálogo com autores das mais variadas tradições teóricas, gerações e nacionalidades, incluindo os latino-americanos. Interessante observar ainda os diversos artigos que recorrem ao pesquisador da UFRJ para explicar o jornalismo enquanto narrativa, com componentes que tentam suscitar a emoção do público, ao mesmo tempo em que estabelecem técnicas para conferir credibilidade aos relatos.

Em um ambiente de neotecnologias, ganham relevância as propostas teóricas do autor para pensar prática contra-hegemônica de comunicação, especialmente de grupos identitários. Essa dimensão se revela na variadas tentativas de aproximação do conceito de bios midiático para a leitura dos processos comunicacionais, mudanças estruturais do jornalismo,

neotecnologias e novas configurações sociais. Apesar do ceticismo e das críticas do autor às dinâmicas comunicacionais mediadas pelas tecnologias, é possível notar a presença de suas perspectivas otimistas em relação ao potencial transformador da realidade a partir da ação de grupos sociais como negros, indígenas e camponeses.

Portanto, tendo em vista o levantamento realizado, acreditamos na necessidade de pesquisas mais detalhadas e comparativas, com amostras maiores e de outros congressos científicos, para que o lugar de Muniz Sodré como teórico da comunicação seja cada vez melhor fundamentado. Pela análise desenvolvida e com base em estudos anteriores citados nesse artigo, notamos que o autor pode estar em um momento de transição enquanto referencial teórico, no qual paulatinamente suas reflexões a respeito de narrativa jornalística vão dando cada vez mais espaço para suas propostas epistemológicas mais amplas, maduras e incluídas.

Percebemos ainda uma perspectiva de ampliação do uso de suas reflexões sobre identidade étnico-racial e jornalismo, uma vez que as políticas de ação afirmativa e o combate ao racismo acadêmico começam a alterar os rumos da produção científica em comunicação no Brasil. Dessa forma, os pesquisadores e pesquisadoras em jornalismo e em comunicação, de forma geral, têm pela frente um interessante desafio de investigar a existência de um pensamento comunicacional com bases teóricas e metodológicas presentes nas reflexões de autores afrocentrados e pertencentes à diáspora africana, como Muniz Sodré.

Referências:

BOTELHO, Louise LR; CUNHA, Cristiano CA; MACEDO, Marcelo. **Método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e Sociedade · Belo Horizonte · volume 5 · número 11 · P. 121-136. Maio/agosto 2011.

CARVALHO, Rachel; SILVA, Michelly D. SOUZA, Marcela T. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein, 2010; 8 (1 Pt 1):102-6.

GALVÃO, Taís F.; PEREIRA, Maurício, G. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 23 (1):183-184, jan-mar 2014.

NUNES, Juliana Cézar. Diálogos com Muniz Sodré: abordagens sobre jornalismo, ciberespaço e diversidade. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. 9., 2011, Rio de Janeiro.

MEDITSCH, E; SEGALA, M. Trends in three 2003/2004 journalism academic meetings. In **Brazilian Journalism Research**. Volume 1, Number 1, Semester 1, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. Companhia das Letras, 2001, São Paulo.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento.ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Antropológica do Espelho: por uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Editoras Vozes, 2002.

_____. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Cor e Civilização. In: ARAÚJO, Joel zito; PINTO, Ana Flávia Magalhães et all (Org.). **O negro na TV Pública**. Brasília: FCP, 2010.

_____. **O monopólio da fala; função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo; Summus, 1986.

TEMER, A. C. R. P. Da cidade para o Asfalto: o telejornalismo como lugar de redefinições dos espaços urbanos. In SODRÉ, Muniz, TEMER, A. C. R. P., ELHAJJI, Mohammed (orgs.) **Diásporas urbanas e subjetividades móveis: Migrantes, viajantes e transeuntes**. Goiânia: CNPq/UFG, 2015. Pp. 79-110.

ANAIS

ANAIS do **12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Universidade de Santa Cruz do Sul Santa Cruz do Sul, RS, 2014. Disponível em:
<<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/schedConf/presentations>> Acesso em: 20 de mai 2018.

ANAIS do **13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande, MS, 2015. Disponível em:
<<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/schedConf/presentations>> Acesso em: 17 de mai 2018.

ANAIS do **14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Universidade do Sul de Santa Catarina - Palhoça, SC, 2016. Disponível em:
<<http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2016/schedConf/presentations>>. Acesso em: 21 de mai 2018.

APÊNDICE B – COMUNICAÇÃO QUILOMBOLA: RESISTÊNCIA E LUTA

www.correiobraziliense.com.br

SENAES, MARCELO JOSÉ DA COSTA. BRASILIA, 1980. ASSIS, DIONÍSIO MARINO

CORREIO BRAZILIENSE

NUMERO 30.771 • 18 AGOSTO • P. 13

BRASILIA, OUTUBRO 1980. LAMARCA DA DE FORTALEZA DE 2000

Comunicação quilombola: resistência e luta

» JULIANA CÉZAR NUNES

Mestra e doutoranda em comunicação social pela Universidade de Brasília (UnB), é coordenadora-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, integrante da Cofira-DF, Instituto Mídia Étnica e da Irmandade Pretas Candongas

Depois de um século de resistência e décadas de luta, a Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos conquistou, em 28 de julho, a titulação de posse das terras da comunidade. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) transferiu para a associação o título de domínio coletivo de 97,83 hectares de terra dos 301,36 reivindicados pela comunidade em Simões Filho/BA. Apesar de a área excluir o acesso ao rio, trata-se de importante vitória, chamada de carta de alforria pelas lideranças de Rio dos Macacos.

Em 2010, a comunidade chegou a se ver diante de decisão judicial para desocupar a área, em meio à disputa com a Marinha. As famílias quilombolas descendem de africanos escravizados que trabalharam em fazendas de cana-de-açúcar. Elas permaneceram no local após a falência dos senhores. A pressão de militares, a dívida deixada pelos antigos proprietários e a falta de documentação serviram para que o presidente José Carlos Kuhlischek autorizasse a Marinha a construir na área.

As obras começaram entre os anos 50 e 60 como apoio à Base Naval de Aratu, que abriga a praia onde presidentes da República passam férias. Com a vila militar construída, o quilombo foi sendo sufocado. Até o acesso passou a se dar sob vigilância e repressão dos "navais". Denúncias de violência e até mesmo envenenamento de plantações permaneceram no silêncio da impunidade.

Nesse contexto, a conquista da titulação é marco na luta quilombola, amparada pelo artigo 68 da Constituição, que reconhece o direito das comunidades à titulação das terras e só existe pelo protagonismo de lideranças do movimento negro e quilombola durante a Constituinte. No caso de Rio dos Macacos, vale ressaltar um aspecto pouco explorado da resistência negra: a comunicação quilombola.

Como uma comunidade sem acesso à energia elétrica ou internet conseguiu se tornar conhecida mundialmente e multiplicar, há 10 anos, o lema Somos Quilombo Rio dos Macacos? Mergulhar na experiência mostra o que o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Muniz Sodré alerta: precisamos, antes de tudo, estar unidos no off-line para fazer diferença real no on-line.

Assim foi a caminhada dos quilombolas e do movimento negro urbano baiano. Por mais de uma década, eles constituiram fóruns de apoio, realizaram atos com artistas negros, levaram fotos e vídeos da comunidade para as telas e articularam influenciadores e artistas como Emicida, Marcelo Yuka, Lázaro Ramos, Vilma Reis, Hamilton Borges e Josias Pires. Guerra preta, estratégia quilombola, nos versos de Nelson Maca.

A experiência de relacionamento com a mídia dos quilombolas de Ilha de Maré serviu de exemplo para Rio dos Macacos, assim como as parcerias com grupos como Quilombo Xix, Beija ou Será Morito/a, Coordena-



ção Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Comunicação, Militância e Atitude Hip Hop, Bando de Teatro Olodum e Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais.

Essa retrospectiva revela a importância da comunicação e da cultura na luta quilombola, além das estratégias que podem e estão sendo utilizadas ou reinventadas. Tudo isso em meio a ataques do governo federal que, em plena pandemia, chegou a ameaçar de despejo famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão, sob a justificativa de ampliar a base de lançamento de foguetes.

Até 3 de agosto, foram contabilizados 3.810 casos e 142 mortes pela covid-19 em

quilombolas, de acordo com levantamento do Observatório da Covid-19 nos Quilombos, criado pela Conaq e pelo Instituto Socioambiental (ISA). Diante do desca-so do poder público, as comunidades seguem utilizando estratégias de comunicação para denunciar a falta de acesso a direitos básicos.

Tudo esse esforço recai na frase de uma das principais lideranças de Rio dos Macacos, Rose Meire dos Santos Silva: "Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por esta terra. A diferença é que, agora, sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo". Força ancestral na abertura de caminhos, comunicação e reintegração de posse, Sankofa!

Comunicação quilombola: resistência e luta

Mestra e doutoranda em comunicação social pela Universidade de Brasília (UnB), é coordenadora-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, integrante da Cojira-DF, Instituto Mídia Étnica e da irmandade Pretas Candangas.

Depois de um século de resistência e décadas de luta, a Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos conquistou, em 28 de julho, a titulação de posse das terras da comunidade. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) transferiu para a associação o título de domínio coletivo de 97,83 hectares de terra dos 301,36 reivindicados pela comunidade em Simões Filho/BA. Apesar de a área excluir o acesso ao rio, trata-se de importante vitória, chamada de carta de alforria pelas lideranças de Rio dos Macacos.

Em 2010, a comunidade chegou a se ver diante de decisão judicial para desocupar a área, em meio à disputa com a Marinha. As famílias quilombolas descendem de africanos escravizados que trabalharam em fazendas de cana-de-açúcar. Elas permaneceram no local após a falência dos senhores. A pressão de militares, a dívida deixada pelos antigos proprietários e a falta de documentação serviram para que o presidente Juscelino Kubitschek autorizasse a Marinha a construir na área.

As obras começaram entre os anos 50 e 60 como apoio à Base Naval de Aratu, que abriga a praia onde presidentes da República passam férias. Com a vila militar construída, o quilombo foi sendo sufocado. Até o acesso passou a se dar sob vigilância e repressão dos “navais”. Denúncias de violência e até mesmo envenenamento de plantações permanecem no silêncio da impunidade.

Nesse contexto, a conquista da titulação é marco na luta quilombola, amparada pelo artigo 68 da Constituição, que reconhece o direito das comunidades à titulação das terras e só existe pelo protagonismo de lideranças do movimento negro e quilombola durante a Constituinte. No caso de Rio dos Macacos, vale ressaltar um aspecto pouco explorado da resistência negra: a comunicação quilombola.

Como uma comunidade sem acesso à energia elétrica ou internet conseguiu se tornar conhecida mundialmente e multiplicar, há 10 anos, o lema Somos Quilombo Rio dos Macacos? Mergulhar na experiência mostra o que o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Muniz Sodré alerta: precisamos, antes de tudo, estar unidos no off-line para fazer diferença real no on-line.

Assim foi a caminhada dos quilombolas e do movimento negro urbano baiano. Por mais de uma década, eles constituíram fóruns de apoio, realizaram atos com artistas negros, levaram fotos e vídeos da comunidade para as telas e articularam influenciadores e ativistas como Emicida, Marcelo Yuka, Lázaro Ramos, Vilma Reis, Hamilton Borges e Josias Pires. Guerra preta, estratégia quilombola, nos versos de Nelson Maca.

A experiência de relacionamento com a mídia dos quilombolas de Ilha de Maré serviu de exemplo para Rio dos Macacos, assim como as parcerias com grupos como Quilombo Xis, Reaja ou Será Morto/a, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Comunicação, Militância e Atitude Hip Hop, Bando de Teatro Olodum e Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais.

Essa retrospectiva revela a importância da comunicação e da cultura na luta quilombola, além das estratégias que podem e estão sendo utilizadas ou reinventadas. Tudo isso em meio a ataques do governo federal que, em plena pandemia, chegou a ameaçar de despejo famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão, sob a justificativa de ampliar a base de lançamento de foguetes.

Até 3 de agosto, foram contabilizados 3.810 casos e 142 mortes pela covid-19 em quilombolas, de acordo com levantamento do Observatório da Covid-19 nos Quilombos, criado pela Conaq e pelo Instituto Socioambiental (ISA). Diante do descaso do poder público, as comunidades seguem utilizando estratégias de comunicação para denunciar a falta de acesso a direitos básicos.

Todo esse esforço recorda a frase de uma das principais lideranças de Rio dos Macacos, Rose Meire dos Santos Silva: “Sempre pensamos que iríamos morrer aqui lutando por esta terra. A diferença é que, agora, sabemos que vamos morrer, mas muita gente vai ficar sabendo”. Força ancestral na abertura de caminhos, comunicação e reintegração de posse. Sankofa!

APÊNDICE C - Diálogos com Paulo Freire: contribuições para pesquisa sobre comunicação quilombola

Juliana Cézar Nunes²⁹

Este texto reporta parte de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre os conceitos e práticas comunicativas desenvolvidas por comunidades quilombolas no Brasil. Pensar a comunicação a partir de uma perspectiva libertadora e emancipadora nos leva, necessariamente, a uma releitura do educador e filósofo pernambucano Paulo Freire. O centenário do Patrono da Educação Brasileira em 2021 nos provoca, inclusive, a revisitar os conceitos de comunicação propostos por ele com objetivo de ampliar e qualificar o referencial teórico.

Neste artigo, iremos elencar alguns dos conceitos freirianos e também analisaremos de que forma eles podem auxiliar na identificação de processos comunicacionais gestados por lideranças quilombolas. Na primeira parte, abordaremos aspectos tratados por Freire nas obras *Pedagogia do Oprimido*, *Extensão ou Comunicação* e *Pedagogia da Autonomia*. Em seguida, traremos sínteses e considerações feitas por um dos principais estudiosos de Paulo Freire no campo da comunicação e da cultura: Venício A. de Lima. Na terceira e última parte, iremos posicionar os conceitos do educador em diálogo com perspectivas já verificadas nas experiências de comunicação quilombola.

Em uma das suas principais obras, *Pedagogia do Oprimido*, escrita em 1968, durante o exílio no Chile, Freire aponta a comunicação como um lugar de diálogo e expressão do mundo que contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Ele considera a “palavra”, mais que instrumento, a origem da comunicação, por meio da qual se “abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo portanto” (FREIRE, 2013, p.21).

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo. (FREIRE, 2013, p.21)

²⁹MEDITSCH, E. B. V. ; NOGUEIRA, R. D. S. (Org.) ; GUIMARÃES, N. (Org.) . Comunicação e Pedagogia Emancipatória - Volume 2. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2022. v. 2. 217p . Disponível em <https://insular.com.br/produto/comunicacao-e-pedagogia-emancipatoria-volume-2-memoria-da-disciplina-paulo-freire-e-a-comunicacao-no-ppgcom-da-fac-unb/>. Acesso 19/01/2024.

A partir dessa perspectiva sobre a “palavra” enquanto elemento fundante, o educador pernambucano insere a comunicação como uma dimensão essencial do método pedagógico (proposto por ele) de alfabetização pela conscientização. Na concepção educativa problematizadora e libertadora, contrária à educação bancária, a comunicação é vista por Freire como ação política desde que não se restrinja a slogans e comunicados. O autor considera que a vida humana apenas tem sentido na comunicação (FREIRE, 2013, p.89), mais precisamente na intercomunicação entre educador e educando. Para ele, sem o diálogo, não existe comunicação e, sem comunicação, não há a “verdadeira educação”.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire ainda sugere caminhos de superação das relações de opressão e também insere a comunicação nesse contexto. No entanto, ressalta que é na comunicação enquanto ação e, não, enquanto mero consumo de ideias, que se dá a dimensão emancipadora do povo como sujeito do seu próprio pensar. A dimensão filosófica da comunicação, enquanto elemento existencial humano, também está presente nas reflexões de Freire:

A nossa convicção é a de que, quanto mais cedo comece o diálogo, mais revolução será. Este diálogo, como exigência radical da revolução, responde a outra exigência radical — a dos homens como seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação. Obstaculizar a comunicação é transformá-los em quase “coisa” e isto é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários. (FREIRE, 2013, p.179)

Em *Extensão e Comunicação*, outra obra escrita durante o exílio no Chile, o educador brasileiro mais celebrado no mundo reflete sobre a importância da comunicação nos processos de ensino e aprendizagem no meio rural. Defensor da reforma agrária, Paulo Freire faz uma crítica contundente à chamada extensão rural, um dos ramos das Ciências Agrárias que trata da educação de caráter continuado no campo.

Ao analisar essa realidade, ele aplica seu método pedagógico, mais uma vez colocando a comunicação no eixo central da prática educativa. A relação dialógica-comunicativa é destrinchada para ressaltar a pertinência de um sistema de signos linguísticos que torne possível a expressão dos sujeitos dentro de um quadro significativo comum, capaz de proporcionar a troca de conhecimentos (FREIRE, 1983, p.45). A extensão rural, por sua vez, teria a tendência de recorrer ao uso de técnicas de propaganda, transmissão e persuasão próprias dos “meios de comunicação de massa”, que não contribuem para um processo educativo-libertador.

Paulo Freire também desenvolve uma reflexão filosófica sobre o “pensar” enquanto ato coletivo, que demanda a co-participação dos sujeitos, possível apenas por meio da comunicação. Nesse sentido, ele evoca o caráter de reciprocidade inerente a uma intercomunicação, na qual não devem existir sujeitos passivos. A expressão verbal de um dos sujeitos teria que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito, por meio do diálogo problematizador.

Daí que as palestras sejam cada vez menos indicadas como método eficiente. Daí que o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. Deste modo, o significado passa a ter a mesma significação para ambos. E isto só se dá na comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até o outro. (FREIRE, 1983, p.47)

Para o autor, é indispensável ressaltar o aspecto humanista de uma efetiva e respeitosa comunicação entre técnicos e camponeses no contexto da luta pela reforma agrária. A redistribuição de terras em um país com histórico escravocrata passaria por compreender essa relação dialógica como humanizadora e libertária. O humanismo defendido por Paulo Freire trata da esperança crítica de que é possível transformar o mundo. Por isso, o educador responde à pergunta que dá nome ao livro negativamente à extensão e afirmativamente à comunicação (FREIRE, 1983, p.50) enquanto prática pedagógica, social, política e cultural.

Em *Pedagogia da Autonomia*, o autor vai além e inclui a comunicação, juntamente com a linguagem e a cultura, entre os pressupostos da “invenção da existência”, da “espiritualização do mundo” (FREIRE, 1996, p.27) e da “possibilidade tanto de embelezar como de enfear o mundo”. Seria por meio da comunicação, da linguagem e da cultura que mulheres e homens se desenvolveriam como seres éticos, capazes de intervir, comparar, ajuizar, decidir, romper e escolher. Em outras palavras, seres “capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixeza e de indignidade”.

No processo educativo no qual a comunicação dialógica está inserida, Paulo Freire destaca a importância da fala, da escuta e do silêncio. Para ele, é preciso que “quem tem o que dizer saiba, sem dúvida nenhuma, que, sem escutar o que quem escuta tem igualmente a dizer, termina por esgotar a sua capacidade de dizer por muito ter dito sem nada ou quase nada ter escutado” (FREIRE, 1996, p.59).

O filósofo pernambucano, ex-secretário de Educação de São Paulo, define como “educador autoritário” aquele que se comporta como “o proprietário da verdade que se apossa do tempo para discorrer sobre ela”. Já o “educador democrático” entenderia a necessidade do silêncio no espaço da comunicação pois ele tornaria possível, ao escutar, como sujeito e não como objeto, a fala comunicante de alguém.

O olhar de Freire sobre a comunicação transborda a incorporação dessa prática no processo pedagógico enquanto fundamento para inserir a educação para a mídia como uma dimensão central do diálogo entre educadores e educandos. Ao discorrer sobre esse aspecto, ele também elabora conceitos sobre a comunicação enquanto processo mediado por tecnologias, com linguagem e conteúdo próprio. O autor chama a atenção, inclusive, para o fato de que a diversidade de temáticas no noticiário não deixa tempo para a reflexão de variados assuntos: “o mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido” (FREIRE, 1996, p.71).

Partiria daí a urgência de se debater “o que se diz e o que se mostra e como se mostra na televisão”, tendo em conta que o processo comunicativo não é neutro. Pelo contrário. Opera em favor ou defesa de alguém ou algo, de forma sutil ou explícita, revelando a ideologização intrínseca ao processo comunicativo. Por isso, Paulo Freire propõe um estado de alerta diante do televisor que, “não sendo um demônio que nos espreita para nos esmagar [...], não é tampouco um instrumento que nos salva”.

Seria uma santa ingenuidade esperar de uma emissora de televisão do grupo do poder dominante que, noticiando uma greve de metalúrgicos, dissesse que seu comentário se funda nos interesses patronais. Pelo contrário, seu discurso se esforçaria para convencer que sua análise da greve leva em consideração os interesses da nação. Não podemos nos pôr diante de um aparelho de televisão “entregues” ou “disponíveis” ao que vier. Quanto mais nos sentamos diante da televisão – há situações de exceção – como quem, em férias, se abre ao puro repouso e entretenimento, tanto mais risco corremos de tropeçar na compreensão de fatos e de acontecimentos. (FREIRE, 1996, p.72)

Olhares sobre a obra de Paulo Freire

Nesta segunda parte do texto, vamos abordar sínteses e considerações sobre o pensamento freiriano elaboradas pelo pesquisador Venício A. de Lima. Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), Lima escreveu uma das principais referências para o estudo

da comunicação a partir dos conceitos de Freire. Lançado em 1981, o livro *Comunicação e Cultura: As Ideias de Paulo Freire* é fruto de tese de doutorado realizada na Universidade Illinois, nos Estados Unidos, sob a orientação de Clifford Christian. A publicação foi relançada em 2011, no ano em que Freire completaria 90 anos. Uma década depois, no centenário, Lima publicou “Paulo Freire: a prática da liberdade, para além da alfabetização”.

Os dois trabalhos são resultado não apenas do estudo da obra do educador, mas também da convivência entre os autores. Com base nesse acúmulo, o professor da UnB, pesquisador sênior do Centro de Estudos Republicanos Brasileiros (Cerbras), explica que a “formulação inicial do conceito de comunicação em Freire deve ser compreendida, portanto, na perspectiva dos outros textos por ele indicados e no contexto da execução de um programa de reforma agrária no Chile, na metade dos anos 1960” (LIMA, 2011, p.74).

Venício A. de Lima considera o ensaio *Extensão ou Comunicação* como a única oportunidade em que o educador discute comunicação enquanto uma categoria teórica. O título da obra refletiria a linguagem dialética de Paulo Freire, na qual os conceitos são sempre introduzidos uns em contraposição aos outros. Trata-se, portanto, de uma crítica radical ao binômio comunicação e desenvolvimento, parte da tradição “difusionista” estadunidense que buscava fincar raízes na América Latina.

A comunicação emancipadora não se prestaria à transmissão de saberes, mas, sim, à construção do ato de conhecer a partir da relação entre sujeitos. É nesse sentido que a prática educacional e a prática comunicacional se encontrariam em um espelho capaz de refletir homens e mulheres enquanto sujeitos criativos, dispostos a se insurgir contra sistemas sociais opressivos e desumanizantes. O conceito de comunicação se revelaria, portanto, no campo filosófico, traduzindo uma realidade existencial e ontológica, a partir do qual é possível estabelecer uma visão libertária dos seres humanos e do mundo.

Lima (2021, p.80) elenca os autores e correntes às quais Paulo Freire se filia para a construção dessa abordagem teórica. Entre elas, a tradição filosófica existencialista e o cristianismo progressista. Já as reflexões sobre comunicação como relação social e política estariam ancoradas na obra do filósofo espanhol-mexicano Eduardo Nicol (1907-1990), que intercambia a palavra *conocimiento* (conhecimento) com a palavra *pensamiento* (pensamento). Dessa forma, Freire teria definido a comunicação como a situação social em que as pessoas criam conhecimento juntas, transformando e humanizando o mundo. Ou seja, uma interação entre sujeitos, iguais e criativos, que deve necessariamente estar fundada no diálogo.

Já a dimensão política da comunicação estaria mais presente no livro *Pedagogia do Oprimido*, especialmente na discussão sobre a dialogicidade e a ação cultural. Nele, de acordo com Lima, a comunicação é definida como sendo um “encontro entre homens, mediados pela palavra, a fim de dar nome ao mundo”. Estaríamos, portanto, diante de um direito humano primordial. Pronunciar o mundo como um caminho para modificá-lo. A dificuldade de acesso às tecnologias mediadas de comunicação produziriam o extremo oposto. Parte desse entendimento o olhar freireano sobre os meios de comunicação de propriedade das classes dominantes como canais de propaganda organizada com conteúdo predominantemente alienador.

Venício A. de Lima encontrou entrevistas dadas por Paulo Freire nas quais ele também desenvolve formulações sobre comunicação. Entre elas, o “livro dialogado” com Sérgio Guimarães, *Sobre Educação*, volume 2 (1984, p. 40), no qual o educador é questionado sobre o por que não chegou a realizar pesquisas sobre os meios de comunicação.

Freire: Exatamente porque nunca me senti competente, a não ser do ponto de vista de uma apreciação global. Se me perguntas: ‘Paulo, o que é que você acha da televisão?’, eu te respondo: para mim, a televisão não pode ser compreendida em si. Ela não é um instrumento puramente técnico, o uso dela é político. E sou capaz também de fazer algumas propostas com relação ao uso da televisão. Mas, mesmo quando não venho tratando desses chamados meios de comunicação em trabalhos meus anteriores, mesmo quando não falo diretamente sobre eles, eu os considero, por exemplo, dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento que venho desenvolvendo nos meus trabalhos sobre educação. Não os trato diretamente, no sentido de que eles não são objeto de um estudo técnico, cientificamente válido. [...] Não me sinto um especialista em torno desse tema. Eu o abordo em linhas gerais.

Outra entrevista identificada por Lima foi concedida em 1989 para a TV estatal uruguaia. Nela, o pensador brasileiro afirma que os educadores deste tempo não podem negar a TV, o vídeo, a computação ou o rádio. No entanto, ele aborda a relação entre o imaginário e o real estabelecida nesses meios, que para ele constituem “um mundo de ilusão profundamente real”, no qual, por meio do imaginário, é possível tocar o real. Freire (2008, p. 127-139) volta a discorrer sobre a TV como um meio de comunicação político e ideológico.

Provavelmente, se eu trabalhasse em Montevidéu permanentemente, não teria quatro programas como este. Não por sua causa, mas por causa das forças político-ideológicas que estão por trás da TV, por trás

das câmeras. [...] A TV é um extraordinário meio de comunicação, mas é preciso que ensinemos, que aprendamos a vê-la com criticidade. [...] O fundamental é lutar para que este meio seja mais ético, que esteja mais a serviço dos explorados, dos dominados e para isso temos que mudar a própria sociedade e ao mudar a sociedade a questão ética e política que se propõe é não perpetuar neste meio de comunicação o gosto pela preservação, pelo status quo. Ou seja, em uma sociedade diferente, colocar este meio a serviço de torná-lo diferente: mais vivo e mais criativo.

Na visão de Lima (2021, p.88), com bases na análise de escritos e entrevistas, é possível concluir que Freire reconhecia o poder dos meios de comunicação de massa, em particular da televisão, para a criação do imaginário coletivo, bem como sua capacidade de difundir mitos e exercer o poder político e ideológico. Apesar disso, ele manteve a crença na capacidade de mulheres e homens de realizar uma leitura crítica dos meios, retomando dessa forma a matriz dialógica como referência para o processo de comunicação, mediado tecnologicamente ou não. Esse posicionamento explica o por quê Paulo Freire viria a se tornar uma das principais referências para o estudo e os projetos na área de educação para a mídia, que hoje abarca a formação crítica para a leitura dos conteúdos compartilhados pela internet, redes sociais e aplicativos.

O pesquisador da Universidade de Brasília Venício A. de Lima também indica teóricos da comunicação renomados que se inspiraram na obra de Freire. Entre eles, o belga radicado na França Armand Mattelart, os norte-americanos Clifford Christians (pesquisador da tradição teórica da comunicação como diálogo) e Michael Schudson (referência em história da imprensa), e os latino-americanos a exemplo de Mário Kaplún, Luis Ramiro Beltrán, Daniel Prieto Castillo, Juan Diaz Bordenave, Alfonso Gumucio Dagron, Rosa Maria Alfaro e Regina Festa.

Entre os brasileiros, Lima destaca ainda o trabalho de Pedrinho Guareschi, autor de *O Direito Humano à Comunicação: Pela Democratização da Mídia* (2013), que situa Paulo Freire entre as referências para a positivação da comunicação como direito humano fundamental. Essa dimensão já estaria presente na década de 60 nas reflexões do francês Jean D'Arcy, quando diretor de serviços audiovisuais e de rádio do Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas. Na visão de D'Arcy, chegaria o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos teria de abarcar o direito do homem de se comunicar.

Onze anos depois dessa declaração, o Relatório MacBride, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), reconhecia de forma pioneira o direito à comunicação, consagrando a perspectiva “dialógica” da

comunicação que já havia sido elaborada por Freire, do ponto de vista conceitual, em *Extensão ou comunicação?* (1968). Ou seja, “a comunicação como característica da natureza humana, coparticipação de sujeitos iguais que se relacionam dialogicamente em torno do objeto que querem conhecer e, ao mesmo tempo, transformam o mundo no contexto da ação cultural libertadora” (LIMA, 2021, p.97).

O autor destaca que a comunicação/educação libertadora de Freire implica na superação da “cultura do silêncio” na qual os oprimidos estariam imersos. A “cultura do silêncio” enquanto um conceito chave que deriva do pensamento freireano merece uma abordagem especial nas reflexões de Lima (2021, p.98).

Existe um enorme potencial analítico em conceitos elaborados por Freire que não foram ainda plenamente explorados. Um exemplo eloquente é o conceito de “cultura do silêncio” – a cultura que hospeda aqueles que não têm voz – e o seu corolário, políticas de silenciamento. A relação entre comunicação e cultura se dá em Freire de maneira bastante simples: não há possibilidade de comunicação na “cultura do silêncio”. Nela predomina o mutismo da opressão. A ação cultural, isto é, o processo consciente de luta pela libertação humana, assumido por mulheres e homens que são sujeitos de sua própria História, é o espaço da comunicação dialógica, geradora de conhecimento novo e de transformação social.

Lima ainda elenca autores que oferecem chaves de leitura importantes para a obra de Paulo Freire no que tange à comunicação e cultura. Entre eles, a pesquisadora Christa Berger, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que no ensaio *A Pesquisa em Comunicação na América Latina*, de 1992, inseriu Freire entre as cinco principais influências teóricas deste campo de estudo.

Denise Cogo, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), é mencionada como quem faz a relação do pensamento de Freire com a vertente teórica dos estudos culturais latino-americanos, da qual são expoentes o espanhol/colombiano Jesus Martin Barbero, o argentino Nestor Garcia Canclini e o mexicano Guillermo Orozco Gómez. Essa vertente, herdeira dos estudos culturais ingleses, consolidou o entendimento das interrelações entre comunicação, educação e cultura, localizando a comunicação no contexto dos processos culturais.

Outro pesquisador mencionado por Lima (2021, p.98), Eduardo Meditsch, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), juntamente com Cogo, serão fundamentais para refletir sobre as potencialidades do pensamento freiriano para uma prática

jornalística mais comprometida com o combate às opressões. Meditsch chega a afirmar que os “práticos” nunca se deram conta do potencial da teoria freireana para aperfeiçoar as suas práticas, e a grande maioria nem tomou conhecimento de suas ideias, a não ser por orelhas de livro.

Essa lacuna alimentaria as políticas públicas de silenciamento, que são uma marca da história do Brasil. Nos tempos coloniais e imperiais, a legislação impedia o acesso dos africanos escravizados à escola e restringia a propriedade dos meios tecnológicos para a impressão de panfletos e jornais, além de autorizar a censura prévia às publicações (PINTO, 2010; MOREIRA, 2015). Desde a década de 30, a exploração prioritária do serviço público de radiodifusão é da iniciativa privada.

Venício A. de Lima, que também é uma referência para os estudos da Economia Política da Comunicação no Brasil, ainda destaca que as políticas públicas de silenciamento criaram “barreiras e obstáculos à inclusão das vozes dos oprimidos históricos: povos originários, negros, mulheres e classes trabalhadoras” (LIMA, 2021, p.125). Essas políticas são implementadas por meio da legislação punitiva sobre radiodifusão comunitária, da falta de financiamento para as mídias independentes e educativas e da não observância da previsão constitucional de complementaridade entre sistemas privado e estatal, como revela o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação.

Os ataques à comunicação alternativa e/ou popular e comunitária são objeto de estudo de pesquisadoras como Cicília Peruzzo (2017), considerada por Lima outra referência nas pesquisas sobre Paulo Freire no que diz respeito à aplicação dos seus conceitos na área de comunicação e cultura. De acordo com ela, o educador contribuiu muito na formulação de conceitos e nas práticas de comunicação popular, alternativa e comunitária – ou horizontal, participativa – na América Latina.

Parte dessas concepções foram desenvolvidas por Freire a partir do contato com a produção intelectual de referências do pensamento negro como o psiquiatra e filósofo martinicano Franz Fanon e o líder político guineense Amílcar Cabral. Lima destaca uma série de citações, a primeira de 1965 e a última de 1996, que documentam e evidenciam as diferentes formas em que Fanon se faz presente no pensamento freireano.

Freire e Fanon identificam a mesma necessidade de “elevação do pensamento” (conscientização) dos oprimidos como passo indispensável para uma postura de autorreflexão que os tornem responsáveis pela condução de seu próprio destino. [...] Assim como Fanon, Freire constata que o oprimido “aprende” a ser violento como

vítima da violência do opressor. Isto dá origem a uma ambiguidade existencial que, dentre outras consequências, provoca atos de violência horizontal. [...] Freire incorpora em diferentes dimensões de seu pensamento a interpretação de que os opressores vivem, habitam, se introjetam nos modos de ser e de pensar dos oprimidos. [...] A extrojeção do opressor só pode ocorrer quando os oprimidos dele se distanciarem e os reconhecerem como seus antagonistas. Nos processos de alfabetização com populações na miséria, a extrojeção do opressor se realiza quando uma espécie de psico-análise (sic) histórico-político-social desfaz a culpa indevida e resulta na expulsão do opressor. (LIMA, 2021, p.55)

Já o pensamento de Amílcar Cabral está presente em uma série de escritos e entrevistas dadas por Paulo Freire depois de visitas às ex-colônias portuguesas na África (Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe). A partir do contato com Cabral, Freire passa a defender que não basta a reforma do capitalismo, é necessário a sua superação (LIMA, 2021, p.41). E, para isso, lideranças que por ventura tenham pertencido a classes dominantes teriam que cometer o que o pensador guineense chamava de “suicídio de classe”. Apenas depois disso, eles poderiam renascer como revolucionários plenamente comprometidos em estabelecer um diálogo libertador com as massas oprimidas, o que provocaria uma reação irada por parte dos opressores.

Contribuições para pesquisa

Nesta terceira e última parte do texto, vamos abordar algumas questões presentes na pesquisa de doutoramento e analisar de que forma os conceitos de comunicação advindos das reflexões de Paulo Freire podem nos ajudar na compreensão da comunicação quilombola enquanto um processo comunicacional contrahegemônico e libertário. O estudo em curso se baseia em investigações iniciadas pela autora ainda no mestrado e incluídas na dissertação *Comunicação quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento* (NUNES, 2013).

Partimos do entendimento histórico de quilombos como núcleos organizados de resistência ao sistema escravista, baseados na “vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo”, dispostos em formas associativas criadas em florestas de difícil acesso, com defesa e organização socioeconômica e política próprias, que garantiam a sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, A., 1980, p.32).

A pesquisa em desenvolvimento sobre a comunicação quilombola nos permitiu verificar a existência de um pensar e agir em comunicação relacionado a essas comunidades, que desde a chegada dos africanos e africanas no Brasil buscaram formas de lutar pela liberdade. A comunicação foi um desses caminhos. Seja por meio dos Manuscritos de Búzios, panfletos colados nos muros de Salvador em 1798 (PINTO, 2006; PINHEIRO, 2019), seja por meio de sites e redes sociais de organizações como a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq), fundamental para a articulação das comunidades durante a pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2022.

Constatamos, portanto, que histórica e continuamente as comunidades quilombolas se articulam com os movimentos negro e camponês em ações de mobilização conectadas com as novas tecnologias para reinventar a comunicação. Isso nos remete ao conceito de diálogo libertário, desenvolvido por Freire e aprimorado a partir do contato que ele teve com o pensamento de Franz Fanon e Amílcar Cabral.

Também verificamos nas experiências de comunicação quilombola o entendimento freireano da comunicação enquanto condição humana, sendo ela uma importante forma de se fazer presente no mundo, bem como traçar estratégias de modificá-lo. São múltiplos e diversos os esforços para romper a cultura do silêncio e as políticas de silenciamento, conforme conceituação do educador pernambucano. Mesmo sem apoio do Estado para financiar seus próprios meios de comunicação, os quilombolas investem recursos das próprias comunidades e de parcerias com organizações internacionais para custear sites, jornais, rádios comunitárias e produções audiovisuais.

As lideranças quilombolas compartilham da leitura crítica de Paulo Freire sobre os meios de comunicação de propriedade privada. Eles são compreendidos como reprodutores de ideais e interesses da elite dominante. Os setores do agronegócio e da mineração, que também foram identificados por Freire como ameaças à reforma agrária na América Latina, seguem tentando usurpar as terras dos descendentes de africanos e africanas no Brasil e na região.

Além da leitura crítica, existe, no entanto, um trabalho intenso para tentar romper as barreiras e encontrar brechas na mídia para o agendamento de temas de interesse das comunidades quilombolas. Esse esforço se dá por meio de pautas jornalísticas, mas também da busca de visibilidade em novelas, programas musicais ou de entrevistas. Para furar o cerco, as comunidades contam com o apoio de jornalistas e artistas negros, em uma articulação que se assemelha às alianças sonhadas por Paulo Freire e Amílcar Cabral, confirmando ainda a

permeabilidade do jornalismo às contradições sociais e às pressões da sociedade civil (MOTTA, 2005; PEREIRA, 2010).

Ao colocar a construção quilombola em torno da comunicação em perspectiva com o pensamento freireano, verificamos, portanto, que os conceitos de Paulo Freire dialogam diretamente com o pensar e com a prática comunicacional quilombola no passado e no presente. Seja na compreensão das lideranças quilombolas da comunicação enquanto parte de uma prática filosófica, pedagógica e dialógica libertária, seja no entendimento da comunicação como direito humano e como uma prática social e comunitária, com base ideológica e fins políticos.

Alicerçar as reflexões sobre Paulo Freire a partir do estudo sobre comunicação quilombola e vice-versa fortalece tanto o pensamento desse grande educador, como potencializa a voz de comunidades tão importantes para a compreensão dos desafios colocados para a diáspora africana. Como já enuncia Freire (2001, p.130), “ser cidadão passa pela participação popular, pela voz. [...] A voz é um direito de perguntar, criticar, de sugerir. Ter voz é isso. Ter voz é ser presença crítica na história. Ter voz é estar presente.”

Referências

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis.** ARAÚJO FREIRE, Ana Maria (org.). São Paulo: Editora U, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Compromisso:** América Latina e Educação Popular. ARAÚJO FREIRE, Ana Maria de (org.). Indaiatuba: Villa das Letras Editora, 2008.

FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre Educação (Diálogos),** Volume II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIMA, Venício Artur de. **Paulo Freire:** a prática da liberdade, para além da alfabetização. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2021.

MOREIRA, Manoel Henrique Tavares. **Do partidarismo à informação:** as mudanças estruturais no jornalismo brasileiro e a formação dos impérios midiáticos. 2015. 213 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista Eptic On-line**, 2005. Disponível em: <https://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/339/521>. Acesso em 6 de fevereiro de 2022.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor. 2ªed. Brasília. 2002.

NUNES, Juliana Cézar. Comunicação Quilombola: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento. 136 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Fábio Henrique. El mundo de los periodistas: aspectos teóricos y metodológicos. **Comunicación y Sociedad**. Universidad de Guadalajara, México, n. 14, jan.-jun, p. 101-124, 2010.

PERUZZO, C. M. K. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária in **Revista FAMECOS – Mídia, Cultura Tecnologia**, v. 24, n.1, jan./abr., 2017.

PINHEIRO, Jonas de Jesus. Alma preta e afirmativa: experiência contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.